

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL: A
CONSTRUÇÃO DO SUJEITO FEMINISTA**

**RECIFE
2017**

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO
DO SUJEITO FEMINISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

Z38m

Zarzar, Andrea Lorena Butto.

Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil : a construção do
sujeito feminista / Andrea Lorena Butto Zarzar . – 2017.
276 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

Inclui Referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Mulheres – Aspectos sociológicos. 3. Feminismo. 4.
Mulheres do campo. 5. Trabalhadoras rurais. 6. Sujeito político. 7.
Campesinato. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-110)

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO
DO SUJEITO FEMINISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 12/04/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Hélène Guétat-Bernard (Coorientadora)
Universidade de Toulouse

Prof^ª. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Lins e Silva Pires (Examinadora Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida de Moraes e Silva (Examinadora Externo)
Universidade Federal de São Carlos

*Ao sorriso solto de Fatinha e
à dança leve do Khalil.*

AGRADECIMENTOS

Recentemente, minha filha Juju disse: “assim que você acabar a tese, você vai agradecer a sua professora e vai me levar pro parque para fazer uma apresentação de teatro de fantoches”. Com esta referência carinhosa de Juju quero, em primeiro lugar, agradecer à minha orientadora e querida professora Salete Cavalcanti. Com ela, desde 1994, compartilhei boa parte da minha vida profissional e sempre aprendi muito, não apenas com os seus conhecimentos, mas também com a sua responsabilidade, dedicação, sensibilidade e solidariedade, qualidades sempre regadas com afeto e bom humor. A ela serei sempre grata.

Um agradecimento muito especial quero oferecer para a minha família. Em primeiro lugar, a Caio Galvão de França. Sempre guardarei com muito carinho e emoção o seu envolvimento e a sua cumplicidade na construção desta pesquisa e nos cuidados redobrados com a nossa cria. A ele, Juju e Vini, pessoas que mais amo, meu agradecimento pela companhia, carinho e torcida. Agradeço, ainda, a Saritinha, Calucha e sua linda família, pela torcida incondicional e todo apoio emocional.

Algumas militantes feministas, pelas quais guardo grande admiração, também participaram também desta pesquisa. Nalu Faria, que me concedeu uma longa entrevista, e Miriam Nobre, a partir da inserção na SOF – Sempre Viva Organização Feminista e na Marcha Mundial de Mulheres, proporcionaram-me várias ocasiões de reflexão sobre a história do movimento de mulheres rurais; e Tatau Godinho, que de forma interessada e solidária fez uma leitura atenta e me ofereceu impressões estimulantes na reta final da redação. Embora não incluído neste grupo de militantes, quero agradecer enormemente a generosidade, o carinho e a atenção profissional que Flavio Weinstein me ofertou com a leitura deste trabalho e suas instigantes provocações.

Gostaria de agradecer, também, o apoio e o estímulo da professora e amiga Maria Nazaré Wanderley Braudel. A ela minha admiração e agradecimento pela prazerosa convivência que me proporciona ao lado do nosso querido Bidú.

Gostaria também de agradecer à professora Hélène Guetat-Bernard, entusiasta acadêmica dos estudos de gênero no meio rural na França e no Brasil. A sua acolhida em Lyon, as parcerias em construção e, seus aportes teóricos que apoiaram a análise realizada nessa tese. Um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade

Federal de Pernambuco (UFPE), aos professores/as Silke Weber, Eliane Veras e Remo Muteznberg pela acolhida e o interesse na minha pesquisa; aos colegas do Laboratório de Estudos Rurais (LAERural), em especial, aos professores Ludovic Aubin e Cristiano Ramalho, pela torcida e o apoio em vários momentos; à querida e animada Ana Costa, por todo o apoio cotidiano muito eficiente; e, também, a Karine, que serenamente me ofereceu suporte administrativo.

Da mesma forma, agradeço aos colegas do Núcleo de Estudos Família, Gênero e Sexualidade – o FAGES, do Programa de Pós-Graduação de Antropologia, especialmente aos professores Parry Scott e Marion Teodósio pela acolhida no meu retorno de Brasília, pelas parcerias realizadas e pela possibilidade de refletir com eles o projeto de pesquisa e as primeiras impressões que resultaram do trabalho de campo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), especialmente aos meus colegas da antropologia, Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, Rosa Aquino, Grazia Cardoso, que de forma solidária deram o suporte necessário para o meu afastamento das atividades de ensino. Agradeço, também agradeço a Laécia Jalil e a Julia Benzaquen pelas afinidades de pesquisa, apoio que me deram e amizade que alimentaram este trabalho. E, não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de sala que procuraram guardar silêncio para apoiar a realização desta tese, da mesma forma que os dedicados Dione, Arthur e Cristiane que deram suporte administrativo.

Às minhas amigas Beta, Ada que me apoiaram emocionalmente e dando suporte para os meus filhos, Ana e Lucinha que compartilharam também comigo esta tese.

Há várias outras mulheres feministas a quem gostaria de agradecer: minhas colegas da recentemente extinta Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, com as quais compartilhei a convivência com os movimentos sociais investigados por 12 anos e juntas aprendemos a dialogar, a sonhar e juntas nos empenhamos para tornar realidade os direitos das mulheres rurais. Apesar do golpe estamos juntas alimentando o lindo laço afetivo e político que construímos, que, inclusive, permitiu que estivessem o tempo todo presentes no desenvolvimento deste trabalho. A Marcia Riva, um agradecimento adicional, pelo apoio na pesquisa documental no acervo do Movimento de Mulheres Camponesas.

Há outro grupo militante, muito aguerrido e criativo que anima os movimentos sociais de mulheres rurais: Carol, Sandra e Hélia, do MIQCB; Gabi e Ruth do MMTR-NE; Lourdes do MST; Rosangela do MMC; Sarah e Carol da Contag, a elas meu profundo obrigada pelo apoio que me proporcionaram.

Finalmente, um agradecimento muito especial a todas as lideranças entrevistadas pela disponibilidade em conceder o seu tempo para as reflexões sobre as experiências dos seus movimentos sociais nesse momento de reencontro, que me proporcionou grandes aprendizados com a rebeldia, capacidade de superação e utopia que fazem parte destas mulheres. Sem elas este trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Esta tese analisa alguns dos movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil que ganharam visibilidade nas últimas décadas. Fundamenta-se na literatura sobre divisão sexual do trabalho, relações de gênero, campesinato, constituição do sujeito no feminismo e nas práticas de resistência adotadas pelas protagonistas desses movimentos. Incorpora as contribuições que emergem do debate sobre a segunda onda do feminismo no Brasil e no mundo para identificar as distintas fases da trajetória dos movimentos de mulheres rurais; analisar o conteúdo das suas lutas e suas estratégias de ação; e, detectar os pontos de confluência, unidade e de conflito. A opção metodológica foi pela análise integrada dos processos organizativos e das plataformas de ação dos movimentos de mulheres rurais de abrangência regional e nacional, recorrendo à abordagem de movimentos sociais conformados em rede. Além da discussão da bibliografia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e uma pesquisa documental nos acervos dos movimentos selecionados. Para compreender a prática feminista no campo aborda-se os debates comuns sobre a natureza das relações de gênero, os entrecruzamentos entre gênero e classe e o papel do feminismo no campo e suas implicações para a ação coletiva. Observou-se várias configurações que incluem movimentos autônomos de mulheres e movimentos mistos, revelando as alianças construídas com outros movimentos presentes em contextos urbanos e rurais, e com distintas escalas de atuação, que vão do plano local ao global. E, também, mudanças nas agendas desses movimentos que se ampliaram, da luta inicial pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, à participação política, pelo acesso a direitos e políticas públicas, para a proposição de um projeto de sociedade, que integra o feminismo como parte da transformação da agricultura e que articula os temas da agroecologia, da soberania alimentar e da economia feminista, além daqueles relativos à ética do cuidado e do desenvolvimento.

Palavras chaves: Movimentos sociais de mulheres rurais. Sujeito político. Gênero no meio rural. Feminismo. Campesinato.

ABSTRACT

This dissertation looks at some of the social movements of rural women in Brazil, which have gained visibility in recent decades. It is based on the literature on the gender division of labor, gender relations, peasantry, subject constitution in feminism, and on the resistance practices adopted by these movements' protagonists. It incorporates contributions arising from debate on the second feminism wave in Brazil and in the world to identify the different phases of the course of rural women movements; to analyze the content of their struggles and action strategies; and to identify the points of confluence, unity, and conflict. The methodology employed was the integrated analysis of the organizational processes and the action platforms of rural women movements, both regionally and nationwide, resorting to the approach of social movements organized into networks. In addition to discussion of the bibliography, semi-structured interviews were held, as well as documental research in the collections of the selected movements. For an understanding of the feminist practice in rural areas, consideration was given to common discussions about the nature of gender relations, the interweaving of gender and class with feminism's role in rural areas, as well as to their implications for collective action. Different configurations have been detected, including autonomous women movements and mixed movements, bringing to light the alliances with other movements current in urban and rural contexts and with different scopes of activity, from the local to the global. Also studied were the changes in these movements' agenda, which expanded from the initial fight for recognition of women as workers to political participation, access to political rights and public policies to the proposition of a farming model that includes feminism as part of a broad transformation.

Key words: Social movements of rural women. Political subject. Gender in the rural environment. Feminism. Peasantry.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR–Sul - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

AMTR-SUL - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul do Brasil

AMQCM - Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu

AMUTRES - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANAMURI - Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas

ANMC - Associação Nacional de Mulheres Camponesas

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

ASOCODE - Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAMUTRA - Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CECUT - Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores

CEDEM -Centro de Documentação e Memória da Unesp

CEPES - Centro de Educação Popular Esperantinense

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

CEMT - Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora

CDJCB - Centro de Assessoramento aos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terra Dom José Brandão de Castro

CEMT - Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CIRADR - Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizações Camponesas

CNMT - Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora

CNMTR - Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNQMT - Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora

CNS - Conselho Nacional de Populações Extrativistas

CONAMUCA - Confederación Nacional de Mujeres Campesinas

CONCUT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CONTRAF- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

COPROFAN - Confederação de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUL Ampliado

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSC - Corrente Sindical Classista

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DETR - Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

ENLAC - Encontro da Mulher Trabalhadora Rural da América Latina e Caribe

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRO - Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado de Rondônia

FETAPE- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FETRAF- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FES - Fundação Friedrich Hebert

FPA - Fundação Perseu Abramo

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MLAL - Movimento Leigo da América Latina

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMA-SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

MMM - Marcha Mundial de Mulheres

MMTR-RS Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MMTR Sertão Central - Movimento de Mulheres de Sertão Central de Pernambuco

MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MMT-Brejo Paraibano - Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano

MODERTE - Movimento de Defesa da Região Tocantina

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MONTRA - Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Maranhão

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná

MST - Movimento dos Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PcdB - Partido Comunista do Brasil

PDHC - Projeto Dom Helder Câmara

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PT - Partido dos Trabalhadores

PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas

PJR - Pastoral da Juventude Rural

REDE LAC - Rede Latino-americana de Mulheres Rurais

REMTE - Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia

SAR - Serviço de Assistência Rural

SOF - Sempre Viva Organização Feminista

SUS - Sistema Único de Saúde

UJS - União da Juventude Socialista

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ESCOLHAS METODOLÓGICAS	24
2.1	QUEM SÃO AS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS.....	32
2.1.1	Família, terra, trabalho e as primeiras identidades construídas.....	33
2.1.2	Estratégias de construção de autonomia na juventude: migração, estudo, Casamento e violência.....	36
2.1.3	O despertar da consciência crítica.....	39
3	OS ESTUDOS DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES RURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	49
3.1	AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO.....	50
3.2	GÊNERO, PATRIARCADO E O SUJEITO NA TEORIA FEMINISTA.....	54
3.3	OS ESTUDOS RURAIS DE GÊNERO: produção-reprodução, agroecologia, bens comuns e cuidado.....	60
3.4	A SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CAMPO.....	74
3.5	O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS CONEXÕES COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS.....	77
4	TERRA, TRABALHO E DEMOCRACIA: A CONSTITUIÇÃO INICIAL DO SUJEITO POLÍTICO	85
4.1	FOI TUDO JUNTO MISTURADO: contextualizando o surgimento.....	86
4.2	ANTECEDENTE DOS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS.....	90
4.3	AS PRIMEIRAS INICIATIVAS: as organizações micro-regionais e estaduais e as comissões de mulheres nos sindicatos.....	93
4.3.1	O Apoio e alianças.....	98
4.3.2	As organizações não-governamentais de mulheres.....	103

4.3.3	As organizações não governamentais do campo.....	105
4.3.4	Os movimentos sociais mistos e o movimento de mulheres em formação.....	107
4.4	A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS: o direito à sindicalização e a auto-organização.....	110
4.5	AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES EM PROL DE UM MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS.....	117
4.5.1	O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).....	124
4.5.2	A Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-SUL).....	129
4.5.3	O Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu(MIQCB).....	130
4.5.4	A agenda das trabalhadoras rurais na CUT.....	133
4.6	MULHERES: nem gênero, nem feminismo.....	139
5	TRANSNACIONALIZAÇÃO, UNIDADE E REPRESENTAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS	143
5.1	CONTEXTO	145
5.2	A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (ANMTR).....	148
5.2.1	Gênero, classe e feminismo: tensões de um debate.....	151
5.2.2	A unificação de bandeiras e lutas.....	156
5.2.3	Os desafios da diversidade política interna	163
5.2.4	Os espaços transnacionais.....	165
5.3	A DEMOCRATIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: do direito à Participação à representação igualitária e o debate do desenvolvimento.....	172
5.3.1	A representação igualitária	180
5.3.2	As relações de gênero e classe e a luta pela terra no MST	188

6	O FEMINISMO E OS MODELOS DE	
	AGRICULTURA	195
6.1	CONTEXTO	195
6.2	A MARCHA DAS MARGARIDAS	199
6.2.1	Terra	204
6.2.2	Agroecologia	210
6.2.3	Água	222
6.3	A AÇÃO COLETIVA DAS MULHERES DA VIA CAMPESINA	225
6.3.1	O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	226
6.3.2	As mulheres no Movimento Sem Terra (MST)	230
6.4	O FEMINISMO E SUA ARTICULAÇÃO COM O MODELO DE	
	AGRICULTURA	241
6.4.1	Feminismo, as mulheres e o capitalismo	245
6.4.2	O Feminismo Camponês e Popular	247
6.4.3	O sujeito feminista do espaço rural ou o feminismo no campo	250
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	263
	APÊNDICE A - Lista de entrevistas	275

1 INTRODUÇÃO

Há uma vasta literatura sobre o movimento de mulheres rurais no Brasil que teve início nos anos 1980 e que se debruçou sobre os processos de resistência dos primeiros movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais e os processos auto-organizativos das mulheres nos movimentos sociais mistos no campo, especialmente aqueles que envolvem a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Há pesquisas que, de forma aprofundada, analisam a constituição e aspectos da história dos movimentos autônomos de mulheres rurais, especialmente das organizações micro-regionais que lhes deram origem ou das articulações estaduais que exerceram papel destacado na formação das primeiras organizações regionais.

Tais pesquisas focaram-se nos processos de constituição desses movimentos, destacando as condições que propiciaram o seu surgimento, o conteúdo das lutas empreendidas, e as transformações na identidade individual e coletiva.

Esse é o caso das pesquisas realizadas na região Sul do país sobre o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MMP). No caso da região Nordeste a atenção recaiu sobre o Movimento de Mulheres do Sertão Central (MMSC-PE) e o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMT-PB), organizações responsáveis pela constituição do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Também não foi distinto com o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), já que a maior parte dos estudos retrata o estado do Maranhão. Há, também, análises comparativas sobre os movimentos de mulheres rurais autônomos de abrangência micro-regional ou estadual, como é o caso do trabalho de Bordalo (2015) sobre o MMA-SC e o MMSC ou o de Carneiro (1994) sobre as Margaridas do Sul e o MMT-PB.

Os estudos realizados registram como as primeiras organizações dos movimentos sociais autônomos desembocaram na construção de articulações regionais e de iniciativas incipientes de articulação unificada entre meados dos anos 1980 e dos anos 1990, mas são

poucas as análises sobre os processos político-organizativos unificados ou em rede. Na produção acadêmica sobre os movimentos nacionais mistos podem ser encontrados estudos que abordam os movimentos sociais mistos em toda a sua abrangência e apenas recentemente abordam o seu envolvimento em espaços articulatórios que envolvem outros movimentos sociais de forma aprofundada.

No âmbito do sindicalismo rural destacam-se as pesquisas sobre a Contag que analisam o processo de discussão e organização das mulheres e as medidas voltadas para a democratização das relações de gênero naquela instituição (PIMENTA, 2006 e 2013) e valiosos estudos sobre casos estaduais com referência às regiões Sul e Nordeste (BONI, 2004; CAPELLIN, 1989). Estes estudos analisam as relações entre os movimentos autônomos e mistos em Santa Catarina no primeiro caso e as transformações que se deram no sindicalismo a partir do ingresso das mulheres no estado da Paraíba e Pernambuco no segundo caso.

Mais recentemente, em meados dos anos 2000, observa-se um deslocamento do interesse da pesquisa acadêmica, no qual o movimento sindical cede espaço à experiência da Marcha das Margaridas, e às organizações que a integram ganham a atenção das pesquisas, e não mais apenas a Contag. As análises disponíveis concentram-se em duas edições da Marcha das Margaridas, a terceira, que ocorreu em 2007, e quarta, em 2011 (SANTOS, 2007; AGUIAR 2015)

No caso do MST há vários trabalhos que abordam a trajetória de auto-organização das mulheres (GONÇALVES, 2009; ESMERALDO, 2014; MST, 2010a) ou as compreensões formuladas sobre as desigualdades de gênero a partir das publicações relativas à formação política.

As pesquisas realizadas ainda não se debruçaram sobre o conjunto dos movimentos sociais de mulheres rurais. A exceção, talvez, fique por conta dos estudos de Carmem Deere (2004) que analisa uma agenda específica, a participação das mulheres na luta pela terra e os seus direitos como mulheres assentadas da reforma agrária, e em menor medida a abordagem de Emma Siliprandi (2015) sobre as mulheres no movimento agroecológico e os distintos significados que a sustentabilidade adquire entre os movimentos sociais de mulheres rurais e organizações não governamentais (ONG's) que integram o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Há temas importantes ainda a serem cobertos ou aprofundados pela produção acadêmica. Um deles é a constituição de articulações regionais pioneiras como o MMTR-NE e a AIMTR-SUL ou da primeira experiência de auto-organização das mulheres num ambiente nacional do movimento sindical, na CUT. Outro tema refere-se ao esforço de constituição de um movimento de mulheres rurais unificado, representado pela ANMTR, que teve uma curta existência.

A maioria dos estudos revela uma preocupação no resgate da história do movimento de mulheres rurais, abordando, embora de forma breve, os principais acontecimentos da história dos movimentos sociais de mulheres rurais, mas o foco recai sobre as condições que propiciaram o surgimento, o significado dado às relações de gênero, o empoderamento no espaço público, os limites das conquistas no espaço privado, aspectos identitários e subjetivos da luta das mulheres, especialmente na interface com a diversidade entre as mulheres rurais em movimentos específicos (SCOTT, 2010). Os estudos mais recentes abordam a ação feminista no movimento agroecológico, a soberania alimentar da Via Campesina, a partir de experiências locais da campanha de alimentação saudável do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (JALIL, 2009).

A partir destes acúmulos nas investigações procurei resgatar nesta tese os processos que emergem das organizações existentes, uma espécie de construção de uma colcha de retalhos ou, dito de outra forma, da conformação de movimentos sociais, que existem como uma teia, já que as relações entre si nos ajudam a entender não apenas os processos organizativos, mas também o conteúdo das lutas desses movimentos.

O posicionamento frente a outras organizações do campo, os apoios que obtiveram e as alianças construídas com organizações mistas e do movimento de mulheres no Brasil são indissociáveis da análise das suas reivindicações, assim como das relações internacionais desses movimentos.

Esta tese promove uma análise que integra a experiência da desigualdade de gênero e a emancipação das mulheres rurais, mostra como as estratégias de luta e o conteúdo delas foram se constituindo a partir das distintas relações entre os movimentos sociais, sejam os de mulheres e os de mulheres das rurais em particular, bem como a interação desses movimentos com o Estado e outros sujeitos políticos.

Indico na tese como os processos sociais contemporâneos de luta pela emancipação das mulheres rurais resultam de processos de resistência de diversos movimentos de mulheres rurais que atuam em distintas escalas e mantêm relações entre si que serão decisivas para a sua compreensão. Dessa forma, eles se constituíram na busca da igualdade e garantia do acesso a direitos, na luta pelo reconhecimento como trabalhadoras, e, especialmente, nas demandas pelo acesso à previdência social, ao trabalho e à documentação civil (CORDEIRO, SANTOS SILVA e SANTOS NASCIMENTO, 2010; HEREDIA e CINTRÃO, 2006), mas também por serviços públicos de saúde e educação e por políticas agrícolas.

Nos anos 1990, apesar das políticas de ajuste estrutural adotadas no país e da forte repressão aos movimentos sociais do campo, os movimentos de mulheres lutaram pela efetivação dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e neste processo fortaleceram a articulação interna das mulheres em cada movimento e entre os movimentos, gerando importantes impactos nos movimentos sociais mistos do campo.

Nos anos 2000, por força da internacionalização das cadeias produtivas e dos sistemas agroalimentares, houve um aprofundamento do controle mercantil sobre os processos produtivos – por meio das sementes e dos insumos – que resultaram na perda de autonomia e na ampliação da subordinação econômica da agricultura familiar na produção de alimentos e no acesso aos bens naturais. A expansão das fronteiras agrícolas via grandes propriedades resultou em concentração de terras, com novas pressões sobre a agricultura familiar, os territórios das comunidades tradicionais e as áreas de conservação da biodiversidade.

Os primeiros movimentos sociais de mulheres rurais foram se consolidando e ganhando legitimidade, difundindo suas demandas na sociedade e conquistando o reconhecimento como interlocutor pelas estruturas do Estado brasileiro (HEREDIA e CINTRÃO, 2006), já que lhes garantiu a conquista da primeira geração de direitos inscritos na constituição federal.

Para responder aos desafios do novo contexto os movimentos alargaram sua intervenção no meio rural em transformação, pensaram e experimentaram formas alternativas para uma vida digna e igualitária para as mulheres. Buscaram articular a emancipação das mulheres com um novo modelo de agricultura e de sociedade. Assim, elaboraram uma plataforma de ação no campo em aliança com outros setores como parte de um projeto mais amplo de sociedade e de um modelo alternativo de desenvolvimento.

O movimento de mulheres rurais atua para reorientar o modelo de desenvolvimento por intermédio da organização de experiências produtivas e da participação em fóruns de diálogo político locais, nacionais e internacionais, especialmente em articulação com movimentos antiglobalização e agroecológicos.

Constata-se um esforço para combinar e integrar a agenda da igualdade e da autonomia em processos mais amplos de mudança social, que se expressa nos debates realizados com os movimentos sociais do campo, como é o caso da soberania alimentar e da agroecologia em articulação com debates feministas.

Para apresentar as reflexões sobre a trajetória dos movimentos sociais de mulheres rurais, os processos de construção de autonomia distingo três momentos distintos: o da redemocratização do país, o do avanço do neoliberalismo nos anos 1990 e no momento atual de avanço do agronegócio.

Demonstro como desde os primeiros momentos da constituição desses movimentos até o período mais recente, há aspectos comuns no apoio recebido, nas alianças construídas e no caráter das lutas. A escolha desta pesquisa é analisar a percepção de mulheres rurais sobre temas que ganharam destaque nas suas discussões e iniciativas e que fazem parte da plataforma de ação dos seus movimentos, considerando a necessidade de se fortalecer reflexões acerca da transformação dos espaços inter-organizacionais, do ingresso das mulheres no campo da ação coletiva transnacional e dos processos de auto-organização das mulheres rurais nos movimentos autônomos, bem como, dos movimentos mistos dos quais participam.

As evidências sugerem que a proposição de um projeto global de emancipação coloca-se como um tema relevante para entender a dinâmica atual das relações de gênero no campo. E, para isso, também é importante identificar e analisar os fundamentos do projeto alternativo de desenvolvimento impulsionado por esse novo sujeito político com suas possíveis diferenciações internas.

A associação entre os temas agroecologia, bens comuns, reforma agrária popular, alimentação saudável e os direitos das mulheres encontra lastros na história das distintas organizações envolvidas nesta análise, mas ganha contornos distintos e novas formulações no período recente que expressam o esforço de militantes feministas para articular a luta das mulheres com transformações mais amplas, uma articulação de conceitos e práticas cotidianas em disputa entre distintos personagens que atuam no campo.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo 1, apresento a metodologia adotada na pesquisa, a definição do grupo de informantes, as técnicas e fontes de pesquisa empregadas, a descrição do ambiente da pesquisa e as reflexões sobre a relação pesquisador-objeto apoiada nos debates da epistemologia feminista. Com referência na noção de conhecimento situado e das reflexões que emergem da epistemologia feminista, explicitam-se os pressupostos metodológicos que orientaram a pesquisa; assim como as escolhas realizadas para desenvolver o trabalho de campo e a pesquisa complementar dos acervos existentes sobre os movimentos sociais de mulheres rurais. Considerando as relações construídas na pesquisa, faço uma reflexão da minha trajetória a partir de distintos espaços profissionais e militantes, que se entrelaça em alguns pontos com a das lideranças que participaram da pesquisa. Descrever a trajetória individual dessas mulheres é uma maneira de dar voz a elas para compreender o modo pelo qual iniciaram sua participação política e sua atuação nos movimentos sociais.

O capítulo 2 trata dos aspectos teóricos que embasaram esta tese com referência ao debate sobre o conceito de gênero e patriarcado da teoria feminista, os estudos rurais de gênero, o debate sobre o sujeito no feminismo e sobre o movimento feminista no Brasil e no mundo, busco explicitar conceitos que orientam a análise empreendida, bem como obter os subsídios necessários para entender os fundamentos da ação coletiva que buscamos compreender.

A partir dos conteúdos acima, no capítulo 3, analiso a constituição do movimento de mulheres rurais no final dos anos 1970 com um breve resgate do que considero os primórdios desse movimento fazendo referência às primeiras organizações dos movimentos autônomos de mulheres rurais, os apoios e as relações construídas com distintos sujeitos coletivos e instituições, para, a partir disso, abordar as primeiras articulações regionais e nacionais do movimento de mulheres rurais, com destaque para o processo de articulação de emendas à Constituição Federal de 1988, e, entre os movimentos sociais mistos, o surgimento das primeiras iniciativas para constituir uma agenda pública em prol dos direitos plenos das mulheres como integrantes, e, depois, como dirigentes destes movimentos sociais. Observam-se escassos espaços de formação e formulação em apoio às suas lutas e por esse motivo as lideranças entrevistadas nos indicam a ausência de reflexões de fundamentação da ação política do período.

No capítulo 4, discorro sobre o processo inicial de transnacionalização dos movimentos sociais de mulheres rurais na América Latina e Caribe, as reconfigurações que esse envolvimento provoca nos movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil, seja a participação em espaços articulatórios dos movimentos sociais do campo e do movimento feminista, como em fóruns internacionais promovidos pela ONU. Também abordo a primeira e única experiência de unificação dos distintos movimentos sociais de mulheres, representada pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e os impactos destes acontecimentos entre os movimentos sociais mistos do campo, por intermédio de dois debates importantes, a conquista do direito de auto-organização e de representação política, e, também, da problematização sobre os sujeitos das lutas no campo. Nos anos 1990 se inauguram ações de formação e reflexão sobre as relações de gênero e classe, resultando não apenas em formas específicas de compreensão destas relações, mas também na definição de alianças e estratégias organizativas nestes movimentos, quando temas relativos ao corpo e à sexualidade emergem gerando tensões internas nos movimentos.

Finalmente, no capítulo 5, abordo o período recente, em que a ênfase da ação coletiva dos movimentos de mulheres rurais, recai em maior ou menor medida, sobre uma maior articulação de suas lutas com transformações mais amplas explicitadas pelo debate entre o feminismo e o modelo alternativo de agricultura, e, também, pela mudança de qualidade resultante dos processos de auto-organização das mulheres nos movimentos mistos, processos informados pela crescente atuação internacional, pelo surgimento de novos espaços articulatórios entre os movimentos investigados. Trata-se de um período de crescente identidade feminista entre estes sujeitos expressa em novas estratégias de ação na sociedade e nos movimentos em que atuam, e, ainda, em uma renovada compreensão sobre as articulações existentes entre as relações sociais de sexo e classe social nas quais as mulheres estão envolvidas.

Nas considerações finais retomo os resultados obtidos da avaliação crítica sobre os movimentos sociais de mulheres rurais, suas práticas e projetos emancipatórios e indico possibilidades e caminhos futuros para a pesquisa nesse campo.

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TRAJETÓRIAS

O objetivo desta tese é promover uma análise integrada de processos de contestação social e de proposições programáticas orientadas por reflexões e práticas da ação coletiva dos movimentos de mulheres rurais no país, a partir de três questões: 1) as conexões existentes entre distintos movimentos de maneira a perceber de que maneira surgem plataformas políticas específicas e como a partir da construção de unidades complementares e não homogêneas e de relações não isentas de conflitos surgem novos significados para as lutas; 2) a natureza das lutas consideradas em suas dimensões econômicas, sociais e políticas; e 3) a fundamentação conceitual que orienta a ação política a partir de uma análise histórica da percepção desses sujeitos sobre as relações de gênero, sobre gênero e classe e sobre feminismo no período mais recente.

O movimento social de mulheres rurais abrange distintas organizações nacionais e regionais e requer análises sobre aspectos do seu processo de constituição, sobre suas demandas, lutas e iniciativas de articulação com outros movimentos.

A análise destes aspectos demandou a compreensão da trajetória destes novos sujeitos político e de seu projeto de emancipação, a partir de distintas demandas, mas em particular suas relações com o trabalho e a agricultura, levando em conta as dimensões local e global. Para isso foi necessário compreender os seus processos organizativos, abordar as suas lutas e as suas plataformas de ação e, na medida do possível, abarcar a diversidade interna desse campo de ação política.

Para investigar os movimentos de mulheres rurais foram selecionadas organizações nacionais e regionais, incluindo movimentos autônomo e movimentos mistos (formados por homens e mulheres), mediante entrevistas com dirigentes, análise documental e pesquisa bibliográfica

A escolha recaiu sobre a Secretaria de Mulheres da Contag; o Setor de Gênero do MST; a Coordenação de Mulheres da Fetraf Brasil; o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Ao optar por um quadro de dimensão nacional e o seu processo organizativo geral, não foram incluídas na pesquisa as redes de articulação de agendas específicas, como a Articulação do Semiárido (ASA), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária ou a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que, contam com diferenciados processos de auto-organização de mulheres e que, de diferentes maneiras, incluem a promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais em suas agendas. Da mesma forma, não abarquei movimentos de caráter estadual e municipal.

Para adotar um critério comum, selecionei para as entrevistas lideranças que exerceram ou ainda exerciam a função de coordenadora nacional ou regional (no caso dos movimentos de abrangência regional) de cada um dos movimentos, sem incluir mulheres das suas organizações de base ou de suas representações estaduais.

Dessa escolha resultou um conjunto formado por 18 mulheres dirigentes nacionais ou regionais, o que me permitiu abordar diferentes percepções de uma forma adequada aos limites da pesquisa. Entretanto, estou consciente de que esta fonte da pesquisa constitui apenas uma parte, apesar de representativa, das percepções possíveis sobre cada um desses movimentos de mulheres.

Além das entrevistas com dirigentes destes movimentos, entrevistei outras duas mulheres representantes de organizações de mulheres feministas de caráter nacional presentes e atuantes ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais no Brasil, qual sejam, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A pesquisa, incluiu, ainda, a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT, mediante análise documental e revisão bibliográfica.

A quantidade de entrevistas por movimento variou em função do perfil diferenciado da composição da coordenação de cada um. A estrutura de direção dos movimentos selecionados, de uma forma geral, conta com uma coordenação ampliada e um grupo menor, de caráter executivo, e, com exceção do MMC, todos têm uma coordenadora geral ou executiva, que foram priorizadas para a realização das entrevistas em distintos períodos desses movimentos, da formação até o período recente.

Apesar da coordenação colegiada do MMC ser constituída por 8 mulheres decidi não entrevistar todas elas, pois isso resultaria em um desequilíbrio em relação aos demais movimentos. Assim, entrevistei apenas duas lideranças do MMC que exerceram funções de representação de maior importância. Uma delas representou as mulheres da Via Campesina na Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do governo federal e, a outra, por ser responsável pelo escritório do MMC em Brasília, desempenhou um destacado papel de representação institucional.

O MMTR-NE conta, atualmente, com uma secretaria executiva constituída por três lideranças, mas essa composição foi adotada apenas a partir dezembro de 2016. Até então, existia apenas uma coordenação geral regional. Por isso, a opção foi entrevistar as coordenadoras gerais de cada uma das gestões anteriores.

No caso do MIQCB, além das coordenadoras regionais entrevistadas, incluí uma liderança que integra o grupo musical “As Encantadeiras”, que apesar de não se enquadrar no grupo selecionado para as entrevistas, exerce uma função de representação político-cultural do movimento.

A opção de entrevistar mais de uma coordenadora se mostrou acertada, pois permitiu combinar diferentes pontos de vista sobre a trajetória do movimento e uma abordagem em maior profundidade dos períodos em que exerceram a coordenação.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a partir de um roteiro comum. A parte inicial da entrevista foi dedicada à trajetória de vida da entrevistada, para em seguida abordar a trajetória do respectivo movimento, com ênfase no seu surgimento, em suas principais bandeiras, nas alianças construídas e em suas reflexões iniciais sobre as desigualdades de gênero. Também procurei explorar a percepção da entrevistada sobre a evolução das lutas sociais das mulheres e os momentos marcantes na trajetória dos movimentos sociais. Na sequência, a entrevista abordou o período mais recente, com destaque para as agendas, alianças e perspectivas de futuro dos movimentos.

As lideranças entrevistadas ocuparam lugares distintos nos movimentos sociais investigados. Em consequência o início de seu engajamento e os acontecimentos que vivenciaram até ocupar funções de maior responsabilidade ganharam destaque nas entrevistas.

As entrevistas iniciaram-se em 10 de maio de 2016 e foram concluídas em janeiro de 2017 (Apêndice A). A maioria das entrevistas foi realizada de forma presencial: São Luiz e Bacabal, no Maranhão; Guararema e São Paulo, em São Paulo; Brasília, no Distrito Federal; Caruaru e Recife, em Pernambuco. Outras, em função de restrições financeiras que impediram realizar todos os deslocamentos planejados, tiveram que ser realizadas via teleconferência, mesmo sabendo que desta maneira perderia a riqueza da interação do momento da entrevista, que permitiria observar gestos, momentos de emoção ou de desconforto.

As referências às entrevistadas foram realizadas com nomes fantasia a fim de preservar a decisão de algumas delas de não se identificar.

Para traçar o percurso destas mulheres, ao invés de uma descrição e de uma problematização individual, optei pela construção de uma síntese geral, compondo os elementos das diferentes trajetórias. A análise das entrevistas adotou como referência três períodos distintos: i) o da constituição dos movimentos, que abrange o final da década de 1970 até o início dos anos 1990, quando surgem as primeiras organizações locais e regionais; ii) o da consolidação marcado pela criação de espaços nacionais de movimentos autônomos e mistos e a criação dos primeiros fóruns internacionais, que corresponde, de certa forma, ao período de implantação do neoliberalismo durante a década de 1990 e; iii) o período recente marcado por uma maior visibilidade dos movimentos, pela conquista de espaços em governos populares e, ao mesmo tempo, por uma maior ofensiva do agronegócio em suas dimensões local e global e pela transnacionalização das lutas do campo, que embora tenham se iniciado em meados dos anos 90, se intensificaram em meados dos anos 2000.

Dessa forma, busquei apreender a dinâmica de construção dos movimentos investigados e das relações existentes entre eles, os processos de unidade e os conflitos, responsáveis por várias redefinições sobre a sua organização e plataforma de lutas.

Para complementar o trabalho realizei pesquisa documental nos acervos dos movimentos selecionados. Foram identificados e analisados relatórios de congressos e de encontros regionais e nacionais; cadernos, cartilhas e outros materiais de formação; pautas de reivindicações; músicas; materiais de campanhas educativas e de mobilização; fotografias, entre outros. Esse material foi muito útil para construir uma cronologia, analisar a agenda e para extrair as narrativas desses movimentos.

Houve dificuldades no acesso aos arquivos de documentos, por causa das condições muito diferenciadas de organização dos acervos e critérios distintos de acesso aos documentos dos movimentos investigados.

No caso dos arquivos do MMTR-NE e do MIQCB, a consulta e a seleção foram feitas de forma manual. No caso do MMC, há uma parte importante dos seus acervos que hoje se encontra inacessível, pois eles foram objetos de apreensão em inquéritos relacionados a ações realizadas por esses movimentos. Os acervos mais organizados e com melhores condições de acesso são os da Contag e do MST, sendo que neste caso, parte do acervo está disponível para consulta eletrônica no *site* do Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem) (<http://www.cedem.unesp.br>).

Também realizei atividades de observação direta aproveitando oportunidades que foram surgindo no decorrer da pesquisa e que adquiriram uma forma específica, pois não se tratava de uma pesquisa a ser realizada em um único território e não havia um espaço comum de todos os movimentos. Para organizar a observação direta deparei-me com a ausência de um calendário pré-definido dos movimentos e com a previsão de poucas atividades de maior visibilidade durante o período de desenvolvimento da pesquisa. No caso de algumas atividades planejadas com maior antecedência, a dificuldade foi compatibilizar esta agenda com o cronograma da pesquisa ou escolher entre eventos simultâneos, pois em geral há uma concentração de atividades e um choque de agendas dos movimentos na segunda semana de agosto, que marca o aniversário do assassinato de Margarida Alves. Em 2016, três dos movimentos pesquisados realizaram atividades simultâneas em agosto.

Muitas vezes o objeto da pesquisa depende de momentos particulares, por esse motivo não é possível descontextualizar um fenômeno sem alterar a sua significação. Por isso, considero necessário referir que o desenvolvimento da pesquisa foi marcado por um acontecimento importante no país, o *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff. A primeira entrevista que realizei foi exatamente no dia 10 de maio de 2016, seu último dia no cargo e, mais especificamente, antes de sua

última agenda pública, que foi a participação na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que reuniu, também, diversas lideranças rurais.

Este momento não foi apenas um acontecimento importante na história do país, foi, também, um momento de perplexidade, de tristeza pela derrota e de abertura de um momento novo para os movimentos, marcado pela luta para reestabelecer a democracia. O período da pesquisa de campo foi concomitante a atividades de intensa resistência e de debate sobre a necessidade de mudanças nas estratégias de lutas para o enfrentamento do governo ilegítimo que se instaurou com o golpe parlamentar.

Neste sentido, foi ilustrativa a participação em uma sessão do Ciclo de Debates “Uma Agenda Democrática para o Brasil Rural”, promovido pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e pela Fundação Friedrich Ebert (FES), no dia 23 de maio de 2016. Essa sessão contou com a participação de duas militantes de movimentos sociais, uma do MMC e a outra da MMM, além de mim, na condição de ex-gestora de políticas para as mulheres rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O tema da sessão foi “As mulheres na agenda do Brasil Rural” e as falas dessas militantes foram reveladoras de como estavam impactadas pelo golpe e por reflexões sobre o futuro.

Uma situação semelhante ocorreu em outro momento de observação direta, durante a celebração dos 30 anos do MMTR. Nessa ocasião, o golpe também foi um tema bem presente, destacando-se a necessidade de resistir e reforçar a formação e a mobilização dos movimentos sociais de mulheres rurais, bem como a busca por sua sustentabilidade financeira. A programação do encontro previa discussões sobre vários temas e privilegiei o acompanhamento de uma oficina sobre mulheres e agroecologia, e de outra que tratou da autonomia econômica, temas diretamente relacionados com a minha pesquisa. A análise desse conteúdo será apresentada no capítulo relativo ao período recente do movimento de mulheres rurais.

Outro momento de observação direta ocorreu nas cidades de São Luís e Bacabal no estado do Maranhão, no período de 13 a 15 de setembro de 2016. Além de assistir ao ensaio do grupo musical “As Encantadeiras” – grupo de cantos do trabalho constituído pelo MIQCB – e entrevistar uma de suas componentes, visitei a sede do MIQCB para pesquisar o seu acervo documental e coletar publicações e outros materiais. Fui convidada a acompanhar uma audiência pública em Bacabal, região do Médio Mearim (área onde se originou o MIQCB no Maranhão), que envolvia uma das lideranças que já havia coordenado o movimento regionalmente e que lutava pelo reconhecimento da sua terra, hoje considerada oficialmente um assentamento da reforma agrária, como território quilombola.

A partir desses acontecimentos e das escolhas realizadas no trabalho de campo considero necessário refletir sobre as relações pesquisador-objeto com referência nas contribuições da epistemologia feminista. A literatura admite a conexão entre as pessoas e por esse motivo afirma a necessidade de reconhecer os laços existentes entre as pessoas nos contextos sociais e a interdependência das relações entre o pesquisador e o objeto; reconhece que ainda, que os objetivos e resultados dependem das circunstâncias pessoais do cientista e influenciarão nos objetivos e resultados (MEYER, 1993).

Partindo dessa compreensão abordo, a seguir, as relações sociais envolvidas nesta pesquisa, explicitando a interação entre a pesquisadora e as participantes. O meu contato com o feminismo ou o movimento de mulheres rurais teve início no final dos anos 1980, quando na condição de assessora para sistematização da experiência de um programa do MMTR-NE pude acompanhar oficinas de formação em distintos lugares da região. Além dessa experiência, na minha condição de militante do movimento de mulheres na cidade do Recife, pude interagir com várias lideranças rurais, especialmente do movimento autônomo e sindical urbano e rural no estado de Pernambuco. Assim, durante o período do final da década de 1980 ao ano 2000 convivi com várias trabalhadoras rurais, inclusive com algumas das que foram entrevistadas nesta pesquisa.

Na direção da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura Municipal do Recife (2001-2003) acompanhei atividades da Comissão de Mulheres da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (Fetape). E participei dos Fóruns Sociais Mundiais. Posteriormente, a partir de março de 2003, já na condição de gestora de políticas públicas para as mulheres rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário pude conviver intensamente com os movimentos de mulheres rurais. Isso se deu, especialmente, nos espaços de diálogo e participação social criados nos programas e políticas dirigidas à promoção da igualdade e da sua autonomia econômica, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e no acompanhamento das atividades de mobilização organizadas pelos movimentos de mulheres e no diálogo sobre as demandas que apresentaram ao governo federal.

Devo destacar minha participação na equipe do governo federal responsável por dialogar com os movimentos em quatro edições da Marcha das Margarida e nas jornadas de lutas das mulheres do MST. Além disso, acompanhei o Encontro Nacional no qual foi constituído o Movimento de Mulheres Camponesas e participei dos desdobramentos da ação que este movimento realizou na Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul, durante a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO.

Esse contato com o feminismo no/do campo determinou boa parte das condições da pesquisa. Na maior parte dos casos, o contato com as mulheres entrevistadas não ocorria pela primeira vez; era uma espécie de *reencontro*, o que trouxe emoções, lembranças e uma cumplicidade na apreensão pelos recentes acontecimentos no país. Elas sabiam que eu conhecia os movimentos, as diferentes posições sobre vários dos temas em discussão e as alianças estabelecidas com os movimentos sociais do campo e do movimento feminista urbano. Além disso, o contato comigo estava situado no marco da relação governo federal e sociedade civil, num período de avanços e conquistas decorrentes da democratização do Estado, quando foram criados espaços de controle social e houve o reconhecimento político e institucional de suas agendas; mas foi, também, de uma certa frustração de expectativas com o governo federal, já que apenas parte de suas agendas foi incorporada como política pública.

Durante as entrevistas houve momentos de confiança, mas também uma escassa abordagem da relação do movimento com o Estado no período recente. Isso se deve ao fato da pesquisa não ter esse foco e, também, por não ter dirigido a entrevista para este conteúdo. Essa dimensão da pesquisa refere-se à problematização da subjetividade do pesquisador que é tratada pela antropologia pós-moderna (CLIFFORD, 2002).

Sempre iniciei as entrevistas informando sobre a minha saída do governo federal no início de 2015 e o retorno à Universidade Federal Rural de Pernambuco e sobre a necessidade que tinha de me distanciar um pouco da experiência anterior, mas de continuar atuando no meio rural e pesquisando sobre as relações de gênero. Em seguida, abordava o conteúdo da pesquisa, a forma que conduziria a entrevista e as indagava sobre suas dúvidas e ouvia seus comentários iniciais.

As entrevistas foram realizadas com mulheres que ocuparam ou ocupam a condição de lideranças; mulheres responsáveis por mobilizações nacionais e regionais de grande repercussão; mulheres que negociaram com governos, parlamentares; ou seja, mulheres com atuação no espaço público e que ganhou relevância pelas histórias de suas vidas, e que, por esse motivo, aprenderam a saber o que fazer e dizer em distintas situações.

Em muitos momentos elas buscaram conduzir a pesquisa indicando com quem eu deveria conversar e o que eu deveria ler; em outros, elas abordavam a necessidade de recuperar a memória dos momentos da constituição do movimento de mulheres rurais. Foi interessante notar que várias delas destacaram o papel desempenhado por algumas militantes na constituição de articulações regionais e nacionais e a contribuição de militantes desconhecidas, que exerceram forte influência e deram apoio para a constituição desses movimentos, o que revela as preocupações políticas com a narrativa construída no trabalho de resgate de memória das lutas empreendidas.

Considero importante destacar, ainda, o acolhimento que recebi destas lideranças. A maioria delas destacou a importância deste tipo de pesquisa; várias delas se empenharam em me facilitar o acesso a documentos e o contato com outras coordenadoras a serem entrevistadas; indicaram estudos ou enviaram pesquisas que elas próprias haviam realizado. Uma das lideranças, logo após a entrevista, elaborou espontaneamente uma síntese cronológica e me enviou documentos de referência. Estes acontecimentos indicaram um claro envolvimento com a pesquisa e a valorização, por parte delas, de investigações dessa natureza para os seus movimentos.

Algumas das entrevistadas chegaram a comentar suas impressões sobre outras pesquisas realizadas que envolviam seus movimentos e destacaram o ingresso de militantes dos movimentos de mulheres nas universidades para estudar os próprios movimentos e para aprofundar temas de interesse de suas organizações. Ao fazerem essas observações em mais de uma ocasião, elas sutilmente chamavam a minha atenção para cuidados a serem adotados na pesquisa, para a necessidade de indicar problemas relevantes e para se atentar para a necessidade de apresentar a percepção dos movimentos sociais e não visões particulares.

Várias delas explicitaram as suas expectativas com o meu trabalho, destacaram a importância de ter mulheres feministas realizando estudos sobre o tema e destacaram a necessidade de pensar sobre todo o período de “movimentação das mulheres”, bem como refletir sobre as suas bases teóricas. Uma delas fez um pedido especial: melhorar o registro de períodos do movimento que ela considerava que ainda não haviam sido devidamente abordados ou destacados em estudos anteriores.

Não é uma novidade para estas lideranças e para os seus movimentos a relação com universidades e pesquisadoras. Alguns movimentos construíram relações fortes mediante ações de formação; outros despertaram o interesse de pessoas envolvidas com os movimentos em realizar estudos, a partir de uma visão de dentro. Em alguns casos, professores e pesquisadores colaboradores das universidades supriram demandas, que em outros movimentos eram atendidas por intermédio do trabalho de assessoria.

Esses aspectos chamam a atenção para a necessidade de uma reflexão sobre o conhecimento produzido sobre e por estes movimentos, a partir da noção de “conhecimento situado”, que para Ilana Löwy (2000) resulta da contestação da existência de um ponto de vista único sobre a história e a sociedade e da validade dos relatos transmitidos por uma única voz, em correntes de pensamento inspiradas por grupos de dominados, tais como do movimento de mulheres. Dessa forma, segundo Ilana Löwy, busca-se construir uma oposição à neutralidade científica e, em seu lugar, produzir narrativas sob diferentes pontos de vista e vozes múltiplas que se constroem a partir de relações de cooperação, contradição e oposição:

Inscritos na ação e nas redes densas de interações tais “conhecimentos situados” são produzidos por indivíduos que tomam posição por um certo mundo e recusam outros. Longe de serem transcendentais, completos e “próprios”, são, por isso mesmo, localizados, parciais e “contaminados”(…) uma ciência situada pode abrir caminho para outra definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade” (LÖWY, 2000, p. 37-38).

O conhecimento apresentado nesta pesquisa tem essa característica, por não se pretender neutro; por se constituir em um conhecimento que se insere em uma rede de relações marcadas por cooperação e conflito, explicitando-as e valorizando os distintos pontos de vista encontrados sobre os acontecimentos e as reflexões produzidos pelos movimentos de mulheres rurais no país.

Ainda em referência à literatura sobre metodologia de pesquisa e a partir da crítica ao pretensão conhecimento objetivo e neutro, a epistemologia feminista sugere uma atitude livre para substituir o interesse explícito pelo implícito (JEAN GRIMSHAW, 1986 apud GERGEN, 1993), advoga a impossibilidade de obter valores brutos e afirma que todos os aspectos do método científico requerem atos de interpretação e que é necessário “realçar a voz dos participantes da pesquisa” (FREIRE, 1976; MEARS e MCLEOD, 1984).

Abordo, a seguir, a trajetória de vida das mulheres rurais entrevistadas e a forma pela qual ingressaram nos movimentos investigados para mostrar a multiplicidade de contextos e de relações envolvidas na construção das experiências individuais e coletivas.

O estudo das histórias de vida tem um potencial metodológico, como revelam análises sobre a trajetórias de trabalhadoras rurais sob a ótica do trabalho realizadas por Maria Aparecida de Moraes (2010). Embora não realize de forma exaustiva uma análise dessa natureza, abordo essas trajetórias de modo a dar a conhecer não apenas o movimento de mulheres rurais, mas também algumas de suas lideranças que chegaram a exercer a coordenação desses movimentos, e mostrar a conexão entre processos individuais e coletivos, descrevo, a seguir o perfil do grupo de lideranças que participaram da pesquisa. De modo a dar a conhecer não apenas o movimento de mulheres rurais, mas também algumas de suas lideranças que chegaram a exercer a coordenação desses movimentos, e mostrar a conexão entre processos individuais e coletivos, descrevo, a seguir o perfil do grupo de lideranças que participaram da pesquisa.

2.1 QUEM SÃO AS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS

Para desenvolver a análise pretendida das trajetórias de vida dessas lideranças, destaco aspectos marcantes: sua origem social e as desigualdades vividas como mulheres trabalhadoras rurais, como mulheres negras; os conflitos que, em sua grande maioria, estão na origem das primeiras organizações de mulheres no plano local e territorial. Destaco, também, os motivos que as levaram a realizar ações de contestação e de rebeldia; as estratégias usadas para constituírem as primeiras organizações; e, as vivências que foram decisivas para o papel que, mais tarde, desempenhariam nos movimentos que coordenaram.

2.1.1 Família, terra, trabalho e as primeiras identidades construídas

Ao pedir que se apresentassem, invariavelmente, essas mulheres descreviam o seu lugar e família de origem, referiam-se à precária condição de acesso à terra e as formas de exploração que marcaram as relações de trabalho delas e de suas famílias.

A maioria delas são negras, mas essa dimensão identitária foi destaca por apenas duas delas. Uma ao associar um conjunto de exclusões que vivencia pela origem pobre e por ser solteira além de negra, a outra pela descoberta do pertencimento a uma comunidade quilombola. Embora a maioria da população rural seja constituída por negros e negras, veremos como essas relações ainda estão distantes de uma maior problematização nos movimentos de mulheres rurais investigados e aparece apenas como um desafio a ser perseguido na construção de projetos emancipatórios que buscam alcançar.

Todas elas são provenientes de comunidades rurais e de famílias numerosas; relataram casos de mortalidade infantil em seus grupos domésticos e muitas delas ampliaram o número de membros do grupo familiar pelo acolhimento de filhos de parentes próximos: “Dizem que minha mãe teve doze filhos, doze gravidezes. Mas então só teve nove filhos; dois morreram. Só depois a gente entendeu que o que era mais novo, do que morreu foi de pobreza mesmo. E nós criamos em sete. Então eu sou a sexta” (Rosa, 30/8/2016).

Além da família, é a condição na terra e o trabalho que indicam os primeiros aspectos de definição da identidade das mulheres entrevistadas. Ser “sem terra” e “sem teto” ou ter pouca terra para garantir a manutenção da família são marcas de vida dessas lideranças.

Eu sou de uma família do sertão, sertão de Sergipe. E meus pais, meus pais eram sem-terra. A gente vivia então no sertão, tinha pouquíssima terra. Que era herança, foi herança dos pais da minha mãe. Que não era suficiente pra gente viver. E aí a gente vendeu essa terra e comprou uma casa na cidade e meu pai trabalhava – lá a gente dizia assim – de alugado. E minha mãe foi a mulher que ficou, que fazia a roça. Na terra das irmãs. E a gente assim...

uma família muito pobre, né. Porque não passava fome, porque meu pai era muito, muito, toda vida foi, muito trabalhador. (Rosa, 30/8/2016)

A falta de acesso à terra e de apoio para a agricultura familiar levaram várias famílias a migrar para regiões de expansão da fronteira agrícola ou mesmo para áreas em que os agricultores contavam com maior apoio do Estado.

Então o sítio ficou muito pequeno, e todo esse período aí, que foi essa migração mais interna, de ocupação das fronteiras agrícolas. Foi essa forte propaganda, aí nos anos 70. (...) Aí, ocorre que minha família foi – vamo dizer assim – capturada com essa ideia, né. Então vendeu, meu pai vendeu lá no Espírito Santo, esses nove hectares de terra que nós tínhamos e comprou em Cacoal, Rondônia. (Maria Rita, 21/9/2016)

Minha família... depois que eu vim morar em Pernambuco Aí meu pai se apaixonou por Pernambuco. E pelas diferenças de realidades, de vida, dos agricultores, e de assistência, né. Que ele achava que os agricultores tinha em Pernambuco, que não tinha no Ceará. E ele ficou apaixonado. Daí, ele vendeu tudo que tinha lá e veio embora. Todo mundo pra cá. (Eleonora, 11 e 12/8/2016)

Inclusive, analisando a trajetória passada dos meus pais, né, que por toda uma questão de falta de programa de reforma agrária, de pensar o campo, tiveram que migrar, abandonar as suas... os seus territórios, de origem. É nesse contexto que a gente vai se conscientizando que a problemática do campo é mais ampla, né. No Nordeste, a gente dizia muito o problema da seca, mas não era seca era cerca, né. Era falta de projeto de desenvolvimento, que pensasse as desigualdades regionais, que pensasse o território rural, que pensasse a reforma agrária como uma alternativa de desenvolvimento. (Claudia, 24/5/2016)

Um distintivo de gênero importante, associado às dificuldades de acesso a terra, é a forma como as militantes entrevistadas lidaram no decorrer da sua juventude com os mecanismos de reprodução social dos camponeses. A prática costumeira da permanência dos filhos homens na propriedade e a migração das mulheres para a propriedade da família dos seus maridos mostraram-se, para algumas delas, como um desafio, que exigiu a construção de estratégias para sobreviver e permanecer nestes locais. Para superar estes problemas relataram mobilizações de mulheres participantes de grupos de jovens mobilizados para a luta pela conquista da terra.

Assim as restrições de acesso à terra anunciavam os limites para garantir a reprodução de suas famílias, afinal, os filhos vão ficando e apenas as mulheres vão saindo depois do casamento. Não é por acaso que a luta pela terra mobilizou as mulheres em sua juventude:

Eu... na minha família, os meus pais foram desalojados da barragem do Paço Real, aqui do Rio Grande do Sul. Nós nos mudamos prum reassentamento, né, que é no... dentro do próprio município, que se chamava assentamento Fazenda Itaíba. E de lá, quando eu vim pra esse assentamento eu tinha 13 anos, né. É, e aí eu... militância eram de jovens. Nessas famílias que vieram pra esse... reassentamento eram todas famílias numerosas, assim com 8, 10 filhos, né. (...) que chegou a um ponto, a gente é, começamos a ser, ter um grupo de

jovens. Nós participávamos da igreja, né, naquele período. E, a gente era um grupo de jovens muito grande, assim, dentro da comunidade. E, aí, a gente começou a participar e dentro da própria Igreja a discutir o que nós dentro do grupo, né, o que é que a gente queria, né, o que é que a gente ia fazer quando dali nós saísse, né. Então, assim... é, não tinha espaço, que era um assentamento. Cada pai tinha um lote de terra, não tinha espaço pra todos esses filhos, né. E a minha atuação começou por (...) E por aí nós começamos a participar. (...) E fomos pro Movimento Sem Terra, que estava nascendo também no Rio Grande do Sul, mas numa outra região que não a nossa, né. E, aí, eu... eu, a gente se engajou. Muitos desses jovens nossos do grupo se engajamos e fomos a primeira, fomos ocupar a fazenda Anoni que foi um dos primeiros assentamentos. (Cristina, 22/9/2016)

O limite da propriedade ou a venda da terra tradicionalmente ocupada geraram uma situação de vulnerabilidade pela eminente expulsão e elas queriam permanecer:

As histórias que tia Vitalina contava pra gente eram histórias que ela tinha vivido. Ela tinha vivido com aquele povo que tinha saído da escravidão (...) Josinho em 73, quando Josinho morre, aí pessoal começou a vender a terra. (...) Quando Josinho morreu, aí a filha mais velha dele, aí foram, acho que, fazer um tal de inventário... Aí, começaram a vender... Aí, tia Vitalina tava pra São Luís, quando ela veio de São Luís que ela chega de Macambo, já chamaram ela e disseram que era pra ela não ir pra Monte Alegre, que o povo de Monte Alegre já ia sair. Aí, ela disse, não, que ela ia era pra Monte Alegre, que lá em Monte Alegre que era terra dela, e derradeiro quem ia sair de lá era ela e São Benedito. Quando São Benedito saísse de lá, ela saía, então assim. (...) E a gente não entendia nada de movimento, não entendia nada. Nunca tinha participado, assim, de movimento, assim, de fazer a coisa (...). Aí, ela chamou a gente, a gente foi e (...) aí a gente entrou de cara, fazendo que ela mandava. Tudo que ela mandava a gente fazer, a gente fazia. Aí, chegou momento que saiu do controle da gente, aí, tinha coisa que a gente não podia mais fazer (...). Aí, a gente chamou as companheiras pra ajudar a gente fazer. E, assim, a gente foi, até quando chegou o dia mesmo que botaram fogo nas nossas casas (...). Mas, assim, pra mim aquilo... assim, eu fazia. Nós era só três, era, era Manazi que tava lá, uma que tá de... tinha uma bengala (...). Eu e a mãe dela, nós era só 3. Entrevistadora: Vocês três, às três que ficava embaixo da árvore. Entrevistadas: Da árvore [risos]. A gente era as escritã da época. (Anunciada, 18/8/2016)

Como todas são filhas de agricultores/as familiares, elas iniciaram a condição de trabalhadora nas suas próprias famílias durante a infância ou a juventude. Trabalharam na condição de filhas, *ajudantes das suas mães*, em atividades de trabalho doméstico em casa ou fora dela com remuneração (por exemplo, lavar roupa). Elas também exerceram outras atividades remuneradas na agricultura, que várias definiram com uma realidade de trabalho em que *os meninos acompanham o pai e as meninas a mãe*: “Sou quebradeira de coco desde os meus oitos anos, é que naquela época a gente tinha que trabalhar mais cedo pra ajudar é... na despesa de casa” (Aparecida, 17/8/2016).

Trabalhar para ajudar sem remuneração indica o início de um processo de preparação para o trabalho na agricultura familiar que costuma marcar a trajetória das mulheres rurais. A segregação ocupacional inicia-se nesse processo de socialização para o trabalho, mas, no caso de muitas delas, o

ingresso na militância em movimentos sociais criou rupturas com o modelo predominante e abriu espaço para formas de inserção mais autônomas.

Outro aspecto marcante na vida destas mulheres é a sua condição de agricultora com relações de dependência com fazendeiros. O trabalho “alugado” e a “renda de meia” despertaram nelas a percepção de uma situação de exploração. Deixar metade da sua produção e até a forragem para o fazendeiro implicava em manter a condição de pobreza das suas famílias.

E, aí, avaliar junto na comunidade que aquela situação da renda de meia, era uma situação muito ruim, se trabalhava tempo todo. Lá pra nós, não era saca, era quarta de feijão, milho. Eu lembro uma época falando na saca. Meu pai produziu, conseguimos produzir quase 200 quarta de milho, que vai dar quase 200 sacas de milho. Metade daquilo, metade, metade é de Gaiola que era patrão, Costa lá leva metade. E aquilo foi deixando assim, uma situação... que vida é esta, né. Então, começamos. Não era só minha família, mas nós éramos uma comunidade, aproximadamente 38 a 40 famílias produzindo naquele sistema. Imagina o que é sem contar deixava além de entregar, você deixava toda foragem...tudo, vivia trabalhado... Assim é a vida. Então, chão que me deu chão pra chegar até onde eu cheguei é esse Andrea. (Fatima, 16/9/2016)

E, aí, depois que me casei a gente na época vivia assim numa extrema pobreza. Que a gente tinha que trabalhar quase dia e noite pra ajudar o esposo, pra... criar família. Porque o que ele... o que se produzia, muitas vezes não dava. A gente não tinha onde se produzir. Quando você conseguia, é ter onde fazer uma roça. Mas aí você tinha que pagar renda pra o dono da terra. Aí, você dividia sua produção à metade, né. Se trabalhava seis meses na roça, aí quando você colhia tudo, tinha que dividir de tudo um pouco com o dono da terra, né. Então a vida era muito corrida e muito sofrida. (Aparecida, 17/8/2016)

2.1.2 Estratégias de construção de autonomia na juventude: migração, estudos, casamento e violência

Outro aspecto da trajetória de vida dessas mulheres diz respeito às suas experiências na juventude e à mudança de atitude frente ao seu futuro. Não se mostraram mais passivas frente às práticas normativas de reprodução social do campesinato; buscaram construir alternativas e não vislumbraram o casamento como o acontecimento que organizaria suas vidas. Mas entre as que casaram ainda na juventude, houve relatos de frustração com a experiência, pois que o que parecia se constituir como um projeto de autonomia frente à tutela e controle dos pais, muitas vezes, resultou em perda ainda maior da liberdade, e, em alguns casos, na convivência com a violência doméstica

Casei muito nova. Casei com dezesseis ano pensando, assim, que eu ia me casar porque naquela época a gente era muito preza, né. Aí, ah! vou me casar porque eu quero me libertar. E foi engano, ficou muito pior. Porque, aí, eu era presa pelo meu pai e minha mãe, eu não tinha liberdade pra ir pra festas né. Aí, e aí, depois, fiquei mais presa, porque me prendi pelo marido, me prendi pelos filhos, pela casa. E aí, até aí, não mudou nada, piorou a situação [risos]. (Aparecida, 17/8/2016).

Eu acho que sempre fui muito briguenta [risos]. Eu acho que foi por conta de violência que tinha passado no casamento. Eu não ficava mais calada. Não sei ficar calada. Não sei ficar calada. (Sandra, 12/8/2016)

Outras não relataram experiências ruins, mas em função de casamentos com militantes de outros estados, da mesma região, tiveram que migrar.

Eu, é... já sou filha de migrantes do campo pra cidade. Mas eu casei com um camponês, trabalhador rural, do sindicato dos trabalhadores rurais e do MST. E volta minha militância, novamente, no campo. É, é... ainda em 89, né. (...) E através da luta do MST, no Piauí, e posteriormente na Bahia... (Claudia, 24/5/2016)

Eu casei jovem e vim para Santa Catarina. Num processo de migração, né. (...) Você é gaúcha? (...) do estado do Rio Grande do Sul. Então minha adolescência, infância e tal, eu vivi lá. E eu vim pra Santa Catarina. Nós fomos ligados à Igreja Católica. E aqui, iniciei um trabalho fortemente ligado à Teologia da Libertação. Na organização dos grupos de base e tal, das comunidades eclesiais de base. Então, ali se adquiriu uma consciência da... da história da opressão, da exploração, quem eram os oprimidos. (Luiza, 27/9/2016).

Mas há experiências positivas de migração que contribuíram também, na construção de projetos de autonomia mediante da escolarização, embora que nem sempre fosse uma experiência tranquila:

Porque não obedeci meu pai. Porque eu não quis ir pra uma escola. Porque eu não quis ir pra uma escola ser empregada de freira. Fui morar na casa d'um tio. Eu disse, "eu vou ser empregada numa casa de família. Mas não vou ser empregada nem de padre, nem de freira. Vou ficar aqui". E eu não tinha nada de movimento de mulheres ainda. Mas eu já pensava assim. Então... (...) minha autonomia foi quando eu resolvi sair de casa (...) eu saí de casa com dezesseis anos de idade (...) da comunidade pra ir morar no Crato. (...) Eu saí de casa, numa carga, montada num burro. Numa carga de mala e tudo. Foi assim. Mas não saí porque meu pai nem minha mãe me botou pra fora não. Eu saí porque eu queria estudar. E meu pai não podia pagar uma escola. E nem muito menos pagar um pensionato, como chamava na época. Não podia. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

A migração na condição de solteira é distinta. Algumas migraram para cuidar de familiares próximos, mantiveram boas relações afetivas e neste ambiente tiveram suas experiências iniciais de militância em movimentos sociais:

Eu queria fazer um curso profissionalizante, um magistério. E minha... só tinha uma tia única, irmã de meu pai. Precisava muito da minha ajuda doméstica. Eu vim cuidar da minha avó e da minha tia. (...) Fui cuidar de duas idosas. Aí, eu (...) né, não? Ajudar elas. (...) Eu fiz tudo com muito amor. E foi lá dentro que eu aprendi (...). Porque esse meu primo, ele era fundador do movimento sindical. Era do tempo dos grupos de SOS. SOS. Os grupos de... da antiga EMATER (...) trabalhava... o trabalho social, né. Ele fazia os trabalho social. E ele, também, era professor de matemática. Então, a gente uniu o útil ao agradável (...). Era amigo desse padre (...). Então, a gente foi se consolidando um grupo de revolucionário. Quando Bruno Maranhão chegou lá, com a proposta do PCBR, a gente já

tinha um grupo, mas só que esse grupo não tinha muito coragem de acompanhar Bruno, não (...) não, mas eu... aí... eu tinha muito respeito pra seguir ele. Outros companheiros, dirigentes sindicais. Aí, Belmonte, realmente foi um sucesso, nesse grupo. (...) Andrade sabe disso. Andrade foi nosso companheiro nesse grupo. PCBR. Muito legal.... aprendi um bocado de coisa boa. As coisa ruim eu não queria nem saber. “Num conte comigo”. Dizia vai pegar... olhe, fui fazer uma revolução, eu ajudo, eu dizia a ele. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Migrar para *casa de família* nem sempre era uma experiência exitosa. A convivência com a violência cometida pelo homem da *casa de família*, por exemplo, levou uma liderança a desistir do seu projeto de estudos e retornar ao seu lugar de origem.

Morar em casa de família, morar em casa alheia, a gente tem que se adaptar... algumas questões que não são agradável. E pra gente que não aceita coisas fácil, porque a gente tem no sague já uma, um pouco de rebeldia. [risos] Não foi legal. Eu tive que sair da escola porque na casa que vim primeiro mora não foi muito agradável. Aconteceu coisas que não foi legal, com uma outra pessoa. Não foi totalmente comigo, mas foi com uma outra menina que estava na casa, né, e por conta dela eu disse não vou ficar aqui. Porque não vai dar certo. Que eu não apanho, apanho dos meus pais, não apanho de outras pessoas. (...) Chegou a ter violência. O menino, o dono, o senhor lá, que era marido da tia dela acabou batendo nela, bateu no rosto dela. Ficou marca totalmente assim. E eu fiquei muito brava mas... peguei uma faca, falei eu vou te matar agora [risos]. (...) O que aconteceu com ela poderia acontecer comigo. Entendeu! Então, assim, pra mim não: “oh gente, não dá eu vou me embora”. Certo que eu fui. (Maria do Carmo, 18/8/2016).

Podemos perceber a partir desses relatos que migrar para elas significou construir uma alternativa para sobreviver nas cidades de destino e, nesse momento, novamente, pesou a influência da socialização para o trabalho em seus grupos de origem. Elas se tornaram cuidadoras de familiares idosos, o que revela claramente uma relação entre a migração e o trabalho de cuidados associado à família, mesmo quando não se tratava do seu grupo de origem (HIRATA,2011).

Deixar os seus grupos familiares de origem não alterava a condição e atividade de trabalho que costumavam desempenhar: um trabalho sem remuneração e de ajuda em apoio aos seus familiares.

Outra situação associada à migração refere-se às primeiras experiências reprodutivas que resultaram de relacionamentos afetivos, mas diante das dificuldades surgidas, as mulheres foram obrigadas a interromper os estudos e buscar alternativas para sustentar os filhos. Depois de ter enfrentado a violência em *casa de família*, ter retornado para o campo e decidir fazer mais uma tentativa na cidade, Maria do Carmo relata uma situação em que sofreu práticas racistas:

Aí, voltei, e foi que eu continuei e fiquei aqui até em 86. Me envolvi com um cidadão, acabei ficando grávida E, aí, ficou difícil, porque, aí, entrou uma outra fase da vida. [risos] É, eu morei na casa dela [da sogra] até nove, nono mês de gravidez. Aí o cidadão ia fazer uma casa e tal pra gente viver junto. Aí, entrou aquela outra parte de preconceito. Que aí,

que a família dele já não permitia, porque eu era negra, e porque eu não dirigia fogão. E, assim, foi. Eu te contei, tudo bem não ia de ser nada, meu filho tá aqui. Eu cá vou por interior, lá, hoje é onde estou até hoje. O meu filho tem 30 anos já, né, esse. E, depois assim, eu não tive muito a perder, ao contrário das pessoas que rejeitaram pela questão de preconceito, né. (Maria do Carmo, 18/8/2016).

2.1.3 O despertar da consciência crítica

As mulheres entrevistadas são de gerações distintas; a maioria delas tem entre 50 e 60 anos, e uma apenas está na faixa etária dos 30 anos. Em função disso iniciaram a sua militância política ainda em meados dos anos 1970, quando conviveram com a repressão da ditadura militar em suas famílias; ou iniciaram sua participação política já no período de redemocratização do país, nos anos 1980. Poucas ingressaram em movimentos sociais a partir dos anos 1990.

Foi na luta pela terra que a maioria delas estabeleceram vínculos com a Igreja Católica, principalmente por meio da pastoral da juventude, mas também das pastorais da terra, da mulher e da criança, e, algumas, com as Igreja Luterana; e, também, com organizações não governamentais. Há casos de lideranças em que o envolvimento inicial com a igreja foi fruto da influência católica das suas famílias, que as levou a se envolver com as lutas pela terra e por melhoria das condições de vida e trabalho por intermédio das associações comunitárias, de oposições sindicais e do MST. Abordarei estes pontos, de forma mais detalhada, no capítulo sobre a fase da constituição do movimento de mulheres rurais no Brasil.

Há distintos momentos de ingresso na militância, as diferentes reações que as suas famílias tiveram com essa nova experiência. Mas algumas dessas mulheres vinham de famílias em que pais, irmãos eram militantes – uma liderança se referiu à mãe dizendo que “filha de peixe... de peixe, peixe é” - ou se mostravam solidárias com os movimentos sociais do campo. Houve casos, também, em que mesmo não tendo envolvimento com os movimentos sociais, acolheram a militância dos filhos, enfrentando, inclusive, acusações de outros parentes próximos que chamavam seus filhos de “comunistas”.

Eu acho que eu tive a felicidade, eu tive extrema felicidade de ter uma família toda militante. Porque mesmo meu pai não compreendendo a luta da esquerda, mas ele apoiava os esquerdistas na minha, na casa dele. (...) Era uma coisa muito linda. Por exemplo, pra você ter uma ideia, no início da construção do PT, no meu município, o ponto de apoio era a casa de meu pai. Então os primeiros... organizadores de Pernambuco, que chegava, que era Humberto Costa, Bruno Maranhão... esse pessoal que chega... era o Lula, né. Então, esse pessoal ficava hospedado na casa da minha mãe. E, nessa época, não tinha nem o fogão a gás. E minha mãe levantava e cuidava de comida pra todo mundo. E todo mundo saía feliz, porque saía de barriga cheia, lá de casa. (...) Francisco Dias Cabral e minha mãe,

Geralda Dias. Era, assim, um amor de pessoa. Todos dois. Então, eu sou feliz por isso. Tive essa felicidade. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

A única situação distinta entre as lideranças entrevistadas foi a de uma que tinha um pai que era “calado”, característica que despertou a indignação e a não aceitação da condição de pobreza e exploração e uma vontade de agir de modo diferente do seu progenitor:

Meu pai sempre foi um cidadão bastante trabalhador e, ao mesmo tempo, calado... com algumas situações. Que, até então se o patrão quisesse pedir a roça com o milho todo dentro ainda, ele dizendo “tudo bem, sim senhor”. Sabe aquela coisa tudo bem, sim senhor do coronel, não sei o quê. (...) Meu pai nunca foi homem de andar muito, sempre se submeteu a um bocado de regras pra poder criar família e também não tinha pra onde ir. Então morei até, acho, os meus 20 e tantos anos nessa comunidade, né, e vem exatamente o que me despertou primeiro. (Fatima, 16/9/2016).

Os conflitos relatados pelas lideranças entrevistadas, na maioria dos casos esteve na origem das iniciativas de contestação que levaram à formação dos primeiros movimentos. Algumas tensões descritas já estavam presentes no momento da constituição do movimento e outras só foram objetos de ação coletiva posteriormente. Em um outro caso envolveram uma importante diversidade de relações e de instituições.

As primeiras mobilizações relatadas pelas lideranças entrevistadas estavam relacionadas, principalmente, a quatro problemas: a) a concentração da terra e as dificuldades de acesso aos bens naturais em condições diferenciadas pelas mulheres; b) o tratamento desigual e as práticas discriminatórias nas relações de trabalho nas fazendas; c) a discriminação nas políticas públicas de proteção social e daquelas voltadas para minimizar os efeitos da estiagem das chuvas no Nordeste; e, d) a participação e representação masculina dos movimentos sociais.

A luta pela terra, permaneceu antes e durante a constituição dos movimentos: “claro que as mulheres lutaram pela previdência, as mulheres lutaram por várias coisas, mas a terra sempre foi a primeira, é bandeira de luta das mulheres” (Fatima, 16/9/2016).

Após a conquista da terra elas relataram tensões importantes que tiveram que enfrentar decorrentes da falta de autonomia sobre o uso e gestão dos bens naturais.

Vou te contar um fato. No Ceará tem um assentamento chamado 25 de Maio. (...) As mulheres desse assentamento, elas fizeram uma ocupação dentro do assentamento, liderado por Dona Maria, mãe do Toninho. Toninho muito conhecido, chamado Toninho de MST no Ceará. Porque tinha muita água num açude grande e as mulheres... os homens não queriam disponibilizar para as mulheres fazerem horta. Dona Maria, uma liderança dessa que foi ocupar lá a terra na fazenda, disse “se nós ocupamos essa fazenda, nós vamos ocupar

também aqui dentro pra gente produzir”. Elas ocuparam a área dentro do próprio assentamento pra poder produzir. (Fatima, 16/9/2016).

Lideranças relatam, também, conflitos vivenciados com gestores para conseguir ter acesso à água nas suas residências e com seus colegas de assentamento para poder fazer uso da água no quintal produtivo:

Depois tem um problema muito... muito... da questão da água. Que é uma briga lá também na comunidade com um gestor que não queria que a gente tivesse água. E, aí, fica aquela coisa chove não molha. E a água foi de chafariz e as mulheres não queriam. As mulheres queriam água encanada. E as mulheres e... as mulheres radicalizam nessa discussão. E aí a gente consegue ter água encanada. (Rosa, 30/8/2016).

É desta luta das mulheres pelo acesso à água e a partir da construção de redes de solidariedade ao trabalho reprodutivo no assentamento que se inicia um trabalho de organização das mulheres:

Aí a gente começa a organizar. E aí a gente começa... Aí, que as mulheres têm que se associar na associação. E que as mulheres têm que participar dos... do grupo ... de ... lá de trabalho. E, aí, algumas mulheres vão e a gente organiza que as mulheres... A gente não tinha nada disso como feminismo, como princípio feminista. Mas aí, uma fica, toma conta das crianças das outras. (...) Pra que as outras vão trabalhar. E a gente começa a fazer isso muito forte. E, eu sei que a gente vai se firmando nesse município. Se firmando na... No assentamento. Aí, a gente cria nossa associação. Tem um trabalho muito, assim, muito puxado também, assim, por mim, por Madalena, que é minha irmã, de organizar as mulheres. É a primeira associação desse... dos assentamentos, em que as mulheres são sócias. (Rosa, 20/8/2016).

Os depoimentos revelam conflitos resultantes da ausência de participação das mulheres na tomada das decisões coletivas, de restrições associadas à falta de posse compartilhada da terra na família e à desvalorização do trabalho voltado para o auto-consumo e o cuidado da família. A conquista da terra não foi acompanhada da igualdade entre homens e mulheres: não se redefinia a divisão sexual do trabalho; as atribuições do trabalho de cuidado, incluindo a alimentação das famílias, ficavam a cargo das mulheres; e elas não tinham nem as condições para fazer o trabalho doméstico, conforme relatam.

É comum nos relatos dessas lideranças a referência à participação ativa das mulheres na luta e na conquista da terra, bem como e sua exclusão no momento posterior, quando se constituem as associações dos assentamentos. Os movimentos pela terra não impediam a participação das mulheres, mas também não criavam as condições para garantir essa participação e, por isso, as mulheres ficavam alijadas de espaços públicos e das decisões adotadas pelas associações dos assentamentos: “Ah, mas fulana tá grávida. Como que vai com bucho? Como se gravidez fosse uma doença. Trabalha feito mula; aí pra ir pra atividade tá grávida, não pode ir?”. (Maria Rita, 21/9/2016).

As restrições quanto à participação das mulheres nas associações estão muito relacionadas à lesão do direito das mulheres à terra, conquista que elas viriam a obter como resultado de uma segunda fase de lutas do movimento de mulheres rurais. No primeiro momento, a luta pela terra não veio acompanhada da demanda pelo acesso igualitário à terra, bandeira que só veio a se expressar nos anos 1990, por intermédio da obrigatoriedade da titulação conjunta da terra, tema a ser abordado em outro capítulo.

Então sim, a luta das mulheres (...) uns dos direitos que as mulheres brigaram muito foi o direito à terra. Essa titulação conjunta. Se nós estamos na frente de todas as ocupações, e é verdade, as mulheres iam pra frente, mas o título da terra era todos dos homens. Não eram das mulheres. (Fatima, 16/9/2016).

Os conflitos despertaram o interesse das entrevistadas em estabelecer relações com mulheres organizadas em outros movimentos sociais:

Aí, a gente fazia... aí, a gente tinha esse trabalho com... as mulheres lá no assentamento. E o movimento... a gente tinha contato da luta das mulheres já vindo dessas outras regiões. Mas lá em Santa Luzia, a gente não tem... um trabalho que a gente faz com as mulheres no assentamento. E começa a se articular com as mulheres que estão articuladas com o MMTR... no município, no outro município, que é em Salgado. (Rosa, 30/8/2016).

Não foi apenas a luta pela terra e pelo acesso a água que marcaram as primeiras mobilizações das mulheres rurais. O direito ao uso comum de outros bens naturais constituiu-se em uma frente importante de mobilizações das mulheres simbolizada pela luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu para garantir o acesso aos babaçuais em estados das regiões Nordeste e Norte.

Grupo de cinco, de oito, de dez, assim, dividido. Não era tudo num canto, mas era tudo bem próximo umas das outras, né. E aí a gente também... quando a gente conseguiu ter essa liberdade pra coletar esse coco e botar em casa, carregava na cabeça porque não tinha como passar. Não tinha cerca, não tinha crochete, não tinha cancela. A a gente carregava na cabeça e fazia mutirão pra quebrar, né, pra que rendesse mais. Se hoje quebrava pra mim, amanhã quebrava pra Sandra e, assim, a gente ia levando a vida fazendo esses mutirão. (Aparecida, 17/8/2016)

Só que a gente achou que tava pouco e a gente começou gostar da idéia, né, melhorou, o coco era só pra mim. Então a gente foi pensar ainda mais longe. Aí foi a época que os fazendeiros começaram a dizer: ”ah, não, eles tão gostando e a gente tem que cortar as asinhas delas, então agora a gente vai derrubar babaçu”. Porque, todo tempo os fazendeiros tiveram muita raiva desse povo... tá pisando no que é deles, né. Então eles são donos da terra e eles acham por ser donos da terra eles são proprietários de tudo que há dentro daquela terra. E a gente tá sempre dizendo, “não... é seu a terra, o gado e o capim, mas o babaçu é nosso, porque somos nós que precisamos dele”, né, Então a gente foi em frente. E começou pelo mutirão. Aí quando eles viram que a gente tava se juntando, eles começaram a derrubar. E, aí, a gente se começou a organizar pra não deixar, porque ia ficar muito pouco

né, E por meio da derruba da palmeira que eles derrubava, que a gente ia e proibia. (Aparecida, 17/8/2016)

A defesa dos babaçuais foi se associando à luta pela terra e as mulheres se engajaram na luta pela terra, pois sabiam que sem a posse da terra as possibilidades de acesso às palmeiras seriam muito restritas. Mas da mesma forma que as assentadas estas mulheres também entram em conflito com gestores e companheiros de assentamento quanto ao uso da terra conquistada. Neste caso, também, a conquista da terra não garantiu o acesso das mulheres aos babaçuais e nem sua conservação.

A divisão sexual do trabalho na região ecológica do babaçu, a partir da separação hierárquica entre as atividades extrativistas do babaçu exercidas pelas mulheres e a roça por parte dos homens, criou uma disputa entre as atividades econômicas a serem praticadas e, conseqüentemente, surgiram conflitos pelo uso da terra com seus companheiros de luta, que também praticavam a derrubada das palmeiras. As quebradeiras de coco de babaçu passaram, então, a desenvolver um trabalho de conscientização sobre o valor da palmeira, os seus benefícios econômicos e o seu papel na composição de renda na economia familiar (FIGUEIREDO:2007).

A luta pela melhoria das condições de trabalho também fez parte das trajetórias dessas lideranças. Elas se mobilizaram pela transformação dos regimes de trabalho predominantes nas grandes fazendas, a renda de meia, pelas demandas de assistência e proteção social e por um preço justo para a sua produção.

Os regimes de trabalho eram marcados pela exploração, já que os camponeses/as tinham que entregar metade da sua produção em troca de um teto para morar e poder se alimentar. Em algumas situações contavam com o trabalho não remunerado das mulheres na condição de ajudantes. Tanto esse trabalho das mulheres, como o regime de renda eram parte das atividades remuneradas do “chefe da família”, e por isso o trabalho delas era considerado “uma ajuda”.

Foram situações como essas que elevaram as demandas das mulheres. A contestação dessa condição por parte dos trabalhadores favoreceu o aparecimento de formas de resistência e alianças com outras organizações para transformar essa realidade.

E na região que eu morava, lá no sertão, que é na diocese de Crateús, nós tínhamos um sindicato. Que era sindicato dos trabalhadores rurais de Tauá, que era onde a gente se, os companheiros tinha se conseguido entrar, conquistado... Então a gente achava que se a gente tivesse sindicato, a gente ia mudar a situação da renda. Porque era a partir do sindicato de Tauá que a gente começava dialogar processo de mudança, inclusive da renda. Lutar pela renda de 5 a 1, e não a meia como a gente fazia, né. De 5 saca uma a gente deixava pra patrão. O resto, 4, era nosso. Então, a nossa luta começou pela renda de 5 a 1 chamada. (Fatima, 16/9/2016)

Outra dimensão envolvida nessas economias desiguais dizia respeito à injustiça dos preços pagos aos agricultores no momento da comercialização, que, também, levou ao desenvolvimento de lutas que se relacionaram com a constituição de organizações de mulheres.

Experiências relatadas nas entrevistas por quebradeiras de coco de babaçu e por militantes do movimento autônomo de mulheres do Rio Grande do Sul mostram como as lutas pelo pagamento de um preço justo dos produtos comercializados foram importantes na constituição do movimento de mulheres rurais no Brasil. Diversos mecanismos de expropriação econômica eram utilizados pelos atravessadores para adulterar o peso dos produtos: a adoção de sistemas de equivalência inadequados ou o estabelecimento de valores mais baixos após o ingresso de grandes empresas, o que desvalorizava o produto e criava condições desfavoráveis de concorrência no mercado.

Essas primeiras lutas que a gente teve, assim, na época nos anos 70, 75 pra frente era uma luta muito árdua em referência ao babaçu, né. Aí, a gente tinha que quebrar coco. Era... lá na fazenda, eles juntavam cocos e a gente quebrava. E a gente só tinha direito na amêndoa, a casca ficava pra eles. E aí a gente começou a ver que isso não dava certo. Porque se eu quebrasse 10 kg de coco e ficasse com ele todinho, não dava pra suprir a minha necessidade. Imagina eu quebrasse 10 kg de coco e ficar com cinco, sem ter direito a casca. E, aí, a gente começou a se organizar, assim, paralelo. Mas a gente começou se organizar entre companheiras, com companheiras sem pensar ainda em movimento. Aí, a gente conseguiu fazer esse, essa organização, se juntar quebradeiras. Porque era assim, quando você queria aumentar sua produção é.... que você ia era barrada. Você não podia entrar, se você entrasse lá dentro ainda solta vaqueiro, tomava seu machado. O vaqueiro ele pontava pinhola, que é um instrumento de bater em gado, ele mostrava pra você. Então a gente se começou reunir em grupos e ir, pra que ir e amedrontar ele, que era mais gente e que ele não podia fazer aquilo, né, e aí a gente começou. (Aparecida, 17/8/2016).

Outra dimensão relacionada ao reconhecimento das mulheres como agricultoras e a garantia de seus direitos refere-se à política pública de proteção social do trabalho na região semiárida do Nordeste. Mobilizações importantes ocorreram para modificar e melhorar as formas e as condições de contratação de mão-de-obra por parte do governo federal nas chamadas frentes de emergência, destinadas a dar trabalho e garantir alguma renda para as populações em situação de maior vulnerabilidade.

As frentes de emergência discriminavam as mulheres por impedir a sua participação e, quando elas conseguiam ser alistadas, a discriminação se expressava mediante uma remuneração inferior à dos homens, pelo tipo de trabalho ofertado, pelo trabalho não remunerado das mulheres jovens e pela inadequação dos locais de trabalho para receber a força de trabalho feminina, especialmente aquelas com filhos pequenos. As mulheres criaram as primeiras formas de contestação dessa situação demandando a inserção igualitária nessa política pública em distintos lugares do Nordeste.

Final dos anos 70, início dos anos 80, foi um período difícil. Era um período de seca, eu acho que a gente teve uns cinco anos de seca sequenciado. E, assim, foi muita luta no movimento sindical para alistar os trabalhadores. Dentro disso a gente foi brigando pro alistamento das mulheres conseguirem. Porque as mulheres se alistaram, mas conseguiam trabalhar eram em obras junto com os homens. Qual era a nossa bandeira de luta? Era conseguir espaços, frentes de trabalhos específicos das mulheres. É, eu lembro que... Não era exclusão, apenas era forma de participação das mulheres. Porque tinha toda a diferença, né, as mulheres tinham criança e muitas vezes levava a criança, precisava levar as crianças. A gente não queria que as mulheres ficassem em casa, queria que as mulheres trabalhassem, mas queria que as mulheres tivessem condição de trabalho. Então era... foi uma briga e realmente era. A gente conseguiu a frente de emergência com um número enorme, quase 200 mulheres alistadas em Santiago, São José do Belmonte. Então, porque Belmonte foi um município histórico na questão dos saques. Quando a coisa apertava, a fome apertava e num chegava num, num benefício que os trabalhadores tavam reivindicando, a gente organizava os saques. No outro dia já come... já começava a alistar. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Também no Ceará... Ceará foi um... Ceará durante 5 anos de seca. Construimos vários assuntos, nesses frentes de serviços. Qual era a nossa grande reivindicação para exército na época? (...) Nós trabalhamos quanto os homens e recebia metade, né. Recebia metade do que os homens recebia (...) Quando ia receber a gente fazia pra meu pai, recebia um pouco mais. Mas quando foi só o alistamento da minha mãe, então, recebia metade. (Fatima, 16/9/2016).

Como assinalado anteriormente, uma das formas de discriminação era o trabalho não remunerado das mulheres jovens nas frentes de emergência, aquele exercido pelas filhas para colaborar com as suas mães:

Eu lembro que meu pai teve problema de saúde, problema de coração sério. E eu e a minha mãe era o que fazíamos... o pai era cadastrado e o que trabalhava era eu e a mamãe. Só que chegou um tempo que já não dava mais e, aí, era mamãe e, era metade. Só não morremos de fome. Porque sertanejo pra morrer de fome... a fome precisa ser grande. [risos]. A gente vai comendo qualquer coisa e vai escapando como dizia. Então, Andrea, esse conjunto de acontecimentos nos ajudava a refletir sobre... mas que diabo de vida! Trabalhamos tanto e quanto, porque a tarefa era mesma. Se os homens tinha que entregar a empreita de 200, 150 carrinhos de terra lá pra eles no açude, era o mesmo que eu tinha que entregar e a minha mãe. Aí, trabalhava dobrado, porque trabalhava minha mãe e eu trabalhava. A minha mãe recebia, eu não recebia, porque eu trabalhava pra poder ajudar minha mãe pra poder dar conta daquela tarefa. (Fatima, 16/9/2016).

Todas essas lutas que despertaram a consciência crítica das mulheres desembocaram na formação das primeiras organizações de mulheres e no movimento sindical, que era a principal organização social existente no campo, mas impunha restrições para a participação das mulheres. Além disso, a diversificação e a ampliação das lutas pela terra criaram problemas de representação das demandas das mulheres. As lutas em defesa dos babaçuais, por exemplo, não eram objeto de ação dos

sindicatos de trabalhadores rurais e por esse motivo as quebradeiras de coco, apesar de participarem dos espaços do movimento sindical, decidiram construir um movimento próprio:

A gente é diretora do sindicato. Chegou a ser diretora do sindicato em vários locais. Depois a gente conseguiu, mas.... o desempenho da gente não tinha alguns condições. A gente discutiu, adotamos é.... a nossa mãe na época. Que lembro que a gente dizia: “mãe defendendo as mães”, que é a mãe palmeira... Começamos discutir isso, mas isso não é uma política do sindicato. Não tava dentro do seu estatuto como área de atuação. Então, sim. Aí, a gente conseguia pegar a partir daí isso como uma forma de a gente se organizar e ir à luta. Então vamos à luta pelo babaçu. Vamos à luta pelas nossas vidas, continuações das nossas vidas. E fomos começar. E foi assim se estendendo automaticamente, foi ampliando eram mais grupos de mulheres. (Maria do Carmo, 18/8/2016).

Para além das novas demandas de acesso à terra e aos outros bens naturais, as trabalhadoras rurais percebiam a falta de abertura e a ausência de espaços no movimento sindical para debater sobre a sua condição de mulher:

O que movia era as questões específica das mulheres, que não era discutidas dentro do movimento sindical. Quando era pra discutir as greves as mulheres tava lá... pra discutir, vamos dizer assim, a questão da saúde, de um modo geral. Mas não era pra discutir saúde das mulher. A participação política das mulheres... a mulher, pra ir pra direção do sindicato, não era pra discutir essas questões. Era as questões específicas... a violência contra as mulheres. Era tanto... várias lideranças do movimento de mulheres, foram, inclusive, violentadas dentro do movimento sindical rural. Inclusive sexualmente violentada por dirigente sindicais. E que a mulher foi punida e que o dirigente não foi punido. É... são as coisas... que ninguém conta isso. (...). Então... várias... que não dá pra gente, né, pra gente detalhar. Mas nós estava lá dentro dessas questões que era estratégica. Era estratégica para o congresso na Contag... em buscar as mulheres... dos outros estados...(.) dos outros estados e de outras regiões do país. Pa introduzir a questão específica das mulheres, do Brasil, das mulheres rurais. Aí introduzia a questão do feminismo. Não tinha... (...) fomos nós, de Pernambuco, nós mulheres rurais que... Não tinha. Fomos nós que levamos pra dentro da Contag a campanha de sindicalização. Fomos nós que levamos a campanha de documentação. Nós e as mulheres do Sul. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Outro problema encontrado era a dificuldade de participação e representação das mulheres no movimento sindical:

Por uma questão de objetivos e entendimento, e é verdade. Porque tu pode hoje ter as mulheres nos sindicatos, mas elas são coordenadas por um homem. (...) Dentro do sindicato, sempre, alguma que outra, que tem uma que outra que sai, que é presidente de sindicato. Mas é raríssimo elas serem presidente de sindicato (...). Até tem boa vontade e tudo mais, mas dificilmente elas são as presidentes. (...) Hoje se tu conhece sindicatos, é... aqui no estado a maioria machismo assim ferrenho. Tá! Isso seja da Fetraf, seja da Fetag, seja de onde for. Todos eles são iguais. Do MPA, pode ser do MPA, todos eles são iguais. Eles dirigentes... e olha, e daí ele bota mulher pra dizer que tem representação feminina, mas o machismo continua, não mudou. (Cristina, 22/9/2016).

O movimento sindical é, sem dúvida, um ambiente que gozava de legitimidade entre as trabalhadoras rurais, mas ao mesmo tempo impunha muitas restrições para sua plena inserção. Apesar disso, embora muitas delas tenham decidido construir suas próprias organizações, várias associaram essa iniciativa ao esforço de democratização e de ampliação do espectro de lutas do movimento sindical, gerando assim uma situação muito comum até os dias atuais, qual seja, o da dupla militância.

A decisão das mulheres de construir movimentos autônomos implicou em assumir vários desafios, entre os quais, o de superar as resistências às suas bandeiras de luta, superar as restrições financeiras e a ausência de suporte no cuidado dos filhos e da família.

Nesse momento inicial de constituição dos movimentos as lideranças assumiram a condição de militante sem nenhuma estrutura de apoio para realizar o trabalho de organização de base, enfrentando a ausência de transporte e de condições para a permanência nas atividades de mobilização.

O DED eles tinham uma sede... nem em Pernambuco era. Era em Salvador. E, assim, quando eu menos esperei, eles chegaram na minha casa, pra oferecer apoio. O apoio era um fusca usado, mas foi nosso primeiro transporte. Um fusquinha. Isso a gente visitava as comunidades rurais. Que antes, a gente pra ir pra zona rural, a gente só ia com o padre, no carro da paróquia, e o carro da Emater. Esperando que esse pessoal fizesse o trabalho deles pra nós fazermos o nosso. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Assumir uma militância implicou para estas mulheres enfrentar a ausência de suporte necessário para o trabalho de cuidados dos filhos, já que seus companheiros não demonstravam disposição para assumir as “tarefas delas”. Diante dessa situação acionavam redes de solidariedade com outras mulheres, algo comum nos encontros, para absorver o trabalho de cuidados dos filhos:

Então, quando a gente se começou engajar no movimento, aí a gente começou se libertar, né. É ... teve época quando a gente foi fundar a AMTR, que é Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nessa época a gente tava criando filhos todos pequenos, né. Nessa época a gente não tinha entendimento do esposo. Pra onde você ia tinha que levar filhos todos, porque ele não ficava. Era assim, machismo tão terrível, pra eles se ficasse em casa um dia com os filhos. Quando a gente ia pra uma reunião era um absurdo. Então a gente pra onde ia tinha que arrastar os filhos. Então era muito difícil isso, não tinha carro, não tinha moto e a única coisa que você tinha muita das vezes era jumento. Fazia uma carga quando era pra ir pra uma assembléia, botava um menino de um lado, e, outro, de outro; outro no meio. E você ia e passava aqueles dois dias atormentado pelos filhos, com problemas que vinha da assembléia... É certo que nós, mulheres, não podemos dizer assim: “nós tem sossego na vida”, não! Nunca tivemos e eu acho que esse sossego tá longe da gente, né. [risos] É isso. (Aparecida, 17/8/2016).

Para minimizar essas dificuldades as mulheres se apoiaram nos sindicatos, mas as relações de apoio e até de parceria não eximiram estas lideranças da vivência de conflitos e tensões, como veremos nos capítulos seguintes.

O despertar da consciência crítica pela experimentação de uma ou mais formas de desigualdades aqui descritas foi responsável pelas primeiras iniciativas que resultaram na criação de grupos de mulheres e associações que, mais tarde, vieram a constituir os primeiros movimentos autônomos no plano territorial, estadual e regional, do final dos anos 1970 e a toda a década de 1980.

3 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES RURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

A revisão bibliográfica, que organiza a análise integrada dos processos organizativos e das plataformas de ação dos movimentos sociais de mulheres rurais conformados em rede em suas distintas fases, levou-nos a distinguir quatro campos do debate acadêmico sobre gênero e feminismo: 1) na epistemologia por meio da noção de conhecimento situado, como discutido no capítulo anterior; 2) o conceito de gênero e de relações sociais de sexo que fundamentam este trabalho; 3) os estudos rurais de gênero, especialmente aqueles produzidos no Brasil; 4) o debate sobre o sujeito do feminismo e as reflexões acadêmicas sobre o movimento feminista no mundo, no Brasil e, em particular, no espaço rural e de resistência camponesa.

O conceito de gênero firmou-se na teoria feminista e no debate acadêmico a partir da definição apresentada por Scott (1995) ao indicar que essas relações eram definidas e construídas socialmente. Passadas décadas, o conceito ganhou popularidade, institucionalizou-se e adquiriu sentidos distintos. Mas, a preocupação com o esvaziamento político do conceito de gênero levou a teoria feminista a buscar redefinições, e isso foi feito recuperando-se o conceito de patriarcado.

Ao recuperar esse debate, reconhecendo a pluralidade interpretativa existente¹ objetiva-se apresentar o conceito de gênero de modo a explicitar os pressupostos analíticos adotados e dar transparência à análise recusando a ideia de um pensamento neutro e universal.

Abordo, em particular, as definições de consubstancialidade e co-extensividade das relações de gênero, que se mostram úteis para a compreensão dos movimentos sociais de mulheres rurais no período recente, e, especialmente, de dois temas que ganharam maior destaque em suas análises: gênero e classe.

A abordagem sobre o sujeito político permite mostrar a sua importância no debate contemporâneo sobre identidade individual e coletiva e sobre as práticas sociais. Como veremos, na atualidade o sujeito é problematizado a partir da ação coletiva, sem o universalismo de outrora e a dispersão e fragmentação das identidades, que prevaleceu no período recente. A partir da noção de “sujeito posicionado” e, se tomando em conta o debate do descentramento do sujeito, a literatura sugere uma definição alternativa capaz de entender as

¹Para uma análise atualizada da pluralidade do conceito de gênero, ver Portolés (2007).

distintas possibilidades de construção do sujeito e do entendimento dos processos de transformação das relações de gênero, a partir do feminismo.

Para a análise das relações de gênero realizada pelos movimentos sociais de mulheres rurais recorro, também, às contribuições dos estudos rurais de gênero no Brasil, que conferiram centralidade às relações produção-reprodução e que ganharam novas dimensões a partir dos debates recentes sobre ruralidades, agroecologia, cuidados, bens comuns e a economia feminista, temas centrais na reflexão e ação coletiva das mulheres rurais.

As contribuições da literatura da sociologia dos movimentos sociais a partir da abordagem de redes e, também, o debate contemporâneo sobre as distintas fases e características da segunda onda do movimento feminista foram úteis para orientar a análise empreendida sobre o feminismo no/do campo. Uma referência que considero importante não para mostrar a sua aplicabilidade na história do movimento de mulheres rurais, mas para indicar de que maneira as dimensões econômicas, culturais e políticas permeiam a definição da agenda de lutas dos movimentos investigados e as conexões existentes entre campo e cidade.

Conforme sublinhado na introdução desta tese, as pesquisas sobre os movimentos de mulheres rurais, ainda pouco difundidas, geraram reflexões importantes sobre a diversidade de experiências desses movimentos, os contextos em que se deram, as lutas e alianças que alimentaram esses processos contestatórios e as concepções dos seus projetos emancipatórios; e que serviram de apoio para a análise das fases aqui identificadas.

3.1 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

O conceito de relações sociais de sexo, conforme apresentado por Danielle Kergoat (2003), equivale a um princípio de tensão presente em todo o tecido social e se constitui na base a partir da qual se constroem grupos de interesses antagônicos.

O conceito de relações sociais de sexo é parte de um paradigma das relações de dominação. As relações sociais analisadas por este conceito resultam de relações entre o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres, que se encontram e que estão em permanente tensão em torno do trabalho e de suas divisões. É por esse motivo, como assinala Kergoat, que a análise das relações sociais de sexo é indissociável da análise da divisão sexual do trabalho, pois o que está em disputa nas relações sociais de sexo é a divisão sexual do trabalho. Para essa autora, essas relações se definem a partir de quatro características: i) a relação entre os grupos é

antagônica; ii) são construções sociais e não biológicas; iii) têm uma base material e não é unicamente ideológica; e iv) estão baseadas em hierarquia, poder e dominação (KERGOAT, 2003). Além disso, as relações sociais de sexo têm uma característica singular, estão presentes em todas as sociedades; são estruturantes para o conjunto do campo social e transversais “à totalidade desse campo – o que não é o caso do conjunto de relações sociais” (KERGOAT, 2003, p. 59).

Kergoat observa que na teoria feminista há diferentes posições científicas e políticas: algumas centram a reflexão somente nas relações sociais de sexo e outras pretendem pensar o conjunto das relações sociais em sua simultaneidade. Como afirma:

Podemos assim trabalhar em conjunto sobre a totalidade do social sem nos apressarmos em buscar a “boa” relação social ou a “boa” identidade individual ou coletiva, e “considerar que essas relações não evoluem no mesmo ritmo, no mesmo tempo e no mesmo espaço nos permitem perceber de uma só vez a complexidade e a mudança” (KERGOAT, 2003, p. 61). (Aspas no original)

É desse posicionamento que podemos melhor entender essa abordagem. Com referência na noção de consubstancialidade, que é utilizada para indicar que as relações de gênero integram uma totalidade e por esse motivo não podem ser desmembradas. Hirata (2014) promove análises das relações sociais de sexo, e classe social e mais tarde, entre classe, sexo e raça. Outro aspecto a ser considerado é que as relações sociais de sexo são coextensivas, ou seja, se reproduzem mutuamente, pois “elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” (KERGOAT, 2010, p. 94).

Esses conceitos se diferenciam do conceito de interseccionalidade, proposto pela jurista afro-americana Kimberle Crenshaw (2002), que indica as formas de integração das relações sociais com foco nas intersecções entre gênero e “raça”. Essa abordagem, desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir do feminismo negro, focaliza as intersecções das relações de gênero e raça, mas indica que a análise das relações de gênero deve considerar as múltiplas dimensões da identidade.

Segundo Hirata (2014), embora os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade pretendam não hierarquizar as formas de opressão, o primeiro não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe e raça) em toda a sua dinâmica e pode incluir

outras relações sociais, tais como a religião, a sexualidade, a idade. Por esse motivo, Hirata critica o uso desta categoria destacando os seguintes pontos:

1) multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, etnia, nação, etc. e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a racionar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014, p. 65).

Segundo Kergoat (2010), a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais já que não é possível dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, o uso da categoria da interseccionalidade corre o risco de tornar invisível alguns dos aspectos que podem revelar simultaneamente elementos fortes da dominação, como também estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade conteria um problema, pois “não há, propriamente, ‘posições’ ou, mais especificamente, estas não são fixas, por estarem inseridas em relações dinâmicas estão em perpétua evolução e renegociação” (KERGOAT, 2010, p. 98).

A partir dessa compreensão, Kergoat assinala a necessidade de se pensar conjuntamente as dominações para evitar a sua reprodução. Apoiando-se na noção de consubstancialidade das relações sociais aborda as configurações dadas de relações sociais em que o gênero (ou a classe, a raça) será ou não unificador, mas não uma fonte de antagonismo ou solidariedade em si. A autora propõe, assim, uma “abordagem em que nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre a outra”, na qual “não há contradições principais e contradições secundárias” (KERGOAT, 2010, p. 99).

Essa abordagem, explica a autora, apresenta uma forma de leitura da realidade social pela qual o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais imprime marcas umas nas outras, ajustam-se entre si e se constroem de maneira recíproca, sem excluir a existência de contradições entre elas:

Não há uma relação circular; a metáfora do espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo (KERGOAT, 2010, p. 100).

Interpretação que também encontramos entre acadêmicas brasileiras, como Heleieth Saffioti (1992) ao analisar as relações de gênero e classe social na teoria feminista afirma: “Capitalismo e patriarcado não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como forma integradas, eles devem ser analisados juntos (SAFFIOTTI, 1992, p.195) e numa direção semelhante à metáfora do “nó”, refere-se às relações de gênero e classe como uma simbiose de lógica contraditória afirmando: “rigorosamente, não existem fronteiras para as relações humanas, sejam elas de gênero ou de classe, uma vez que elas são constitutivas umas das outras” (SAFFIOTTI, 1992, p.206)

Com base nessa abordagem analiso a compreensão que os movimentos de mulheres apresentam sobre as distintas relações sociais, e, especialmente, sobre gênero e classe, temas que ganham maior destaque nas suas análises. As definições apresentadas sobre gênero, suas formas de integração com as relações de classe em distintos debates realizados ao longo da história, a exemplo do debate sobre feminismo classista ou do feminismo camponês e popular, ou das relações entre gênero e raça, são explicitados como parte dos desafios dos movimentos estudados.

Para desenvolver a análise pretendida nesta pesquisa considere também as orientações metodológicas da abordagem das relações sociais de sexo:

- 1) O imperativo materialista: as relações de gênero, “raça” e classe, são relações de produção. Nelas se entrecruzam exploração, dominação e opressão (é indispensável analisar minuciosamente como se dá a apropriação do trabalho de um grupo por outro; 2) O imperativo histórico: o caráter dinâmico das relações sociais é central para a análise, elas devem ser historicizadas, porém jamais uma relação social deve ser historicizada em detrimento da outra; 3) O imperativo de definição das invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais, por exemplo, a divisão sexual do trabalho é instável no tempo e no espaço, mas há dois princípios organizadores, o da separação e o da hierarquia e 4) Devemos estar atentos à maneira como os dominados reinterpretem e subvertem categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva (KERGOAT, 2010, p. 99-100).

Sob esta orientação identifiquei três fases distintas dos movimentos de mulheres rurais a partir do período da redemocratização, do neoliberalismo e no período recente, sua expressão no agronegócio. Analiso os movimentos sociais sobre os entrecruzamentos das relações sociais e em se tratando de um movimento de mulheres trabalhadoras rurais, a análise recai sobre as relações gênero e classe e considera centralmente a divisão sexual do trabalho, suas especificidades no meio rural e os processos de resistência, além de indicar também as preocupações com as relações étnico-raciais.

Como esta pesquisa aborda as relações sociais de sexo no contexto da ação coletiva das mulheres rurais fez-se necessário apoiar a análise no debate sobre o sujeito na atualidade, um tema alvo de muitas controvérsias em distintas áreas de conhecimento, inclusive nas ciências sociais e na teoria feminista.

3.2.GÊNERO, PATRIARCADO E O SUJEITO NA TEORIA FEMINISTA

Após o aparecimento do conceito de gênero e sua associação às teorias pós-modernas e ao multiculturalismo, que ganhou expressão no chamado feminismo da diferença, o sujeito político foi colocado em xeque.

Mais recentemente, o debate crítico do conceito de gênero, a retomada do termo patriarcado e do debate provocado pelo feminismo pós-colonial suscitaram novas questões e se busca uma nova síntese partindo de definições alternativas sobre o sujeito, com referência no debate sobre identidade, como sobre as práticas sociais, como veremos a seguir.

A reflexão sobre o sujeito na segunda onda do feminismo, mais precisamente nos anos 1970, vinha acompanhada pelo uso dos termos “opressão” e “patriarcado”. Na década de 1980 importantes críticas foram desenvolvidas ao conceito de patriarcado nas ciências sociais no mundo e, também, no Brasil. Para Bila Sorj (1992), por exemplo, o uso do termo a partir do conceito desenvolvido por Marx Weber teria sofrido um esvaziamento por se referir apenas de forma genérica à dominação masculina e teria sido responsável pela produção de um discurso meta-essencialista sobre as relações entre os sexos.

De acordo com Delphy (2015), o uso desses termos teve um valor simbólico e a sociedade compreendeu bem que o feminismo não era um programa social, mas um projeto de transformação de todo um grupo social. O “patriarcado” era o termo que designava o sistema de opressão, baseado num sistema político.

Com o aparecimento do conceito de gênero e sua intenção de desenvolver uma categoria de análise para a compreensão destas relações apresentaram-se novas questões para pensar o sujeito.

Para Joan Scott (1995), gênero é uma forma primária para significar as relações de poder, um campo dentro do qual o poder se articula e para analisá-lo faz-se necessário levar em consideração o sujeito individual e a organização social e articular a natureza de sua inter-relação. A autora reclama o conceito de poder de Michel Foucault, como um conjunto de

constelações dispersas de relações desiguais e apesar de sua afinidade com a teoria pós-moderna sobre o poder, a autora considera que dentro desses processos e estruturas há espaço para a capacidade de ação (*agency*) humana:

Uma tentativa de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações e uma sociedade dentro de certos limites e com uma linguagem conceitual que ao mesmo tempo marca os limites e contém a possibilidade de negação, a resistência, a interpretação e o jogo da invenção metafórica e da imaginação. Definitivamente, se não se pode falar já de sujeito, talvez se possa falar de algo mais modesto, da capacidade de ação autônoma e racional (SCOTT, 1995, p. 35-37).

Butler (2010) numa direção semelhante considera que existe a capacidade de ação e que para se concretizar é necessário um sujeito pré-discursivo de um eu:

El sujeto es una consecuencia del discurso que lo gobierna y que produce el efecto de una identidad inteligible. El sujeto no está determinado por las reglas mediante las que se genera porque la significación no es un acto de fundamentación, sino más bien un proceso regulado de repetición (...) que refuerza estas reglas precisamente porque produce el efecto de que existe una sustancia. En cierto sentido, toda significación tiene lugar dentro de la órbita de una compulsión a repetir; la capacidad de acción (*agency*) debe localizarse, pues, dentro de la posibilidad de una variación en tal repetición (BUTLER, 2010, citado por PORTOLÉS, 2007, p. 45)

A capacidade de ação humana segundo essas autoras é restrita. Para Butler (2010) (1986), equivale à possibilidade de variar a repetição que é responsável pela significação geradora dos discursos e do sujeito;

Outra reflexão importante sobre o sujeito na teoria feminista a ser destacada refere-se à noção de “sujeito posicionado”. Em recusa à visão pós-moderna do “fim do sujeito” e considerando o debate sobre o descentramento do sujeito, Spivak (1986) e Braidotti (2004) elaboram definições alternativas, que ao aceitarem a possibilidade de construção do sujeito se debruçam sobre as distintas possibilidades contidas nessa experiência. Ao relativizar as teses pós-modernas do fim do sujeito, estas autoras explicitam a necessidade de lutar pela defesa dos interesses das mulheres e afirmam que há de se supor que estas são um coletivo. Assim, a partir da ideia de um “essencialismo estratégico” as autoras retomam a discussão do sujeito na teoria feminista (Spivak, 1986; Braidotti, 2004)

Para Spivak (1986), a consciência subalterna, o sujeito “mulheres”, não é uma essência, nem um destino biológico, mas sim um sujeito “localizado” ou posicionado. Embora a autora apresente uma concepção radicalmente desconstrutivista do sujeito “mulher”, pois o considera

heterogêneo e fragmentado, ela reclama de um “essencialismo estratégico”, afirmando que há de se examinar o que pode haver de útil no discurso da universalização e, depois, analisar os seus limites para utilizá-la estrategicamente. Na mesma direção Rosa Braidotti (2004) considera que na teoria feminista há uma fala como mulher:

embora o sujeito "mulher" não seja a essência monolítica e definitiva, mas o lugar de uma série de múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias experiências, definidas por variáveis que se sobrepõem, tais como a classe, a raça, a idade, o estilo de vida, a preferência sexual e outras. Assim devemos usar uma fala como mulher com o propósito de que as mulheres tenham maior poder de ativar mudanças sócio-simbólicas na sua condição² (BRAIDOTTI, 2004).

Admite-se, portanto, a possibilidade de construir um coletivo de mulheres a partir de uma referência universalizante presente no conceito de patriarcado a fim permitir localizar ou posicionar o sujeito em busca da mudança na condição subalterna. Para Spivak (1986) e Braidotti (2004), o sujeito equivale, assim, à possibilidade de mudança.

A construção do sujeito resulta de experiências distintas, múltiplas, complexas e contraditórias, por isso ao pensá-lo deve-se considerar a noção de multiposicionalidade, colocando variáveis sobrepostas num mesmo plano. Em acordo com a abordagem da consubstancialidade das relações sociais de sexo, tal como formulada por Kergoat (2010), penso que a abordagem proposta por Braidotti (2004) corre o risco da fragmentação das práticas sociais, já que em sua recusa da hierarquização das relações sociais confunde categorias de análises com relações sociais.

Ainda sobre este tema, Portolés (2005) estabelece um diálogo com a elaboração de Fraser sobre as identidades sociais, consideradas complexas, cambiantes e construídas discursivamente:

han sido tejidas a partir de uma pluralidade de descripciones diferentes que surgen de practicas de significación diferentes. Por lo tanto, nadie es simplemente una mujer; somos, por ejemplo, mujer blanca, judía, de clase media, filósofa, lesbiana, socialista y madre. Adicionalmente, puesto que todos actuamos em una luralidade de contextos sociales, las diversas descripciones que comprenden la identidad social de cualquier individuo, entran y salen del centro de atención. Por lo tanto, no se es siempre una mujer em el mismo grado; en algunos contextos el ser mujer figura de manera fundamental em el conjunto de despripciones según las cuales actuamos; em otros, es algo periférico o latente (FRASER, 1997, apud PORTOLÉS, 2005, p. 53).

² Tradução minha.

Para Portolés, esse seria um enfoque pragmático da identidade, uma alternativa às concepções reificadas e essencialista da identidade ou a negação ou dispersão da identidade (PORTOLÉS, 2005, p. 53)

Uma distinção importante de Fraser com Braidotti (2004) é que, apesar de se referir às diferentes descrições das práticas de significação, a primeira identifica quatro variáveis analíticas: classe, orientação sexual, raça e gênero. Para essa autora, as duas últimas coletividades são bivalentes, na medida em que fazem interseção entre o esquema de distribuição e de reconhecimento³.

Recentemente, formulações críticas sobre o conceito de gênero que retomam o termo patriarcado reascenderam o debate sobre o sujeito, que ganhou novos contornos. Assim, por exemplo, a expansão dos estudos pós-colonialistas ou do chamado feminismo do terceiro mundo alertou para a visão androcêntrica do sujeito do feminismo analisada a partir de um único eixo: o das mulheres do ocidente e do Norte (MOHANTY, 1984 citado por MATOS, 2010).

Segundo Delphy (2015), gênero é o sistema de divisão hierárquica da humanidade em duas metades desiguais e, nesta acepção, a hierarquia é tão importante como a divisão e gênero poderia ser utilizado como sinônimo de patriarcado.

Amorós (1985), que também é contrária à eliminação do conceito de patriarcado, considera que o termo reporta a um sistema de dominação⁴. Segundo essa autora, não se pode acabar de uma hora para outra com o conceito de patriarcado, como querem as feministas da diferença, sob a acusação de ser a-histórico e essencialista; é preciso efetuar uma resignificação não apenas do conceito de gênero, mas também de patriarcado se queremos avançar na reconstrução do sujeito e não cair numa concepção de gênero onde “cabe tudo” (AMORÓS, 1985). A consciência feminista pode se distanciar de identidade submissa presente

³Segundo Fraser a mulher negra leva consigo uma dupla discriminação e requer uma transformação dos esquemas referidos anteriormente e as identidades de classe devem ser transformadas por meio de lutas pela redistribuição (mas não de maneira exclusiva), enquanto que a mudança de atitude frente às orientações sexuais “diferentes” deve se realizar por meio das mudanças culturais e simbólicas.

⁴Amorós (1985) considera que o patriarcado, enquanto sistema de dominação, se constitui mediante mecanismos de autodesignação que marcam o pertencimento ao conjunto de dominadores e, correlativamente, mediante a heterodesignação das dominadas, denominação que se constitui mediante mecanismos de autodesignação que marcam o pertencimento ao conjunto de dominadores e correlativamente mediante a heterodesignação das dominadas.

nas relações de gênero e ao resignificá-la promover transformações⁵ (AMORÓS, 1985). Esse debate, segundo a mesma autora, deve servir para recolocar criticamente a reconstrução do sujeito, tarefa que lhe parece imprescindível para o feminismo filosófico a partir da perspectiva da filosofia moral (AMORÓS, 1985).

Como se pode perceber há na literatura da teoria feminista uma ênfase nas reflexões sobre a identidade individual e coletiva para pensar o sujeito no feminismo que parte de um claro esforço para pensar a reconstrução do sujeito, tendo por referência a capacidade de ação humana e o resgate de uma perspectiva universalizadora do coletivo mulher na busca da transformação das relações de desiguais de gênero. Afirmar-se que há distintas possibilidades de construção do sujeito em função da diversidade entre as mulheres a partir de suas intersecções com outras relações sociais e da contingência decorrente dos distintos contextos sociais.

Embora minoritária, há outra abordagem sobre o sujeito no feminismo que se distancia da ênfase predominante na identidade. Para Kergoat (2010) é necessário perseguir análises com referência nas práticas sociais e nesse investimento observar que não se deve confundir as práticas sociais com a análise da intersubjetividade enfatizada pelas autoras pós-modernas e justifica:

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas formas canônicas: exploração, dominação e opressão. (...) Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais e não as relações intersubjetivas que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais. (KERGOAT, 2010, p. 95)

É por esse motivo que Kergoat (2010) afirma a necessidade de analisar como os dominados reinterpretem e subvertem categorias, impedindo a reificação da sua condição e gerando transformações nas relações sociais a partir de ações coletivas.

Kergoat (2003) investe na compreensão das mudanças das relações sociais de sexo ou o que denomina de transformação do social em sexuado, com referência em dois termos da língua

⁵Para Amorós (1985) pode-se falar de patriarcado no sentido Sartriano: “um sistema que se constitui mediante um sistema de práticas reais e simbólicas. Um conjunto meta-estável de pactos – entre varões pelo qual se constitui o coletivo destes como sexo-gênero, e correlativamente o das mulheres, evitando assim qualquer unidade ontológica”.

francesa que auxiliam a sua apreensão, *rapport* e *relation*; sendo que o primeiro equivale à “tensão antagônica que se estabelece em torno da divisão sexual do trabalho, gera grupos antagônicos e interesses contraditórios; e, o segundo equivale às relações concretas que mantêm grupos e indivíduos e que são expressão das relações sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal, mas também espaço de interação social que recria o social e ao fazê-lo dinamiza o processo de como se torna sexuado o social” (KERGOAT, 2003, p. 59). Por esse motivo propõe como postura de pesquisa realizar dois esforços que implicam em:

1) compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos em um momento dado (SCOTT, 1990) e 2) desvelar novas tensões geradas na sociedade e procurar entender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos “naturais” os grupos sociais constituídos em torno dessas questões (KERGOAT, 2003, p. 60).

Para esta autora, o segundo esforço, o da abordagem da mudança e não somente do rearranjo do social, é uma preocupação ainda minoritária nas ciências sociais, mas que é necessária porque “ao trazer a experiência e o sujeito para o centro das análises, permite a passagem do problema da dominação pura para o problema das resistências, da revolta e da emergência dos movimentos sociais” (KERGOAT, 2010, p. 97).

Considerando as relações de dominação masculina presente no meio rural brasileiro, esta pesquisa se debruça sobre as práticas sociais de resistência representadas pela ação coletiva dos movimentos sociais de mulheres rurais.

Para tal efeito nos reportamos a duas reflexões importantes: a das práticas sociais de resistência tal como formulada por James Scott (2004) que dedica especial atenção aos processos de construção da resistência, não nas relações oficiais e formais entre poderosos e débeis, a partir de conflitos institucionalizados, mas aos conflitos ordinários e às formas cotidianas de resistência, com referência em manifestações invisíveis, ocultas e nem sempre coletivas mas que se constituem como condição para formas coletivas de resistência, tal como ocorre entre camponeses e que ao nosso ver são úteis para entender a forma de construção da resistência entre os movimentos de mulheres rurais.

A partir da distinção do discurso oculto (conduta “fora de cena”, secundário por estar constituído pelas manifestações linguísticas, gestuais e práticas que confirmam, contraditam ou tergiversam o que aparece no discurso público) e discurso público (uma descrição abreviada das

relações explícitas entre os subordinados e os detentores de poder), mostras as estratégia utilizadas pelos poderosos e dominados nas relações de poder e se debruça sobre o discurso oculto e suas variadas formas de construção cotidiana de resistência. Ao defini-lo Scott (2004) afirma:

El discurso oculto es específico de um espacio social determinado y de um conjunto particular de actores.... no contiene solo actos de lenguaje sino también uma extensa gama de prácticas.. la frontera entre el discurso público y el secreto es una zona de incesante conflicto entre los poderosos y los dominados, y de ninguna manera um muro sólido. La incesante lucha por la definición de esa frontera es quizá el ámbito indispensable de los conflictos ordinários, de las formas cotidianas de la lucha de clases. (SCOTT , 2004, p. 38-39)

Com referência a essas formas cotidiana de construção de resistência podemos analisar a diversidade de práticas existentes entre os movimentos de mulheres rurais no Brasil conforme detalhamos nos seguintes capítulos.

Finalmente abordamos a partir do nosso objeto de estudo, de que maneira a construção do sujeito político ou dos processos de emancipação conforme descritos por Kergoat (2014), segundo a qual devemos atentar para a diversidade de relações sociais, as dinâmicas mutuas pelas quais os oprimidos buscam se recompor, a pluralidade presente em sua constituição, considerando as suas práticas de reivindicação e suas práticas discursivas e a combinação entre a consciência de gênero (que não é apenas individual e permite a formação de um coletivo), a consciência de classe e de raça.

3.3 OS ESTUDOS RURAIS DE GÊNERO: produção-reprodução, agroecologia, os bens comuns e o cuidado

Os estudos rurais se constituem em uma área consolidada na produção acadêmica brasileira, com uma trajetória em que os temas centrais foram se sucedendo e integrados em análise mais complexas em diálogo com o processo social e político brasileiro.

Segundo Wanderley, a partir do final dos anos 1960, prevaleceu o debate sobre a formação social brasileira e o campesinato, os impactos da modernização agrícola e, por consequência dessas transformações, a decomposição ou diferenciação do campesinato. No momento da redemocratização do país, a agricultura familiar e sua relação com o Estado e os novos sujeitos políticos emergem nos debates, além de temas como a luta pela terra e a

pluriatividade (WANDERLEY, 2011). Essa autora, “levando em conta a história política do país” identifica dois períodos:

“o primeiro corresponde ao período dos governos militares - 1964-1985 - marcado pelo grande apoio do Estado à modernização da agricultura e à a expansão capitalista da fronteira econômica, pela repressão aos movimentos sociais e o bloqueio à implantação da reforma agrária; e o que se inicia com a redemocratização do país, em 1985, que favoreceu a consolidação dos movimentos sociais, registrou a emergência de uma pluralidade de sujeitos de direitos (...). (WANDERLEY, 2011, p. 20)

As mudanças favorecidas pela redemocratização, segundo a mesma autora, possibilitaram a inauguração de um novo período, marcado “pela ênfase no desenvolvimento rural sustentável e pela valorização da agricultura familiar” e inaugurado “pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a implantação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar - o Pronaf (WANDERLEY, 2011, p. 20).

A produção acadêmica sobre mulheres e ruralidades reuniu uma ampla gama de estudos com destacada capacidade de articular debates teóricos das ciências sociais e, em particular, sobre campesinato e relações de gênero, e integração das relações de gênero com trabalho e família. Trata-se de uma produção intelectual influenciada pela ação coletiva das mulheres e que está presente na maioria dos debates sobre campesinato. Esses estudos ocuparam um lugar destacado nos debates sobre a diferenciação do campesinato, especialmente com as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e as estratégias de reprodução social⁶.

Os estudos rurais de gênero no Brasil envolveram diversas áreas de conhecimento. Estabeleceram-se nos diálogos iniciados nos debates em destaque na Antropologia e na Sociologia, em particular. A agenda de pesquisa foi se alargando e ao incluir as relações de gênero nos estudos sobre campesinato sublinharam a interdisciplinaridade necessária para entender o objeto de análise em questão

⁶ Não se registram balanços dessa produção acadêmica e as revisões bibliográficas existentes não são específicas. Por vezes, outros trabalhos aprofundam balanços atinentes a algumas áreas mais específicas da produção acadêmica, tais como trabalho e família ou gênero e trabalho, mas nenhum deles tratou em particular da produção de estudos sobre gênero e ruralidades; e os estudos de gênero em contextos rurais produziram sínteses a partir da luta pela terra, mas ainda não encontramos uma sistematização de toda a agenda de pesquisa nessa área.

Encontram-se, também, estudos da sociologia da agricultura, uma área de investigação que se define pelo seu “objeto”, as sociedades rurais, e não por uma teoria ou uma escola de pensamento particular (JOLLIVET, 1998)⁷.

O debate sobre o conceito de trabalho e a noção de trabalho familiar e da divisão sexual do trabalho (PAULILO, 2004; BRUMER, 1988; CAVALCANTI, 2007) foram temas que emergiram na discussão sobre a diferenciação do campesinato no Brasil, em meados da década de 1970.

Os primeiros estudos realizados sobre gênero e trabalho em contextos rurais dirigem a sua atenção para as relações entre o sistema capitalista e as mulheres. Duas questões deste debate são relevantes: a relativização da tese da exclusão das mulheres no mercado de trabalho no sistema capitalista no Brasil; e a caracterização do trabalho das mulheres no campesinato como parte de relações pré-capitalistas.

Segundo Heilborn e Sorj (1999), o trabalho foi um dos primeiros temas que trouxeram feministas para a vida acadêmica no final dos anos 1960 e no início da década de 1970. Isto se deve à explicação predominante no movimento feminista de que a exclusão das mulheres no mercado de trabalho estava na raiz da subordinação das mulheres. Sob influência marxista procuravam explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho a partir do desenvolvimento industrial e tecnológico da força de trabalho, mas estas análises não favoreciam a compreensão da realidade das mulheres rurais.

Os problemas gerados por estas explicações foram anteriormente discutidos por Verena Stolke (1982), ao afirmar que, no campo dos estudos sobre gênero e trabalho, tanto marxistas como feministas radicais e liberais tinham dificuldade para perceber a conexão completa entre as relações de produção e reprodução e os efeitos que essa inter-relação exercem para o que na época se chamava de “papéis sexuais”. Segundo a autora, ambos defendem a incorporação do trabalho produtivo como caminho para a emancipação e ao centrarem a análise na oposição entre trabalho “produtivo” e “não produtivo” são levados a ver como essência da subordinação das mulheres o que é apenas uma de suas manifestações (STOLKE, 1982)⁸.

⁷ O autor considera que a sociologia rural é uma “profissão de fé que remete ao que chama a interdisciplinaridade dos ‘ruralistas’” e que “a démarche do ‘ruralista’ ambiciona integrar todas as dimensões do social, o tempo, o espaço, o local e o global” (JOLLIVET, 1998, p.2)

⁸ Esta dificuldade, também, foi sentida no campo dos estudos sobre mulheres e a família. Mariza Corrêa (1984) se refere à uma dificuldade prática e teórica enfrentada nos anos 80: analisar a condição das mulheres sem cair nas armadilhas do biológico, do político ou do útil. Ao se referir às armadilhas políticas a autora menciona o privilégio da análise dos setores “produtivos” da sociedade em detrimento de categorias sociais mais

No campo dos estudos rurais de gênero, relativiza-se a exclusão das mulheres no mercado de trabalho e apesar de reconhecer uma maior diversidade de trabalhos por elas desenvolvidos, focam suas análises no chamado trabalho produtivo relacionado com o mercado⁹. Valem-se para isso da separação dos tipos de trabalho das mulheres e mantêm-se reféns às categorias dominantes de análise que ocultam o trabalho das mulheres¹⁰.

A separação do trabalho produtivo e reprodutivo é objeto de importante reflexão de Maria Aparecida Moraes Silva, apresentada por Castro e Lavinas (1992), com referência ao estudo sobre colonato, na qual afirma que o trabalho das mulheres não estava circunscrito às “lides domésticas”, e que o trabalho doméstico veio a existir só com o surgimento do trabalho assalariado, e assim, papéis sexuais foram redefinidos, espaços teriam sido segregados e as mulheres teriam sido confinadas ao espaço doméstico de acordo com as necessidades de reprodução da família.

Na mesma direção, Brumer e Giacobbo (1993) consideram que as transformações que acompanham o processo de modernização - mantida a tradicional divisão sexual do trabalho vigente na sociedade - provocam mudanças na pequena produção agrícola em vários aspectos, tais como a separação entre a produção para o autoconsumo e a produção para o mercado e entre as esferas produtiva e doméstica, acentuando-se a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.

Anos depois, Maria Ignez Paulilo explica que interpretações da exclusão das mulheres no capitalismo, pode ser entendido pela dificuldade já existente na compreensão da realidade dos camponeses, pois “o campesinato sempre foi um tema de difícil articulação dentro do marxismo e isso se refletiu nos estudos feministas (PAULILO, 2004). Segundo a autora, “a

invisíveis. A partir do que denomina de “armadilha do útil” indica como a visão política sobre o desenvolvimento do capitalismo e a sua relação com a presença crescente da mulher no mercado de trabalho diluiu a importância dos laços familiares e tornou o trabalho o aspecto privilegiado das pesquisas realizadas nos últimos anos, ofuscando, assim, os aspectos familiares na análise da situação das mulheres. No campo dos estudos sobre gênero e trabalho, a relativização das teses marxistas entrou em pauta a partir do final dos anos 80.

⁹ Assim, por exemplo, Paulilo (1976) concentra a sua análise do chamado *trabalho das esposas na produção agrícola*, confirmando, assim, as críticas posteriores sobre a concentração das análises na produção.

¹⁰ O debate sobre as mulheres e os modos de produção, que marcou o início dos estudos rurais de gênero que havia sido intenso nos anos 1970, com a introdução da modernização da agricultura, e o ingresso das mulheres como assalariadas no campo. Assim, por exemplo, Castro e Lavinas (1992) se referem aos estudos de Carneiro (1981) que consideram que a posição subordinada das mulheres na família faz com que a sua participação na lavoura ocorra apenas em situações de necessidade e que por ter a casa como o seu lugar privilegiado o trabalho feminino seja considerado secundário. Os estudos de Oliveira (1982) destacam a perda do papel de provedor exercido pelos homens na família, a consequente redefinição de “papéis sexuais” e uma reorganização das famílias proletárias rurais. No período mais recente ganhou novos contornos, com o debate sobre as formas de inserção das mulheres nos mercados de trabalhos agroalimentares globalizados. Embora possamos encontrar diversos estudos sobre o tema, o foco dessas contribuições está nos impactos no trabalho assalariado e sobre as mulheres no desenvolvimento rural na atual conjuntura.

crença generalizada de que a liberação das mulheres passaria necessariamente por sua independência financeira, fruto da inserção no mercado de trabalho”, cria uma dificuldade para “‘encaixar’ aí as mulheres em regime de trabalho familiar” (PAULILO, 2004).

O segundo debate se refere à caracterização do trabalho das mulheres no espaço rural brasileiro. Paulilo (1976) parte de referências marxistas para afirmar que o camponês é a personificação de uma relação social de produção não capitalista e que o trabalho familiar está presente em sociedades pré-capitalistas. Nessas sociedades, a economia não é estranha para as mulheres. Ao apresentar uma nova forma de classificar o trabalho das mulheres¹¹ promove o reconhecimento do trabalho produtivo realizado em casa¹².

Curioso é observar que embora Paulilo (1976) centre as suas análises no trabalho produtivo fora de casa, reconhece a dimensão produtiva do trabalho realizado em casa e constata que o *trabalho produtivo no lar* não é considerado pelas agricultoras como trabalho doméstico:

Embora as entrevistadas considerem cuidar da horta e dos pequenos animais como trabalho “de casa”, porque, para elas, o termo “casa” abrange toda a exploração, essas atividades não foram incluídas junto aos afazeres domésticos, porque é comum que os produtos resultantes sejam vendidos, mesmo que esporadicamente (...) (PAULILO, 1976).

É com referência nessa terceira categoria, trabalho produtivo no lar, que autoras como Carmen Deere (1976) defendiam que a agricultura de subsistência feita pelas mulheres fornecia mais-valia, mesmo que seus produtos não fossem vendidos, porque permite ao homem vender sua força de trabalho a preços mais baixos.

As reflexões inicialmente centradas na expulsão da força de trabalho feminina do mercado de trabalho e na caracterização do trabalho das mulheres camponesas vão se dirigindo para aspectos culturais e simbólicos das desigualdades de gênero e para o entendimento do lugar das mulheres na reprodução familiar e em particular, sobre o trabalho doméstico.

¹¹ A classificação proposta abarca três tipos de trabalho: trabalho doméstico (atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa, costurar e cuidar das crianças); trabalho produtivo no lar (cuidados com a horta e com os animais domésticos); e trabalho produtivo fora do lar (atividades realizadas nos campos) (PAULILO, 1976).

¹²Entretanto, a autora não desdobra a classificação em sua análise, pois refere-se ao “trabalho” [das mulheres] como o trabalho produtivo fora do lar e por se apoiar na separação entre trabalho produtivo e não produtivo, compartilhando a opinião de que o trabalho doméstico não se constituiria em atividade produtiva porque não contribui para o produto social e por não estar integrado na divisão social do trabalho (PAULILO, 1976, p. 45)

O foco das preocupações passa a ser a relação entre produção e reprodução. Nos anos 1980 estes estudos recebem grande impulso devido ao aumento do emprego feminino e da inserção desigual perante os homens. Castro e Lavinias (1992) destacam como os condicionantes do ciclo de vida passam a ser analisados para entender estas desigualdades, com referência no conceito da divisão sexual do trabalho. Ao invés de considerar o trabalho doméstico como inatividade, essas autoras defendem a inclusão desse tipo de trabalho não remunerado como parte da produção social. Segundo justificam, assim, as mulheres deixam de ser consideradas inativas e se promove o reconhecimento do maior trabalho que realizam, em relação aos homens, em função da dupla jornada de trabalho (CASTRO e LAVINAS, 1992). Interessante notar é que essa proposição guarda uma especificidade para o meio rural, já que as taxas de participação na produção social tendem a ser maiores. E sobre isso concluem:

A possibilidade de combinar atividade econômica e trabalho caseiro é maior no campo, onde lugar de trabalho e moradia frequentemente coincidem. Como as tarefas produtivas desempenhadas pela mulher no campo, em geral, não são remuneradas ou de irrisória remuneração, frequentemente não são consideradas pelas estatísticas oficiais, o que provoca uma subestimação da participação feminina na produção social rural (CASTRO e LAVINAS, 1992).

Será entre os estudos de caso¹³ que abordam a relação “mulher e agricultura” três temas merecem destaque. O primeiro corresponde à invisibilidade do trabalho das mulheres no campo que é desvendado no plano simbólico na caracterização como trabalho “complementar”, “de ajuda”, “acessório” ou de “trabalhinho à toa”. O segundo é o da proletarização das famílias e seu impacto na intensificação da jornada de trabalho; e o terceiro corresponde à denúncia das discriminações a que são submetidas com a negação dos direitos previdenciários, participação política e remuneração igual à dos homens (CASTRO e LAVINAS, 1992).

No campo do debate sobre família e campesinato surge nos anos 1980 a discussão dos modelos cognitivos, a partir da problematização da racionalidade camponesa e de sua relação com a família como uma unidade de produção. Na antropologia essas análises voltam-se para sua origem nos padrões culturais. Assim busca-se uma compreensão das categorias camponesas tais como regras, classificações e mapas que dão visibilidade cultural às suas práticas (ALMEIDA, 1986).

¹³ Partindo do paradigma da divisão sexual do trabalho, Castro e Lavinias (1992) indicam como esta abordagem permite discutir a participação feminina no mercado de trabalho com três enfoques diferenciados: discussões metodológicas, análises estatísticas e estudos de caso.

Nesse debate aparece uma oposição muito importante para as reflexões sobre as relações de gênero entre camponeses: a oposição casa/roçado, e, no âmbito da casa, a oposição casa/quintal e sala/cozinha. Os temas dos cultivos, do consumo e da divisão de tarefas por sexo e por idade também estariam presentes a partir de oposições no mundo de objetos, lugares e espécies naturais. Vários estudiosos afirmam que existe uma relação entre os mapas cognitivos e a ideologia (K. WOORTMANN, 1984), pois ao realizar uma classificação do mundo do trabalho os camponeses naturalizam as relações familiares (GARCIA Jr., 1983 e HEREDIA, 1979), e o especializam, resultando em mapas que geram poder na família, e por esse motivo afirmam: o mapa cognitivo cria direitos.

Esta análise sobre a divisão sexual do trabalho na unidade familiar procura problematizar o que até então se considerava como uma especificidade do campesinato: a simultaneidade entre unidade de produção e consumo, em consideração das relações de parentesco que envolvem o processo produtivo.

A partir dessa análise as categorias trabalho e divisão sexual do trabalho ganham importância na reflexão sobre a dinâmica das relações sociais do campesinato. Margarida Moura, por exemplo, indica que na ideologia dos camponeses o trabalho legitima o direito à terra e aos seus derivados (MOURA, 1978). Nesta representação a mulher não trabalha e os homens controlam a propriedade; as atividades produtivas das mulheres, não é ignorado pelo modelo cognitivo mas é contabilizado como trabalho masculino (MOURA, 1978).

Neste momento surge a referência a uma pretensa democracia da família camponesa e, também, à solidariedade e à hierarquia familiar. Mauro Almeida (1986) indica que a família camponesa brasileira é relativamente democrática quando comparada a outras situações imagináveis. O argumento em favor dessa tese se apoia nos estudos de Afrânio Garcia Jr. (1983) e Beatriz Heredia (1979) que indicaram a existência de um feixe de direitos distribuídos pelos membros da família, a exemplo da existência de um roçado do pai em que todos trabalham e dos roçados individuais de mulheres, rapazes, moças e crianças realizados em parte da semana nos quais o ganho obtido se dirige a bens de luxo (roupa, sabonete, perfume) e a bens de valor (máquina de costura e gado), e podem, então, pertencer a esferas individualizadas (de produção-consumo), enquanto bens de estiva (farinha) pertencem à esfera coletiva (masculina-paterna).

Mas o princípio da solidariedade doméstica que parece transparecer na análise de Garcia Jr e Beatriz Heredia é passível da crítica que lhes fez Almeida (1986), segundo o qual, os autores se equivocam ao caracterizar as estratégias familiares para enfrentar situações de desequilíbrio financeiro com referência a este princípio; inversamente, propõe uma explicação baseada no princípio de hierarquia doméstica para resolver conflitos, já que o uso das reservas individuais segue a seguinte hierarquia: esposa, filhos/filhas menores, moças e, por último, rapazes. Com esta crítica não pretende negar a existência do princípio de solidariedade, mas evitar o seu uso para situações de hierarquia e conflito, por exemplo, na divisão do trabalho doméstico (ALMEIDA, 1986).

Esse aspecto, também, passou a ser destacado no consumo das famílias camponesas. Com referência a Beatriz Heredia (1979) e Ellen Woortmann (1984), Almeida (1986) indica como bebida, luxos e carne são alimentos da preferência masculina, seja porque monopolizam espaços públicos, seja porque são de “quem trabalha”, e faz referência aos estudos que enfatizam situações de hierarquia familiar em situações de carência alimentar¹⁴. Considero importante a afirmação de Almeida sobre os modelos cognitivos dos camponeses¹⁵ que devem ser compreendidos, também, a partir de lógicas externas ao campesinato, já que as dimensões culturais estão integradas a relações de poder em outras dimensões da vida social¹⁶.

No período mais recente da produção acadêmica sobre gênero e ruralidade, os paradigmas orientadores têm como foco o debate sobre produção e reprodução¹⁷, pensada de duas formas: a da subordinação de uma sobre a outra e a da articulação entre elas. Na primeira suposição, a da subordinação, a esfera doméstica e da procriação estão sobredeterminadas pelo

¹⁴ Em uma pesquisa de campo realizada no sertão nordestino, Klaus Woortmann e Daniel Gross (1971) constaram que com a introdução da cultura do sisal as crianças e os jovens foram privadas de ração calórica, que foi mantida para os adultos, especialmente para o pai.

¹⁵ Ao revisar o debate acadêmico sobre os modelos cognitivos, o autor afirma: “(...) é conveniente, paralelamente ao estudo dessa tradição cultural camponesa, investigar a qualidade de vida doméstica em suas várias dimensões práticas, e em relação a processos econômicos e políticos externos ante os quais as unidades domésticas não são passivas constituindo-se ao contrário em sujeitos de uma microprodução de si mesmas” (ALMEIDA, 1986, p. 79).

¹⁶ Um outro debate importante dos primeiros estudos antropológicos sobre o campesinato refere-se à relação entre o casamento endogâmico, especialmente entre primos, e a propriedade. Se para alguns esta estratégia era utilizada para preservar o patrimônio, para Margarida Moura (1978) e Giralda Seyferth (1985), para a preservação territorial é apenas necessário que exista um controle sobre a transmissão da propriedade por meio do controle do pai sobre os filhos e das irmãs pelos irmãos e algum princípio de precedência por ordem de idade, o que nos faz entender a existência de uma autoridade doméstica associada a compensações aos desfavorecidos por meio de dotes, compensações em estudo, etc.

¹⁷ O conceito de reprodução, segundo Castro e Lavinas (1992), mostrou-se polissêmico, já que existiam feministas que para o seu entendimento partiam do plano ideológico, outras do plano das relações familiares, e outras, ainda, que entendiam a reprodução por intermédio das práticas sociais entre os sexos e essas não eram medidas por relações mercantis.

lugar das mulheres na produção de bens e serviços; na segunda, a da articulação, a família, o afeto, a maternidade e a sexualidade condicionam o uso e controle da força de trabalho feminina.

Na suposição da articulação entre as esferas da produção e da reprodução são recusadas as priorizações e defende a integração entre a Sociologia da Família e a Sociologia do Trabalho. No que Castro e Lavinias (1992) vão denominar de “outra etapa epistemológica”, questiona-se o modelo da articulação ou do rebatimento entre esferas que encontramos na chamada Sociologia das Relações Sociais:

Uma consiste na passagem da reflexão sobre a articulação das duas esferas à das relações engendradas por essas esferas. A novidade reside no fato de não se restringirem as relações de classe à esfera da produção e as relações de sexo à esfera da reprodução. Ambas estão presentes, ao mesmo tempo, nas duas esferas. A outra reconhece que a vida social implica uma pluridimensionalidade de relações permeadas por antagonismos, contradições de várias ordens que, a cada momento e em cada lugar, ganham uma configuração própria” (CASTRO e LAVINAS, 1992, p. 241).

Como afirma Kergoat (2013) as relações sociais entre os sexos, como quaisquer relações sociais, se expressam em práticas concretas, sejam elas do domínio do simbólico ou do material. Essas análises refletem os conceitos de consubstancialidade das relações sociais de sexo já apresentadas neste capítulo.

Na literatura feminista há também uma reflexão relacionada a esse debate que problematiza as conexões entre a economia e o poder na família. Sugere-se, por exemplo, a abordagem da família como relações caracterizadas por elementos de cooperação, mas, também, de conflito (SEN, 2010). Analisa-se de forma crítica o modelo neoclássico de família unitária tratada como uma unidade de produção e consumo sem diferenciações internas e onde os recursos e rendas eram reunidos num fundo comum, como se houvesse um chefe altruísta que representasse as preferências de todos e procurasse maximizar os recursos. Afirma-se, então, que a família deve ser considerada uma matriz complexa de relações, em que há uma barganha constante que, frequentemente, de maneira implícita, está sujeita a restrições estabelecidas por gênero, idade e grau de parentesco. Por esse motivo, quanto maior for a capacidade de uma pessoa sobreviver fisicamente fora da família, maior será o seu poder de barganha em relação à divisão de recursos dentro dela (AGARWAL, 1994; FOLBRE, 1986).

No ambiente da chamada economia feminista várias estudiosas têm destacado a necessidade de constituir um paradigma mais apropriado de análise da economia que integre as

atividades da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana. A argumentação central deste campo de estudos é que a economia monetária depende da economia não monetária, pois os salários pagos são insuficientes para garantir a reprodução física e social e que as famílias dependem do trabalho realizado do âmbito doméstico, das relações afetivas e emocionais para sobreviver e estas não podem ser adquiridas no mercado (FARIA, 2009).

A economia feminista defende a ideia de que a economia monetária depende da economia não-monetária. A forma e as possibilidades reais de responder às necessidades da população dependem da realização dos diferentes trabalhos, do tempo requerido para tanto e dos possíveis rendimentos – salariais ou não salariais – que poderão ser recebidos. Esse tipo de abordagem permite que se estabeleçam relações entre tempo e dinheiro, entre trabalho pago e não-pago e mostram que a própria existência do trabalho mercantil e a geração de renda dependem da realização do trabalho de cuidados.

Depois de reconhecido o caráter coletivo do sujeito do trabalho de cuidados na criação e recriação da vida, alterar essas práticas e valorizar o protagonismo das mulheres para a sua socialização (CARRASCO, 2003).

A análise econômica da família e do trabalho doméstico que fora deixado de lado, até então pela economia neoclássica, em favor das análises de troca no mercado, ganha centralidade. Um aspecto comum nestes estudos é a problematização da articulação entre produção, reprodução e tempo. Destacam que para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e sua contribuição na economia é necessário mostrar como o tempo tem uma organização e distribuição distinta entre mulheres e homens e repercute nas relações de poder. Um trabalho criativo desenvolvido por María Angeles Durán (2010) acerca dos resultados das pesquisas sobre o uso do tempo enfatiza o que denomina de economia do tempo como parte de uma economia política e afirma que o tempo:

Não se produz em abstrato, no vazio social, mas através de sujeitos que aportam seu próprio tempo para a produção de bens e serviços e que consomem o tempo próprio e o tempo alheio. A divisão do trabalho não se realiza em condições reais de liberdade de escolha e existe uma luta soterrada para melhorar as condições de venda no mercado de trabalho da própria força de trabalho, deslocando para outros as atividades que não se beneficiam do progresso tecnológico nem da organização coletiva (DURÁN, 2010.).

Podemos perceber como a relação entre produção e reprodução, embora não se trate de um tema novo, ganhou recentemente uma interpretação distinta. Se antes estas eram analisada a partir de determinismos e causalidades, hoje incorpora a pluralidade de contextos e segmentos

sociais envolvidos. A produção deixa de ser observada apenas na sua relação com o mercado de trabalho na agricultura e, pouco a pouco, ganha espaço nas análises sobre agricultura familiar.

A reprodução embora considerada de forma secundária no início destes estudos, entra na agenda com maior peso a partir do final dos anos 1980 e cada vez mais vai ganhando reconhecimento como uma atividade indissociável na análise do trabalho das mulheres, e vai destacando novas dimensões a serem consideradas, inclusive nas análises econômicas, como mostram os estudos da economia feminista.

Vemos como por meio do debate sobre as mulheres e os modos de produção se buscou pensar as especificidades do trabalho das mulheres camponesas. Como a separação do trabalho produtivo do reprodutivo na agricultura familiar ganha expressão por meio do trabalho para o autoconsumo e aquele voltado para o mercado (seja pela venda de produtos ou da força-de-trabalho). Por esse motivo para não promover análises reificadas destas relações sociais buscam-se as relações engendradas na esfera da produção e da reprodução, evitando-se restringir classe às relações de produção e sexo à reprodução, integrando dimensões materiais e simbólicas. Isso implica perceber essas dimensões, também, no trabalho reprodutivo e integrá-las em uma análise mais englobante, às atividades de trabalho para além da dimensão mercantil, mas levando em consideração os conflitos e os poderes desiguais entre os sexos, incluídas aí as relações familiares.

Não se pensa mais o trabalho apenas a partir da igualdade de oportunidades e das condições de inserção no mercado de trabalho e de renda. Articula-se o trabalho com base na diversidade de formas de atividades econômicas e estas com a reprodução social, as suas relações com o desenvolvimento – seja do debate sobre o estágio atual do capitalismo, seja acerca das políticas de desenvolvimento, o trabalho de cuidados e da sua interface com a ação coletiva das mulheres. Lançam-se, assim, novas interpretações na medida em que as transformações sociais mais recentes foram exigindo.

As reflexões que apresentei anteriormente sobre a articulação entre produção e reprodução ganham um sentido particular no meio rural, com a entrada no debate acadêmico de novos temas, especialmente a partir da agroecologia, do ecofeminismo e da ética do desenvolvimento e os bens comuns que de modo específico são articulados às relações de gênero e às práticas de resistência, conforme abordo a seguir.

No período recente temas associados ao meio ambiente e aos cuidados ganharam maior visibilidade e outros foram incorporados à agenda internacional, tais como: alimentos e

alimentação saudável; relações entre produtores e consumidores; o retorno para o rural; a agrobiodiversidade; a pobreza e a marginalização dos agricultores familiares diante da concorrência com a agricultura de grande escala; a compra de terras em grande escala; e a deterioração dos ecossistemas.

A partir dos anos 80 se desenvolveram as teorias sobre o *care* (cuidado) entre autoras anglo-saxônicas e nos anos 2000 esse tema ganhou importante relevância em outros continentes. Conforme descrição de Hirata (2010), foi a partir das ideias de Carol Gilligan essa agenda de pesquisa passou a ser analisada a partir da ética da justiça, mas também podemos encontrar debates que colocam em maior relevo os aspectos políticos do *care*, conforme desenvolvidos por Joan Tronto, especialmente a repartição desigual e a sua desvalorização, e as distinções segundo o gênero, a classe e a raça.

Com referência a esse debate Puleo (2012), faz considerações sobre a ética do cuidado, presente em Gilligan e as duas formas de pensamento moral (masculina e feminina) e sua complementariedade, e embora não demonstre afinidades com essas ideias, Puleo (2012) afirma que o debate propiciado despertou interesse pelas práticas das mulheres com o meio ambiente e a partir das críticas das ecofeministas ao antropocentrismo extremo, que considera que apenas os seres humanos devem ser considerados moralmente, indica como o debate da ética do cuidado envolvida no trabalho de subsistência e a preservação da vida, incluído aí o trabalho doméstico passa a ser valorizado em detrimento das visões que inferiorizam a natureza. Puleo (2012) nos mostra as distintas formas em que este debate aparece entre as ecofeministas, a exemplo das lutas dos grupos de mulheres do Sul, a valorização das práticas agroecológicas mesmo antes da constituição deste campo de prática e saberes integrantes de um campo científico, que podem ser resumidas segundo sua formulação como parte de um esforço em que:

Não se trata de que as mulheres se tornem as únicas salvadoras do planeta. Tanto homens quanto mulheres precisam se perceber como fazedores da Cultura e integrantes de uma Natureza ameaçada e que precisa de cuidados (PULEO, 2012, p.47)

Numa direção semelhante, Guétat-Bernard (2015), considera que a ética do desenvolvimento, da responsabilidade e da sociedade do risco saiu do circuito científico em direção às preocupações sociais e passaram a problematizar as relações de gênero no desenvolvimento rural. Nesse contexto, as relações de gênero estão sendo problematizadas levando em conta o lugar marginal das mulheres em relação ao modelo econômico dominante.

Esta autora indica como as mulheres contribuem de outra forma para o desenvolvimento rural, especialmente pela ligação que têm com os alimentos e a cozinha, o cuidado com as crianças e outros membros da unidade familiar e afirma que elas são portadoras de inovações que, embora discretas, são decisivas para o sucesso da exploração agrícola da agricultura familiar e economia rural (GUÉTAT-BERNARD, 2015).

Com essas considerações, Guétat-Bernard (2015) propõe uma reescrita das relações natureza/cultura que supere a noção de crescimento econômico/dominação dos ecossistemas e seja capaz de reinventar os laços entre economia e sociedade, de promover um reencontro com base em novos fundamentos da troca entre dádiva e mercado. A reprodução passa a ser abordada como uma dimensão da vida que necessita ser reinventada, tendo em vista o seu valor social, econômico e político e a essa dimensão deve ser dada um valor científico, assim como ao ordinário, ao cotidiano, ao repetitivo, o que equivale a reconhecer na análise, o que se denomina *espaço-tempo* das mulheres (GUÉTAT-BERNARD, 2015).

Nesse marco interpretativo, valorizam-se as preocupações e as responsabilidades que as mulheres têm na gestão dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade e sua relação com reivindicações sociais e o engajamento ecocidadão, como parte da articulação de mudanças morais com transformações políticas, onde questões ambientais constituem temas de primeira importância da base material da vida devido à degradação (GUÉTAT-BERNARD, 2015).

Considerando a necessidade de desconstruir as oposições entre trabalho produtivo e reprodutivo e valorar o trabalho das mulheres, a partir da noção de trabalho familiar; e do caráter produtivo do trabalho doméstico, também identificado como caráter doméstico do trabalho agrícola, Guetat-Bernad propõe:

A partir de uma abordagem endógena e, portanto, do olhar que as agricultoras colocam sobre seu trabalho, da forma como elas o classificam e nomeiam (...) as mulheres diferenciam o dentro e o fora, uma separação que não inclui o doméstico e o profissional, mas outra classificação muitas vezes mais pertinente para elas do que aquela que diferencia o dentro e o fora, o familiar e a vizinhança (PILIPPI; NOCOURT, 1987) (GUETAR-BERNARD, 2014, p. 286).

Esse debate refere-se às relações que as mulheres estabelecem em seu engajamento no movimento agroecológico, a partir dos movimentos sociais de mulheres no Norte e no Sul no mundo e a visão sistêmica das suas reivindicações:

os movimentos sociais de mulheres, tanto no Norte como no Sul (...) lutam por uma articulação entre a agricultura que as mulheres praticam e sua célula familiar, o território no qual está inscrita sua atividade, a terra cultivada, a qualidade da produção alimentícia vegetal e animal associada a uma reflexão sobre os efeitos dos modos produtivos sobre o mundo vivo animal (SALMONA, 2003) e vegetal (HOWARD, 2003; MOMSEM, 2013; PIONETE, 2005). Esse combate das mulheres não é específico delas, mas é precoce e se construiu na articulação do conjunto dessas reivindicações segundo uma visão sistêmica, é essa vivência, transposta ao combate político e sindical, que dá uma coerência ao engajamento das mulheres (GUETAT-BERNARD, 2014, p. 287).

Entre as razões atuais do interesse do feminismo pela ecologia está o impacto da globalização neoliberal na vida das mulheres rurais do Terceiro Mundo. Isso resultou em perda na qualidade de vida, com a chegada da exploração “racional” dirigida aos mercados internacionalizados, acompanhada da introdução de sementes de alto rendimento e agrotóxicos, que resultaram num maior empobrecimento da população pobre da Ásia e da América (PULEO, 2007).

Mais recentemente, desde o surgimento do ecofeminismo construtivista, que recusa o essencialismo presente em algumas tendências do feminismo ecológico, aprofunda-se a crítica ao “mal desenvolvimento” e se destaca a solidariedade com as mulheres pobres do Terceiro Mundo (PULEO, 2007).

Este debate ganhará centralidade nas análises recentes sobre a condição das mulheres rurais no Brasil. Siliprandi (2009) por exemplo, justifica esse interesse na agroecologia por que este campo de reflexão reconhece os diferentes usos do espaço e do tempo, as atividades produtivas e reprodutivas, dentro de um sistema mais amplo que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, o que contribui para a melhoria das condições de vida do homem e da mulher, em harmonia com o meio ambiente; tal perspectiva abre caminhos para relações sociais mais igualitárias ao se opor à naturalização da opressão das mulheres.

Apesar dos avanços registrados pelas pesquisadoras da área, uma importante reflexão aparece sobre as relações entre as mulheres e agroecologia: o alerta para o perigo de reificação dos locais e das “coisas” nos locais, pela valorização dos “saberes locais” que resultou das preocupações ambientais e da valorização dos distintos saberes e não apenas dos científicos:

Os locais se tornam escalas de observação privilegiada dos saberes sobre os recursos ditos específicos, singulares, contingentes, próximos, localizados. No entanto, as “coisas” não estão aí por simples evidência, por natureza, mas elas são o produto de uma história social contingente (Guetat-Bernard, 2011). O termo “local” deve ser empregado com cuidado (Bertrand, 2011; Gururani, 2002; Moity-Maïzi, 2011). A reificação do local provoca um

risco de confinamento das mulheres nessa escala (GUETAT-BERNARD, 2014, p. 289-290).

Veremos na análise desenvolvida no quinto capítulo desta tese, como estes conteúdos estão presentes nos debates dos movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil e como estas reflexões apoiam a análise do debate sobre o feminismo e os modelos de agricultura e a agroecologia. Da mesma que o importante debate associado ao engajamento das mulheres em sua crítica ao mal desenvolvimento e à defesa dos bens comuns. Federice (2014) apresenta uma definição de bem comum e a sua importância para a esquerda e o feminismo que se expressa na partilha dos meios materiais, responsáveis pela geração de interesse coletivo e de laços de apoio mútuo. A referida autora mostra como o conceito de bem comum se popularizou devido, entre outros motivos, à crescente consciência do perigo que enfrentamos na atualidade em função das restrições de acessos aos bens naturais; e no caso do feminismo pelo reconhecimento propiciado por esse conceito às mulheres como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, da sua maior dependência dos recursos comuns, bem como do seu maior comprometimento com a sua defesa (FEDERICE, 2014).

Estas reflexões subsidiam o debate sobre o feminismo e os modelos de agricultura que desenvolveremos.

3.4 A SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CAMPO

Outro campo importante da produção acadêmica que auxilia a análise empreendida nesta tese é o dos movimentos sociais e, em particular, do movimento feminista. Cientes das transformações positivas que se registraram nas relações de gênero impulsionadas pelas lutas sociais das mulheres, os estudos contemporâneos deram cada vez mais destaque a ação coletiva e buscaram refletir sobre o alcance e a qualidade dessas mudanças.

Para promover a análise dos movimentos sociais de mulheres rurais tomei, inicialmente, como referência o debate contemporâneo da sociologia dos movimentos sociais, e em particular a abordagem das redes sociais.

Scherer-Warren (2007) assinala como os movimentos mais expressivos e abrangentes têm atuado cada vez mais sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas. Ao analisar os movimentos sociais rurais, a partir das formas de articulação que mantêm entre si, a

autora apresenta o que denomina de formato organizacional dos movimentos sociais no campo, que resulta da competência e criatividade desses movimentos em articular as várias escalas organizacionais, do local, ao regional, ao nacional e ao transnacional (SCHERER-WARREN, 2007). Segundo a autora, o formato da sociedade civil organizada contém três níveis distintos:

o de organização, constituído pelas entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas situadas em territórios definidos; o político articulatório, que se refere às diversas formas de intercomunicação, diálogo e articulações desenvolvidas por coletivos interorganizacionais em torno de objetivos e lutas comuns; e o mobilizatório que corresponde a atuação direta na esfera pública, onde os movimentos buscam visibilidade e reconhecimento de suas demandas junto à sociedade civil, aos governos e à mídia (SCHERER-WARREN, 2007).

Para a autora o conjunto das práticas e políticas formadas por esses três níveis equivaleria ao que se denomina Rede de Movimento Social¹⁸, mas que vai além:

transcendendo as expressões meramente empíricas desses níveis rumo à construção de uma lógica de movimento que inclui a construção identitária da luta, a definição de adversários ou opositores sociais ou sistêmicos, em nome de um projeto ou utopia de transformação social, cultural, política ou sistêmica” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 7).

Adoto esses três níveis elencados pela autora, considerando as organizações territorialmente definidas a partir dos estudos já existentes e para os níveis político articulatório e mobilizatório apresento o resultado da pesquisa sobre os espaços regionais e nacionais e as contribuições de recentes pesquisas sobre o tema no Brasil.

Em referência às lutas que ocorrem no interior dos movimentos sociais do campo esta mesma autora apresenta uma tipologia: 1) demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento, que corresponde à capacidade de resposta às carências emergenciais da população rural; 2) práxis de re-significações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade, que opera como um momento fundamental da formação política e da busca de reconhecimento como ator legítimo; e 3) elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade (SCHERER-WARREN, 2007). Tipos de lutas que se complementariam e

¹⁸Entre os exemplos apresentados pela autora está a III Marcha das Margaridas, que além de contar com o apoio de redes nacionais de mulheres rurais e urbanas, também contou com a participação de redes transnacionais, como a MMM, a Rede LAC e a COPROFAM (SCHERER-WARREN, 2007).

seriam também responsáveis pela geração de tensões e conflitos dentro dos movimentos e nas articulações em rede¹⁹ (SCHERER-WARREN, 2007).

A análise apresentada nesta tese se beneficia dessa classificação, considera os três tipos de luta acima referidos ao tratar da plataforma de ação dos movimentos sociais de mulheres selecionados; ao abordar a forma pela qual obtiveram o reconhecimento de suas demandas e conquistaram legitimidade frente ao Estado, e, também, frente aos movimentos sociais, a partir dos esforços empreendidos para adquirir direitos plenos de participação e representação; e ao tratar das contribuições destes movimentos no debate sobre o novo modelo de agricultura baseado no feminismo.

Ao abordar as estratégias e os conteúdos gerados nos espaços articulatórios e mobilizatórios, especialmente a partir dos anos 90, responsáveis por importantes definições organizativas e de lutas para os movimentos sociais de mulheres, destaco uma relação com a emergência dos novos significados das relações de gênero. E que resultaram da intercomunicação entre grupos sociais distintos conectados em redes, como desenvolvido por Scherer-Warren (2010), situando os movimentos sociais de mulheres no Brasil em um ambiente caracterizado pela referida autora como:

Um campo de relações novas e não isentas de conflitos os atores em rede constroem suas plataformas políticas e significados simbólicos para as suas lutas num exercício em que se observa o direito à diferença, dentro de limites ideológicos e éticos, e uma unidade na ação é concebida como complementar e solidária e não necessariamente homogênea (SCHERER-WARREN, 2007).

Considera-se, também, a diversidade político-ideológica existente entre os movimentos sociais investigados, nos termos propostos por Andrade (2007) em diálogo com Portelli (1996)

¹⁹Para exemplificar o debate atual em torno da construção de um novo projeto de nação no que diz respeito à questão rural, a autora destaca três aspectos: modelo de agricultura; a propriedade da terra; e, movimento social (construção de novas relações de forma política com a sociedade e com os movimentos sociais urbanos e articulações municipais, regionais e estaduais, além das internacionais). Finaliza a autora afirmando que existem tensões e conflitos, na participação das redes de movimentos na construção de um novo projeto de nação: a busca de unidade em torno de lutas comuns e a tensão ocorre porque alguns movimentos buscam uma unidade a qualquer custo, com o objetivo de construir uma frente única em relação ao sistema, enquanto que outros propagam a construção de redes de movimentos com princípios norteadores para ações comuns, mas com uma ampla margem de respeito às diferenças e às diversidades das lutas específicas, o que resultaria numa situação em que os primeiros caminham para um movimento concebido como organização política ao passo que as segundas tendem a se manter como movimento em tanto processo aberto em constante construção, ou seja, como um movimento em rede (SCHERER-WARREN, 2007).

que faz referência à polifonia da memória coletiva fundamentada na situação dos grupos e nas diferentes mediações que fazem parte das interações que estabelecem.

Da mesma forma recorri ao debate sobre a segunda onda do movimento feminista no Brasil e no mundo, e, em particular, sobre suas distintas fases, relação com contextos diferenciados e plataformas de ação.

3.5 O MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS CONEXÕES COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS

De acordo com o discutido nas páginas anteriores, há três fases ou momentos diferenciados na trajetória do movimento de mulheres rurais. A primeira fase iniciou-se no final da década de 1970 e se estendeu até o início dos anos 1990; este foi um período marcado pela luta pela redemocratização do país, pela aprovação da nova Constituição Federal, pelas lutas para efetivar os direitos conquistados e pelo surgimento da primeira experiência de movimento em rede nesse campo do movimento de mulheres do país. A segunda fase prolongou-se até o início dos anos 2000 e foi marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação da transnacionalização e intensificação de movimentos em rede como forma de resistência e proposição de novo modelo de agricultura. Segue-se, então, uma terceira fase quando se aprofunda o caráter anti-neoliberal, um momento de reorganização do Estado, de lutas anti-sistêmicas e de proposição de um novo modelo de agricultura agora com maior densidade e a partir do feminismo. Esta classificação dialoga com as discussões sobre a segunda onda do feminismo e suas diferentes fases, que se distinguem entre si pelo contexto em que se deram as lutas e pelo seu conteúdo propriamente dito.

A primeira fase no plano internacional iniciou-se no final dos anos 1970, foi caracterizada por Fraser a partir da relação com os novos movimentos sociais dos anos 1960 e do esforço em transformar o imaginário político economicista que tinha centrado a atenção em problemas de distribuição entre as classes, problematizando a dominação masculina e politizando a vida privada (FRASER, 2009).

No caso brasileiro²⁰, refere-se segundo Pinto (2003) ao período da redemocratização do país e da articulação das lutas gerais com aquelas contra a hegemonia masculina, principalmente contra a violência sexual e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

A literatura sobre o movimento de mulheres no Brasil discute suas relações com a esquerda brasileira e com as diversas organizações existentes. Soares (1998) se refere ao movimento feminista como uma das expressões do movimento de mulheres e à existência de entrelaçamentos e contradições envolvidas nessas relações entre os movimentos existentes.

Nessa direção, Faria (2006) faz uma importante reflexão sobre o movimento feminista na América Latina e Caribe, e indica como a segunda onda do feminismo – que se constituiu a partir de organizações autônomas com uma visão crítica dos partidos de esquerda e dos sindicatos e por outro setor conformado por militantes partidárias que buscavam articular a sua intervenção no movimento feminista com transformações necessárias nos seus partidos - gerou uma distinção interna do movimento feminista, que teria resultado em um debate sobre a identidade feminista, numa divisão entre feministas e não feministas.

Partindo dessas considerações abordo a diversidade de concepções existentes entre as autoras sobre as desigualdades de gênero, a exemplo das tensões existentes com uma compreensão da emancipação das mulheres mais vinculada ao campo da cultura e outras mais preocupadas com a sua articulação com as relações de classe.

Procurou desenvolver uma análise que contemple as distinções na agenda de lutas desses movimentos quando comparados com outros movimentos de mulheres no Brasil. Assim, nessa primeira fase, mostro como, em que pese a existência de lutas contra a violência sexista, e pela saúde das mulheres que haviam caracterizado o período, entre as rurais, as lutas pelo acesso aos serviços básicos da saúde e educação, reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs constituem os elementos fundantes dos movimentos de mulheres rurais no país.

Para analisar a segunda fase do movimento de mulheres rurais no Brasil realizo inicialmente um diálogo com a caracterização da segunda fase do movimento feminista no plano nacional e internacional. No plano internacional, segundo Fraser (2009), teria havido uma atração do feminismo para a política de identidade em um momento que chama de

²⁰No caso brasileiro encontramos duas formas de classificar a segunda onda do feminismo. Pinto (2003) defende a existência de três fases: a primeira corresponderia às lutas das sufragistas pelo direito ao voto; a segunda, ao período de redemocratização e sua articulação contra a hegemonia masculina, a violência sexual e o direito ao exercício do prazer. Mais recentemente uma outra forma de classificar o feminismo no Brasil e na América Latina de Caribe, foi apresentada por Matos (2010).

esgarçamento da democracia social baseada na ideia de nação, graças às pressões do neoliberalismo. Esta aposta do feminismo, segundo a autora, “negligenciou os desdobramentos político-econômicos e geopolíticos, e não conseguiu se opor de forma efetiva à selvageria das políticas de livre mercado nem ao chauvinismo da direita que emergiu com elas” (FRASER, 2009). A autora considera que a afirmação das questões de reconhecimento que resultou da política de identidade, tais como os direitos reprodutivos e a violência contra a mulher, acabou afastando o imaginário político de justiça para longe das questões de classe e da economia política (FRASER, 2009).

Análise semelhante para a América Latina e Caribe foi realizada por Alvarez, que afirma ter havido um engajamento de setores do movimento de mulheres no neoliberalismo a partir da dimensão participativa e multicultural dos anos 1990, que foi denominada por Agenda Global de Gênero impulsionada pela ONU, da qual fazem parte a Conferência de Beijing e a sua plataforma de ação que priorizou a redução da pobreza das mulheres (ALVAREZ, 2014). Essa nova situação impactou o feminismo com a profissionalização de muitas organizações de mulheres e com um *boom* de organizações não-governamentais especializadas em avaliar programas governamentais (ALVAREZ, 2014). Um dos resultados desse processo em setores do feminismo foi a perda de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo e de sua relação paradoxal com o trabalho das mulheres (ALVAREZ, 2014).

No Brasil, apesar das distintas classificações, esse período é considerado como o terceiro grande momento do movimento de mulheres, que equivaleria à participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização e de construção do *feminismo difuso* (PINTO, 2003) com maior ênfase nos processos de institucionalização e discussão das diferenças intra-gênero²¹. A desmobilização social que se registrou nos anos 1990 fez surgir o chamado *feminismo difuso* que, segundo a referida autora:

“não têm militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas”; além disso, “não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública”, e, “por ser

²¹Segundo Pinto (20013), as características da terceira fase seriam: tentativas de reforma das instituições consideradas democráticas (com a criação dos conselhos da condição feminina e das Delegacias Especializadas da Mulher, por exemplo); tentativas de reforma do Estado com forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo; busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas articulações” dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas e rurais etc.); e uma posterior especialização e profissionalização do movimento.

fragmentado e não supor uma 'doutrina' é um discurso que transita nas mais diferentes arenas (PINTO, 2003, p. 93).

Houve, portanto, um momento de retração do movimento se comparado à efervescência do feminismo no Brasil dos anos 1970 e 1980, quando “foram criadas as condições para que suas demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos políticos” (PINTO, 2003, p. 92). Destaca a autora que ao longo da década de 1990 houve uma segmentação das lutas (rurais, negras, portadoras de HIV, prostitutas etc.), que está relacionada com a própria dinâmica das ONG's e às críticas ao feminismo excessivamente branco, de classe média, intelectual e heterossexual, que se apresentava como “o feminismo” (PINTO, 2003).

Essa mesma autora lembra que, apesar do peso das ONG's como a expressão do feminismo da virada do século, não se pode desconsiderar a multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, sindicatos e partidos políticos, que, embora não se organizem como feministas, passam a ter contato com ONG's feministas para o fortalecimento da defesa dos direitos das mulheres (PINTO, 2003).

Soares (1998), ao se referir às transformações pelas quais passou o movimento de mulheres no decorrer da década de 1980, discute sobre a maior complexidade e pluralidade que marcaram o processo de redemocratização e a reorganização partidária no período pós-golpe. Segundo a autora, houve, a partir dos anos 1990, um processo de institucionalização, em distintas escalas e a introdução de novos temas, como por exemplo, o da representação nos movimentos sociais, o que gerou maiores desafios para a construção da unidade de ação no movimento feminista (SOARES, 1998).

De acordo com Matos (2010), a segunda fase corresponderia aos anos 1980 e 1990, momento das reformas neoliberais e da especialização dos movimentos de mulheres, bem como do surgimento de práticas e discursos transnacionalizados e em rede como forma de resistência e de proposição de novo modelo de desenvolvimento para a América Latina e Caribe.

Para Faria (2006) a construção de relações com outros movimentos sociais gerou a influência de uma visão socialista e classista e, por esse motivo, uma prioridade de ações do feminismo voltadas para as mulheres das classes populares. A partir desses acontecimentos, surgiu em vários países a distinção entre feministas e o movimento amplo de mulheres.

El desarrollo del feminismo en los sectores populares, sindicales e campesinos tiene aún que ser mejor estudiado para que se logre una mayor comprensión de los procesos feministas en nuestra región. Todavía prevalece en el movimiento cierta jerarquía sobre quien es y quien no es feminista. Ciertamente, hoy esa jerarquía es mucho más diluída, pero

quizas haya sido reemplazada por uma nueva jerarquia que todavia se refiere a la legitimidade de quién es más o menos feminista (FARIA, 2006, p. 9).

O que para essa autora está relacionado com a tendência de perceber o feminismo de uma maneira muito intelectualizada que não consegue assimilar o significado da prática feminista entre mulheres pobres a partir de suas lutas cotidianas, suas experiências de formação, de articulação, etc. (FARIA, 2006).

Essa distinção interna teria provocado, também, visões diferentes sobre a natureza da opressão das mulheres: as que consideravam que a opressão teria sua origem na cultura e, por isso, enfatizavam a necessidade de mudança de mentalidade; e aquelas que consideravam que a luta das mulheres deveria estar integrada com outras formas de dominação/exploração procuravam integrar o feminismo numa visão global de transformação social.

Esta tese compartilha o desafio apontado por Faria (2006), de compreender o feminismo das mulheres pobres, no caso o das mulheres rurais, e o seu esforço para articular as lutas das mulheres com a transformação global da sociedade.

O período que se inicia nos anos 1990 e se prolonga até meados dos anos 2000 entre os movimentos sociais de mulheres rurais, equivale ao período que em que se deram as reformas neoliberais e, que o movimento de mulheres rurais se insere em processos de transnacionalização, constituindo movimentos em rede como forma de resistência e iniciando o debate sobre um novo modelo de agricultura.

Em consideração a esse debate e ao trabalho de campo realizado esta tese mostra como o feminismo que se constrói no espaço rural brasileiro, apesar de ter se apoiado nas relações com ONG's, principalmente na região Nordeste do país, e em movimentos como o MMTR-NE e MIQCB, não passou por esse processo de institucionalização registrado para o movimento feminista brasileiro. Embora suas lideranças se refiram a um processo de retraimento em meados dos anos 1990 e a seus desdobramentos no processo de auto-organização das mulheres nos movimentos sociais mistos do campo, observa-se um período de grande efervescência do movimento de mulheres rurais no país, o que contraria a noção de *feminismo difuso* que teria caracterizado essa fase do feminismo no Brasil.

Por fim, a agenda priorizada nos anos 1990 esteve focada na efetivação dos direitos conquistados na Constituição, em especial o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos previdenciários. Para garantir a efetivação destes direitos ganhou importância o acesso à documentação civil e trabalhista. Mais tarde, com o processo de consolidação da

auto-organização das mulheres nos movimentos sociais mistos do campo, os direitos igualitários à terra, assegurados na Constituição e que haviam estado na mira dos movimentos sociais autônomos especialmente na região Sul do país nos anos 1980, voltaram à cena, desta vez por intermédio da Contag e, depois, do MST.

O período equivalente à terceira fase da segunda onda do movimento feminista no mundo caracterizou-se, segundo (FRASER, 2009) pela inserção política em espaços transnacionais emergentes em um mundo cada vez mais globalizado, com a intervenção em ambientes institucionais e em novos espaços criados pelos movimentos sociais antiglobalização. Essa autora assinala que esta fase esteve marcada pelo crescente poder do neoliberalismo e, nela, se construía uma promissora síntese entre redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2009); desafia o quadro de demandas do Estado territorial devido ao que considera como um veículo de injustiça, já que reparte o espaço político para bloquear a contestação; refutam-se as estruturas de governança da economia mundial em função da proteção destas, tirando-as do alcance da justiça (FRASER, 2009). É o que Fraser aborda como sendo lutas contra o mau enquadramento.

Para a autora, nessa terceira fase se reenquadram as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos, a partir de uma tarefa que considera tridimensional: a redistribuição; o reconhecimento; e a representação, de forma a contestar o amplo espectro de injustiças de gênero (FRASER, 2009).

Em referência a esse debate, Rosa Cobo (2014) afirma que o feminismo, em sua terceira fase está superando a exaltação da diferença cultural que veio com o multiculturalismo nos anos 1990, e a dificuldade que dele resultou em oferecer argumentações sólidas para elaborar um projeto de emancipação das mulheres. E, ainda, que esse sujeito político deve:

buscar um feminismo integrador, inclusivo e atento às opressões específicas, com lucidez política para enfrentar as novas alianças estabelecidas entre o patriarcado e as elites culturais patriarcais, além de se dotar de um discurso teórico e político que transcenda tanto as diferenças indiscriminadas como o universalismo cego (COBO, 2014).

Mas há percepções distintas nesse balanço. Uma visão crítica à caracterização da segunda fase defendida por Fraser foi expressa por Matos com referência ao feminismo Latino Americano e Caribenho: “não concordo que a difusão das ideias e atitudes culturais do feminismo tenha levado, exclusivamente, a uma transformação da sociedade capitalista ‘na direção oposta às visões feministas de sociedade justa’” (MATOS, 2010, p.99). A referida

autora acrescenta, ainda que: “a partir do Sul global, os feminismos têm reconstruído (e por completo) sua relação (sempre tensa e disputada) com o Estado e com o regime capitalista de produção” (MATOS, 2010, p. 83).

Será a partir dessa polêmica, que Matos (2010) defende a existência de uma quarta onda nos anos 2000, momento de reforço do caráter anti ou pós-neoliberal, de aprofundamento de lutas anti-sistêmicas e de uma reorganização do Estado e suas preocupações multidimensionais da justiça social²².

Essa quarta onda do feminismo estaria assentada na mudança da relação entre Estado e sociedade civil, que a referida autora denomina como transversalização e verticalização do feminismo; e, também, em uma mudança na dinâmica interna do movimento feminista, na medida em que se tornou mais diverso e por isso se horizontalizou (MATOS, 2010).

Segundo a autora, essa quarta onda “traz consigo os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção do diálogo intercultural e inter-movimentos” o que levaria a descrever o movimento de mulheres/feminista na América Latina e Caribe na atualidade como um movimento multimodal, que se constitui a partir de diferentes comunidades de políticas de gênero.

O feminismo, em parte significativa dos países da região latino-americana, na atualidade, não só foi transversalizando – estendendo verticalmente por meio de diferentes níveis de governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais -, mas também se estendeu horizontalmente, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de movimentos que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidade étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos” (MATOS, 2010, p. 85).

²²Ao postular uma quarta fase ou quarta onda do movimento feminista Latino Americano(a referência é ambígua), Matos (2010) afirma que essa possibilidade pode ser demonstrada pela: “1) institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por meio da entrada (parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo desses países; 2) criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (...); 3) consolidação no processo de institucionalização das ONG’s e das redes feministas e, em especial, sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda de instituições globais e regionais (...) referidas aos direitos das mulheres; 4) uma nova moldura teórica para a atuação do feminismo trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismo e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul” (MATOS, 2010, p. 80).

Embora considere que a classificação do movimento de mulheres rurais apresentada nesta tese se aproxime temporalmente daquela elaborada por Matos (2010) - uma descrição distinta das fases do movimento de mulheres no Brasil que também permite melhor articular o debate nacional com o internacional -, minha análise não pretende abarcar o conjunto das relações indicada por essa autora, em particular sobre as relações com o Estado, à medida que o aspecto que parece ganhar maior centralidade no movimentos sociais de mulheres rurais na atualidade é outro: as práticas de resistência e a proposição de um novo modelo de desenvolvimento em curso nos movimentos de mulheres ganham relevância a partir de um novo modelo de agricultura como apontam os resultados da pesquisa.

Os debates apresentados ao longo deste capítulo sobre as formas de integração das relações sociais, às práticas sociais do sujeito feminista nas distintas inter-relações aqui consideradas; e às relações de gênero no meio rural, especialmente, a partir do conceito da divisão sexual do trabalho e das relações entre espaços rurais, a reprodução e as práticas de resistência, subsidiaram a análise realizada.

Essas contribuições foram consideradas nos processos organizativos vivenciados pelas mulheres nesses movimentos, bem como na análise do conteúdo das lutas empreendidas pelos sujeitos políticos investigados na pesquisa; e serão retomados na análise desenvolvida sobre as três fases que marcam a história dos movimentos investigados, bem como nas considerações finais da tese.

Da mesma forma os debates acadêmicos aqui descritos estão relacionados com a reflexão que os movimentos sociais de mulheres realizam sobre as formas de inserção diferenciada das mulheres na economia, especialmente pelo lugar que desempenham no trabalho reprodutivo e as reflexões que realizam sobre a articulação existente entre trabalho produtivo e reprodutivo.

É, também, por meio do debate acadêmico aqui apresentado que podemos entender o modo pelo qual se pensam as articulações entre o feminismo e o modelo de agricultura que pretendem construir, já que se apoiam na agroecologia, nos bens comuns e na ética camponesa para denunciar o modelo hegemônico; e a partir da ação coletiva, construir um projeto de emancipação para as mulheres articulado a uma transformação global da sociedade.

4 TERRA. TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O INÍCIO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

*Chegou a hora
Aí tem que ser agora
Chegou a hora
Da mulher se organizar
Aí tem que ser agora
Chegou a hora da mulher participar*

*Antigamente a gente
Não se reunia
Muitas coisas se passavam
E a gente não sabia
O nosso encontro
Está indo muito bem
Lutaremos com mais força
Se você vier também
(Musica Mangabeira –Maranhão)*

Este capítulo trata da formação dos movimentos sociais de mulheres rurais do final dos anos 1970 aos anos 1980. Inicia-se com uma contextualização, na qual se destacam alguns dos principais acontecimentos no país, transformações no campo e, em particular, nos movimentos sociais. Isso permite compreender as conexões entre os processos de resistência camponesa, as transformações nocivas que se impunham aos agricultores no bojo da modernização agrícola, os novos personagens e atrizes que entram em cena, bem como as formas de organização e os conteúdos das lutas.

Distinguem-se algumas das mulheres que na condição de lideranças camponesas exerceram influência no movimento de mulheres rurais pelo fato de se constituírem em referência e passarem a integrar a simbologia desses movimentos.

Apresentam-se as primeiras organizações que foram constituídas e analisa-se o papel da igreja e das alianças que cumpriram um papel de apoio importante à institucionalização das mesmas.

Em seguida, analiso as relações existentes entre os movimentos autônomos de mulheres e as organizações criadas dentro dos movimentos sociais mistos, através das relações dessas militantes com a CUT, a CONTAG e as primeiras tentativas de unificação nacional do movimento de mulheres.

Aprofunda-se a reflexão sobre a agenda que marca esse período tratando de seus posicionamentos, inclusive em relação aos movimentos sociais mistos. O capítulo aborda, finalmente, a percepção das lideranças entrevistadas a respeito das relações de gênero e o feminismo.

A constituição do sujeito em rede tem por referência a AIMTR-Sul e o MMTR-NE articulações regionais, que se formaram neste período, bem como o processo organizativo que redundará na constituição do MIQCB, no campo dos movimentos específicos de mulheres rurais e a Contag, o MST e a CUT, no campo dos movimentos mistos. Analisam-se as primeiras tentativas para constituir um movimento de mulheres unificado e os resultados obtidos. O MMC e a Fetraf ainda não existiam – e serão abordados mais à frente –, mas suas origens se relacionam com a experiência daqueles movimentos.

A partir da trajetória individual e coletiva das lideranças entrevistadas, que têm início no âmbito local e se ampliam para o espaço regional e nacional e também para outros movimentos sociais, abordam-se os principais debates e reflexões que marcam esse período dos movimentos de mulheres rurais.

4.1 FOI TUDO JUNTO MISTURADO: contextualizando o surgimento dos movimentos

Desde os anos 1960, o país vivia importantes transformações no meio rural impulsionadas pela modernização conservadora organizada pelo Estado, em contexto de governo ditatorial. No marco da chamada “revolução verde” houve a intensificação da mecanização e utilização de insumos químicos estimulada pela ampliação do crédito oficial subsidiado, que intensificou o trabalho, aumentou a dependência da agricultura, a indústria e gerou endividamento, a expansão da fronteira agrícola, via projetos de colonização e subsídios para projetos agropecuários.

Essas mudanças impactaram profundamente o campesinato brasileiro e a diferenciação dos agricultores/as. Registra-se, neste período, a expropriação e a migração para as cidades em busca de trabalho e provimento de serviços básicos, a participação de agricultores/as em projetos de colonização da Amazônia, mas também o envolvimento nos projetos alternativos que se gestavam a partir dos movimentos sociais (MEDEIROS, 2016).

O Estado provia direitos básicos de forma insuficiente, pois serviços de educação e saúde estavam concentrados em áreas urbanas e, insuficiente, era, também, a regulação das relações de trabalho no meio rural, que chegou somente em 1962 com o Estatuto do Trabalhador Rural.

O Estado assistia a essas populações principalmente por intermédio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), instituído pela Lei Complementar nº 11 e que o direcionava para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural – Lei 2.214, de 1963), com um sistema independente do regime geral da Previdência Social²³. O Estado outorgou aos sindicatos de trabalhadores rurais a função de comprovação do exercício da atividade perante a Previdência e transferiu para essas organizações a responsabilidade por ofertar serviços de assistência médica e odontológica. Apesar de reconhecer o direito da população do campo à previdência, o Estado não estabeleceu direitos plenos para as mulheres.

Nos anos 1970, o movimento social de maior importância era o sindical, cujas atividades estavam reguladas em lei e por portarias do Ministério do Trabalho. A legislação sindical brasileira previa a unicidade sindical, que implicava na existência autorizada de um único sindicato para representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais de uma mesma base geográfica, em geral municipal, independente do regime de trabalho e da condição na terra. Num contexto de aumento da diferenciação interna do campesinato brasileiro, a existência de uma única organização criava tensões que se expressavam em dificuldades para dialogar e representar as distintas demandas por terra e trabalho que se vivenciavam no país.

A intensificação das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade registradas no final dos anos 1970 contribuiu com a crise do regime militar e neste ambiente ocorreram importantes transformações no movimento sindical rural com a emergência de novos movimentos sociais no campo e novas concepções nos movimentos pré-existentes.

A Igreja Católica, que até o final dos anos 70 mantinha uma posição oficial de apoio à ditadura militar, também foi impactada pelas transformações no campo e alguns setores passam a se envolver nestas mobilizações. Segundo Michel Löwy as comunidades de base e as atividades pastorais da Igreja formaram uma grande parte dos movimentos sociais e políticos que surgiram durante a redemocratização gradual do país na década de 1980, como foi o caso

²³ A Lei Complementar nº 11 já considerava "trabalhador rural" aquele que exercia suas atividades em regime de economia familiar (art. 3º, par. 1º, letra b).

do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento Sem Terra e da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais e Populares (LÖWY, 2016).

A atuação da Igreja Católica no meio rural teve – e ainda tem - como principal referência a Comissão Pastoral da Terra, que foi criada em 1975. Sua atuação se dava no apoio à organização dos trabalhadores rurais, às ocupações de terra e foi se expandindo com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A CPT ganhou maior força e legitimidade com a aprovação pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980, do documento “A igreja e os problemas da terra”, que trazia uma visão crítica da concentração fundiária, da exploração e da violência no campo e que estimulava a participação nos sindicatos e nas organizações dos trabalhadores voltados para a defesa dos seus interesses (MEDEIROS, 1989).

A intensificação da luta pela terra e das mobilizações e a conquista de sindicatos por oposições sindicais alinhadas a uma concepção mais combativa impactam o movimento sindical rural. Neste contexto surgem novas articulações sindicais que se fortaleceram e participaram do processo de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que já no momento de sua fundação em 1983 incorporava a bandeira da reforma agrária e da luta por melhores condições de vida e trabalho no campo.

No início dos anos 1980, segundo Medeiros (2016), um terço dos cargos de direção da CUT era ocupado por lideranças do sindicalismo rural e essa presença levou à criação de uma frente específica de atuação, a Secretaria Rural que, depois, se transformou no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR). A partir desta área de trabalho a CUT coordenava a ação das oposições sindicais e a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais. O DNTR constituiu-se, assim, em uma estrutura paralela à da estrutura sindical oficial, expressa pela Contag, que se reproduzia nos estados por meio dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETR).

A CUT constituiu uma frente de atuação dirigida às trabalhadoras, com a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT), vinculada à Secretaria de Política Sindical, em 1986, no II Congresso Nacional da CUT, que repercutiu significativamente sobre a organização das mulheres rurais. A CUT constituiu, ainda, uma comissão de mulheres no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), no início dos anos 90, um espaço específico de organização das mulheres rurais. Pouco tempo depois

com o ingresso de uma parte significativa dos cutistas na Contag, extingue-se o DNTR, e, consequentemente, a sua comissão de mulheres.

No momento que marca a constituição das primeiras organizações de mulheres constituíram-se também organizações não governamentais - organizações feministas e outras com atuação voltada para o campo - que, mediante ações de capacitação e de apoio à organização, tiveram um papel importante no emergente movimento de mulheres rurais.

Com o processo de redemocratização do país e a convocação da assembleia nacional constituinte muitas lideranças percorreram vários lugares do país para elaborar e mobilizar propostas e a eleição de mulheres parlamentares à nova Constituição, alargando o seu raio de atuação.

As lutas das mulheres foram se expandindo no país e encontraram um terreno fértil para avançar, ganhando visibilidade e algumas conquistas, como a inclusão na Constituição Federal de 1988 do reconhecimento de direitos igualitários à terra e à previdência social para as trabalhadoras rurais.

Como a nova Constituição Federal e a Lei 8.213, de 1991, abriram a possibilidade da universalização do acesso à Previdência Social, mediante a inclusão dos trabalhadores rurais e das trabalhadoras rurais no regime especial, além de incorporar alguns direitos das mulheres, as lutas das mulheres se voltaram para a efetivação desses direitos.

As principais mudanças propiciadas por este novo marco legal foram: a equiparação de condições de acesso para homens e mulheres²⁴; a redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres)²⁵; o estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões no valor de um salário mínimo²⁶; e, o acesso às prestações do salário-maternidade, do auxílio-doença e do auxílio-acidente.²⁷

²⁴O antigo regime era específico para o chefe ou arrimo da família (art. 4º par. Único).

²⁵Antes era 65 anos de idade para todas as pessoas (art. 4º).

²⁶Antes o Funrural estabelecia um teto em meio salário mínimo e pensões limitadas a 30% do benefício principal (art. 6º).

²⁷Antes, apenas aposentadoria por idade e por invalidez e auxílio-funeral (art. 2º).

Nesse ambiente surgiram as primeiras articulações regionais e nacionais das trabalhadoras rurais que desempenharam um importante papel para consolidar o movimento de mulheres, como descreverei no capítulo seguinte.

4.2. ANTECEDENTES DOS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS

O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorreu no início dos anos 1960 como resultado de uma articulação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), os principais movimentos sociais rurais existentes naquele momento, e seu tema central era a defesa da reforma agrária e do direito de organização sindical. As mulheres tiveram uma participação efetiva neste congresso e dois fatos foram bem ilustrativos: as resoluções incluíram “o incentivo ao movimento feminino rural e ao intercâmbio com o da cidade”; e, a “comemoração nas zonas rurais, do Dia Internacional da Mulher, 8 de março” (CONTAG, 2002). Além disso, deve-se destacar a participação de entidades de mulheres de outras categorias que manifestaram no Congresso sua solidariedade com as camponesas. Uma das moções mais aplaudidas pelo plenário foi apresentada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, o que foi registrado por Matilde de Carvalho, secretária geral do jornal Terra Livre. A moção fazia referência ao abandono da família brasileira pelo aumento da mortalidade infantil e manifestava a solidariedade com a luta contra o latifúndio e o colonialismo dos países desenvolvidos. Acontecimentos que ilustram o que foi caracterizado como o período do *feminismo oculto* (CONTAG, 2002).

O surgimento do movimento de mulheres rurais no Brasil está fortemente associado a atuação de dirigentes sindicais que lutaram pela terra, trabalho e pela democratização do país desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, entre outras, são mulheres que se constituíram como referência para o movimento de mulheres. Não por terem sido as primeiras a levantar as bandeiras das mulheres, mas pela instauração de uma outra forma de representação das mulheres na política, no momento de emergência das primeiras organizações locais, estaduais do movimento de mulheres rurais.

Elizabeth Teixeira participou diretamente de vários encontros que marcaram o início do movimento de mulheres rurais: a primeira Assembleia das Mulheres do MST, em 1985; o I Encontro Regional do Movimento de Mulheres Rurais do Nordeste, em 1987; e na terceira edição da Marcha das Margaridas.

Margarida Alves já era referência da luta contra a violência e pela reforma agrária. Tanto o movimento sindical como a Via Campesina adotaram, até o ano 2000, marcavam o mês de agosto como referência para as suas mobilizações em função da data do seu assassinato (12 de agosto de 1983).

Mas a partir do ano 2000, Margarida Alves constitui-se em um símbolo para as mobilizações das mulheres. A luta pela terra que ela representava, foi reafirmada pelas mulheres, como bandeira prioritária e uma grande mobilização foi realizada para garantir que não prescrevesse o crime cometido contra ela, por meio de vigília durante o julgamento do seu assassino uma intensa mobilização nos estados com a formação de comitês. Foi a partir desta trajetória de lutas pela terra e contra a violência que o campo do movimento de mulheres rurais sob liderança do sindicalismo rural e uma parte dos movimentos autônomos de mulheres, passou a nomear a unificação das suas mobilizações como Marcha das Margaridas.

Atribui-se a estas lideranças uma ruptura na percepção da atuação das mulheres no espaço público e no movimento sindical, em particular. Margarida Alves se constituiu no maior símbolo desta transformação ao ocupar a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba e, assim associar-se a dois temas importantes para os movimentos mulheres: a demanda das mulheres por uma participação e representação política igualitária e a luta pela reforma agrária combinada com a denúncia da violência no campo.

A literatura sobre o movimento de mulheres rurais destaca que a mudança de posição destas lideranças está associada à morte de seus esposos, conhecidas lideranças no movimento sindical rural, fato que nos levaria à necessidade de problematizar a forma de ingresso das mulheres na arena pública (CARNEIRO, 1994). Destaca, também, a necessidade de se atentar para a falta de reconhecimento da participação das mulheres nas lutas sociais do campo, pois foi apenas no período mais recente que elas ganharam mais visibilidade e reconhecimento. Um exemplo ilustrativo é o caso de Alexina Crespo, uma liderança das Ligas Camponesas, que não tem o mesmo reconhecimento de outros dirigentes, como Francisco Julião, seu marido (SILIPRANDI, 2015). O documentário “Memórias Clandestinas” mostra o destacado papel que

Alexina Crespo exerceu na articulação internacional das Ligas Camponesas, sua participação no Partido Comunista e as divergências que manteve com parte da direção das Ligas, incluindo aí o seu marido, pela defesa que fizera da luta armada (AZEVEDO, 2007)

A referência a Alexina Crespo nos remete a outros casos em que, sendo casadas ou não com dirigentes sindicais, mulheres militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) destacaram-se nas lutas sociais do campo. Algumas delas não iniciaram a sua militância após a morte de seus pais ou maridos e suas trajetórias de luta foram marcadas por uma autonomia política.

Registros contidos no livro “Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985” (CARNEIRO e CIOCARI, 2010) evidenciam lideranças de outros estados e regiões, como é o caso de Josefa Pureza e Rosa Geralda da Silva, no Rio de Janeiro, e de Dirce Machado, em Goiás, que tampouco iniciaram sua militância a partir das suas relações familiares ou conjugais e que viveram momentos de confrontos com pessoas da sua intimidade na sua trajetória política e exerceram sua autonomia política frente às suas relações privadas.

Josefa Paulino da Silva Pureza, uma nordestina do estado de Alagoas, migrou para o estado do Rio de Janeiro e integrou a Associação dos Lavradores Fluminenses, onde participou das mobilizações para soltar os seus maridos que haviam sido presos pela repressão policial, que resultaram na constituição da Comissão Feminina da Associação, que viria a se transformar no Departamento Feminino. Em 1978, ingressou no Centro Brasileiro de Mulheres de Niterói. Um hino entoado naquele período afirmava a necessidade de conquistar os direitos das mulheres nos sindicatos:

Despeitai-te/ mulher pra luta/com força e fé/ por todos os nossos direitos/ ganhando os companheiros/ dentro do campo inteiro/ e exigindo respeito/ Mulher/ tem luta específica/ senhoras sindicalistas/ todas precisam falar/ dentro do seu sindicato/ saindo do anonimato/ tendo direito a votar (CARNEIRO e CIOCARI, 2011).

Rosa Geralda da Silveira, descendente de escravos, relata uma vida de rebeldia. Aos nove anos de idade recusou-se a desfazer a plantação de milho e plantar capim que o patrão ordenara. Apesar das ameaças de surra do seu pai manteve sua posição e fez o pai reverter a sua decisão e migrar em busca de um outro sítio para viver (CARNEIRO e CIOCARI, 2011). As lutas que empreendeu com colegas contra o sistema de renda e o despejo da terra em Campos Novos, na fazenda Caveira, levaram à formação do sindicato e à sua constituição como

liderança na região de Cabo Frio. Rosa foi apedrejada num evento público de escolha de miss do Estado do Rio de Janeiro ao gritar “reforma agrária como solução para que todos trabalhem!” (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011).

Dirce Machado após a leitura do livro “Cavaleiro da Esperança”, de Jorge Amado, único livro que mantivera preservado após a incineração dos demais livros do seu tio comunista, e em contato com o jornal *Terra Livre* ingressou no Partido Comunista aos 14 anos e militou na União da Juventude Comunista (UJC) em Goiânia, onde foi secretária de finanças (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011). Depois de casada migrou para o campo no município de Uruaçu com a tarefa de organizar a luta pela terra. No trabalho com as mulheres formou o “Quartel General Feminino”, um grupo de dez mulheres que fizeram luta armada e que ajudavam os filhos das militantes que lideravam o movimento, levando notícias e mantimentos para elas. Pelo envolvimento com as lutas camponesas, Dirce foi perseguida, viveu na clandestinidade e conviveu com a pobreza, com a doença e com problemas de estudos dos filhos (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011).

Não cabe neste trabalho um aprofundamento do que poderíamos chamar de primórdios ou antecedentes desses movimentos, pois isso exigiria um trabalho de campo específico com um outro público formado pelas lideranças ainda vivas e o resgate da memória de outras mulheres atuantes no período que antecedeu à constituição das primeiras organizações de mulheres rurais. Mas é importante registrar a necessidade da continuidade e do aprofundamento das pesquisas sobre essas mulheres para conhecer suas histórias e lhes dar o devido reconhecimento.

4.3 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS: as organizações micro-regionais e estaduais e as comissões de mulheres nos sindicatos

Esta pesquisa não teve o propósito de analisar as primeiras organizações no plano local ou estadual, mas se fez necessário resgatar alguns elementos recorrendo a uma importante produção acadêmica sobre o tema, ao relato das lideranças entrevistadas e à pesquisa documental. Dessa forma, apresento, de forma breve, informações sobre as organizações que tiveram um papel destacado na formação de articulações regionais e, mais tarde, também no

plano nacional, identificando suas agendas de lutas como subsídio para a análise da diversidade de pautas que inspiraram e influenciaram na formação dos movimentos de mulheres rurais.

No final da década de 1970, foram constituídas as primeiras organizações de mulheres, entre as quais o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), e, posteriormente, já na década de 1980, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo, o Movimento de Mulheres Agriculturas do Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Agriculturas em Santa Catarina (MMA-SC). Essas organizações constituíram a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul).

Em 1982, surge no estado da Paraíba o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano e, em 1984, em Pernambuco, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Essas organizações estaduais foram responsáveis, posteriormente, pela constituição do MMTR-NE. Ainda na década de 1980, surgiram em outras regiões o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) e a Comissão Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado de Rondônia (Fetagro). Todas essas organizações, além do Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), integraram a primeira coordenação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) que abordarei no capítulo seguinte.

Nesse período se constituíram, também, organizações estaduais e micro-regionais que deram origem às articulações regionais que constituíram posteriormente articulações nacionais e latino-americanas, como é o caso da AIMTR-Sul e MMTR-NE.

No final dos anos 1970, segundo Fedato (2010), surgiu na região Sul o MPMP, sob forte influência de padres belgas que integravam a Teologia da Libertação. As lutas iniciais estavam voltadas para a melhoria do preço do leite, que havia sido fortemente impactado pelo processo de modernização tecnológica que criou dificuldades para a concorrência com o setor industrial que se implantava. Este movimento realizou uma importante mobilização em 1978, que bloqueou a ponte de Capitão Leônidas Marques – por isso ficou conhecida como “movimento na balsa”, para reivindicar o aumento do preço do porco, além de outras lutas pelo direito à

saúde e à sindicalização das mulheres e debates sobre os direitos das mulheres, participação política e religião²⁸ (FEDATO, 2010).

Em 1983, surge o Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina (MMA-SC), que segundo Boni (2004) se constituiu a partir das Comunidades Eclesiais de Base e do envolvimento das mulheres com as oposições sindicais. Segundo a autora, o passo inicial ocorreu em 1981 em Itaberaba, município de Chapecó, quando na comemoração do Dia do Colono, em 25 de julho, as mulheres decidiram compor uma chapa de oposição, que, entre outras propostas, defendia a sindicalização das mulheres. O MMA-SC priorizou as lutas pela sindicalização das mulheres e pela documentação da trabalhadora rural, pelo acesso à previdência e pelo reconhecimento da profissão de agricultoras²⁹. Luiza Santos, coordenadora do MMA-SC relata:

Eu participei intensivamente do processo organizativo no meu município e em minha região. Também foi um momento que se constituiu a Central Única dos Trabalhadores, o Departamento Rural da CUT, o sindicalismo combativo. E com uma atuação bastante grande... e com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, como o movimento de mulheres agricultoras em Santa Catarina tinha uma bandeira forte da participação política da mulher na sociedade, em oitenta e oito eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores. Fui candidata e me elegi vereadora, então. (Luiza, 27/9/2016).

Em 1985, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS). Este movimento, segundo Carneiro (1994), da mesma forma que o movimento das mulheres nordestinas, lutava pela aposentadoria aos 45 anos, seguro de acidente de trabalho, auxílio natalidade e pelo direito à sindicalização; e, defendiam o pagamento de um preço justo para seus produtos; reivindicam política agrícola; direito de se associar às cooperativas; uma divisão mais equilibrada das tarefas domésticas, por meio da mudança na educação dos filhos em casa e na escola; e repudiavam o uso do corpo das mulheres nas propagandas³⁰.

²⁸ Este movimento se enfraqueceu nos anos 1990 com o surgimento da comissão de mulheres no sindicato de trabalhadores rurais e com a mudança no comando da igreja local (FEDATO, 2010).

²⁹ Casagrande (1991) aborda o MMA-SC no contexto de lutas do meio rural pela continuidade da reprodução da vida camponesa e indica como esse movimento fortaleceu as lutas de classes ao se somar as demais organizações do campo, além de desenvolver as lutas específicas de gênero para a sua emancipação.

³⁰ Cattani (1989) analisa o MMTR-RS a partir dos seus aspectos mais estruturais e de sua história, identificando fatores conjunturais, sociais, políticos e econômicos e as prováveis causas da importância adquirida pelas relações de gênero e recorrendo a uma tipologia apresenta a organização de gênero a partir das suas reivindicações.

Este movimento gerou duas organizações distintas, pois uma parte decidiu se manter como movimento autônomo e a outra ingressou nos sindicatos, compondo o setor que se autodenominava “As Margaridas do Sul”:

Tinha essa... uma grande organização das mulheres no Estado. Só que era um período de... do Governo do PMDB. E, daí tava um grande e os sindicatos divididos, que os sindicatos não queriam as mulheres autônomas. Na assembleia que tinha no Gigantinho houve um racha. Ficou as Margaridas sendo dos sindicatos, que eram ligadas a Fetag e Contag. E houve o rompimento de mulheres, que era do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul. Então movimento ficou de um lado, e daí os movimentos esses... é o Movimento Sem Terra... ficaram, é claro, no lado do movimento de mulheres, que era uma linha de pensamento. (Cristina, 22/9/2016).

O Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo foi constituído em 1985 em torno da necessidade de suprimento do leite para a alimentação das famílias acampadas, que as levou a destinar os recursos obtidos com a venda de pão para adquirir uma vaca. Além disso, realizaram outras atividades voltadas para coletivizar o preparo de alimentos e a construção de minas de água durante o período do acampamento. Esta experiência, após a conquista da terra, estendeu-se para a luta por direito de voz e voto nas assembleias do assentamento e a construção da escola (ANMTR, 1997, p.7).

Ainda na região Sudeste, constituiu-se, em 1986, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), com o incentivo da CPT, MST e do IECLB que realizam as primeiras articulações. A partir daí passaram a discutir temas relativos à saúde, à educação e à agricultura, entre outros e a atuar junto com a igreja católica e luterana na conquista de alguns sindicatos (ANMTR, 1997, p. 13).

Na região Nordeste, destaco o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano em 1981, que segundo Duarte (2014) iniciou-se como um setor da Pastoral Rural e que depois, em 1985, constituiu-se como movimento autônomo³¹ com o objetivo de promover uma maior participação das mulheres no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos da mulher, entre os quais: relação entre homens e mulheres, a família, a saúde e educação sexual (DUARTE, 2014). Este movimento promoveu distintas iniciativas para estimular a participação sindical das mulheres, incluindo ações com a CUT e a Fetag, e, em

³¹ Cruz (1999) analisa a história e a organização deste movimento, suas transformações, as conquistas de espaços públicos e o exercício da cidadania pelas mulheres rurais.

1994, se uniram ao Movimento de Mulheres Trabalhadora (MMT-PB) ampliando a sua atuação para 9 municípios da Paraíba.

O Movimento de Mulheres do Sertão Central em Pernambuco constituiu-se em 1984, mas, segundo Jalil (2003), as primeiras reuniões aconteceram ainda no ano anterior em Caiçarinha da Penha, um distrito do município de Serra Talhada. Foi a partir desta organização e com apoio de mediadores, que Jalil (2003) descreve como líderes e assessores homens, que as mulheres travaram as lutas pela sindicalização na Contag, fortaleceram as organizações regionais e alargam suas lutas para o plano nacional e, mais tarde, para a América Latina e Caribe. Este movimento, segundo Cordeiro (2006) se organizou a partir de três eixos de atuação: a inclusão das mulheres em programas emergenciais de combate aos efeitos da seca; o reconhecimento do trabalho e dos direitos das agriculturas; e a participação no movimento sindical³².

Na região Norte, destaco o surgimento do Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre com apoio do Movimento Leigo da América Latina (MLAL), que se constituiu em torno das demandas por estradas, escolas e hospitais e a partir de grupos produtivos de artesanato e hortas comunitárias (ANMTR, 1997, p. 13). Nos anos 1990 realizaram lutas também pelo salário maternidade, pela melhoria de estradas e pela legalização dos grupos produtivos (ibidem, p. 13)

É importante assinalar, também, as mudanças que se processavam nos movimentos sociais mistos, onde começaram a ser criadas comissões de mulheres nos sindicatos, em grande parte por iniciativa dos movimentos já referidos e de processos de auto-organização das mulheres nos acampamentos e nos assentamentos da reforma agrária.

Um destes casos é o da Fetagro, que, em 1985, promove o I Encontro de Mulheres Lideranças Sindicais de Rondônia com o apoio da CPT que criou o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), mais tarde denominado MMTR, com o objetivo de organizar as mulheres para ingressar no movimento sindical. Depois de dois anos de existência o movimento se transformou na Comissão de Mulheres do Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT-RO

³² Em sua trajetória o movimento priorizou diferentes temas. Nos anos 1990, segundo Jalil (2003), os temas presentes incluíam trabalho, organização, frentes de emergência, seca, violência, corpo e movimento sindical. Nos anos 2000, segundo Cordeiro (2006), os temas do meio ambiente e da pobreza estão no foco da atuação do movimento e havia uma ênfase na preservação e no manejo de recursos hídricos e em tecnologias que proporcionassem o armazenamento de água.

e, em 1993, na Comissão de Mulheres da Fetagro, que integrou a primeira coordenação nacional da ANMTR (1997). As lutas empreendidas estavam focadas na sindicalização, no reconhecimento profissional e na saúde das mulheres (ANMTR, 1997, p. 11).

Percebe-se nas primeiras organizações de mulheres rurais que já tinham algum grau de articulação para além dos seus territórios de origem, uma grande diversidade de demandas, mas com a prevalência do provimento de serviços básicos, como os de saúde e educação, do reconhecimento e à garantia de direitos como trabalhadoras rurais, do reconhecimento como beneficiárias de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a proteção social, mas também políticas agrícolas de apoio à produção e à comercialização. A violência e a sexualidade estavam presentes, mas não tinham o mesmo peso na agenda destas organizações.

4.3.1 O apoio e as alianças

As primeiras organizações de mulheres rurais no Brasil se constituíram a partir de estreitas relações com outros personagens com atuação junto aos movimentos sociais no campo. Destacam-se as igrejas católica e a luterana, os sindicatos de trabalhadores rurais e as organizações não governamentais, tanto aquelas que já presentes no meio rural, como como aquelas que a partir do feminismo passaram a estabelecer relações com as mulheres rurais.

Como já mencionado, setores da Igreja Católica participaram no processo de criação de importantes movimentos sociais e políticos, com destaque no meio rural, para o Movimento dos Sem Terra (MST) e o sindicalismo rural cutista, além de organizações comunitárias e várias organizações não governamentais.

As Comunidades Eclesiais de Base, segundo Löwy (2016), instituíram uma nova cultura política no país, devido à recusa à ditadura militar, ao clientelismo presente nas áreas rurais e nos centros urbanos, mas também ao populismo de Getúlio Vargas e ao verticalismo praticado pela “velha esquerda”. O resultado disso, segundo o autor, é que encontramos no Brasil a igreja mais avançada do continente, fato atribuído às insuficiências do clero num país com uma grande população que pressionava a igreja a incorporar a ação de leigos; à forte influência da igreja e da cultura francesa, algo que difere dos demais países da região em que

prevalecia a tradição espanhola ou italiana sobre esta instituição; e à própria ditadura militar que acabou transformando a igreja em opositora ao regime (LOWY, 2016).

Lideranças que integraram esta geração formada pela Igreja Católica e que participava ativamente na constituição dos movimentos autônomos de mulheres rurais e das primeiras experiências de auto-organização das mulheres em movimentos sociais mistos do campo relatam esse envolvimento:

Lá no Espírito Santo eu já tinha iniciado uma militância. Mas nesse período ainda... da teologia da libertação. Então nós... éramos comunidades de base. Ia nas atividades, tava na pastoral da juventude. Então, aí foi a minha primeira, vamo dizer assim, a minha primeira ação política da militância, do despertar da consciência, de tomar... dar conta das injustiças. Porque na verdade, esse período da teologia da libertação tinha um trabalho belíssimo de formação da militância, de despertar, dessa indignação, dessa rebeldia. É... foi muito importante na minha vida, isso. (Maria Rita, 21/9/2016).

Não se tratava apenas de uma influência da Igreja sobre estas militantes, pois a própria ação política era considerada como parte da sua prática religiosa.

Eu venho de uma militância na comunidade eclesial de base, naquela época muito forte na nossa região. Diocese, chamada de ponto de vista da organização da igreja católica, diocese de Crateús, onde tinha um bispo paraibano chamado Antônio Batista Fragozo, que se ordenou Bispo pra trabalhar nessa diocese. Sempre trabalhou fortemente esta história da organização sindical, das oposições sindicais na verdade e sempre com aquela velha história conosco, né, trabalhar pastorais: um bom cristão ter ação, em que vem ajudar e agir por aí, caminha. E daí que vem e... aí crescendo fazer primeira comunhão. Pra fazer primeira comunhão na diocese tinha que ter leituras, tinha que fazer tarefas, inclusive não religiosas, mas tarefas de organização. Dom Fragozo, ele achava que fê sem ação e uma fé morta. Então pra você cumprir aquela história de fazer primeira comunhão e fazer crisma... você tinha que dar um testemunho de ação, e ação numa perspectiva de mudança na vida, na vida e na organização da comunidade. (Fatima, 16/9/2016).

A grande maioria das lideranças entrevistadas iniciou sua militância por meio da igreja em movimentos sociais na luta pela terra e por melhores condições de trabalho.

Padres europeus e brasileiros defendiam a ação política como parte da vida religiosa e formavam militantes que assumiam um protagonismo nas lutas por transformações sociais:

No início dos anos setenta (...). Então, eu fazia o magistério. E dentro do magistério era uma ditadura tão grande, era tanta exigência que a gente se reunia pra discutir as questões do mundo: que tava acontecendo da política no mundo. E a gente dizia que ia pra casa do padre, estudar religião.[risos] Nunca, ninguém pegava nem na bíblia. Mas a bíblia foi um instrumento da discussão da revolução. Na casa desse francês, que era um revolucionário, era o padre João de la Croix. E ele assim... ele foi um instrumento muito forte na minha constituição de militante. (...) Que a gente fazia mesmo. Ele dizia assim, o padre, dizia

assim: “olhe, terminou a missa não sai ninguém, viu? Que tem uma moça aqui...[risos] que vai dizer uma coisa bonita pra vocês, umas coisas bonita”. E isso era pra falar da educação política e da organização. Da importância deles participarem do sindicato. Na época não era mulheres não. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Em alguns casos, a relação com a Igreja Católica decorria das relações familiares:

Minha mãe é muito religiosa, muito católica, né. (...) E a gente começa a participar dos movimentos na igreja, pastorais, grupos de jovens. (...) Na década de 1980 começa uns movimentos pela terra, começam algumas resistências na luta pela terra. Nessa época eu acho que se destaca no baixo São Francisco, em... Porto da Folha, Poço Redondo, que é a luta dos índios xocós... a casa da caiçara. E essa... do baixo São Francisco ao alto Sertão, faz parte da diocese de Propriá, que é da diocese também de Nossa Senhora da Glória, que eu vim fazer parte. E aí tem uma pessoa que é responsável pelo... por esse grupo de jovens que a gente começa a participar. (...) É muito progressista pra essa época... que ele é Guido Michel, que ele ainda tá vivo e é militante, ainda. E ele é da Bélgica. E ele vem morar em Sergipe e depois ele vai pra Glória. E começa a... com essa juventude, fazendo um trabalho de explicar o que está acontecendo, que é que acontece. E eu ainda muito jovem. Meus irmãos mais velhos começam também a participar da... do sindicato e organizam um grupo de oposição do sindicato. (Rosa, 30/8/2016).

Nesse ambiente as mulheres rurais estabeleceram contatos e relações com autoridades eclesiais e com instituições de cooperação internacional mediante os religiosos europeus que mobilizavam outras redes de apoio a partir da sua atuação no país.

Quando eu comecei eles apoiaram (...) apoiaram mesmo. Com as condições que eles tinham. Que era a credibilidade nas comunidades, que era eles que tinha transporte. E era eles que... o projeto era na mão deles. Nosso primeiro projeto era na mão do bispo. O bispo passou não sei quantos anos administrando. Esse projeto chamado PECOR (...) não é? Nós fazia... nós recebíamos o dinheiro e fazíamos prestação de conta a ele (...) tinham vários programas. Coisas que tem hoje ainda. Por exemplo, se você pegar a questão da agricultura alternativa, já nessa época... essa época a gente já organizava os grupos de sementes selecionadas (...) e nessa época, a gente já discutia a gravidade dos agrotóxicos. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Lideranças do estado do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco referem-se à existência de freiras e leigas que mantinham relações com outras freiras que discutiam o feminismo. Uma grande referência é Ivone Gebara, que é referida por algumas das entrevistadas como irradiadora desses ideais de emancipação e também tinha referência na tradição francesa, corroborando assim as afirmações de Michael Lowy (2016) sobre a influência daquela tradição da igreja católica no país:

Na minha diocese esse grupo de padres e freiras são todos da teologia da libertação, tá! Por isso não sei de onde vem as outras, mas as freiras discutiam também que as mulheres precisavam, e aí muito inspiradas naquela freira de Camaragibe chamada Ivone Gebara.

(...) Muitos vindo de lá, dessa... do inspirado. Porque, assim, as mulheres, as freiras se encontravam com outras freiras. Mas elas também estudavam alguns temas é... da participação das mulheres. E essas freiras da teologia da libertação, que estou falando, elas são freiras... elas traziam, também, elementos do feminismo, que da luta das mulheres lá França, da luta das mulheres. Sabe, não é uma coisa muito comum dentro dá é.... debate da igreja, mas elas já diziam: “olha, as mulheres se organizam; mulheres também a gente tem que lutar pelo direito a terra; nós temos que ver o direito das mulheres que a vida das mulheres não pode ser só dentro de casa, as mulheres também precisam refletir um pouco, sabe!” (Fatima, 16/9/2016).

As relações com as freiras engajadas possibilitaram o contato com mulheres leigas com distintas inserções em movimentos sociais:

Eu morava em Recife, estudando pra ser freira. E lá, eu conheci uma irmã, aqui de Fortaleza, chamada Letícia. Que ela trabalhava numa favela, aqui em Fortaleza. E no... dentro do convento eu tava em crise porque eu dizia... eu vim de uma classe pobre, fui morar num colégio super rico, em Recife, chamado Maria Teresa, que fica em Boa Viagem. Eu não me encontrava naquele ambiente. Aí, eu dizia, “como é que sou uma menina que eu vim do interior, eu vim parar aqui, não é isso que eu quero pra mim não”. [risos] Eu queria continuar fazendo da minha vida uma espécie de doação a uma causa que eu acreditava, naquele período. Aí, ela disse: “tem um grupo de meninas lá no Ceará, que são leigas engajadas, cê não quer conhecer?” Aí, eu disse: “ah, eu quero demais”. Foi aí que eu vim, em noventa e três. Deixa eu ver... eu ocupei em noventa e quatro... acho que noventa e três ... em noventa e dois eu vim conhecer esse grupo de meninas. Já me encantei por elas (...) só que eu não tenho trabalho com a cidade. Eu sou mesmo é do campo. Aí, eu... aí, eu e uma das meninas, a gente dividiu a casa em dois (...) fomos morar no interior, numa comunidade camponesa, no Chorozinho, chamado Cedro. (Cristiane, 14/9/2016).

Relatos de lideranças do Rio Grande do Sul, indicam que alguns padres decidem investir, explicitamente, na consciência crítica das mulheres no campo e até na formação de organizações de mulheres:

Na organização dos grupos de base e tal... das comunidades eclesiais de base. Então, ali se adquiriu uma consciência da... da história da opressão, da exploração, quem eram os oprimidos. (...) E... dentro disso, né, um momento de... do contexto rural, enfim. Então, essa participação aí... na nossa diocese. Havia um bispo bem revolucionário, assim... e ele escolheu três oprimidos dentro dos oprimidos pra investir na organização é... política, vamos dizer assim (...) e o público foi: os povos indígenas, que eram os Guaranis e os aqui da região, os Kaingangues – que havia um conflito muito grande -; os atingidos por barragens, que iniciou implementação nos projetos, grandes projetos; e as mulheres trabalhadoras rurais – as mulheres agricultoras como nós, do campo. Então, em oitenta e três surge o movimento de mulheres agricultoras. (Luiza, 27/9/2016).

A igreja foi a porta de entrada para muitas mulheres na arena pública num momento em que o movimento sindical não permitia a participação das mulheres e que surgiam novos movimentos sociais, a exemplo do MST.

O papel da igreja no fortalecimento de organizações de mulheres nos bairros populares, as tensões e as alianças construídas com setores progressistas da igreja católica estão presentes na literatura sobre o movimento de mulheres no Brasil. Soares, por exemplo, destaca a criação de “uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Bases e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres” (SOARES, 1996, p. 41).

Algumas autoras chegam a indicar de que maneira essa aliança foi construída e as estratégias adotadas para a resolução dos conflitos que emergiam dessas relações:

O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões, permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública (SARTI, 2004, p. 39).

Na literatura sobre os movimentos rurais de mulheres no Brasil a igreja é recorrentemente mencionada pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base nas primeiras organizações locais. Em alguns casos, as referências são mais detalhadas, como no caso de conflitos agrários envolvendo as quebradeiras de coco babaçu. Figueiredo (2005) relata como, na nova topografia e conformação espacial dos territórios nos momentos de conflito, as mulheres, além de cuidar das crianças e dos idosos e garantir o suprimento de alimentos para os homens que se refugiavam na mata, realizavam também o trabalho de segurança. O papel de vigias e articuladoras externas era exercido pelas chamadas “catequistas” que, segundo os pistoleiros, traziam orientações dos padres para os trabalhadores (FIGUEIREDO, 2005).

As tensões entre as mulheres feministas e a igreja a que se refere a literatura sobre o movimento de mulheres no Brasil nos anos 1980 parece não se confirmar no caso do meio rural. Ao se referir à dupla militância que algumas mulheres do MMA-SC mantinham, Boni (2004) mostra como as propostas discutidas na CUT nacional para aumentar a representação das mulheres nas suas instâncias de direção, a partir do sistema de cotas, eram acolhidas por essas militantes, diferente das propostas que diziam respeito à defesa da legalização do aborto,

devido à influência da Igreja católica sobre essas mulheres; indicando, assim, a existência de relações menos conflituosas entre as mulheres e a igreja.

No caso das lideranças entrevistadas essas tensões não apareceram. Conforme assinalado anteriormente, a impressão que fica é que o fato da igreja ter promovido a inserção das mulheres nas lutas pela terra e na luta por melhores condições de trabalho por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais, e, embora que raramente, também as organizações específicas de mulheres, num ambiente de veto à participação política das mulheres. Talvez por esse motivo não encontramos relatos de tensões entre estas lideranças e as instituições religiosas. Essa é uma questão interessante e que mereceria ser objeto de pesquisas futuras.

4.3.2 As organizações não-governamentais de mulheres

Em alguns movimentos sociais de mulheres rurais as organizações não governamentais cumpriram um papel importante de apoio no início do ativismo político de suas lideranças.

Diversas pesquisas sobre o movimento de mulheres rurais destacam o papel das ONGs feministas em sua constituição, especialmente aquelas que se referem aos movimentos autônomos e às primeiras experiências de auto-organização dos movimentos sociais mistos do campo. Como é o caso de Cappelini (1989), que indica como em 1983, na Paraíba, e, em 1985, em Pernambuco, se institucionalizam equipes de assessoria sindical que apoiaram o intercâmbio de experiências de educação popular voltados para as mulheres e que se apoiavam nos grupos do movimento feminista. E, também, de Esmeraldo (1994), que mostra o apoio do SOS Corpo ao polo sindical do Sertão Central de Pernambuco.

Em entrevista concedida para esta pesquisa Eduarda Gonçalves, uma das coordenadoras do SOS Corpo, relata a aproximação inicial e as discussões entre o movimento de mulheres autônomo e o movimento sindical:

Então o SOS começou tanto a fazer discussão com Vanete. Sonia e Vanete tinham muitas conversas sobre: concepção de por onde se fazer a construção de uma organização; como poderia ser a relação disso com um movimento sindical e com o feminismo; e até onde tem dependência e até onde tem independência; como não chocar, mas ao mesmo tempo não negar as diferenças entre uma organização de mulheres e uma organização sindical; se discutia como articular a reflexão feminista que o SOS Corpo trazia sobre corpo e saúde com a dimensão trabalho. Porque as trabalhadoras, Vanete gostaria que tivesse essa identidade de mulher e trabalhadora que... não era suficiente pensar “toda mulher é

trabalhadora”... tinha que trabalhar a condição de ser mulher e ser trabalhadora rural. Então foi um primeiro ciclo de discussão (Eduarda, 12/1/2017).

Estabelece-se uma colaboração e a partir dessas relações iniciais o SOS Corpo estabelece uma atuação mais ampla junto às trabalhadoras rurais:

A gente fazia oficinas; a gente ajudava a facilitar os encontros; a gente fez oficinas com assessoras que iriam assessorar encontros e a gente também assessorava os encontros. Discutindo a vida – vida de mulher. Só que, nesse caso, mulher rural. Rapidamente a gente passou, também, a assessorar, em alguns momentos – porque dependia sempre de relações políticas – a própria construção do movimento de mulheres dentro do sindicalismo. Então... as comissões, bem no início na formação mesmo. Quando teve o primeiro encontro de mulheres da região canavieira. Então a gente começou um pouco a ser chamada aqui e ali né... no primeiro ou o segundo encontro estadual das mulheres, pela FETAPE, a gente acompanhou. A gente acompanhava de diferentes formas. Acompanhava pensando metodologia pra algumas das discussões, ou fazendo alguma palestra. Ou ajudando nos registros. A gente também ajudava bastante no registro bruto, que depois passava pras relatoras. A gente tinha mais agilidade pra escrever... então a gente se botava aí. Foi um primeiro ciclo de trabalho que veio com o Sertão Central. Muito centrado na contribuição da gente nas discussões sobre sexualidade; nas discussões sobre saúde reprodutiva; nas experiências de parto, da menstruação, orgasmo, todos os assuntos assim, “espinhosos” pra uma assessoria sindical ficava mais com a gente (Eduarda, 12/1/2017).

O momento de constituição das primeiras organizações de mulheres coincide com o da criação dos primeiros grupos do movimento feminista. Na época ainda não existiam articulações permanentes no movimento feminista brasileiro, que se constituíram apenas no final dos anos 1990. Os espaços de intercâmbio e de definição de ações conjuntas ocorriam apenas nos encontros nacionais feministas e nos encontros latino-americanos, espaços horizontais que constituíam coordenações para a organização de cada evento e que logo após sua realização eram remontadas com outra composição nos locais que sediariam os próximos encontros. Segundo Delgado (1995), no período de 1979 a 1987 eram encontros anuais e, depois, passaram a ser bianuais.

Estes encontros nacionais contavam com a participação das mulheres do movimento sindical e do movimento popular de mulheres, além de contar com trabalhadoras rurais. Essa presença se tornou expressiva VIII Encontro Nacional Feminista realizado em Garanhuns, no estado de Pernambuco em 1986, onde 70% do público era constituído por mulheres dos setores populares (DELGADO, 1995).

Mas as relações foram se estreitando por meio da participação nos encontros nacionais feministas, como foi o caso do X Encontro Nacional Feminista, realizado em 1988, em Bertioga-SP, contou com a participação de militantes do MMTR-NE (REDELAC, 2007).

O que se pode notar é que as relações entre os grupos do movimento feminista e as primeiras organizações do movimento de mulheres rurais foram construídas principalmente na região Nordeste e o relato de ambas as partes registram que se tratava de uma relação de respeito e preservação da autonomia entre as organizações envolvidas.

Nos anos 1990, movimentos de outras regiões também estabeleceram relações com ONGs feministas e estreitaram suas relações com as nordestinas e militantes de outras localidades, como abordarei mais à frente. Essas relações repercutem nas pautas e metodologias adotadas pelos movimentos de mulheres rurais, como veremos ao abordar o MMTR-NE.

4.3.3 As organizações não governamentais do campo

Um aspecto mencionado sobre a constituição do movimento de mulheres rurais no Brasil, mas ainda não destacado suficientemente na literatura sobre os movimentos de mulheres rurais, é o da relação das primeiras organizações com as ONGs atuantes no meio rural. Sales (1999), por exemplo, refere-se às relações entre o ESPLAR Centro de Assessoria e Pesquisa e o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA) no trabalho de assessoria a coletivos e grupos produtivos de mulheres, mas como referência nos anos 1990, no estado do Ceará.

A exceção pode ser encontrada em Figueiredo (2005) e Antunes (2006) que ao abordarem o movimento de mulheres quebradeiras de coco babaçu destacam o papel das ONGs e, principalmente, da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), que surgiu no processo dos conflitos fundiários e atua junto as quebradeiras de coco babaçu.

No trabalho de campo realizado para essa tese, especialmente nas entrevistas e na pesquisa documental, constatee que várias outras ONGs que atuavam no meio rural, mas sem uma linha de ação exclusiva voltada para as trabalhadoras rurais, vieram a apoiar as suas lutas ou se associaram aos movimentos na proposição de projetos.

Importante notar que, em alguns casos, as ONGs do campo não apenas apoiaram as primeiras organizações de mulheres rurais, como estimularam esses processos organizativos:

E, aí, tinha uma equipe na época. Eu lembro que isso já foi em 88. Nesse decorrer de conflito a Sociedade dos Direitos Humanos trabalhava, prestava acompanhamento pelo projeto que eles tinham, que chamava-se Projeto Babaçu. Então, eles elaborava os projetos e os municípios... eles iam justamente fazer esses trabalho e era com mulher (...). Tinha capacitação, tinha acompanhamento, tinha tudo. E (...) como a Sociedade dos Direitos Humanos trabalhava com a gente, também as outras organização da sociedade civil do estado também. Cada qual tinha uma parte desse projeto, que é a CPT, fazia a CPT, era lá de Imperatriz, trabalhava com Imperatriz e com Pará, também trabalhava esse projeto. Se não me engano era Imperatriz, Pará e Tocantins. E a ASSEMA implantava também na luta que tinha. Implantava também uma parte desse projeto lá em Mearim na região. (...) A Sociedade era só fachada. Então, sim, a gente acabou que numa... Finalmente esse projeto se encerrou com várias, com essas organizações tudinho... que se deu o nome do primeiro encontro que a gente teve, que é assim. (...) Aí veio a questão, primeiro foi uma articulação de Quebradeira de Coco, do projeto que a gente acabou é... se mobilizando, se reunindo. Teve vários momentos que a gente se reunia todas as mulheres, de todos esses projetos. Uma avaliação na época era no sítio Pirapora, que tinha aqui em São Luís. Que tinha não, que tem ainda. E, aí, levou justamente a gente ter essa articulação das Quebradeiras. (Maria do Carmo, 18/8/2016)

Segundo as lideranças entrevistadas, as ONGs tiveram um papel importante na constituição do movimento de mulheres, com o cuidado de respeitar a autonomia dos movimentos de mulheres na definição dos seus rumos de atuação:

O CDJCB é ... surge do rompimento... quando assume um novo bispo na diocese que não dá mais espaço pras pastorais, nem pra pastoral da terra. Que é a pastoral que essas pessoas estão vinculada. E, aí, elas rompem com a igreja e criam... e aí cria um organismo próprio que é essa ONG, que é o Centro de Assessoramento aos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terra Dom José Brandão de Castro. Esse é o nome. E nessa época tinha uma forte...um forte apelo pra essas questão dos trabalho de gênero: tem projetos e elas é... fazem esse trabalho. Algum projeto apoiado pela cooperação OXFAM (...) O legal disso é que elas reconhecem - não sei dizer em que nível de consciência disso, mas na prática foi isso -, reconhecem a importância de ter um espaço auto-organizativo das mulheres e que esse espaço não é no ... o centro. É o movimento de mulheres. (Rosa, 30/8/2016)

Veremos como estas relações iniciadas na formação das primeiras organizações também estiveram presentes na constituição das primeiras articulações regionais, que serão também descritas mais à frente.

4.3.4 Os movimentos sociais mistos e o movimento de mulheres em formação

Outro campo de alianças e de apoio, embora não pleno, é o que se estabelece no âmbito do movimento sindical. O sindicalismo rural que havia se constituído no início dos anos 1950 não permitia a participação autônoma das mulheres sob a justificativa de que a representação familiar ser exercida pelo homem na condição de “chefe”. Cabia às mulheres apenas uma participação indireta na condição de dependentes de usuárias dos serviços assistenciais de saúde prestados pelos sindicatos às famílias dos trabalhadores sindicalizados.

E meu pai tinha relação com o sindicato. E nós tínhamo uma carteirinha amarela, de dependente. (...) Todo os filhos tinham uma carteirinha amarela, com título do Funrural, e aquela carteira servia pra (...) aquela carteirinha servia para arrancar dente - sorte que eu só arranquei um dente na minha vida –(risos). Servia pra uma consulta médica, e o sindicato nessa época era totalmente atrelado à prefeitura. Meu pai participava (...) Era. Mas precisava daquela carteirinha. E a gente é... meu pai participava do sindicato, pagava mensalidade, tudo direitinho. Não era como uma consciência do que o sindicato era importante, mas era porque o sindicato ofertava essas possibilidades. (Isabel, 15/9/2016)

Com o surgimento da CUT e a renovação da estratégia de ação também para o sindicalismo rural, muitas mulheres se engajaram na mobilização para que os sindicatos incorporassem a participação política das mulheres e abrissem passagem para uma participação ativa e direta com plenos direitos como sindicalizadas.

Mas até mesmo o “novo sindicalismo” com uma plataforma renovada que incorporava a participação das mulheres era um movimento predominantemente masculino, como revelam as taxas de sindicalização por sexo da época (PIMENTA, 2013) e apresentavam muitas dificuldades para incorporar as suas demandas:

O que movia era as questões específica das mulheres, que não era discutidas dentro do movimento sindical. Quando era pra discutir as greves, as mulheres tava lá. Pra discutir, vamos dizer assim, a questão da saúde, de um modo geral. Mas não era pra discutir saúde das mulher. A participação política das mulheres... a mulher, pra ir pra direção do sindicato, não era pra discutir essas questões. Era as questões específicas... a violência contra as mulheres. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

As lutas em defesa dos babaçuais, por exemplo, não eram objeto de ação dos sindicatos de trabalhadores rurais e por esse motivo as quebradeiras de coco mantiveram uma participação nos espaços do movimento sindical, mas decidiram construir um movimento próprio:

A gente é diretora do sindicato, chegou a ser diretora do sindicato em vários locais. Depois a gente conseguiu, mas é.... O desempenho da gente não tinha alguns condições. A gente discutia, adotamos é.... a nossa mãe na época... que lembro que a gente dizia, mãe defendendo as mães, que é a mãe Palmeira. Começamos discutir isso, mas isso não é uma política do sindicato. Não tava dentro do seu estatuto como área de atuação. Então, sim, e aí a gente conseguia pegar, a partir daí isso, como uma forma de a gente se organizar e ir à luta. Então, vamos à luta pelo babaçu, vamos à luta pelas nossas vidas, continuações das nossas vidas e fomos começar. E foi, assim, se estendendo automaticamente, foi ampliando, eram mais grupos de mulheres (Maria do Carmo, 18/8/2016).

Além das dificuldades que as trabalhadoras rurais percebiam no movimento sindical para incorporar as suas demandas, elas constataavam a ausência de espaços e de abertura para debater temas relacionados à sua condição de mulheres:

Mas nós estava lá dentro dessas questões, que era estratégica. Era estratégica para o congresso na Contag... em buscar as mulheres... dos outros estados e de outras regiões do país. Pra introduzir a questão específica das mulheres, do Brasil, das mulheres rurais. Aí, introduzia a questão do feminismo. Não tinha... (...) fomos nós de Pernambuco, nós mulheres rurais que... não tinha. Fomos nós que levamos pra dentro da Contag a campanha de sindicalização. Fomos nós que levamos a campanha de documentação. Nós e as mulheres do Sul (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Outro aspecto importante se refere à dificuldade de participação e de representação das mulheres no movimento sindical, como já referido ao tratar da trajetória das lideranças entrevistadas.

O movimento sindical tinha legitimidade perante as trabalhadoras rurais, mas, ao mesmo tempo, impunha muitas restrições para a sua plena inserção. Apesar disso, embora muitas delas tenham decidido construir suas próprias organizações, várias associaram esta decisão ao esforço para a democratização do movimento sindical e para a ampliação do seu espectro de lutas, gerando, assim, uma situação muito comum, que persiste até os dias atuais: a dupla militância, ou seja, na organização específica de mulheres rurais e nos movimentos mistos.

A opção de construir movimentos autônomos implicou assumir vários desafios, entre os quais, o de superar as resistências às suas bandeiras de luta; as restrições financeiras; e, a ausência de suporte no cuidado dos filhos e da família.

Nesse momento inicial as lideranças assumiram a condição de militante sem nenhuma infraestrutura de apoio para realizar o trabalho de organização de base, enfrentando a ausência de transporte e de condições para a permanência nas atividades de mobilização.

O “DED” eles tinham uma sede. Nem em Pernambuco era. Era em Salvador. E, assim, quando eu menos esperei, eles chegaram na minha casa pra oferecer apoio. O apoio era um fusca usado, mas foi nosso primeiro transporte. Um fusquinha. Isso a gente visitava as comunidades rurais. Que antes, a gente, pra ir pra zona rural, a gente só ia com o padre no carro da paróquia e no carro da EMATER, esperando que esse pessoal fizesse o trabalho deles pra nós fazermos o nosso (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

A comunicação também era muito precária e enfrentavam grandes dificuldades para ter acesso à informação. Assim usavam o telefone de outras organizações sociais.

No início eles davam, ajudava nas despesas pra a gente ir pra determinado reuniões do estado, estado não, determinado município. Porque a gente fazia rodízio de reunião de MMTRN Nordeste. Por exemplo, às vezes a reunião era em Campinas, às vezes era em Petrolina e tinha..., é pra gente ir daqui é..., a gente pedia. Tinha sindicato que contribuía, tinha sindicato que dava carro pra levar a gente, e ele começou a dar, eles começaram a dar mesmo no sindicato, dar um trocados a mim e depois cortaram esse trocado (Sandra, 12/8/2016).

Apesar do apoio em alguns sindicatos e, até, de parcerias em algumas ações, essas lideranças viverem situações de conflito e tensões, algo que será tratado mais à frente. Assim, apesar do acolhimento da participação das mulheres e de apoio ao processo de formação deste sujeito político também surgem barreiras a essa nova forma de sua participação.

Eles sabiam que era pra pessoal de reunião de MMTR-NE. E, depois, começaram... cortaram. Nem davam. Disse que ia acontecer reunião, onde ia ser, o dia... nem dava mais o dinheiro. Eu passei a fazer o quê? Como eu não tinha, aí, na época... tinha recurso... a gratificação do diretor do sindicato, aí, eu tirava do meu dinheiro e ia participar. Não deixava de participar. A meninas já sabiam disso, ligavam pra mim no sindicato mesmo e me davam recado. Aí, eu via. Depois disso teve enfrentamento muito grande no sindicato. No livro, não sei se você lembra, que você leu. Teve momento de eu querer fazer uma ligação e diretor não deixava de eu acabar e, com muita insistência, jogava a chave assim... Teve uma vez quase a chave bateu em mim. Mas, assim, eu acho que sempre fui muito briguenta [risos] (Sandra, 12/8/2016).

O novo ambiente de militância política ampliou o raio de atuação das mulheres e as possibilidades de influência sobre os seus conteúdos, mas elas se deparavam com uma representação política desigual, com a resistência aos processos auto organizativos das mulheres e a desvalorização das suas lutas e demandas, além de terem de compatibilizar a militância com o trabalho reprodutivo. E, aí, os conflitos foram inevitáveis:

Dentro do próprio sindicato, da federação, do sindicato... é era machismo grande, que na época não tinha nenhuma diretora, na verdade. No sindicato tinha eu, tinha eu mais duas mulheres. Era diretora do sindicato, eu, uma era conselho fiscal, eu mais outra conselho fiscal e a outra era (...). Só que, assim, os homens dava, valorizava a gente, porque a gente

fazia, né. Além de darmos conta das nossas atividades a gente tava disposto para limpar o sindicato, pra varrer o sindicato, pra lavar banheiro e pra fazer essas coisas, né. (...) E, aí, o nosso papel, por exemplo, da secretaria, o papel dela era, era só fazer ata, né. E, aí a gente foi, eu fui também nessa coisa, nessa época eu era já é... da executiva. E... fui questionando isso. Questionava, também, por que tinha uma história de... a gente era da diretoria executiva e não sabia o que acontecia, principalmente nas questões de dinheiro, né, nas questões de dinheiro. E, aí, a gente sabia o seguinte, eu como secretária do sindicato ou qualquer outra mulher tem que saber o que entra, o que sai do sindicato. E a gente quanto procurava saber, quando procurava saber disso, eles não gostavam, né. Aí, começa. Tudo isso aprendi cobrar na discussão do MMTR-NE (Sandra, 12/8/2016).

Esses conflitos reforçaram a demanda pelo direito de participação e pela auto-organização das mulheres rurais no espaço dos sindicatos, contando com o apoio de uma diversidade de instituições, que, no caso do Nordeste já incluía setores do movimento de mulheres no Brasil.

A estratégia de articular as lutas contra as desigualdades de gênero com as lutas de classe no campo, de assumir e enfrentar os conflitos com um movimento sindical em transformação, mas ainda pouco permeável às demandas e à participação das mulheres, iria seguir exigindo muito da militância das mulheres rurais.

4.4 A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS MISTOS: o direito à sindicalização e a auto-organização

A participação propiciada especialmente pelo trabalho de setores da Igreja Católica trouxe uma contradição importante: as mulheres rurais já participavam das lutas sociais por intermédio das pastorais que incentivavam a participação em movimentos sociais, mas o movimento sindical previa a participação da família mediante a representação exercida pelo seu “chefe”, o homem.

Os setores da Igreja Católica e, em alguns casos, da Igreja Luterana com as quais estas lideranças iniciaram a sua participação política contribuíram com a formação de novos movimentos sociais que nasceram com uma atitude mais positiva frente à demanda de participação política das mulheres. Todos permitiram a filiação e ingresso das mulheres, e por iniciativa das primeiras organizações autônomas de mulheres que emergiram das CEBs introduzem nas oposições sindicais o debate da participação igualitária das mulheres. É o que

registram diversas pesquisas acadêmicas sobre o tema na região Sul (BONI, 2004), na região Norte (AMARAL, 2007) e na região Nordeste (ABREU E LIMA, 2012; CORDEIRO, 2006, JALIL, 2013).

O impedimento da participação direta das mulheres nos sindicatos acabou despertando uma consciência crítica em várias militantes, pois ir além da atuação na igreja e ampliar a sua participação em outros espaços sociais demandava um investimento adicional para as mulheres, o de se fazer reconhecer como parte integrante destes sujeitos políticos. Em meados dos anos 1980 criaram-se, assim, as condições para concretizar a primeira luta pela participação política, representada pela luta pelo direito de sindicalização, que foi acompanhado pelo trabalho de auto-organização das mulheres e para a introdução de suas demandas nas pautas dos movimentos sociais mistos do campo.

O trabalho prévio de estímulo à participação sindical que o movimento autônomo de mulheres e mulheres sindicalistas realizaram propiciou que uma iniciativa do movimento de mulheres rurais de Pernambuco, que foi assumida pela Fetape, encontra-se espaço para alterar a condição das mulheres na Contag:

A tese que influencia, que dá elemento até hoje dentro da Contag, é uma tese vinda das mulheres de Serra, do polo de Sertão Central. E era mulheres chamada incubadora, que nós tínhamos, nos pertence, que é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Nordeste, né. Em que pese as pessoas olham muito para divergência, tem muita convergência no começo da luta das mulheres... aquele movimento para todos nós mulheres. E, assim, ele nasce dali e de movimento de mulheres do Brejo, se não me falha memória, Paraibano, entendeu. Esses dois lugares, eles... as mulheres vêm emanando uma força pro conjunto de outros estados do Nordeste muito forte. (Fatima, 16/9/2016).

Em 1985 no V Congresso da Contag, a delegação de Pernambuco apresentou a tese denominada “Proposta para aumentar a participação de nós, mulheres trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical”. Segundo Abreu, esta tese propunha “incentivar encontros específicos de mulheres trabalhadoras rurais, promover treinamento de lideranças femininas, levantar e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, incentivá-las a serem delegadas de base e a assumirem cargos de direção” (ABREU E LIMA, 2006, p. 115).

Os anais do IV Congresso da Contag, no item denominado “Papel do sindicato na ampliação da participação sindical das mulheres”, abordam o tema, reconhecendo que a participação das mulheres “ainda não é suficiente” e que as mulheres vivem “problemas específicos de discriminação”, como mulher e como trabalhadora, e, por isso, um programa

sindical teria capacidade para ativar “o grande potencial de participação das mulheres no fortalecimento do movimento sindical e nas transformações sociais no país” (CONTAG, 1985).

Neste sentido, o congresso aprovou recomendações para estimular os sindicatos a implementarem ações específicas dirigidas às mulheres, como encontros, atividades de “treinamento de lideranças femininas”, a incorporarem suas reivindicações e a estimularem sua sindicalização.

O debate realizado no V Congresso da Contag sobre a situação das mulheres rurais não se restringiu à participação sindical. Ao discutir o plano de ação o congresso denunciou o “projeto governamental de planejamento familiar, entendido como controle de natalidade” e registrou a importância de se garantir a “participação da mulher trabalhadora rural em todas as fases da Assembleia Nacional Constituinte” (CONTAG, 1991, p. 115).

A Contag aprovou a sindicalização das mulheres, incorporou parte de suas demandas e adotou medidas para promover a participação das mulheres nos sindicatos, posicionou-se contra políticas públicas prejudiciais às mulheres, incentivou a participação das mulheres no processo constituinte, mas não mostrou abertura para alterar o perfil masculino de sua representação e, por isso, as medidas sugeridas pelas sindicalistas do polo do Sertão Central de Pernambuco relativas à representação igualitária não foram aprovadas.

No Congresso foi aprovada a “Moção de apoio à luta da mulher trabalhadora rural”, da qual constavam a defesa dos seus direitos previdenciários, a denúncia do não reconhecimento das mulheres que trabalhavam em regime de economia familiar como *trabalhadora rural agricultora* e a recusa da caracterização da mulher rural como doméstica, aspectos que dificultavam a participação das mulheres no movimento sindical e geravam conflitos com as mulheres assalariadas (CONTAG, 1991).

Aspectos deste debate sindical tem correspondência com o debate acadêmico sobre a situação das mulheres. O trabalho das mulheres em regime familiar a que se referia Paulilo (2004) e os distintos tipos de trabalho de sua classificação nos anos 1970 se colocavam em questão.

Da mesma forma, a noção difundida entre camponeses de que a mulher não trabalha, referida por Margarida Moura como parte de uma ideologia dos camponeses que promove a privação dos direitos à terra e seus derivados, também se aplica ao tema da participação

sindical, pois o não reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras repercutia nas vedações à sua participação sindical de forma direta sem a mediação masculina.

Trata-se de um movimento social que para promover os direitos das mulheres e a participação política não pode prescindir da categoria trabalho, o que nos permite entender porque serão estas lutas e não aquelas voltadas ao provimento de serviços básicos de saúde e educação, ou do acesso a terra e a água ganharão destaque nesses movimentos.

Não é apenas na Contag que se inicia um processo de articulação das mulheres. O I Congresso do MST em 1985, que se concentrou, principalmente, na definição dos princípios do movimento, também inaugurou uma nova relação das mulheres com os movimentos sociais do campo. Na ocasião foi realizada uma assembleia de mulheres, que se constituiu em um espaço que, segundo as lideranças entrevistadas, não tinha a pretensão de debater e deliberar ações, mas estimular o debate sobre a participação e os direitos das mulheres.

Então, o debate... que a gente acompanha, foi uma assembleia rápida. Não foi uma coisa muito forte, né. Porque, assim... é, hoje nós já temos assim... Ao longo do tempo nós já temo botado no último congresso. Por exemplo, nós colocamos o tema da participação das mulheres dentro do congresso. Então nós tivemos todo um turno com todo mundo. E... mais... no início do movimento os espaços eram paralelos, tipo assim, um intervalo. Um intervalo num tema maior, né, ou numa noite não tem... enquanto outros faz outras coisas, reúne as mulheres. (...) Teve esse momento também místico... desse se reconhecer, se apresentar de onde era todo mundo e um pouco o levantamento da necessidade de fortalecer a participação. Esse debate ainda muito voltado pra essas coisas dos direitos, né. (...) O movimento tá nascendo, né, tá indo se consolidar nos estados. Então, esse debate geral da participação... foi um momento de construir os objetivos gerais do movimento. Aonde a gente foi definindo, né, combater todas as formas de discriminação social; de buscar a participação igualitária da mulher... de participação, de reivindicações dos direitos, das mulheres irem trabalhando (Maria Rita, 21/9/2016).

Este debate não era pacífico no MST. E as mulheres, logo após a realização do primeiro congresso, demandam sua auto-organização e a construção de agendas conjuntas com os demais movimentos de mulheres.

Este congresso não adotou medidas concretas para combater as desigualdades de gênero e nem integrou em sua pauta a participação igualitária das mulheres. Embora não se registrem resoluções sobre o tema, as lideranças entrevistadas e documentos consultados sobre a memória de participação das mulheres indicam que a direção do movimento definiu uma cota de participação de 30% de mulheres na delegação ao congresso: “84 foi o primeiro encontro nacional. Em 85, por aí, teve o primeiro congresso nacional. Em 84 as mulheres sugeriram os

trinta por cento do congresso, em 85, que fosse destinado para elevar a participação das mulheres no congresso” (Cristiane, 14/9/2016).

O Setor de Gênero do MST que se formaria nos anos 2000 avaliou esse momento como positivo por ter evidenciado a necessidade de participação das mulheres e destacou que prevalecia no movimento uma visão utilitarista das mulheres, na medida que na época as mulheres eram valorizadas apenas pelo papel que elas exerciam na garantia da permanência das famílias e na amenização da violência nos acampamentos (MST, 2010a). A preocupação por uma participação igualitária estava ainda longe do horizonte político do MST: “A prova de que o MST não tinha decidido garantir participação expressiva de mulheres nos espaços de decisão é o fato de que a coordenação nacional escolhida no encontro incluía apenas duas mulheres (BA e MS) de um total de 20 membros” (MST, 2010a, p. 25).

Será em 1986 que o MST adota as primeiras orientações para a sua militância sobre as mulheres, envolvendo as mulheres assentadas. No caderno de formação “Construindo o caminho” consta a resolução “Posicionamento sobre a questão das mulheres assentadas” (MST, 1986, p. 175), que indica como na formação do MST havia um trabalho voltado para a organização de mulheres e que, a partir daquele momento, se iniciava uma mudança de atitude frente à representação. Também no caso das mulheres do MST foi a luta por reconhecimento como trabalhadora rural e a defesa geral dos direitos das mulheres no processo constituinte que deu concretude às demandas das mulheres, como se verifica nos artigos da resolução descritos abaixo:

1. Que os homens apoiem as iniciativas e organizações das mulheres, dando força para suas esposas participarem;
2. Que os assentamentos, onde as mulheres já têm organização, ajudem a organização das mulheres de outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil começar a nível de estado;
3. Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres Sem Terra a participar das reuniões e do movimento;
4. Que as comissões dos assentamentos, nos estaduais e nacional, as mulheres conquistem e seu espaço, sem paternalismo, mas sendo-lhe reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos;
5. Que as secretarias estaduais dos Sem Terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos
6. *Que as mulheres participem da renovação sindical; exigem o direito de se associar e conquistem seu espaço nas diretorias;*
7. Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres e/ou trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na constituinte;

8. Que ao tirar documentos que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação “doméstica” ou “do lar”. Isto é importante agora, na hora de tirar o título de eleitor e em caso de núpcias na certidão de casamento, entre outros (MST, 1986, grifo nosso).

Neste ambiente de “tudo junto e misturado” criou-se uma situação inusitada para as mulheres do MST com a orientação oficial para as mulheres participem e ocupem espaços de representação também no movimento sindical (artigo 6).

Este posicionamento pode ser compreendido a partir das relações que o MST já mantinha com o movimento sindical na organização de suas lutas, mas também como uma estratégia do movimento para a externalização destas lutas, conforme percebi na pesquisa e pude confirmar em pesquisas realizadas por outras autoras.

Lideranças de distintos movimentos sociais e não apenas do MST relataram como o MST se apoiou nas alianças mantidas com as oposições sindicais para ir se enraizando como movimento no plano local, fato também descrito na literatura sobre movimentos sociais do campo (MEDEIROS, 1989; MST, 2010a). A confluência entre estes dois movimentos reforça as lutas sociais empreendidas por cada um deles, assim, não é de se estranhar que o MST incentivasse a participação e a ocupação de espaços no movimento sindical por parte de suas militantes.

Na década de 1980 a articulação das mulheres Sem Terra abrangia tanto a ação política com mulheres do movimento sindical cutista, das pastorais, de partidos de esquerda e de movimentos autônomos de mulheres, quanto a organização de grupos de mulheres dentro do próprio movimento (MST, 2010a). Entretanto, havia diferenças importantes entre essas duas frentes:

Nos dois espaços o caráter da luta de classe no Movimento se hegemoniza. Para fora é valorizado, porque consolida alianças, projetos e lutas comuns. Para dentro, a ação interna é reprimida para impedir o surgimento de demandas específicas (do interesse das mulheres) que possam fragmentar a luta classista e a fragilização da unidade da classe trabalhadora (MST, 2010a).

Da mesma forma, Melo (2001) considera que a resolução “Posicionamento sobre a questão das mulheres assentadas” revela as desigualdades de gênero no movimento e expressa também a resistência à participação autônoma das mulheres, além das restrições que eram

vivenciadas pelas mulheres. Apesar disso, a referida autora considera que a resolução foi um marco na organização política das mulheres no MST, um passo importante para transformar as relações de poder na luta pela reforma agrária (MELO, 2001).

Importante notar que esse posicionamento não incluía o direito igualitário à terra. Embora a bandeira de luta pela terra, na maioria dos casos, tenha sido responsável pelo ingresso das mulheres na arena pública e nos movimentos sociais e pelo estabelecimento de alianças para obter acesso a outros bens naturais, a agenda dos direitos igualitários à terra só se constituiu em bandeira de luta do MST mais tarde, apenas no final dos anos 1990, como veremos no próximo capítulo.

Deere (2004) mostra como essa agenda apareceu como demanda primeiro no movimento sindical, especificamente por intermédio das mulheres do MMTR do Brejo Paraibano. Ainda segundo a mesma autora, esta reivindicação surgiu na região Sul do país no I Congresso de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul e, também, apareceu nos encontros municipais realizados pelo MMA-SC; mas essa luta não teria sido encampada por aquele movimento (DEERE, 2004). Segundo Luci Choinacki, deputada federal e fundadora daquele movimento, isso se explica pelo fato de que a base social daquele movimento era de agricultoras trabalhando sob regime familiar e mais atentas aos problemas de saúde, previdência e participação sindical (DEERE, 2004).

As barreiras enfrentadas pelas mulheres no acesso à terra no Nordeste nesse período, particularmente nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, foram objeto de pesquisas em meados dos anos 1980. Lígia Albuquerque e Isaura Rufino (1990) abordam as dificuldades de integração das mulheres na reforma agrária relacionadas às barreiras vivenciadas em suas famílias, na relação com o Estado e com os sindicatos; registram as distintas formas de discriminação vivenciadas pelas mulheres, como o impedimento da sindicalização das mulheres, a sub-representação nas cooperativas agropecuárias e as práticas discriminatórias adotadas no programa de reforma agrária e na política agrícola do governo federal. As autoras também apresentam um conjunto de sugestões para as distintas instituições envolvidas, entre as quais, a revisão dos critérios adotados para seleção do público beneficiário da reforma agrária³³.

³³ Albuquerque e Rufino (1990) sugerem, ainda, a participação das mulheres nas cooperativas, a constituição de grupos de apoio às mulheres para denunciar as discriminações praticadas. Com referência às experiências das

Na época, a luta pela participação política das mulheres estava focada no ingresso no movimento sindical, pois nos novos movimentos sociais elas não encontravam esta barreira. Para enfrentar o veto à participação sindical as mulheres combatem a desigualdade de gênero e constroem alternativas. O direito de auto-organização foi acolhido por esses movimentos sociais em meados dos anos 1980, o que não ocorreu com a demanda por representação igualitária, que já integrava a pauta do movimento de mulheres rurais.

4.5 AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES EM PROL DE UM MOVIMENTO NACIONAL DE MULHERES RURAIS

Os anos 1980 tiveram uma importância destacada para o movimento de mulheres rurais no Brasil, pois foi o período em que se constituíram as primeiras articulações regionais e se deram as primeiras iniciativas para constituir um movimento autônomo de abrangência nacional.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho de maneira mais expressiva a partir dos anos 1970, a emergência do movimento feminista no Brasil e o aparecimento do novo sindicalismo são apontados pela literatura como fatos decisivos para despertar na CUT o debate sobre as relações de gênero e dar início a uma frente de trabalho específica voltada para o conjunto trabalhadoras, com rebatimento na organização das trabalhadoras rurais.

Em 1985, durante o I Congresso Estadual da CUT na Paraíba (I CECUT) as mulheres apresentaram um documento propondo criar a secretaria de mulheres³⁴, uma iniciativa que incluía mulheres urbanas e rurais. Trata-se de uma experiência inédita e que não ocorreu em outros estados do país.

Interessante notar que não houve um mesmo investimento na organização das mulheres no interior da CUT; isso se observou na Paraíba e, por exemplo, não em Pernambuco. Este fato deve ser analisado à luz das diferenças mais gerais nas relações que os cutistas mantinham com Contag e suas federações.

mulheres rurais no Brejo Paraibano propõem a conquista de espaços no movimento sindical, tais como a criação departamentos femininos e a ocupação de cargos nas diretorias e o incentivo à sindicalização das mulheres e à sua participação nas cooperativas.

³⁴ A Secretaria de Mulheres da CUT-PB existiu até 1989, quando o III CECUT a transformou em Comissão, acompanhando a decisão nacional adotada no II CONCUR em 1986.

Em todas as regiões, com exceção da Sudeste, havia uma participação das mulheres no movimento sindical rural:

Não estava no grupo de linha de frente, eu estava como participante. Aí, dê 83 a 92, eu participei intensivamente no processo organizativo no meu município e região. Também foi um momento que se constituiu a Central Única dos Trabalhadores, o Departamento Rural da CUT, o sindicalismo combativo e com uma atuação bastante grande. (Luiza, 27/9/2016).

Uma outra diferença também estava presente: na região sul as organizações de mulheres não buscavam se integrar à federação da Contag e sim construir relações mais autônomas com o movimento sindical ou de aproximação com a FETRAF-SUL.

Em 1986 ocorrem as primeiras iniciativas de articulação nacional por dentro do movimento sindical rural, da CUT e do MST. Três anos depois de sua criação, a CUT inicia um trabalho de articulação nacional das mulheres na central, fruto de um processo anterior de articulação das mulheres sindicalistas do campo e da cidade identificadas com as lutas feministas que emergiam no país - especialmente na luta contra a carestia e por creche entre as urbanas e pelo reconhecimento como trabalhadoras e o direito de se sindicalizar entre as rurais.

O trabalho realizado em vários estados criou as condições para que as mulheres elaborassem a proposta intitulada “Tese sobre a questão da mulher trabalhadora”, que incluía a criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora. Após a sua aprovação em congressos estaduais e da discussão com dirigentes da central, a tese foi aprovada no II CONCUT que teve lugar entre os dias 31 de julho e de 1 a 3 de agosto no Rio de Janeiro. Com a criação da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT), reunindo trabalhadoras urbanas e rurais, as mulheres conquistaram um espaço específico para debater as desigualdades de gênero e construir uma estratégia de ação para enfrentá-la como parte da atuação da CUT.

A denominação adotada refletiu o objetivo de tornar o tema um compromisso coletivo de toda a central e não apenas das mulheres. A criação da CNQMT não foi uma decisão tranquila entre as trabalhadoras rurais, como manifestaram mais tarde em reunião da instância recém-criada, algo que será retomado mais à frente.

Essas articulações ainda eram incipientes para criar uma articulação nacional das trabalhadoras rurais, mas foram responsáveis pela realização de mobilização conjuntas para a

efetivação dos direitos previdenciários conquistados, algo que será abordado mais à frente e que se estende até a atualidade.

Eu acho no caso da CUT em relação as rurais, ela realmente foi limitada. Primeiro, o processo nosso de articulação foi muito urbano. Fizemos uma reunião nacional pra poder apresentar uma tese ao congresso da CUT. Eu me lembro que, logo depois do congresso da CUT, numa das primeiras reuniões da comissão de mulher, aí, veio Penha da Paraíba. E me lembro que no primeiro cartaz que fomos fazer pela CUT no 8 de março, a Penha trouxe a proposta de ser cartaz, aquele cartaz da Rose que tinha sido assassinada num confronto de ocupação de MST lá no Rio Grande do Sul, né. (Sara, 6/1/2017).

Sara Ferreira, que na época assessorou a CNQMT, relatou as dificuldades da CUT para assumir este lugar de articulação nacional e as pressões para elaborar propostas para a nova Constituição Federal:

Mas esse início foi bem pouco; bem pouco nesse nível de articulação. Eu me lembro que, a gente já estava muito inicial, já estava super andando os processos em relação a Constituinte e, naquele momento, não tinha nada que puxava articulação nacional. Articulação nacional que tinha era pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, claramente, nem a CUT buscava participar desse processo, nem o Conselho buscava incorporar. (...) Elas tinham uma relação maior com a Força Sindical, né. Na época não chamava Força Sindical, é.... e eu lembro que a gente se sentiu na obrigação de ter uma proposta da CUT sobre o tema da Constituinte. Escrevemos uma proposta para a Constituinte sobre vários temas. E não acho que a gente teve tanta capacidade de articulação, naquele momento era muito incipiente. Me lembro que a articulação lá trás se deu muito mais, eu acho é.... juntando as mulheres de articulação de mulheres rurais, né. (Sara, 6/1/2017)

Essas iniciativas se somavam a de outros movimentos sociais que estavam empenhados em constituir uma frente de atuação das mulheres. Em 1986, por iniciativa da CUT e do MST (MMTR-NE, 1987), foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, de 25 a 28 de novembro de 1986 em Barueri-SP. Esse encontro contou com a participação de 36 mulheres de 16 estados, reuniu representantes de movimentos sociais estaduais e de parte da região de alguns estados que se organizavam como movimentos autônomos, sindicalistas e mulheres do MST e aprovou um plano de trabalho para 1987 que definia como prioridades de ação, a formação, a divulgação e a organização (ANMTR, 1999). Esse foi o primeiro esforço de construção de um movimento nacional unificado de mulheres rurais.

As diferenças de realidade regional foram responsáveis por tensões vivenciadas nesse momento. Uma representante da região Nordeste relata:

O famoso encontro de... eu nem sei o nome do encontro. (...) Elas que puxaram. E aí, a gente sofre pra caramba, naquele encontro. Ave Maria! Ave Maria! Ali foi tanta divisão, tanto conflito. Até... a gente foi criticada de todas as formas. Até criticada por não saber falar menina, nós sofremos demais. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

As diferenças eram, também, de ordem política mais ampla, já que o encontro reunia, além das mulheres do MST, da CPT e de outros movimentos, mulheres sindicalistas da CUT com sua diversidade interna, num momento em que essa central, apesar de se constituir em um espaço de unificação de lutas, vivia uma situação de acirramento das disputas internas (DELGADO, 1995).

Com o surgimento do movimento de mulheres agricultoras, em certos estados era movimento de trabalhadoras rurais, em outros era organização de mulheres. Enfim, com as mais diferentes denominações. O surgimento do Movimento Sem Terra, e que também foi em 84, 85... Com o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens, com a organização das mulheres por dentro disso e tudo mais. Os primeiros encontros, Andrea, que aconteceram... daí que eu acho que... foi um encontro em Jundiaí, São Paulo. E, se não me falhe a memória, esse encontro ele acontece ainda em 85, 86. (...) Nesse encontro foi deliberado pra avançar com a organização baseado em três eixos, seria: organização das mulheres; formação; e, lutas. (...) Num primeiro momento cê traça uma estratégia de que nós nos tentaríamos nos fortalecer através da formação, da organização de... da formação e das lutas, né. Já vem essas bandeiras de luta (...) e remete pros estados. Mas não avança a articulação institucional. Aí, avança o trabalho lá na ponta. (Luiza, 27/9/2016)

Apesar disso, definem lutas conjuntas, especialmente aquelas voltadas para fortalecer a intervenção no processo constituinte, um marco importante de conquistas para o movimento de mulheres, onde as trabalhadoras rurais tiveram uma participação muito ativa.

Em 1986, elas concentraram seus esforços de mobilização na coleta de assinaturas de apoio a propostas a serem encaminhadas para a nova Constituição, promovendo uma ação educativa para ensinar a elaborar propostas; construíram alianças com o movimento de mulheres urbanas; e continuaram se apoiando no movimento sindical e em novos movimentos sociais para expandir seu campo de atuação.

Então, nós conseguimos com o movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina eleger uma deputada federal (...) foi a deputada Luci Choinacki. Em torno dela se constituiu um grupo de coordenação que fazia o debate... e assessorias também, fazer um debate e... fazendo elaborações no sentido de fortalecer essa questão (...). Mas nós não fazíamos só isso. Então, por exemplo, nós fizemos uma rodada no Sul, Norte e Nordeste de debate em todos os estados sobre essa questão da condição de segurados especiais; sobre a questão do trabalho das mulheres; sobre a importância da organização autônoma das mulheres; e nós, eu lembro muito bem, que fizemos, por exemplo, uma rodada no Norte e Nordeste. E, Andrea, ali que era interessante. Porque nós íamos aonde nós conseguíamos abrir portas. Nós abríamos portas com a CPT, nós abríamos uma porta com o movimento sindical.

Porque aceitava... ajuda a articular lá no estado e tudo mais. E eu sempre lembro que a companheira Loiva Lubinicke. Ela tinha um filho pequeno e as companheiras assumiram o cuidado. Elas fizeram uma rodada e ficaram quarenta dias no Norte e Nordeste do país, a Loiva e a Olívia do Paraná. (Luiza, 27/9/2016).

O MMA-SC teve um papel destacado neste processo de mobilização para intervir na constituinte. Ao referir-se a AIMTR-SUL e a sua atuação no reconhecimento da profissão de mulheres trabalhadoras rurais, Deere (2004) destaca a liderança do MMA-SC na campanha responsável pela arrecadação de 100 mil assinaturas para incluir seus direitos na nova Constituição e pela organização de uma grande caravana mulheres trabalhadoras rurais de vários estados à Brasília em 1986.

A gente fez muitas, na época ainda da constituinte. Antes esses grupos de mulheres ligados às igrejas juntos a gente fez muitas emendas constitucional. Várias emendas agente construiu quanto grupos de mulheres, né, (...) é 1986, 1985 e 1986, porque em 1986 já era eleição, né. Então, em 1985 e 1986 que a gente formulava muito os debates da importância da participação das mulheres no processo constituinte. (Elisa, 23/5/2016).

As lideranças entrevistadas destacam a realização de reuniões da coordenação nacional e atividades de formação, além da caravana citada acima.

O processo de articulação nacional iniciado em 1986 prosseguiu e um novo encontro foi realizado, onde decidiram atuar no fortalecimento de articulações regionais, mas sem descuidar das ações articuladas entre os movimentos sociais participantes:

Os resultados destas iniciativas foram muito positivos: elegeram parlamentares; elaboraram e conseguiram aprovar emendas à Constituição relativas aos direitos igualitários à terra; e o ingresso na Previdência Social na condição de segurada especial.

O II Encontro Nacional foi realizado entre 16 a 18 de maio de 1988, em Barueri, com a participação de representantes de 9 estados, que discutiram os objetivos, princípios e a organização de um movimento nacional de mulheres rurais. Dentre os princípios definidos destacam-se “a construção de um movimento autônomo de mulheres da classe trabalhadora, com direção própria na luta específica contra a discriminação”; a opção por “ser um movimento de massa, de luta, classista e democrático”; e por “encaminhar as lutas econômicas, através do movimento sindical e as lutas próprias, políticas, através do partido”. As definições organizativas adotadas remetem à criação de grupos de base nas comunidades; à criação de coordenações municipais, estadual e regionais nas regiões Norte, Nordeste e Sul; à realização

de encontros regionais, que elegeriam representantes para constituir uma coordenação nacional (ANMTR, 1999). Luiza Santos uma das suas principais articuladoras, conta:

Aí, dois anos de trabalho, voltou a ter um segundo encontro. Aonde teve avaliação de que o Brasil era um continente, que havia dificuldade de avançar com uma articulação nacional e é a partir disso que seria bem importante de ver. Porque a partir daí que surge... que surge então o MMTR-NE; que surge a Articulação Sul (...) mas dentro desse nosso país, continente, né. Ele foi sempre... a nossa organização sempre foi muito dinâmica. (...) E nos dois anos depois reúne novamente e, aí, é que tem uma constatação: “não, não, nós temo que fazer... fortalecer as articulações (...) a partir da realidade de cada região”. Pra depois poder fortalecer uma articulação mais forte. (Luiza, 27/9/2016).

Apesar das dificuldades que se registravam para consolidar uma articulação nacional houve, nesse período avanços na auto-organização e na participação das mulheres nos movimentos sociais do campo.

A resolução “Articulação das Mulheres do MST” adotada em 1989 estimulava o processo de organização interna das mulheres em todos os níveis do movimento e orientava à participação da sua militância em ações unitárias das trabalhadoras rurais. Mas como se pode ver nas suas normas gerais, o MST continuava a estimular a participação das mulheres no movimento sindical. O tema da representação política, que havia sido objeto de discussão no seu momento fundacional, foi tratado apenas como parte das ações para estimular a participação sem a adoção de um mecanismo de ação afirmativa para a sua efetivação. No capítulo 8 do Caderno de Formação de nº 11, que publica as normas gerais do MST constam os seguintes pontos:

1. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder e de representatividade;
2. Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres em todas as atividades do movimento, e lutar contra o machismo e todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras;
3. Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do movimento dos Sem Terra nos assentamentos e acampamentos, para discussão dos seus problemas específicos.
4. A nível municipal, estadual e nacional devemos estimular que as mulheres Sem Terra participem ativamente das comissões e demais formas de organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais – MMTR, que se articula dentro do movimento sindical, juntando todas as mulheres trabalhadoras rurais independente da categoria, unificando Sem Terra, pequenas proprietárias, posseiras, assalariadas, etc.
5. A nível nacional deve funcionar uma equipe de mulheres do MST. A equipe tem como função:

- a. Pensar, propor e planejar políticas específicas para a organização das mulheres Sem Terra, e apresentá-las à direção e coordenação nacional;
- b. A equipe de mulheres a nível nacional deve ser formada por indicação da direção nacional, como um organismo específico de trabalho dentro dessas instâncias (MST, 1989).

Ficou sob responsabilidade desta equipe nacional a elaboração de materiais e de publicações e atividades de assessorias para subsidiar e orientar o trabalho específico com as mulheres do movimento.

As mulheres foram se enraizando nos espaços internos do MST, especialmente, naqueles que envolviam demandas tradicionais das mulheres, como saúde e educação, e continuavam a engrossar iniciativas conjuntas com outros movimentos em defesa dos direitos das mulheres. Em decorrência disso, surgiram as primeiras mulheres na condição de lideranças, a partir da atuação em comissões de educação, saúde e grupos de mulheres, e da candidatura de algumas mulheres a cargos eletivos estaduais e municipais (MST, 2010a).

O MST surgiu com uma postura distinta daquela do movimento sindical propiciada por um momento político novo, o da redemocratização do país e ao reconhecer e até valorizar o envolvimento das mulheres. Os desafios iniciais daquele movimento se referiam à incorporação dessa área de atuação como algo que também envolvesse sua organização própria e a recomposição da sua representação política de modo a quebrar a hegemonia masculina de forma consciente e determinada.

Entre os anos de 1989 a 1991 as organizações que integravam essa iniciativa participaram de várias lutas sociais e da jornada nacional de mobilização que, depois, foi denominada “Grito da Terra”, e se mantiveram ativas ao longo de toda a década de 1990, em que pese as mudanças registradas na sua composição, como será analisado no próximo capítulo.

As iniciativas e as dificuldades descritas acima para constituir um movimento nacional de mulheres rurais repercutiram nas regiões e resultaram na organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-SUL), do MIQCB e no ambiente dos movimentos sociais mistos na auto-organização das mulheres da CUT.

4.5.1 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)

*Em Guarabira cidade
Em março de 86
Se deu o primeiro encontro*

*Toda mulher teve vez
Foi a festa mais gostosa
Que a mulherada já fez (...)*

*Não vale se reclamar
Se falar de preconceitos
Se debater violências
Sexo e aborto mal feito
E na hora do sufoco
Se faz do mesmo jeito
(MMTR-NE, 1987)*

Registros do MMTR-NE creditam o seu surgimento aos contatos propiciados pelo I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais, realizado na cidade de Barueri no estado de São Paulo em 1986, mas como podemos ver na poesia transcrita acima já haviam iniciativas anteriores. O primeiro encontro regional ocorreu de 4 a 7 de maio de 1987, em João Pessoa-PB, com a participação de mulheres de sete estados com o objetivo de fazer o levantamento de grupos, das organizações e das experiências das mulheres e fortalecer e ampliar a articulação entre os estados (MMTR-NE, 1987).

Entre as organizações não governamentais e entidades que apoiaram esta articulação regional estavam o CENTRU, ACR, SAR, SEDUP, a CPT, a CUT, o MST e o PT. Em todos os estados o movimento estava ligado aos sindicatos de trabalhadores rurais, discutiam qual deveria ser estruturado o trabalho com mulheres na CUT, um debate provocado pelas mulheres da Paraíba a partir da experiência daquele estado na constituição da Secretaria de Mulheres da CUT Estadual, que deveria ser levada para outros estados e repercutia a insatisfação da decisão do II CONCUR (1986) -ade criar uma comissão nacional, a CNQMT, e não uma secretaria(MMTR-NE, 1987).

No encontro acordaram a continuidade das atividades de troca de experiências; o incentivo à participação nos sindicatos, incluindo filiações em bloco nos “sindicatos” pelegos; lutar pelo direito de ser delegada de base e de participar da direção (MMTR-NE, 1987), a realização de ações de fortalecimento do movimento de mulheres, mediante de ações de formação e de capacitação e do reforço do trabalho de base, além da organização de mobilizações no dia 12 de agosto (data do assassinato de Margarida Alves) (ibidem). Decisões que revelam a estreita relação deste movimento de mulheres rurais com o movimento sindical, em distintos níveis.

Os documentos dos quatro encontros realizados na década de 1980 e os depoimentos de lideranças entrevistadas revelaram a importância das mulheres rurais da Paraíba e de

Pernambuco, mais especificamente, do MMT do Brejo Paraibano e do MMTR do Sertão Central, para a constituição do MMTR-NE.

Eleonora Silva, fundadora do MMTR-NE relata este processo e destaca a importância do intercâmbio entre as mulheres destes dois estados:

Foi tudo ao mesmo tempo. O Brejo Paraibano nós conhecemos quando a gente fazia as formações sindicais (...), né. Tinha o SEDUPE. Aí, a gente conheceu nesse tempo. (...) SEDUPE é a primeiro ONG da Paraíba a apoiar... foi um dos responsáveis pela fundação, pela organização das mulheres no Brejo Paraibano. Foi o SEDUPE (...) eu acho que na época era... fazia só formação. Apoio de formação. (...) Quando eu conheci, era formação sindical e formação política. Era formação política (...). Houve um período em que a gente fazia intercâmbio. A Paraíba vinha pra cá, Pernambuco. Pernambuco ia pra lá. Aí depois entrou o Nordeste, aí se ampliou, né. Mas começou no Sertão Central e Brejo Paraibano. (Eleonora, 11 e 12/8/2016)

Esta articulação foi se alargando para os estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, numa rede que envolveu, principalmente, o movimento sindical, a CPT, o MST e ONGs.

Os dois temas predominantes neste momento eram a necessidade de aumentar a participação das mulheres nos sindicatos e a reivindicação pela reforma agrária, conforme já havia sido apontado por Deere (2004), mas também outros temas eram debatidos, embora que com menor peso (como saúde, violência etc.).

Em abril de 1988, realizam o “Encontro de Articulação de Movimentos de Mulheres do Nordeste”, no Rio Grande do Norte, onde discutem e avaliam as atividades realizadas nos estados; avaliam os resultados do congresso da CUT; explicitam suas bandeiras de luta, com destaque para: proteção à saúde e à maternidade; reforma agrária e reassentamento; salário igual para trabalho igual; aposentadoria e reconhecimento das profissões sindicalização rural; participação nas direções das lutas e nos sindicatos; participação no partido político (MMTR, 1998a).

No mesmo ano, durante o mês de agosto realizam o III Encontro Regional em Olinda, relatam participação em encontros organizados por outras organizações, tais como o Encontro Feminista em Bertioga São Paulo (MMTR, 1998b). O encontro debateu as lutas empreendidas nos estados pela reforma agrária, a participação sindical, a saúde, as tecnologias alternativas, e da organização e formação política (MMTR, 1998b).

Trata-se de um momento em que permaneceram centradas em ações de reforço da organização regional, como a preparação dos encontros, o levantamento de grupos de base e do trabalho existente com mulheres nos estados; a troca de experiências; e o trabalho de assessoria (MMTR, 1998b).

Já no IV Encontro Regional realizado em Picos no Piauí em maio de 1989, buscavam avançar em definições relativas à metodologia do movimento e unificação das lutas e as formas para articular os movimentos de mulheres nos estados, a conjuntura e as eleições presidenciais, bandeiras e propostas de ação, entre as quais, a luta pela reforma agrária, a organização política partidária, o não pagamento da dívida externa (MMTR-NE, 1989). Trataram dos temas organizativos, financeiros e de comunicação, de encontros preparatórios nos estados; além de ações específicas para articular o movimento em Sergipe, único estado do Nordeste onde o movimento ainda não estava constituído (MMTR-NE, 1989).

Um aspecto interessante a se notar é que a organização participante da Paraíba deixa de ser o MMT do Brejo Paraibano e passa a ser o MMT da Paraíba, de caráter estadual. Maria da Penha, originária da organização que deu início ao MMTR-NE, não mais participa do encontro e o debate sobre a CUT, que vinha sendo articulado fortemente por sua organização, desaparece dos encontros. Eleonora Silva refere-se às diferenças internas que marcam o afastamento de Maria da Penha:

Maria da Penha... engraçado... Maria da Penha foi até o primeiro Encontro Feminista. O que nós participamos. O Encontro Feminista em Bertioga. Maria da Penha já... tivemos vários conflitos... no Encontro Feminista. ... eu nem sei tanto, sabia? Eu nem sei tanto... eu conheço... por trás, ali, já tinha uma grande briga de poder e a gente não sabia o que era isso não. Eu acho que tinha muito isso. E, assim... é... Vanete sempre foi uma mulher que chegava e impunha o que ela queria. O que ela pensava... aí, entrava em choque. E a gente ia... tendeu? Eu to dizendo isso porque, até hoje, muitas mulheres ainda [...] Sertão Central, infelizmente, infelizmente. Era muito bom que Vanete tivesse viva, continuando com a luta, mas sem centralização. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

O V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, realizado em junho de 1990, em Natal, no Rio Grande do Norte, debateu a conjuntura política e o histórico da participação da mulher nas lutas na região, especialmente por meio do resgate da história das mulheres e das lutas em cada estado, onde continuam muito presentes a luta pela terra, as lutas sindicais, as mobilizações para a sindicalização das mulheres e as greves (MMTR-NE, 1990). Nesse encontro houve toda uma preocupação com as assalariadas rurais, motivo pelo qual decidem realizar um encontro específico.

Nas lutas caracterizadas por elas como lutas comunitárias ou por organização de base fizeram referência às hortas, farmácia caseira, comidas alternativas, criação de abelha e galinha, costura, o tecer de rede, além da organização de parteiras rurais. A organização partidária, já presente desde o início do movimento, seguia presente nos relatos dos estados, além dos temas da saúde, da violência e, dentre os mais trabalhados estavam os temas do corpo e sexualidade (MMTR-NE, 1990).

O VI Encontro Regional, realizado em Caucaia no Ceará, em julho de 1992, destacou a discussão os seguintes temas: sexualidade; corpo; poder; procriação; e, prazer. O relatório inclui uma síntese realizada pelas trabalhadoras, que incluía as seguintes afirmações:

É tudo aquilo que realizamos e nos sentimos bem, em criação de valores que venham intervir na sociedade, e decidir sua própria vida e conquistar a liberdade. Estão intimamente ligados.

A mulher hoje está descobrindo (tem mais oportunidade) o próprio poder na sociedade/na família/na política/no prazer e na sexualidade.

No poder, prazer e procriação, aprendemos o modo de ser mais mulher. Tanto na igualdade como na sexualidade (MMTR-NE, 1992).

O planejamento realizado previu o debate de vários temas, entre os quais, a relação das mulheres com a religiosidade, a educação dos filhos, corpo, poder e autonomia (MMTR-NE, 1992). Conteúdo que se aglutinou no temário geral do encontro denominado de “Mulher, Corpo e Produção”.

Constata-se, claramente, que nos anos 1990 houve a introdução de novos temas na agenda de discussão do MMTR-NE, e a luta pela terra e pela participação sindical cedem lugar também para o debate sobre o corpo, a sexualidade e os direitos reprodutivos, certamente, em decorrência do contato com o movimento de mulheres no Brasil e, em particular, com ONG's, e pela participação nos Encontros Feministas, como relatado anteriormente.

Isso poderia nos levar a pensar que teria havido no MMTR-NE, conforme discutido por Fraser (2007), uma mudança nas lutas empreendidas onde as lutas por redistribuição teriam aberto espaço para as lutas por reconhecimento. Entretanto, parece-me que o que houve foi uma agregação das lutas por reconhecimento à agenda do MMTR-NE e não uma substituição de temas e lutas.

Uma outra transformação nos anos 90 que se registrou no MMTR-NE teve lugar nos anos 1990 com a experiência do chamado Programa de Formação de Educadoras:

É depois, assim, depois de eu entrar na direção teve alguns momentos. E um dos momentos, que antes já vinha, né, que foi a questão do... questão da formadora das educadoras, né, que iniciou é com outras secretárias. (...) E eu considero que foi um momento muito importante que, mesmo não tendo participado. Mas eu seria... seria na conversa abertura das mulheres, que as mulheres eram também muito fechadas. Mulheres, elas não se abriam. As mulheres tinham vergonha do próprio corpo, né. E, aí, elas foram se começando se abrir também no... Porque hoje é mais fácil, a mulher tá assim, com qualquer roupa que tá. A mulher não tá nem aí e na época não tinha isso. Tudo é... tudo fechadinho. E aí eu considero isso um momento importante, né. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

As ações de formação parecem indicar um novo momento no MMTR-NE, já que a partir dessa iniciativa definiram novas linhas de atuação, como a campanha de documentação que realizavam de forma conjunta com outras organizações, a partir da ANMTR, como analisado no próximo capítulo.

Rosa relata como as ações de formação provocaram uma reflexão sobre a atuação do movimento e sua organização interna:

Começa com um projeto... acho que com um primeiro projeto que o movimento assume como projeto é a formação de educadoras. Esse processo da... de formação de educadoras, então, eles... é... isso tá sistematizado, sistematizado num livro, “A estrada da sabedoria”. (...) Então, assim, primeiro surge da necessidade das mulheres de refletir; de que é preciso ter uma formação; que formação é que a gente quer e como é que a gente vai fazer essa formação. É... já que a experiência que se tinha era tudo de movimento misto. (...). E... eu acho que uma... uma coisa que é muito importante que tem no comitê, a maioria das mulheres eram analfabetas. Então, como é que você vai fazer formação com essas mulheres analfabetas e pensando numa metodologia a partir dos movimentos mistos? Aí, é preciso que o movimento... e o movimento do Nordeste pense de como será essa formação. E, aí, pensou-se de como seria essa formação a partir das discussões com as próprias mulheres, oficinas. E aí cria o projeto de formação de educadoras. Que a idéia era que essas mulheres pudesse tornar educadoras, ou seja, que... ser repassadora desse conhecimento (...) Então, quais são as necessidades do movimento? E, aí, isso é muito refletido, também, a partir de um projeto com a Misereor. E quais são as linhas de ações? Como é e com quem que a gente vai trabalhar? Então, se cria então o projeto. É o programa Formação de Educadoras; Formação de Lideranças; Comunicação; Geração de Renda... e... Monitoramento. É Monitoramento da Campanha de Documentação (...). Para cada um desses programas tinha uma assessoria (Rosa, 30/8/2016).

Será desse processo que o MMTR-NE foi se enraizando em sua base social e se formando como um espaço de articulação regional mais efetivo com capacidade de realizar ações diretas.

4.5.2 A Articulação de Instâncias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR- SUL)

A AIMTR- SUL, assim como o MMTR-NE, foi criada em 1988 como parte do processo de constituição de uma articulação nacional de mulheres, conforme discutido em Barueri, encontro em que decidem pela constituição de articulações regionais.

A AIMTR-Sul foi constituída a partir de 5 movimentos de estados da região Sul, Sudeste e Centro-oeste: MMTR-RS; MMA-SC; Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR da CUT Paraná; Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP); Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul; e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo. As suas principais reivindicações eram relativas à saúde, à sexualidade, ao reconhecimento da profissão de mulheres trabalhadoras rurais, a gênero e a dar visibilidade à problemática das trabalhadoras rurais (BONI, 2004).

Deere (2004) assinala que o principal objetivo da AIMTR-Sul foi a criação de um fórum de discussões sobre os temas referidos acima e conforme podemos verificar na entrevista de Luiza, uma destacada liderança do Sul, envolveu movimentos autônomos e sindical:

Eu passei a participar duma articulação (...) Sul... São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Aonde nós tínhamos uma articulação maior, pra além de Santa Catarina. E era debatido a questão da emancipação das mulheres e traçado as estratégias de luta. Então, eu pa'... integrar, também, a coordenação dessa articulação... e essa articulação ela ah... ela inicia, também, através da... era a AIMTR-SUL. Era a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul. E era essa articulação... faziam parte as mulheres dos movimentos autônomos e, no início, também do movimento sindical (Luiza, 27/9/2016).

No período 1989 a 1991 a AIMTR-Sul promoveu estudos e atividades de formação sobre suas principais reivindicações e passou a trabalhar com os temas da saúde, previdência social e da identidade das mulheres rurais temas considerados unificadores dos movimentos existentes na região.

Entre 1992 e 1993 desenvolvem-se mobilizações pelo salário maternidade, que incluem visitas a outras regiões do país (regiões Norte e Nordeste) e constituição de uma comissão permanente para a negociação desta reivindicação. No mesmo período participam da Campanha dos 500 anos de Resistência na América Latina e do I Congresso Latino Americano de Organizações do Campo. No ano seguinte participa do Grito da Terra e, em 1995, antes da constituição da ANMTR difundem a Campanha de Documentação da Trabalhadora Rural e

ações de formação sobre modelo de desenvolvimento sustentável (ANMTR, 1997, p.10), assuntos que serão tratados no próximo capítulo.

4.5.3 O Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB)

Em meados dos anos 1970 surgiram as primeiras organizações territoriais de mulheres quebradeiras de coco babaçu e, nos anos 1980, ocorreram as primeiras iniciativas visando constituir uma organização regional.

O coco de babaçu é uma atividade extrativista praticada em estados das regiões Norte e Nordeste do país. Uma atividade econômica que era exercida livremente por meio de sistema comunitário de trabalho, de grande importância para a garantia do autoconsumo, tanto pelos produtos dele derivados, como pela venda ou troca que possibilitam a aquisição de outros alimentos ou produtos.

O extrativismo ocorre no período da entressafra das atividades agrícolas e, por isso, é considerado como uma atividade complementar ao trabalho nos roçados que é realizado por homens e mulheres, mas sob gestão masculina.

O extrativismo do babaçu é mencionado na literatura não apenas como uma atividade complementar, pois ao se constituir no *passadio* das famílias em momentos de escassez dos alimentos torna-se a principal fonte de provimento de alimentos (FIGUEIREDO, 2005).

O trabalho das quebradeiras de coco de babaçu era desvalorizado, considerado um trabalho fraco, inclusive era objeto de vergonha por parte das pessoas que o praticavam, pois, o trabalho valorizado era aquele monetarizado resultante do trabalho agrícola, que fora introduzido por imigrantes de outros estados do Nordeste no Maranhão (FIGUEIREDO, 2005).

Após o início da exploração industrial do babaçu, no período do segundo pós-guerra, instalaram-se empresas de beneficiamento nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará favorecidas pela “Lei Sarney de Terras”, instituída em 1969, o apoio do governo estadual mediante incentivos para a modernização da agricultura. Como resultado dessas políticas de Estado, iniciam-se a construção de cercas e a implantação de projetos de monocultura da soja e de gado em substituição ao babaçu (ANTUNES, 2006).

Com as restrições de acesso aos babaçuais instituíram-se relações de dependência e subordinação por meio de relações injustas na comercialização impostas pelos fazendeiros ou pelos contratos extrativos de “meia”, “foro” e “arrendamento”, pelos quais os fazendeiros pagavam pouco pelo babaçu, além de adulterarem o peso do produto e chegarem a agredir fisicamente e sexualmente as mulheres quando elas entravam nas suas propriedades (BARBOSA, 2006)

Com a derrubada das palmeiras provocada pelos empreendimentos empresariais de beneficiamento da madeira na região, a construção das ferrovias Carajás e Norte-sul, e as queimadas e fabricação de carvão vegetal para as usinas de ferro gusa provocam contestação e as mulheres iniciam um processo de resistência contra a “degola” das palmeiras.

Para viabilizar a preservação e o acesso ao babaçu as mulheres extrativistas se inseriram na luta pela terra, num período que coincide com o processo de reorganização de movimentos sociais no campo que defendiam a reforma agrária, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 (ANTUNES, 2006).

Embora a conquista da terra não tenha resultado no acesso a terras de boa qualidade e, em muitos casos, as palmeiras não tenham sido preservadas nos projetos de reforma agrária, pela ação dos latifundiários ou por parte dos homens para a implantação dos seus roçados.

Assim, conseguir a terra não significou conseguir livre acesso e proteção para as palmeiras de babaçu. A terra é de seus maridos e são eles que decidem que colheita tem direito a ocupar a terra e, no fundo, qual o trabalho que vale mais, o que significa que, na disputa entre as palmeiras e a agricultura, as palmeiras perdem mais uma vez (ANTUNES, 2006, p. 132).

É do resultado desses conflitos que em 1989 se constitui a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (AQCB), que, mais tarde, desembocaria na formação do Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu tenha se constituído no início dos anos 1990. O MIQCB surgiu de um trabalho de articulação de organizações micro-regionais já existentes nos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, que, como já indicado anteriormente, resultou da parceria entre várias organizações de quebradeiras e organizações governamentais de vários estados, da CPT e da Federação dos Trabalhadores Rurais de Tocantins. O MIQCB constituiu-se, inicialmente, em torno das lutas pela garantia de serviços públicos de educação e saúde, incluindo aí a saúde da mulher; das lutas para o cumprimento de leis de proteção dos babaçuais; por uma política agrícola para os produtos do

babaçu; pela desapropriação e criação de assentamentos nas áreas de conflito; e pelo fim da impunidade dos agressores e da violência (MIQCB, 1991).

Na sua origem estavam distintas formas de organização, como clubes de mães, grupos de mulheres, associações e sindicatos. O intercâmbio entre as mulheres de Esperantina (PI), do Bico do Papagaio (TO), de Marabá (Pará) e de Imperatriz, da Baixada e do Mearim (MA) propiciou as primeiras articulações regionais³⁵ (MIQCB, 1991).

O I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu foi realizado em setembro de 1991, na cidade de São Luís no Maranhão, com a participação de representantes deste estado, do Piauí, de Tocantins e do Pará (MIQCB, 1991). Este encontro buscou articular as quebradeiras como extrativistas e defensoras dos babaçuais; compartilhar experiências; criar espaço para reivindicações; buscar alternativas para comercialização e beneficiamento; e viabilizar a troca de informações entre quebradeiras e assessorias (MIQCB, 1991). Entre os temas debatidos estavam: saúde e sexualidade; educação; formas de organização; conflitos agrários; preservação; e alternativas econômicas (ibidem). Também lançou campanha de sindicalização das quebradeiras de coco da baixada ocidental Maranhense e entregou documentos em audiências na sede do governo estadual, no Palácio dos Leões, e participaram de uma sessão especial na Assembleia Legislativa (MIQCB, 1991).

A Carta de 26 de setembro de 1991 que foi aprovada no encontro e se dirigia ao Governador do Estado do Maranhão, continha diversas reivindicações, entre elas: assistência médica e hospitalar adequada à zona rural, com atenção especial à saúde da mulher, construção de escolas rurais, distribuição efetiva do material e da merenda escolar, o reconhecimento dos direitos dos professores e fim do clientelismo na ocupação dos cargos públicos; o cumprimento das leis de proteção aos babaçuais (Código Florestal e Portarias 449/87 e 039/1999 do Ibama) (MIQCB, 1991). A Carta exigia o irrestrito acesso aos babaçuais, ainda que situados em propriedades privadas; política agrícola voltada para a pequena produção, permitindo a comercialização, armazenamento e o processamento do babaçu administrados pelas extrativistas e pelos pequenos produtores, a desapropriação e assentamento nas áreas de

³⁵ Estas iniciativas envolveram diversas entidades, entre as quais: a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (Baixada), a CPT (Bico do Papagaio), o Centro de Educação Popular Esperantinense (CEPES) do Piauí, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Imperatriz), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Tocantins e a Assema (Mearim).

conflitos fundiários; além do fim da impunidade e de todas as formas de violência (MIQCB, 1991).

O registro da audiência com o governador do estado do Maranhão, é reveladora do desafio que tinham pela frente:

Na porta do Palácio fez-se uma roda de quebradeiras e sons do macete foram ouvidos. As quebradeiras foram efetivamente recebidas no salão dos Palácio dos Leões. Porém, era evidente o despreparo para esta etapa da manifestação, tanto das quebradeiras, quanto da comissão organizadora. Pegando um machado e um macete, Lobão disse que tinha se criado junto com às quebradeiras. E era por isso que fazia tudo por elas. Que estava construindo escolas, estradas e postos de saúde e tentando impedir a violência. O governador leu o documento e ironizou dizendo que “para quebradeiras, o documento estava muito bem escrito” e afirmou que tomaria providências, e que até já tinha autorizado a doação de machados para as quebradeiras (MIQCB, 1991).

Foi a partir desse encontro que o MIQCB se constituiu fortemente na defesa interligada da luta pela terra com a defesa dos babaquais e também na luta para garantir serviços públicos de saúde e educação e pelo fortalecimento da atividade econômica de exploração do babaçu.

4.5.4 A agenda das trabalhadoras rurais na CUT

Nos anos 1990 expressivas mudanças ocorreram no campo da ação sindical com reflexos sobre a participação das mulheres após a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR), em 1988.

As mulheres rurais haviam questionado o processo de constituição da CNMT, pois consideraram que a decisão havia sido de cúpula, o que para elas era expressão de uma diferença entre urbanas e rurais. As urbanas reconheciam os limites da discussão que havia sido realizada no ambiente sindical sem conseguir alcançar as mulheres nos locais de trabalho e consideravam que isso representava um desafio para o trabalho a ser desenvolvido pela comissão. Diante da tensão estabeleceu-se um acordo sobre a importância de integrar as comissões estaduais já existentes e incentivar a sua criação onde ainda não fora criada e se integram na preparação do I Encontro Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora.

A relação entre urbanas e rurais se dava de forma distinta nas regiões. No Nordeste havia um diálogo intenso, enquanto na região Sul havia pouca integração entre os dois grupos

(DELGADO et al., 1996). A tensão estava relacionada à estratégia de constituir movimento autônomos de mulheres ou forçar a criação de comissões de mulheres nas CUT's estaduais. Fato que levou Delgado (1995) à seguinte interpretação: “As trabalhadoras rurais vinham de um processo de organização por fora dos sindicatos e precisaram romper barreiras para conseguir até mesmo o direito de se sindicalizarem. Entraram nos sindicatos, mas desconfiavam deles” (DELGADO, 1995).

A CNMT não questionava a participação das sindicalistas em movimentos autônomos, mas reivindicava a necessidade de reforçar a organização das mulheres também no ambiente sindical (DELGADO, 1996).

As rurais cutistas que já haviam provocado o debate sobre a sua pauta na Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT) da CUT, pressionaram o DNTR para constituir um trabalho específico com mulheres. Em função disso, a CNQMT e o DNTR promoveram o Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais (19 e 20/3/1990) que elaborou um documento que continha “novos elementos para analisar a articulação entre gênero e classe” e propostas para a luta contra a discriminação a serem assumidas pelos sindicatos e os departamentos rurais da CUT (DNTR, p.5, 1991a). Além de aprovar este documento³⁶ o I Congresso Nacional do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (30/4 a 4/5/1990) aprovou a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural (CNQMTR), como parte de sua estrutura do DNTR e sua integração à CNQMTR (DNTR, 1991).

A comissão de mulheres rurais do DNTR foi composta por uma representação de cada região do país, sendo a representante da região Nordeste Maria da Penha, paraibana que havia integrado o MMTR-NE, e a da região Sul era Inês Vercauteren, da Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora Rural da CUT-PR que integrava a AIMTR-sul indicando o investimento de militantes sindicais que também mantinham relações com os movimentos autônomos regionais de mulheres rurais (DNTR, 1991, p. 7). A comissão discutiu propostas de atuação para as distintas secretarias do DNTR (assalariados; pequenos produtores; luta pela terra; formação; violência) e definiu três eixos principais de atuação: garantia de direitos sociais conquistados na Constituição (direito a terra, igualdade entre trabalhadoras rurais e urbanas e

³⁶ O documento se transformou em uma resolução aprovada no I Congresso do DNTR intitulada “A luta contra a opressão às mulheres é tarefa de toda a classe trabalhadora (DNTR, 1991, p. 14-16).

co-chefia do núcleo familiar); ampliar a sindicalização das trabalhadoras e sua participação nas instâncias do movimento sindical e; ampliar o debate sobre as relações de gênero e a questão da trabalhadora rural no interior do movimento sindical nos distintos níveis (DNTR, 1991, p. 7).

Também definiram, pela realização de atividades de formação, visitas aos estados para discutir a implementação das resoluções do congresso do DNTR e a elaboração de publicações para subsidiar a sua atuação (DNTR, 1991, p. 7). No plano de lutas aprovado decidem como prioridade: garantir que os novos direitos sociais conquistados na constituição fossem efetivados³⁷; lutar contra toda forma de violência e discriminação sexual.

Também no referido documento constavam um conjunto de medidas voltadas para o fortalecimento das mulheres no movimento sindical: ampliar a sindicalização das mulheres e sua participação em todas as instâncias sindicais; garantir a participação de mulheres nos cursos de formação e incorporar a análise de gênero no programa de formação sobre a questão rural e agrícola, além de garantir o debate sobre gênero do DNTR, fosse estendido nos estados e sindicatos; incorporar essas preocupações nos movimentos sociais rurais e nas campanhas salariais. Uma preocupação com as alianças também estava presente e por esse motivo afirmam a necessidade de reconhecer a importância e respeitar o movimento autônomo de mulheres, além de construir uma política de alianças para fortalecer a luta de classe e gênero (DNTR, 1991, p. 16).

No I Seminário haviam debatido a relação entre o movimento autônomo de mulheres rurais com o movimento sindical, o papel de um e de outro e a maneira pela qual poderiam se somar na busca de objetivos comuns. Os termos deste “acordo” podem ser expressos nos seguintes termos:

Não se pode cair na armadilha de querer estabelecer uma (falsa) contraposição entre o movimento autônomo de mulheres e o movimento sindical. Existem tensões, conflitos entre eles, mas têm que ser trabalhados como parte integrante das relações entre instâncias de caráter diverso, mas nem por isso antagônicas, conforme relatadas por uma companheira: “os homens nos dizem: ‘agora, você é sindicalista, esqueça o movimento de mulheres, que é outra coisa’”. Como expressa esta mesma companheira, o que buscam as mulheres é não se fragmentar entre ser sindicalista ou ser mulher: “o autônomo que a gente busca é conseguir ser dirigente e não deixar de ser mulher” (DELGADO, 1991).

³⁷ Entre estes direitos previstos na Constituição Federal destacaram: o direito igualitário à terra; a igualdade salarial; a co-participação na chefia familiar e de empresa; o direito à previdência e aposentadoria; saúde e educação não sexistas; creche; licença-maternidade de 120 dias. (DNTR, p. 16, 1991).

Nesse esforço de compreender o papel da CUT, dos sindicatos e do movimento autônomo na organização e luta das mulheres rurais foi feito um esforço de diferenciar estes papéis especificando para o movimento autônomo as seguintes responsabilidades: “trabalhar com questões específicas”; constituir-se como “espaço de discussão de temas que são “difíceis de serem discutidos com os homens” e de expressão “de suas questões” que são difíceis de expressar em casa”; “preparar a mulher militante para o movimento sindical”; “conscientizar as mulheres e as trabalhadoras de que somos iguais” e “mudar a educação que recebemos”; “elaborar questões novas que redefinam e realimentem o movimento classista”; “contribuir com o movimento sindical através da relação deste com as feministas e estudiosas da questão da mulher” (DELGADO, 1991, p. 27).

Nesse congresso também foi realizada uma pesquisa sobre o perfil das delegadas participantes que revelou uma participação maior de mulheres das regiões Sul e Nordeste (DNTR, 1991). Chama a atenção a ausência de Pernambuco na delegação da região Nordeste, que contava com representantes dos estados do Piauí, Paraíba, Bahia e Maranhão. Como assinalado anteriormente, as mulheres rurais do Nordeste fizeram distintos investimentos na construção da CUT³⁸ como já abordamos anteriormente.

Marlene Furtado, primeira coordenadora da CNMTR da CUT, em depoimento registrado no balanço dos 20 anos da Secretaria Nacional da Mulher da CUT relata o início do trabalho desenvolvido:

A comissão de mulheres formada no congresso do DNTR-CUT já se mostrou fragmentada na primeira reunião convocada. A Penha tinha falecido. A Bertilha, Pará, e a Rosa, São Paulo, não foram. Ficamos Inês e eu. Decidimos fazer uma nova comissão, com nosso perfil e a mesma concepção política de direção. (...) Com a nova comissão conseguimos fazer um planejamento para dois anos de mandato e traçar metas; distribuímos tarefas e coletivizamos o poder. Cada região tinha uma coordenadora para que se trabalhasse a luta prática baseada na realidade regional. Foi muito rico. (...) Construimos alianças com os movimentos autônomos e conquistamos alianças com os dirigentes mais combativos. Essas alianças nos ajudaram a conquistar nos encontros, seminários e plenárias do DNTR-CUT espaços para falar, participar com qualidade, trazer companheiras preparadas e corajosas; e, perdemos o medo de defender as nossas propostas, tanto na questão de gênero, como nas questões gerais do campo (questões estruturais, organizativas e bandeiras de luta (SNMT/CUT, 1996).

³⁸ Ver: “Perfil das delegadas sindicais que participaram do I Congresso do DNTR/CUT” elaborado por Lena Lavinias e Paola Cappelín (DNTR, p. 17-20, 1991).

O balanço realizado um ano depois do início do trabalho desta comissão identificou dificuldades encontradas nas atividades de discussão entre os departamentos estaduais, dirigentes sindicais e as trabalhadoras rurais em sete estados da federação, tais como o fato de ser uma agenda nova e desconhecida; de se tratar de temas levantados pelas mulheres e considerados como menos importantes - desigualdades salariais, nos direitos previdenciários, no trabalho doméstico e a ausência de reconhecimento como trabalhadoras rurais (DNTR:1991). Constatou-se, também, que ainda não havia uma compreensão da ligação entre a luta de classe e a luta de gênero:

As consequências disto são que as resoluções do I Congresso e as decisões da direção sobre este tema não são encaminhadas; as propostas da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural não são divulgadas; e, ainda, aparecem poucas reflexões e lutas que integram a questão de classe e gênero. Mas o maior desafio constitui-se em como chegar nas bases e conseguir que na consciência e na prática do dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras comece a ser superada a ideologia machista e todas as suas formas de expressão, tanto no espaço público quanto no espaço privado; onde se comecem a experimentar novas formas de organizar a produção e a reprodução: a nível familiar, na cooperação agrícola, na luta sindical e política. (DNTR, 1991 p.10)

Como um desdobramento das articulações nacionais que resultaram dos dois primeiros Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, nos anos 80, ocorrem novas mobilizações entre 1992 a 1994, pela garantia dos direitos previdenciários (como aposentadoria aos 55 anos para a mulher e 60 anos para o homem e salário maternidade); em 1993 realizam uma mobilização nacional pela aprovação do projeto de regulamentação do salário maternidade com a participação das mulheres de 19 estados; e em 1994 organizam lutas para viabilizar o pagamento de benefícios (aposentadoria e salário maternidade).

A CNQMT e a CNMTR realizaram lutas conjuntas e a pauta rural foi tratada como prioridade em aliança com os movimentos autônomos de mulheres rurais e o MST, a exemplo da luta pelo salário maternidade para as produtoras rurais, em 1992, e a Marcha a Brasília, em 1993, ambas lideradas pelas rurais através da CNMTR-DNTR (SNMT/CUT, 1996). A CNMTR deixa de existir com a extinção do DNTR-CUT em 1993.

Não foram poucos e pequenos os desafios enfrentados pelas mulheres rurais. Uma dirigente nacional da Paraíba, Maria Ednalva Lima, considera que até o final dos anos 1980 houve uma boa integração, entre as urbanas e as rurais, mas posteriormente esse diálogo foi se enfraquecendo (CEMT-PB, 1995).

Ao realizar um balanço dos 10 anos de sua existência, a CEMT da CUT-PB registrou depoimentos sobre o trabalho desenvolvido e, em um deles, Valquíria Alencar de Souza, integrante do Centro 8 de Março da Paraíba que assessorou a comissão afirmou:

Durante estes 10 anos esforço e vontade política foram colocados na implementação da Comissão de Mulheres por parte de várias companheiras, porém, ainda nos restam alguns desafios. Entre eles, está o distanciamento entre trabalhadoras urbanas e rurais que aparece com muita clareza nas atividades e na atuação destes segmentos na Comissão, nos eventos da Central e do movimento de mulheres como um todo (CEMT-PB, 1995).

Esse distanciamento foi sentido na Paraíba, mas também em todo o Brasil. Depoimentos de dirigentes das duas comissões, da CNQMT e da CNMTR no balanço realizado em 1995, revelam tensões existentes entre urbanas e rurais. Linguagens diferentes, medo de incompreensão, modos de vida distintos por parte das rurais e dinâmicas e modos de pensar distinto interferiram nas relações entre os dois grupos (SNMT/CUT, 1996). Diferenças que, segundo elas, apareciam, por exemplo, na definição de prioridades: se para as urbanas a creche era a principal bandeira de luta, para as rurais as principais aspirações eram o direito de sindicalização e o reconhecimento como trabalhadora (SNMT/CUT, 1996). Segundo Delgado, “a integração entre as duas comissões nacionais ocorreu conforme previsto, mas atravessada por uma tensão permanente” um relacionamento ‘mais formal que efetivo’, outra refere-se a ‘uma relação de solidariedade, mas com dificuldades de unificação de lutas’” como apontam algumas participantes do encontro (DELGADO, 1996, p. 155).

Apoiando-se na literatura sobre mulheres rurais no Brasil, Delgado associa estas diferenças, por um lado, à linguagem, modos de vida, realidade do trabalho também diferenciada, pela relação entre trabalho produtivo e reprodutivo no campo e na cidade, distinções também na condição entre as assalariadas, devido ao trabalho temporário, e, por outro lado, às prioridades de luta distintas, às particularidades das formas organizativas existentes (DELGADO, 1996). Avaliando a busca de unidade entre as trabalhadoras rurais assinala:

No caso das mulheres, é preciso observar que a CNMT compôs-se, majoritariamente, por sindicalistas da cidade, o que lhe deu uma tônica mais urbana, embora as trabalhadoras rurais tivessem uma participação permanente e qualificada. Cobraram sistematicamente o compromisso da CNMT com suas reivindicações, expressaram regularmente o ponto de vista das mulheres trabalhadoras rurais sobre temas em debate, construído nos seus espaços de organização no DNTR. No período analisado houve uma aliança tecida em meio à diversidade de experiências e de olhares sobre o mundo que precisaria, seguramente, ser aprofundada e consolidada (DELGADO et al., 1996).

Conclusão semelhante consta da publicação da SNMT/CUT ao completar 20 anos de existência: “certamente não aprofundamos o suficiente, na época, o conhecimento recíproco das realidades urbana e rural, que teria facilitado a conquista de maior integração e cumplicidade. (SNMT/CUT, 1996).

As trabalhadoras rurais desbravaram importantes espaços para nacionalizar as suas reivindicações num momento em que apesar da Contag ter permitido o seu ingresso ainda não havia um processo auto-organizativo nacional, que só veio a se efetivarno início dos anos 90. Assim, a primeira forma de auto-organização das mulheres rurais no movimento sindical ocorreu por meio da CUT, no início dos anos 1990.

Marcada por uma diversidade de conflitos que as trabalhadoras rurais enfrentaram para fazer valer as suas iniciativas de auto-organização e de fortalecimento das suas lutas na CUT. Conflitos com os homens da central que apresentavam resistência às suas demandas, com as mulheres urbanas da CNQMT que tinham uma cultura política distinta, pautas diferenciadas. Conflitos, também, entre as próprias trabalhadoras rurais, pois algumas apostavam no fortalecimento das organizações autônomas e ainda mantinham desconfiança com o movimento sindical, e também porque algumas investiam no ingresso nas federações estaduais da Contag e não na constituição dos DETR.

4.6 MULHERES: nem gênero, nem feminismo

Por fim, considero importante destacar que ao indagar as lideranças entrevistadas sobre os fundamentos da ação coletiva deste período, de forma uníssona elas afirmaram que neste período inicial de constituição dos seus movimentos, autônomos ou de auto-organização de mulheres em movimentos mistos do campo, não havia qualquer reflexão sobre as relações de gênero e nem sobre o feminismo.

Estas lideranças já mantinham relações com o movimento de mulheres existente no espaço urbano e rural, a exemplo das relações com ONG's e outras organizações nos encontros nacionais feministas. Talvez, o fato de ainda não terem se constituído espaços de formação explique a ausência de um debate sistematizado sobre o tema.

As primeiras reflexões virão a acontecer no momento de emergência do conceito de gênero nos anos 1990 e, como veremos no próximo capítulo adentram nos movimentos sociais a partir da sua articulação com as relações de classe. As ações de formação que as mulheres rurais participaram nesse período eram relativas à formação política mais geral e ainda não havia uma preocupação por parte dos movimentos sociais em incorporar os conteúdos feministas:

Nessa época era assim. É tudo muito novo pra mim, né. É muito engraçado, hoje a gente é quadros políticos, quadros dirigentes. Mas não tinha esse olhar feminista. Não tinha essa, né. E, aí, eu me lembro, por exemplo, um dos primeiros debates que eu vi sobre o tema gênero parecia que era uma revolução pra gente. Pensei, meu Deus, está muito longe daqui [risos] (Elisa, 23/5/2016)

O início dos anos 1990 encerra o que considero ser a primeira fase do movimento de mulheres, o de sua constituição. Momento em que estabelecem relações de cooperação e conflito com os movimentos sociais já existentes e com os novos personagens que entram em cena no processo de redemocratização no país.

Partem de uma diversidade de pautas determinada por realidades locais distintas, que incluem temas como terra, água, serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura. O direito à saúde aparecia de forma diferenciada, ora associado ao acesso geral aos serviços, ora especificamente à saúde da mulher. Lutavam, também, pelo apoio à produção e comercialização, com especial destaque para as hortas, os pequenos animais, as plantas medicinais e a organização econômica; e, com muito destaque, pelo direito à participação e representação nos movimentos sociais. As lutas por reconhecimento como trabalhadora rural perante o Estado, como beneficiária de políticas de proteção à pobreza rural no semiárido ou como demandante da política previdenciária, ganharam destaque neste período

A possibilidade de unificação de lutas em torno da previdência e em menor proporção em defesa do sistema público de saúde foram responsáveis pela alavancagem de um movimento nacional no período seguinte. As demandas por direitos previdenciários social presente desde os anos 1960 (CONTAG, 2002) permitiu legitimar o principal objetivo, o de ser reconhecida como trabalhadora, e, com isso também, ter o direito de participar nos movimentos sociais do campo e constituir suas próprias organizações com os mesmos direitos e em igualdade de condições.

Determinadas a expandir as suas lutas, iniciaram a nacionalização do movimento de mulheres rurais criando espaços comuns de diálogo e de organização que resultaram na constituição das primeiras organizações regionais e nos primeiros passos para constituir uma organização nacional, além de participarem da construção de outras de abrangência latino-americana e Caribenha, em meados dos anos 1990, como veremos no próximo capítulo.

Os desafios enfrentados pela diversidade política existente entre estes movimentos, que já se registravam no momento, não impediram a definição de estratégias comuns de organização e de lutas a serem priorizadas, como se observou no processo da constituinte. Foi um momento desafiador, pois o único espaço nacional construído, de maneira ainda incipiente, era uma frente de trabalho específica de mulheres na CUT, que embora tenha adensado as mobilizações conjuntas com o movimento autônomo de mulheres rurais e com os urbanos, não dispunha da capacidade organizativa e articulatória exigida para o momento. Apesar disso as mulheres rurais reuniram as condições necessárias para fazer valer seus direitos e criar um terreno fértil para iniciativas organizativas de maior fôlego no período seguinte.

Cientes dos desafios vivenciados, desbravaram os primeiros espaços de auto-organização nos movimentos rurais mistos.

As conexões entre os movimentos sociais autônomos e os movimentos mistos construídas a partir da solidariedade e das estratégias de articulação foram decisivas na constituição do movimento de mulheres rurais, e seguem sendo até os dias atuais. Foram também importantes as relações com os movimentos sociais de mulheres do país.

As relações de proximidade construídas foram decisivas para o apoio obtido pelas rurais e para o apoio obtido pelas rurais e para aos poucos alargar a agenda e popularizar o movimento de mulheres, embora que ainda de modo incipiente.

Percebe-se como estas distinções de agenda, estratégia organizativa e alianças conformam uma especificidade e nos ajuda a entender dinâmicas próprias dos movimentos de mulheres rurais.

Nesta fase de constituição dos movimentos sociais de mulheres rurais, embora os debates sobre as relações de gênero e o feminismo não estivessem presentes de maneira sistemática observamos distintos pontos de conexão com o debate do feminismo e as entrevistadas relataram tensões importantes sobre este tema.

5 TRANSNACIONALIZAÇÃO, UNIDADE E REPRESENTAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS

No capítulo anterior vimos como a primeira fase do movimento de mulheres rurais foi caracterizada pelo surgimento de organizações em distintos níveis de atuação, dos primeiros espaços de articulação nacional, o ingresso das mulheres em movimentos mistos e o início da sua auto-organização. Esses acontecimentos foram decisivos para as mulheres conquistarem alguns direitos na Constituição de 1988, para legitimar as organizações autônomas de mulheres e para constituir uma agenda própria nos movimentos mistos, condições que propiciaram a consolidação do movimento de mulheres rurais durante o período que se inicia em meados dos anos 1990 e segue até meados dos anos 2000, e que será objeto deste capítulo.

As mudanças nos movimentos de mulheres rurais iniciadas em meados dos anos 1990 provocaram importantes repercussões sobre suas trajetórias. Pela primeira vez estes movimentos tomaram a iniciativa de criar espaços de atuação internacional, como é o caso da Rede LAC, e se integraram a iniciativas conjuntas com os movimentos sociais do campo, por meio da Coordenadoria Latino Americana de Organizações Camponesa (CLOC).

As lutas das quebradeiras de coco de babaçu ganharam visibilidade e elas se associaram a iniciativas de articulação regional, nacional e internacional. Consolida-se um espaço unificado de articulação nacional das trabalhadoras rurais e os movimentos sociais mistos adotam mecanismos para assegurar a ampliação de sua participação e uma representação mais igualitária.

Impactados pelo neoliberalismo esses movimentos ampliaram o seu raio de atuação indo além da fronteira nacional, iniciaram a construção de um projeto de novo modelo de agricultura, especialmente a partir das dimensões econômicas e ambientais.

O capítulo inicia abordando os espaços de atuação internacional, não apenas para garantir uma melhor organização cronológica, mas também porque será a partir das aproximações e distanciamentos com esses espaços que podemos compreender melhor entender o processo de unificação dos movimentos de mulheres rurais e as cisões que ocorreram pouco tempo depois da criação de uma articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais. Trata-se de uma inserção que começou na América Latina e Caribe e se

expandiu para outros continentes, com repercussões sobre a agenda de lutas, as alianças e as próprias organizações envolvidas.

Analiso como esta fase do movimento esteve associada à qualificação da agenda de democratização de gênero dos movimentos sociais do campo. Já não era mais suficiente garantir o direito de ser parte deles, o que as mulheres queriam era poder representar, em condições de igualdade, e para isso era preciso criar as condições necessárias, especialmente mediante o exercício do direito a auto-organização no plano nacional em sua dimensão mista e autônoma.

Nesse período os movimentos de mulheres afirmaram sua autonomia política na condução das suas lutas frente aos distintos personagens em cena, num momento em que os sindicatos perderam a centralidade que detinham, e os novos movimentos sociais ganharam visibilidade.

Concretizou-se o sonho da constituição de um movimento nacional de mulheres, representando pela criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com uma unidade frágil, que para algumas durou uma década e para outras menos ainda. Foi, também, um momento de maior explicitação de visões distintas sobre como conceber e conduzir as lutas das mulheres rurais.

A plataforma de lutas do movimento de mulheres rurais evidencia como a luta pela terra agora adquiriu outra dimensão, a da igualdade, com uma relação mais clara entre terra e outros bens comuns, algo que não estava presente dessa mesma maneira na primeira fase do movimento, abordada no capítulo anterior. No tema trabalho, o destaque recaiu sobre a Previdência Social com o desafio de efetivar os direitos conquistados e para isso a documentação das mulheres ganhou destaque; também, foi um momento de afirmar os direitos trabalhistas das assalariadas.

A luta por serviços públicos, especialmente de saúde, ou pelas políticas sociais, também, seguiu presente na agenda, assim como os temas dos direitos reprodutivos e da violência contra a mulher, e a estes se associaram outros temas, como globalização e agroecologia.

Por fim, destaca-se que a auto-organização das mulheres nos movimentos sociais mistos garantiu a construção de alianças sólidas entre mulheres rurais e urbanas para consolidar e expandir a atuação nos movimentos e conquistar uma maior legitimidade frente aos movimentos sociais.

5.1 CONTEXTO

Os anos 1990 foram marcados pela hegemonia neoliberal e pela adoção de um programa prescrito pelo Consenso de Washington de ajuste estrutural, que incluía, entre outras medidas, a desregulamentação e abertura dos mercados, com graves efeitos sobre a situação das mulheres (FARIA:1996).

O neoliberalismo intensificou a internacionalização de mercados, a liberalização do comércio e a concorrência mundial. Para isso foi preciso reorganizar as relações de trabalho, promovendo a desregulação do emprego e a precarização das condições do trabalho assalariado.

No campo, com a globalização dos sistemas agroalimentares, intensificou-se o monocultivo para a exportação e a economia rural ingressou em circuitos financeiros baseados nas *commodities*.

Para as mulheres a situação foi paradoxal, pois houve uma ampliação da sua participação econômica com o aumento do emprego, só que acompanhada por desregulamentação, flexibilidade e precarização do seu trabalho (HIRATA, 2003). Generalizaram-se o trabalho em tempo parcial, os empregos mal remunerados e não reconhecidos socialmente (KERGOAT, 2003); e as diferenças entre os rendimentos de homens e mulheres continuaram aumentando (MENSTRUN, 2005). Esses fatos atestam que a divisão sexual do trabalho é parte da nova divisão internacional do trabalho.

Os efeitos sobre as mulheres rurais foram contraditórios. Em sintonia com uma dinâmica mais geral do mercado de trabalho, aumentou a participação econômica das mulheres na agricultura com a ampliação das oportunidades de emprego. Isso pode ser constatado, especialmente, pelo ingresso em atividades vinculadas a mercados internacionalizados, como a produção de frutas, aspargos, castanhas, flores e peixes em vários países da América Latina e Caribe (CAVALCANTI, 2004; BENDINI, 2010; OXFAM, 2004).

O neoliberalismo promoveu, também, o chamado Estado mínimo e com isso alguns serviços básicos, antes supridos pelo Estado, foram privatizados. Esse processo encareceu o acesso a serviços básicos e gerou uma sobrecarga para as mulheres com o trabalho de cuidados.

No ambiente neoliberal, o trabalho e o emprego foram tratados não como parte da agenda econômica, mas da agenda social e do combate à pobreza (LEON, 2003). Na América

Latina, a pobreza que havia aumentado nos anos 1980 se estabilizou nos anos 1990 como resultado da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, apesar da inserção desigual que se expressava nos rendimentos e no tempo despendido para o trabalho.

Em que pese os processos de redemocratização do país, o período foi caracterizado como uma década perdida em função da perda e redução de direitos sociais e econômicos³⁹. No Brasil foi registrada uma queda nos níveis de rendimentos, de privatização e a proposição de reformas em programas sociais como a Previdência.

A reforma da previdência foi pautada no Congresso Nacional por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 33-1 de 1995, que previa uma mudança na idade mínima para se aposentar entre trabalhadores rurais, de 60 para 62 anos para os homens e de 55 para 57 anos entre as mulheres. A comprovação da contribuição à previdência deixaria de ser realizada pelos impostos pagos via a comercialização dos produtos e para poder ter acesso aos benefícios seria necessário somar o tempo de contribuição com a idade.

Além das dificuldades existentes para efetivar os direitos previdenciários e o ataque da PEC 33-1 a esses direitos conquistados, outro problema enfrentado pelas trabalhadoras rurais correspondia à ausência de documentação civil. Sem os documentos não era possível ter acesso à previdência. E para conseguir estes documentos enfrentavam inúmeras restrições: a ausência de recursos para se deslocar até os órgãos emissores concentrados nos centros urbanos; diversidade de órgãos responsáveis pela sua emissão; entre outras (AEGRE, 2008).

No Governo Fernando Henrique houve uma forte repressão aos movimentos sociais do campo, como no caso do Massacre Eldorado de Carajás, no Pará, e de Corumbiara, em Rondônia, que criaram as condições para uma marcha a Brasília e uma grande manifestação que reuniu, em 1997, mais de 100 mil trabalhadores e trabalhadoras. O programa de reforma agrária não efetivava a função social da propriedade da terra como previsto pela Constituição Federal; instituiu-se o Banco da Terra, e o governo federal restringiu as possibilidades de conquista da terra mediante as lutas sociais ao definir que as áreas ocupadas não seriam objeto de desapropriação.

³⁹O Senado Federal, por exemplo, alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, desobrigando o governo federal da educação infantil, que passa a ser incumbência dos municípios e o governo Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto de lei 2.802 que garantiria assistência à infância para filhos de trabalhadores de empresas com pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos (BUTTO, 1996).

Além desses acontecimentos, registram-se mudanças nos movimentos sociais. Em 1995, a Contag se filiou à CUT e essas organizações iniciaram um processo de elaboração programática e de redefinição organizativa.

Neste período, a capacidade de mobilização da sociedade civil para resistir à implantação da agenda neoliberal foi muito restrita. Entre as iniciativas relevantes, destaco o surgimento de movimentos transnacionais que expressava uma consciência sobre a necessidade de responder às transformações no mundo numa escala maior, para além das fronteiras nacionais. Constituiu-se a Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC), a Aliança Social Continental, o Fórum Social Mundial, diversas lutas e mobilizações internacionais de resistência aos acordos de livre comércio e de confrontação de organismos financeiros internacionais.

O neoliberalismo trouxe novas tensões e divergências para o interior do movimento feminista. Já havia na região uma tensão entre feministas com vínculos maiores com organizações de esquerda, que buscavam integrar o feminismo a um projeto integral de transformação social e econômica e aquelas que, também, afirmavam o feminismo, mas secundarizavam as alianças com outros setores organizados. Além disso, o movimento de mulheres na região passou por uma importante transformação com a transição das ditaduras militares para regimes democráticos e suas repercussões sobre as possibilidades de atuação do feminismo por dentro do Estado (FARIA, 2005). Isso acontecia num momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua Agenda Global de Gênero conseguiram o engajamento de setores do movimento de mulheres, o que Alvarez (2014) denominou de dimensão participativa e multicultural do neoliberalismo que se materializam com a realização da Conferência de Beijing e sua plataforma de ação.

No setor mais crítico do feminismo ao neoliberalismo desenvolveu-se uma agenda voltada para a transformação do modelo e para a denúncia dos seus impactos sobre as mulheres. No campo da autonomia econômica, foram empreendidas lutas contra as formas de inserção desigual das mulheres na economia; contra a precarização do trabalho; de denúncia sobre as formas de inserção das mulheres nos setores da produção internacionalizados, inclusive na agricultura, e sobre a ausência de serviços públicos, entre os quais a educação infantil.

No final dos anos 1990, inaugurou-se um novo momento do movimento de mulheres, o da problematização e do distanciamento dos discursos e aparatos do desenvolvimento e das agências multilaterais (HARCOURT, 2005).

Nesta nova dinâmica regional, combinou-se o crescimento dos movimentos antiglobalização com o que Alvarez (2014) momento em que setores que haviam priorizado a agenda de Beijing acabaram por se reposicionar, apoiados em um discurso de perda de credibilidade da ONU devido ao unilateralismo dos EUA e da dominação por parte das economias poderosas, e passaram a adotar uma posição mais questionadora.

5.2 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (ANMTR)

Para abordar a constituição da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR descrevo inicialmente o processo inicial de transnacionalização dos movimentos sociais de mulheres rurais, nos espaços de articulação Latino Americana no âmbito dos movimentos sociais do campo e no movimento de mulheres, de modo a indicar como estes movimentos agora estimulados pela atuação em espaços internacionais são impulsionados a constituir movimentos nacionais.

Dois ambientes importantes de atuação internacional ganham a participação dos movimento de mulheres rurais: o da articulação dos movimentos sociais do campo, representado pela CLOC e em seguida pela Via Campesina Internacional; e outro que corresponde ao do movimento feminista, representado pela criação de redes feministas transnacionais, que resultaram dos encontros feministas latino-americanos e caribenho, que no caso das rurais se materializou na Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Rurais (Rede LAC).

A CLOC foi constituída no ambiente criado pela realização da campanha continental “500 anos de resistência indígena, negra e popular contra as políticas neoliberais no campo”, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Alguns dos movimentos sociais do campo de abrangência nacional do Brasil participaram dessa iniciativa, inclusive movimentos de mulheres rurais, que haviam se constituído recentemente.

Num espectro mais amplo de atuação, surgiu a Via Campesina Internacional, em 1993, durante a primeira Conferência Internacional realizada na Bélgica. Segundo Dasmaraís (2013), no momento de fundação da Via se identificou a necessidade de integrar organizações camponesas indígenas e enfrentar os desafios que as mulheres indígenas indicavam nesse ambiente. As bases de ação que foram pactuadas incluíam a defesa dos direitos dos homens e

mulheres na luta pela terra; o reconhecimento do papel crucial que as mulheres e os jovens desempenham nas organizações rurais e a necessidade de sua participação (DASMARAIS, 2013). Apesar desse posicionamento, a coordenação eleita foi constituída apenas por homens e não se adotou qualquer medida para assegurar a participação e a representação das mulheres, que lutavam há anos nas suas próprias comunidades para integrar, por exemplo, as questões de gênero nos debates em torno da política agrícola.

Em 1994, realizou-se no México o I Congresso da CLOC. Entre as organizações brasileiras presentes nesse momento fundacional, estava a AIMTR-Sul, organização já apresentada no capítulo anterior. A participação de uma militante desse movimento e a decisão tomada de trabalhar para ampliar a participação das mulheres e realizar um trabalho de articulação nacional nos países repercutiu na experiência brasileira, conforme relata Luiza que integrou a AIMTR-sul e a ANMTR:

Acontece o congresso da Coordenação Latino... das Organizações do Campo, no México. E, aí, tem uma participação muito pequena das mulheres, mas vai uma das companheiras nossas, da AIMTR-SUL, que foi a companheira Sirley Gaspareto, né. E elas fazem um debate... Elas estavam em pouquíssimas mulheres... e traz uma estratégia que nos países era necessário consolidar uma articulação entre as mulheres trabalhadoras rurais, pra poder avançar na participação das mulheres (...) tá. Essa proposta, ela vem forte e a Articulação Sul assume, então, o compromisso de construir um encontro nacional pra que a gente possa fortalecer a articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais. (...) Participaram a partir desse encontro da articulação... participaram as mulheres que eram do movimento sindical combativo, do Departamento Rural da CUT, na época, e, por aí. As mulheres dos movimentos autônomos, as mulheres atingidas por barragens, que veio através do MAB... do Paraná. Vieram também as mulheres do Movimento Sem Terra. Ah! Também naquele encontro participaram as mulheres da CPT, e vieram pra participação, também, as companheiras do MMTR Nordeste (...). Porque no México estava enquanto a Articulação Sul, né. (...) Aí, o Congresso seguinte acontece em Brasília, no Brasil. E com a deliberação que nós tivemos a... foi de que nós, apesar de estarmos nessa articulação enquanto a AIMTR Sul, nós envolveríamos mulheres de todos os estados do Brasil (Luiza, 27/9/2016).

Outras organizações do movimento autônomo da região também estiveram presentes e o relato de uma das principais lideranças feministas da CLOC, Francisca Rodríguez, da *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* do Chile (ANAMURI) sobre a participação das mulheres neste congresso revela os desafios assumidos:

El congreso constitutivo de la CLOC, celebrado en 1994, fue minoritaria la participación de las mujeres en relación a los varones. Por eso, decidieron crear una comisión de mujeres de diferentes organizaciones y países de Latinoamérica con el objetivo de lograr una mayor participación de mujeres en el II Congreso que se iba celebrar en Brasilia, en 1997, llegando a alcanzar una participación de mujeres del 43%. Previo al congreso, celebraron la I Asamblea de Mujeres del Campo, en la que se definieron dos metas fundamentales: el compromiso de asumir el enfoque de

género en el conjunto del movimiento, dejando muy claro que el género no es una cuestión solo de mujeres, y el establecimiento de pautas para garantizar la participación paritaria entre mujeres y hombres a todos los niveles, y especialmente, en los espacios de toma de decisiones (LEON, 1997).

Ambos aspectos fueron asumidos por el pleno del Congreso y se reflejaron en la Declaración de Brasília, sentando un precedente en el marco del movimiento internacional de La Vía Campesina, que años más tarde, en 2004, ratificaría el principio de paridad en la participación y representatividad, en su IV Conferencia Internacional, celebrada también en Brasil (FORÉS, 2014, p. 95).

Os debates realizados tiveram desdobramentos no Brasil e serão abordados neste capítulo ao descrever o debate nos movimentos sociais mistos do campo e do MST, em particular, com os movimentos autônomos que integram a Via Campesina.

No ambiente do movimento feminista, outra iniciativa internacional importante envolvendo as mulheres rurais foi a criação da Rede LAC, que surgiu de articulações de assessoras e trabalhadoras rurais durante o V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em San Bernardo, Argentina, em 1990. Na ocasião foram criadas redes intra-regionais do movimento em vários temas, entre os quais, saúde, direitos reprodutivos e violência, como parte de uma estratégia de atuação articulada das organizações feministas da região, que ganharam crescente visibilidade e influência nos anos 1990 (ALVAREZ, 2003).

Após a realização de uma oficina intitulada “Nossas vidas, nossas organizações”, na Argentina, por iniciativa do MMTR-NE e que contou com a participação de representantes de nove países da região⁴⁰, as mulheres decidiram realizar intercâmbios entre os países e organizar o I Encontro da Mulher Trabalhadora Rural da América Latina e Caribe (I ENLAC) (REDELAC, 2007). Em uma reunião preparatória, realizada em outubro de 1993 no Ceará, com representantes de todos os países que haviam se reunido na Argentina, constituiu-se uma coordenação composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai, e foram definidos os objetivos e os temas a serem discutidos no encontro, marcado para Fortaleza, no Ceará: auto-valorização e corpo; violência; desenvolvimento, economia e ecologia com referência às tecnologias alternativas e o respeito pela terra; coincidências e diferenças culturais, étnicas e religiosas; identidade, autonomia, poder e comunicação (REDE LAC, 2007).

Logo após esses acontecimentos nos anos 1990, prosseguiram as articulações de organizações autônomas de mulheres e de movimento sociais mistos visando à constituição de um movimento nacional unificado, conforme abordado no capítulo anterior. Se, nos anos 1980

⁴⁰Os países participantes foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Honduras, México, Nicarágua, Peru e Uruguai.

a iniciativa havia partido da CUT e do MST, nos anos 1990, eram as articulações regionais dos movimentos sociais autônomos e, particularmente a AIMTR-Sul, que retomaram essa iniciativa sob estímulos da CLOC conforme indicamos anteriormente (ANMTR, 1995).

A ANMTR foi criada no I Encontro Nacional⁴¹, realizado nos dias 19 a 24 de outubro de 1995, em Jundiaí, São Paulo, com a participação de 51 trabalhadoras rurais de todas as regiões do país (ANMTR, 1995).

A seguir, apresento o debate realizado no momento de constituição da ANMTR sobre a articulação entre gênero e classe, feminismo e seus desdobramentos na atuação nos movimentos sociais mistos e no movimento de mulheres no plano nacional e internacional. Prossigo apresentando as primeiras discussões registradas sobre os modelos de desenvolvimento com foco na agricultura em referência aos debates internacionais em que estavam envolvidas, para em seguida apresentar as bandeiras de lutas adotadas e a diversidade interna que acabaram por provocar o seu esvaziamento.

5.2.1 Gênero, classe, feminismo: tensões de um debate

A ANMTR constituiu-se como um espaço de discussão, elaboração e definição de lutas, a partir do que elas denominaram como um novo modo de atuar, marcado por “novas relações, novos métodos, companheirismo, solidariedade, sentimento do belo” (ANMTR, p. 5, 1999).

No encontro fundacional da ANMTR, debateram e definiram uma compreensão comum sobre relações de gênero, expressa já na apresentação do seu objetivo: “a luta de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas pelas mulheres trabalhadoras rurais em todos os movimentos e espaços de atuação em vista da construção do projeto democrático e popular” (ANMTR, p. 4, 1999).

As linhas políticas que foram definidas no encontro ajudam a entender a estratégia para materializar este objetivo:

Ampliar aliados na luta de gênero e classe, garantindo que a luta de gênero seja considerada uma luta estratégica para a transformação da sociedade; colocar as reivindicações de gênero nas pautas das lutas da classe trabalhadora; politizar o debate e a ação de gênero com mulheres e homens; garantir que as lutas por saúde, planejamento familiar, sexualidade, etc, sejam realizadas sob a ótica de classe e de gênero; integrar a luta de

⁴¹A ANMTR, em alguns registros, identifica este evento como o terceiro e não o primeiro encontro nacional; o primeiro teria sido realizado em 1986 e, o segundo, em 1988.

gênero à construção de um PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR (ANMTR, 1999).
(Maiúscula registrada no documento)

Estas definições também estavam presentes em estratégias de fortalecimento ao decidirem “aprofundar o tema gênero e classe e realizar ações de formação e qualificação das mulheres na questão de gênero e classe”(ANMTR, 1999).

Além do debate sobre os objetivos e as linhas políticas foram definidas lutas unificadas (previdência, documentação e saúde) e ações de fortalecimento no campo da formação e da coordenação (ANMTR, 1999, p. 5 e 6).

O encontro reuniu organizações do movimento de mulheres de distintas tradições políticas, com formas diferenciadas de conduzir as suas lutas, de distintas regiões e realidades socioeconômicas (agricultoras cooperativadas do Sul, agriculturas familiares do semiárido do Nordeste) e mulheres oriundas de movimentos sociais autônomos e de movimentos mistos que contavam com um processo de auto-organização, conforme tratado anteriormente (ANMTR, 1999).

A dupla estratégia dos movimentos sociais autônomos de mulheres rurais prosseguiu neste período, com uma atuação voltada para a constituição de organizações próprias e para o estímulo a auto-organização das mulheres nos movimentos sociais mistos. A novidade era que, neste novo momento, apostaram na constituição de espaços articulatórios, a partir daqueles já constituídos nas regiões Sul e Nordeste e dos movimentos de distintas abrangências em outras regiões, que, junto com o MST e a Contag, conformavam um novo ambiente organizativo para as mulheres rurais.

O que nos unificava, também, era que a... essa questão de construir essa... dos movimentos autônomos. Então, havia um trabalho anterior. Então, com a articulação é um momento forte de articular com as mulheres de outras organizações, mas quem era de movimentos autônomos de mulheres, nós... Mais a ideia, o sonho de consolidar um movimento de... nacional, um movimento autônomo que fosse. Um movimento que contribuísse ali, tanto na via campestre na... na... Coordenação Latino-americana e Caribenha com... do campo e todos espaços que fossem com o... Um movimento de caráter nacional que levasse o debate pra dentro das outras organizações essa questão da luta de gênero e classe (...) fortalecendo a luta das mulheres. Então, um pouco ... a articulação, então, ela tem um período importante, né. (Luiza, 27/9/2016).

A diversidade dos movimentos se expressou no campo da concepção de um projeto de emancipação das mulheres, com tensões que revelavam compreensões distintas sobre as relações entre gênero e classe e sobre as alianças nacionais e internacionais.

As mulheres da Via Campesina insistiam em trabalhar de forma articulada as relações de classe e gênero, o que para elas implicava em não privilegiar debates sobre o corpo e a sexualidade. Já, o MMTR-NE movimento autônomo mais próximo do movimento sindical, refletia a necessidade de debater temas que não eram discutidos nos movimentos sociais mistos.

Essas tensões se expressam nos debates sobre o feminismo e a articulação das relações de gênero e classe. Ao debater o entrelaçamento das lutas de gênero e classe, e definiram o que entendiam por feminismo, evidenciando os limites da elaboração que vivenciavam no momento sobre esse tema.

O feminismo naquele período era considerado uma nova prática política fortemente associada aos direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, autonomia e auto-estima: “o feminismo representa a luta pela libertação da mulher: liberdade sexual, valorização da sexualidade, representa o conhecimento e o poder de decisão sobre a maternidade, o direito de ser cidadã, de gostar de si, de ser autoconfiante” mas afirmam “feminismo é uma proposta política, que é vista de diversas maneiras, com práticas diferenciadas, e que ainda não está clara para as mulheres” (ANMTR, 1997, p. 17).

Ao indicar o que denominavam a interligação entre gênero e classe, avançaram de forma sutil sobre os entrecruzamentos existentes entre essas relações:

A luta de gênero é importante para a tomada de consciência da condição de mulher. Reduz a discriminação, busca a igualdade. A mulher passa a pensar mais, constrói novas mentalidades, com novos valores. A luta de gênero conscientiza, cria novas formas de participação, resgata a identidade feminina (ANMTR, 1997, p. 18).

A luta de classe ajuda a luta de gênero quando põe as questões de gênero na pauta do dia a dia nas lutas; quando lembra das creches, saúde da mulher, da educação... e não só das questões econômicas. (ANMTR, 1997, p. 19).

Interessante notar que a redação acima indica que a luta de classe pode ajudar e detalhar as condições mostrando assim que essa articulação não é definida a priori.

Ao destacar a contribuição do que denominavam como lutas de gênero para a luta de classes referiam-se ao ingresso das mulheres na luta de classes pelas lutas pelo salário maternidade, pela sindicalização das mulheres e pelo reconhecimento da profissão das trabalhadoras rurais; e à importância de ingressar nos espaços públicos e não se masculinizar, criando as condições para que as mulheres pudessem participar (Ibidem). Ao defender a combinação das duas lutas, construindo novos valores e novas formas de poder, afirmam:

A luta de classe contribui com a luta de gênero quando cria conflitos (...) as duas lutas têm que caminhar juntas, mas temos que fortalecer a luta de gênero para não nos deixarmos manipular pelos dirigentes quando estamos nas direções. Devemos ter clareza do papel que assumimos e não nos sobrecarregarmos (ANMTR, 1997, p. 20).

Mas a interligação das relações de gênero e classe também foram abordadas no plano das práticas cotidianas de construção do poder:

Não há separação de tempo e de espaço na luta de classe e de gênero. Dentro da luta de gênero, temos que dar o componente de classe. Quando uma mulher, ou um homem da classe trabalhadora, assume a direção do sindicato, cooperativa, partido... e não modifica sua organização, metodologia, políticas... não está contribuindo nem para a luta de classes nem para a luta de gênero. Quando uma mulher assume uma direção sindical e não cria espaços para outras mulheres participarem, ela não contribui nem com a luta de gênero e nem com a luta de classe (ANMTR, 1997, p. 21).

O debate sobre gênero e classe reunia reflexões sobre a compreensão de cada uma dessas relações e, em particular, sobre gênero, sua interface com o capitalismo e suas implicações para a estratégia de ação política dos movimentos envolvidos. Entre outras definições destaque: “ocupar espaços nas instâncias de direção das organizações dos trabalhadores, com respaldo aos grupos e coletivos de mulheres e à organização de base; enfrentar os “boicotes” de gênero nas ações desenvolvidas pelas organizações de trabalhadores” (ANMTR, 1999, p.5).

As mulheres da Via Campesina buscaram uma aproximação com as mulheres brasileiras de movimentos mistos e autônomos afinadas com a CLOC, apostando no fortalecimento da articulação das mulheres dentro desse ambiente misto. As mulheres rurais afinadas com o movimento sindical, que também se aliavam às ONGs, buscaram a inserção nos fóruns internacionais do movimento feminista, fazendo uma aposta na constituição de um movimento autônomo de abrangência latino-americana e caribenha:

A AIMTR-Sul e os movimentos, com a concepção de fortalecer a Coordenação Latino-americana e Caribenha das Organizações do Campo e construir a luta das mulheres por dentro, com o entendimento de que a luta seria de gênero e classe. E as companheiras valorosas da... da MMTR-NE, elas vinham com a proposta da construção do Encontro Latino-americano e Caribenho das Trabalhadoras Rurais, que aconteceu no Nordeste (...) e... e na defesa de que a... a articulação deveria acontecer com os movimentos autônomos e as ONGs a... das mulheres. Mais com as mulheres. E, ali, naquele momento histórico tal, assim... tivemos dificuldade de fazer uma leitura, né, mais aprofundada. E acabou em quê... fomos construindo articulação mais... Aí, a MMTR-NE jogando mais peso na articulação com as redes de mulheres, né, e nós, enquanto... assumimos mais essa articulação, também, com os movimentos mistos e com a preocupação de avançar com a participação das

mulheres. E eu gostaria de dizer que, após todos esses anos, eu avalio que foram concepções diferentes, mas é... a... muito importante de... das partes. (...) Mas aqui, eu acho que pra reconhecer a trajetória... política é importante, né. É dizer que haviam duas... duas concepções ali. (...) A AIMTR-Sul e os movimentos com a concepção de fortalecer a coordenação latino-americana e caribenha das organizações do campo e construir a luta das mulheres por dentro, com o entendimento de que a luta seria de gênero e classe. (Luiza, 27/9/2016).

Porque nós tinha... e um pouco esse debate da autonomia do movimento. Do movimento das mulheres ou das mulheres nos movimentos, né. [risos] Por que isso? Por que isso? Porque essa tensão que se dava enormemente por conta que, principalmente, a articulação do Nordeste tinha muita presença das ONGs (...) muitas ONGs de... é... um pouco que, vamos dizer assim, ela se sobrepunha às organizações das mulheres. (...) Então, essas ONGs, tinham um trabalho muito mais com os grupo das mulheres – não to dizendo que não é importante -, mas... nesse debate de classe não era muito forte. Então, era muito mais esse negócio do corpo... é... da sexualidade que tá... que é importante. Mas esse viés do debate de gênero e classe, como é que a gente vai ir rompendo, né, entender a opressão e ir rompendo. E que essa... e que isso, também, se dá na luta concreta, era bem diferente. (Maria Rita, 21/8/2016)

Isso permite compreender porque no registro sobre o que foi denominado como outras questões relativas ao encontro foi incluída a decisão de aprofundar a discussão sobre o papel das ONGs e instituições nas lutas dos trabalhadores.

Uma outra dimensão importante deste debate se refere à relação dessas articulações no campo do trabalho eram objeto de discussões sobre a forma de inserção distinta entre homens e mulheres no capitalismo, destacando o lugar do trabalho produtivo e reprodutivo:

É preciso trazer o homem para o privado. O homem precisa produzir valor de uso, além de valor de troca. É um pouco difícil, uma vez que a estrutura é capitalista, mas é o caminho para uma Nova Relação. (...) O machismo está cheio de contradições: eu cozinho, ele come, ele suja, eu limpo. O trabalho doméstico é, muitas vezes, visto como poder para a mulher. Mas este “privilégio” das mulheres pode ser uma dependência. Ele pode até dar autonomia à mulher e dependência ao homem, mas ele não é visto como trabalho produtivo. (...) O mundo doméstico é muito estreito, não desenvolve outras possibilidades de ver o mundo com outra ótica. Se o trabalho doméstico ficar só em casa, não for para a comunidade, é muito pobre (ANMTR, 1997, p. 18).

Em sintonia com as discussões mais recentes sobre as relações de gênero, afirmavam o caráter consubstancial destas relações sociais por se tratar de relações inseparáveis no tempo e no espaço. Em suas análises sobre a articulação das relações de gênero no capitalismo debruçaram-se sobre essas relações sociais, destacaram as distinções entre trabalho produtivo e reprodutivo, e as formas de inserção dos homens e das mulheres nesses espaços e as desigualdades existentes entre homens e mulheres decorrentes dela (ANMTR, 1997).

Percebe-se, assim, como as análises que realizavam sobre as relações de gênero estavam influenciadas pela dimensão reprodutiva do trabalho das mulheres e pela divisão sexual do trabalho, marcada pela separação e hierarquia entre espaços públicos e privados registrados no debate acadêmico nos anos 1980 (CASTRO e LAVINAS, 1992).

Mas temas relativos à sexualidade e a autonomia em projetos reprodutivos consideravam que as lutas de gênero eram capazes de gerar novos valores e identidades. Mas essa percepção era também fonte geradora de conflitos internos: para algumas mulheres o privilegiamento dos temas relativos ao corpo e à sexualidade e a construção de movimentos autônomos de mulheres compunham a estratégia mais acertada; para outras, essa opção distanciava os movimentos de mulheres rurais de uma estratégia que tratasse as relações de gênero e classe como inseparáveis e do esforço para realizar lutas que articulassem a transformação das relações de gênero de forma integrada às lutas pela transformação global da sociedade, ocupando espaços de luta voltados para esse objetivo e construindo uma atuação respaldada pelas mulheres a fim de garantir a autonomia das mulheres nos movimentos. Diferenças que se expressavam, também, em distintas estratégias e alianças acionadas para fortalecer as lutas sociais empreendidas.

5.2.2 A unificação de bandeiras e lutas

O I Encontro Nacional da ANMTR também introduziu o debate sobre desenvolvimento sustentável, referido como **desenvolvimento econômico e ecológico**. A discussão voltou-se, inicialmente, para uma reflexão crítica do modelo vigente:

O atual modelo de desenvolvimento é concentrador, excludente, destruidor do ser humano e da natureza, gera miséria, fome e poluição, é fruto de interesses econômicos nacionais e internacionais (...) se preocupa só com o avanço tecnológico, com a informatização, a competitividade, a poluição dos rios, é concentrador de riquezas e favorece as multinacionais (...) produz para exportação (ANMTR, 1997, p. 24).

Além da dimensão de crítica, as mulheres discutiram um projeto alternativo, que estavam empenhadas em elaborar e que denominavam **Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social Integral**. Sobre isso, registraram:

Com novas relações entre os seres vivos, com condições de vida digna (terra, saúde, educação) (...), preserva e aproveita os recursos naturais (mata nativa e adubações...), integra as mulheres no processo. É ecológico, pretende sair da indústria química e mecânica, usar tração animal, fazer plantios diretos, conservação de solo, adubação verde, não usa adubos químicos nem venenos (...). Leva em conta a vida e é auto-sustentável, preserva o solo, recupera a natureza, a água, o meio ambiente; que realiza a Reforma Agrária, que garanta a distribuição de renda, política agrícola e inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores; que produza alimentos para a sociedade brasileira (...) considera a cultura, o conhecimento popular (...) diversifica e pensa na produção de alimentos (ANMTR, 1997, p. 24).

A caracterização crítica do modelo de desenvolvimento dominante e a alternativa que estava sendo gestada sinalizavam, claramente, para outro modelo de agricultura, em que a produção de alimentos, a justiça econômica e social, a relação equilibrada com a natureza e a igualdade de gênero estivessem presentes e se desdobrassem na proposição de políticas públicas para dar suporte ao “desenvolvimento integral”. Esse debate repercutiu nos distintos movimentos sociais mistos envolvidos com a ANMTR, como veremos ainda neste capítulo, e ganhou maior aprofundamento no período mais recente como indico no último capítulo desta tese.

Apesar das diferenças internas relatadas, o esforço de unificação do movimento de mulheres rurais no Brasil concretizou-se e avançou na definição de uma pauta unificada de lutas. A aposta inicial foi na continuidade da luta pelos direitos previdenciários, que havia sido iniciada na fase de constituição dos movimentos sociais autônomos e fora uma das primeiras bandeiras em prol dos direitos das mulheres, e foram afirmadas pelos movimentos sociais mistos. A prioridade passava a ser a garantia da efetivação dos direitos previdenciários conquistados na Constituição de 1988 e sua ampliação.

Fizemos um seminário nacional sobre a questão dos direitos previdenciários. Então, a partir daí, teve toda uma luta importante nessa questão dos direitos previdenciários, aonde nós desenvolvemos em conjunto, né, enquanto articulação nacional. Era nós do MST, as mulheres do MPA, que já tava... já tinha nascido nesse período, né; as mulheres do MA, CPT. As mulheres que... até então, eram da... das mulheres rurais do... até esqueci como é que chamava... Movimento de Mulheres... Nordeste, né. (Maria Rita, 21/9/2016).

A agenda de lutas para a efetivação dos direitos previdenciários era importante por representar uma demanda de caráter nacional, que unificava a ação coletiva das mulheres rurais, apesar da existência de outras demandas. Iniciativa que teve importante protagonismo da AIMTR-SUL.

Pra nós, em Roraima, acho que isso foi, foi um mote para chegar às mulheres. Chegar e fazer os debates com as mulheres, pensar as organizações das mulheres. Acho que isso foi um chamariz para cativar as mulheres. Agora, hoje olhando do que foi feito, eu penso que, especialmente a região sul, tinha muito claro como um estratégia a construção de um movimento nacional, de se colocar enquanto feminista, uma pauta nacional e estratégia de organização é... de se avançar muita mais que a previdência, né. Para mim fica muito claro, anos depois, que esse papel central de pensar a estratégia da organização e luta das mulheres, a região sul foi muito mais... mais cabeça pensante nisso. (Elisa, 23/5/2016)

A agenda incluía, também, a luta pela saúde pública, uma demanda que fazia parte da agenda dos movimentos de mulheres desde sua fase inicial e de várias outras organizações, e que, após a aprovação da nova Constituição, demandava uma atuação para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS).

E conseguimos fazer com que essa bandeira de luta nos unificasse a nível nacional. Então, vinha uma articulação dos movimentos existentes, autônomos, que era uma mais... mais, mais de cada estado. Dependia da organização e tudo mais, mas havia uma bandeira de luta forte que nos unificava em torno dessa questão. Primeiramente da questão do SUS, da saúde pública e do país. (Luiza, 27/9/2016)

Outra grande reivindicação era a da garantia do direito à documentação civil que, também, já fizera parte da fase inicial dos movimentos de mulheres rurais, mas que ganhava uma dimensão ainda mais importante. Na fase inicial, o sentido dessa luta era a da afirmação da necessidade de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, a exemplo do que Cordeiro (2002) mostrou nas lutas pela documentação da trabalhadora rural e sua associação com o reconhecimento como trabalhadoras rurais no caso das mulheres do Sertão de Pernambuco associadas ao MMTR-NE:

Apesar de desenvolverem atividades essenciais à manutenção da agricultura familiar, quando elas eram categorizadas profissionalmente eram definidas como doméstica do lar. Os afazeres domésticos, os cuidados com a família e com a residência eram sobrepostos às suas outras atividades produtivas. O trabalho era visto como um trabalho de homens (CORDEIRO, 2002, p. 232).

Neste novo momento afirmava-se o direito à documentação civil como condição de ingresso nas políticas públicas, já que, para além do reconhecimento das mulheres como agricultoras, a documentação passava a ser a porta de entrada para a Previdência Social, a primeira política pública conquistada pelas trabalhadoras rurais.

Entre 1997 e 1999 e, depois, entre 2001 e 2002, os movimentos implementaram em 26 estados uma campanha de documentação intitulada “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural sem Documentos” (ANMTR, 2001):

Acho que todos grupos só discutiam isso, relação de gênero, e a documentação e a previdência. Porque era pauta também. A gente estava se descobrindo enquanto auto-organização de mulheres. Que foi muito legal, isto (...) a constatação que não tinha documento a gente já sabia, já tinha. Só que como trabalhar com as mulheres, como conscientizar as mulheres da importância de ter seus documentos, né. Então, vai fazer o trabalho de informação da importância de documentação e vai brigando pela política pública. Quando essa política, essa lei é aprovada e, que as mulheres vão buscando seus direitos faltavam documentações e tudo mais. É lógico que isto por uma necessidade pessoal das pessoas, se atentam mais pra coisa, então foi uma coisa meio que simultânea. Mas a previdência é... e os direitos garantidos com a luta, acho que obrigou as mulheres a cada vez mais a lutar pelos documentos. Porque aí começa a discutir mais questão da cidadania, meu direito quanto mulher e tudo mais, que isto também ajuda é... na discussão com as mulheres da importância da sua participação, do seu ser, enfim transformador também da sociedade. (Elisa, 23/5/2016).

A campanha mobilizou muitas mulheres e contribuiu para a conscientização de seus direitos. Incluiu a promoção de mutirões em parceria com órgãos públicos para garantir o acesso aos documentos. No desenvolvimento da campanha, apesar do reconhecimento e da valorização das contribuições de cada uma das organizações, surgiram tensões, conforme nos relata Eleonora Silva:

Na documentação das mulheres rurais elas foram iniciadoras. Porque implantaram a idéia. A idéia foi delas. E nós nos juntamos nessa discussão. E realizamos (...) a primeira tentativa da documentação, a gente já produziu no MMTR. Mas pode olhar, é um documentário, feito por mim, por Vanete... e acho que dois da MMTR. Aí, era nós e ela. Eu acho que a segunda, já não tem mais. (...) no primeiro material. Era nós e a ANMTR. A cara já é delas. Ainda delas. A cara, você vê, da mulher do Sul. (...) Fomos introduzindo algumas coisas nossa. Por dentro. Mas na segunda, a gente já... já seguramos. Já fomos produzindo... a gente segurou... você sabe que nós seguramos, todo sempre, a Contag. Foi o programa que mais conseguiu parceria. (Eleonora, 11 e 12/8/2016).

Além das ações para garantir a documentação das mulheres trabalhadoras rurais, os movimentos se unificaram na definição do dia 12 de agosto como Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária, quando realizam mobilizações conjuntas com outros movimentos sociais do campo.

A partir do balanço realizado no final dos anos 90 com referência nas três lutas prioritárias definidas pela ANMTR no momento da sua constituição: documentação,

previdência social e saúde, de que forma estas bandeiras fortaleceram a organização podemos perceber como a ANMTR se mante bastante ativa até o final dos anos 1990.

Da luta desenvolvida pela documentação das trabalhadoras rurais, resultou na primeira e única campanha nacional unificada dos movimentos de mulheres rurais⁴², que segundo avaliação interna desencadeou o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e a conscientização sobre seus direitos; deu visibilidade à ANMTR; propiciou a unificação de lutas, o trabalho de base e de organização; incentivou o debate sobre outros direitos e o acesso aos benefícios da Previdência Social (ANMTR, 1999). Nesse balanço realizado no final dos anos 1990, afirmaram também a necessidade de garantir que nenhuma trabalhadora rural ficasse sem documentos e a necessidade de intensificar e alargar a campanha com o envolvimento da sociedade (ANMTR, 1999). Para isso, planejaram as seguintes ações:

realizar pressões em órgãos públicos sobre os documentos e o reconhecimento da profissão das trabalhadoras rurais; pressões e debates nos órgãos públicos responsáveis para encaminhar o bloco de notas e ter clareza dos objetivos e dimensão do bloco; produzir material sobre a campanha; citar pessoas para fazer o trabalho de base e não só discutir os materiais; priorizar a campanha nos estados onde não aconteceu em 1998 (ANMTR, 1999).

Nas lutas pelo acesso aos benefícios da Previdência Social consideraram um avanço a discussão realizada nos estados; a conquista do salário maternidade e a aposentadoria aos 55 anos, bem como o acesso aos benefícios conquistados e uma maior conscientização das trabalhadoras rurais⁴³ (ANMTR, 1999). Entretanto, consideraram que era necessário avançar mais nas mobilizações para garantir os direitos, ter clareza sobre a reforma da previdência e garantir que as mulheres Sem Terra também fossem beneficiadas⁴⁴.

Das ações voltadas para a defesa da saúde pública e, em particular, da saúde da mulher, avaliaram que foram importante para despertar da consciência das mulheres o cuidado com o seu corpo. Para a ANMTR teria sido importante pela auto-construção de referência nessa luta (ANMTR, 1999). As atividades realizadas incluíram seminários regionais e nacionais, ações

⁴²O balanço registrou a realização de 10 seminários regionais e a implementação da campanha de documentação em 26 estados, além da elaboração de cartazes, cartilhas e vinhetas (ANMTR, 1999).

⁴³As principais atividades realizadas foram as mobilizações nos municípios, estados e em Brasília para pressionar o Congresso Nacional; a realização de seminários nas regiões do Norte, Nordeste e Sul e do Seminário Nacional em Brasília, em 1996 (ANMTR, 1999).

⁴⁴As delegadas decidiram realizar seminários, debates e ações conjuntas com outras organizações, afim de garantir os direitos previdenciários, mobilizações para os dias da votação e da regulamentação da reforma da previdência, além de intensificar o trabalho de base (ANMTR, 1999).

conjuntas com organizações indígenas, além da produção de materiais específicos (Ibidem). O desafio apontado foi o da aprovação da PEC nº 169, que tratava da implementação do SUS e previa a inclusão da violência doméstica rural como um problema de saúde (ANMTR, 1999). Planejaram a organização de uma grande mobilização contrária a aprovação da PEC e a organização de um acampamento de mulheres em Brasília no dia 8 de março de 2000, que deveria ser, também, um momento de construção e definição de um programa de saúde integral para as mulheres; além da elaboração de materiais explicativos, o envio de fax ao ministro da Saúde, entre outras ações (ANMTR, 1999).

Como se pode perceber, não foram apenas as lutas por trabalho que mobilizaram a ANMTR, pois o acesso aos serviços públicos, em particular aos de saúde, estavam presente em sua plataforma de lutas. Somente no final da década de 1990 essa bandeira se associara, de forma clara, à demanda por um programa de assistência integral de saúde para as mulheres.

Após o balanço realizado definem pela realização da Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que ocorreu, conforme previsto, em março de 2000, com a participação de mulheres de 23 estados, sob o lema “Mulheres Gerando Vidas, Construindo um Novo Brasil”, tendo como foco principal os temas da saúde e da previdência (ANMTR, 2001).

Um marco desta mobilização foi o acampamento montado em Brasília:

Que a gente fez esse acampamento nacional das Mulheres Sem Terra, em Brasília, que foi muito forte. Teve três mil mulheres. De debate político; de formação massiva e, ao mesmo tempo, motivo de pressão, né. Nós fizemo como que se fosse uma... como é que esse negócio da igreja que vai fazendo as citação? Esqueci o nome... [risos] uma romaria. (...) Eu sei que em Brasília, nós construímo uma pauta de denúncia e de reivindicações e fomo em vários ministérios. Tipo: três mil mulheres [ênfase], carro de som. Entregar a pauta, fazer as denúncia. Então, o acampamento nacional das mulheres trabalhadoras foi muito importante pra nossa trajetória como MST e como mulheres camponesas como um todo, né. (...) Então, o debate... Um acampamento dessa dimensão nacional, ele tem muito mais um caráter de formação massiva, né. Então, aí, tinha o debate de gênero, tinha o debate dos direitos previdenciários, o debate do momento político, da conjuntura... Então, esses eram o foco, vamo dizer assim, resgatando as nossas mulheres lutadora, homenagem às mártir. (Maria Rosa, 21/9/2016).

Na ocasião foram ao Palácio do Planalto, mas não conseguiram ser recebidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Na “Carta Aberta ao Presidente da República” apresentaram demandas em várias áreas - agricultura, saúde, previdência, educação, direitos

gerais na mulher, justiça no campo -, mas apenas na saúde e na educação constavam propostas específicas para as mulheres⁴⁵ (ANMTR, 2001).

Importante notar que ao tratarem dos direitos gerais da mulher, defenderam a adoção de um programa nacional de direitos humanos, com ações específicas voltadas para as mulheres, entre as quais: a garantia do acesso das mulheres aos seus documentos pessoais e profissionais; a inclusão do nome da mulher nos documentos (título da terra, bloco de notas de produtor, cadastro do INCRA, etc.); a garantia de recursos e estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência. Foi a primeira vez que as mulheres da Via Campesina saíram às ruas em defesa da titulação conjunta da terra, que havia sido conquistada na Constituição de 1988.

Então era um momento, assim, dessa... muito da autoestima e de criar essa identidade das mulheres lutadora, das mulheres do campo. Então, o debate girava e as reivindicações que nós apresentamos, as pautas, tavam relacionadas à, exatamente, direitos previdenciários; salário maternidade; a licença maternidade no campo; a questão da desburocratização; a questão da terra, do acesso terra; a questão de créditos específicos para mulheres. Então, esse era um pouco no geral. É... denúncia da questão da violência... Então, era a pauta que, hoje, ela foi qualificando, mas continua sendo com muita força.. a mesma pauta. Então, assim, 2000, eu acho que esse... que esse bloco importante pro acampamento. (Maria Rosa, 21/9/2016).

O acampamento nacional constitui-se em um marco importante para as mulheres da Via Campesina, pois, a partir dele, passaram a organizar eventos estaduais, conforme abordado no próximo capítulo.

5.2.3 Os desafios da diversidade política interna

A história da ANMTR foi muito marcada por conflitos, já que se tratava de um espaço de articulação e unificação de lutas de todos os movimentos sociais de mulheres rurais existentes.

⁴⁵Entre as propostas no tema da saúde destacam-se: a garantia da saúde pública, especialmente, da saúde das mulheres e trabalhadores rurais; a redução da mortalidade materna e infantil; o acesso a consultas pré-natal para as mulheres grávidas; ações de combate, tratamento e controle de câncer de mama e cérvico-uterino; fornecimento de métodos contraceptivos e ações de planejamento familiar; rotinas e fluxos de notificação obrigatórios sobre a violência contra as mulheres para os serviços de saúde. No temas da educação destacam-se: recursos para a educação de jovens e adultos no campo, prioritariamente para atender as trabalhadoras rurais; implementação da educação infantil no meio rural, definindo fontes claras para seu financiamento (ANMTR, 2001).

A avaliação do I Encontro Nacional da ANMTR já sinalizava os desafios que a iniciativa de unificação dos movimentos de mulheres rurais continha. O documento de balanço do encontro⁴⁶ referia-se a um clima de resistência entre as pessoas e a uma reduzida participação das mulheres, além da escassa integração e de dificuldade de comunicação; uma percepção que não era confirmada por todas. As mulheres da região Norte e Nordeste reclamavam do regionalismo; as nordestinas falavam até em ataques e sobre as reduzidas oportunidades para falar. Já as mulheres da AIMTR-Sul queixavam-se da sobrecarga de responsabilidades que causavam inseguranças, além da ausência de creches e de um melhor planejamento do encontro a exemplo da participação do Lula no encontro (ANMTR, p. 33, 1997).

A ANMTR realizou o IV Encontro Nacional em Goiânia, no estado de Goiás, em 1999, com a participação de 70 delegadas, representando 22 estados, e de organizações vinculadas à Via Campesina e ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais autônomos, mas sem a presença desta vez das organizações vinculadas ao movimento sindical e ao MMTR-NE⁴⁷ (ANMTR, 1999).

Estas ausências podem ser entendidas como parte dos novos desafios a serem enfrentados. Apesar do sucesso da unificação de bandeiras, no desenvolvimento de campanhas e de mobilizações produziram-se diferenciações internas na ANMTR; e a diversidade social, política e econômica de suas participantes geraram conflitos e implicaram em investimentos distintos no plano nacional de articulação, que acabou se fragilizando. As principais articuladoras da ANMTR afirmam que este espaço de articulação das organizações sociais das mulheres rurais nunca foi, formalmente, extinto.

Tensões que já estavam presentes nos debates realizados no I Encontro Nacional e que revelaram diferenciações no movimento de mulheres no Brasil e na América Latina e Caribe já vivenciavam. A agenda de reconhecimento estava presente nos debates sobre corpo, sexualidade e violência, assim como, a agenda da redistribuição por intermédio dos debates

⁴⁶De forma inusitada o balanço foi separado por regiões (norte, nordeste), no caso da região sul como AIMTR-SUL; não continha a avaliação das demais regiões, mas havia um balanço conjunto do MST e da AMUTRES (ANMTR, 1997).

⁴⁷Entre as organizações presentes destacam-se: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Pesca e Movimento de Mulheres Indígenas (ANMTR, 1999).

sobre globalização, políticas agrícolas e agrárias, desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

O esvaziamento da ANMTR com afastamento das mulheres que mantinham maior afinidade com o movimento sindical e apostavam em espaços de articulação internacional a partir dos movimentos autônomos de mulheres, e, mais tarde, em 2004, com o afastamento de uma parte das mulheres da Via Campesina fez com que a ANMTR desaparecesse, dando lugar a outros dois espaços de articulação dos movimentos sociais investigados, a Marcha das Margaridas e a articulação das mulheres da Via Campesina, conforme abordaremos no próximo capítulo.

Então, ... um pouco a... a articulação, então, ela tem um período importante, né. Mas ela vai a... não sei se é o termo correto, ter que um certo cuidado, mas ela vai se fragilizando. Porque os debates, eles vão acontecendo por dentro; vai se fortalecendo a Via Campesina, no Brasil; os debates vão se fortalecendo. Acontecem outras questões... a conjuntura... e é extinto o Departamento Rural da CUT. E a [Contag]... a filia a CUT, né, que dá uma outra conotação e tal. Então a... enfim. Nós avançando com a organização, e em 2004, então, se consolida o movimento de mulheres camponesas como um movimento de abrangência nacional, com (...) e valores, as bandeiras de luta. E, aí, (...) a consolidação desse movimento. (Luiza, 27/9/2019).

Não se tem registro na história do movimento de mulheres rurais no país de nenhuma outra iniciativa de articulação tão abrangente como a que se alcançou com a ANMTR. No período subsequente, apenas articulações setoriais deram passos na direção de compor um amplo espectro de alianças nas lutas sociais, como foi o caso das iniciativas vinculadas à agroecologia, mas a partir de outro tipo de espaço articulatório, no caso a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ou das iniciativas ainda muito recentes e incipientes voltadas à unificação das lutas contra a reforma da previdência proposta pelo governo Temer.

5.2.4 Os espaços de atuação transnacionais

A seguir apresentamos as duas articulações de movimentos sociais latino-americanos e caribenhos que estavam conectados com a ANMTR: a CLOC e a Rede LAC, a fim de destacar os debates internacionais em que estiveram inseridos os movimentos sociais de mulheres e a forma de inserção em fóruns constituídos pela ONU (IV Conferência Mundial sobre a Mulher) para dialogar com essa agenda, e as repercussões nos movimentos investigados das distintas formas de inserção dos movimentos de mulheres no Brasil.

Como já assinalado, as mulheres de organizações integrantes da CLOC fizeram grande investimento para aumentar a participação das mulheres no segundo congresso desta entidade, realizado em Brasília, em 1996. Isso permitiu que fosse realizado, na véspera do congresso, a 1ª Assembléia Latino Americana de Mulheres Camponesas, que definiu uma posição pela adoção da paridade na CLOC (DASMARAIS, 2013).

Neste congresso constituiu-se um coletivo de mulheres, que, segundo Justina Cimas, a primeira representante brasileira neste espaço, era constituída pelos países que já contavam com organizações autônomas de mulheres:

Nós... tínhamos uma relação mais forte, nos países da... latino-americanos e caribenhos que tinham organizações autônomas de mulheres. Então, por exemplo, nossa relação muito forte, assim, que tinha uma... Havia países que participavam, mas, assim, que conduzia o processo era bastante forte a condução através da ANAMURI do Chile; da CONAMUCA da República Dominicana. Ah, . também a... no Paraguai. Mas, na... na participação, Andrea, era um... todos os países que participavam. Assim... mas... que tinha, assim, uma atuação mais política era exatamente os países que tinham os movimentos autônomos ou movimentos, federações constituídas e com a decisão da construção a... da movimento autônomo, assim. Então, por exemplo, a ANAMURI, do Chile, é... é alguém que... assim... é uma... uma organização que teve uma contribuição muito grande nesse sentido. E, sim, também o movimento de mulheres a... digamos assim, de mulheres camponesas, hoje, né. Também tinha uma contribuição bastante grande, exatamente por ter acumulado, desde 83, esse debate mais da questão da luta de gênero e classe, da questão da emancipação das mulheres e por aí. Então a nossa contribuição era... era bem importante, também, nesse sentido. (Luiza, 27/9/2016).

A preparação prévia das mulheres foi importante para lograr avanços no debate e em propostas. Além da paridade de gênero em todas as instâncias e nas atividades de formação foram aprovadas resoluções dirigidas ao fortalecimento de espaços para receber e organizar, de forma sistemática, as denúncias de violência sofridas pelas mulheres e jovens camponesas; à realização de campanha contra a privatização de serviços de saúde e de educação e contra a esterilização forçada das mulheres camponesas, indígenas e negras; e, uma recomendação para rever os planos das organizações para assegurar um corte transversal de gênero e materializar estas resoluções diariamente (DASMARAIS, 2013).

Neste congresso os movimentos de mulheres rurais do Brasil foram representados pela ANMTR⁴⁸, que incluía uma representação das mulheres articuladas com o movimento sindical e não mais pela AIMTR-Sul como no I Encontro:

Nesse congresso, eu fui eleita pela articulação nacional pra fazer parte da articulação da comissão da CLOC, da Comissão Latino-Americana Caribenha do Campo. Então, (...) Eu passo a ter uma atuação, uma contribuição, então, na esfera da... da articulação e das relações internacionais. Ah... contribuindo, então, com o... Nesse sentido (...) eu já estava na articulação, né, enquanto articulação nacional. Eu representava a articulação, a Via Campesina, nessa... nessa... Aí, eu passo a atuar como um membro da coordenação da Comissão de Mulheres Latino Americanas e Caribenhas. (Luiza, 27/9/2016).

Para militantes que atuaram na ANMTR, a extinção do Departamento Rural de Trabalhadores Rurais da CUT e a decisão de fortalecer como ambiente de articulação entre os movimentos sociais a Via Campesina e não a CLOC fez com que os sindicalistas se afastassem da CLOC logo após o II Congresso realizado em 1996:

A nossa postura no Brasil, é que era muito difícil, por nosso país ser um continente a... mantermos a Coordenação Latino-americana e Caribenha no Brasil e, também, nessa articulação da CLOC. E, também, da Via Campesina... que era... naquele período... Hoje ela tá em cinco continentes, mas na época, ela estava mais em dois continentes. E no Brasil, nós... assim, nossa decisão política, das organizações, foi que nós faríamos, né, então, um esforço concentrado pra constituir a Via Campesina, e ter... as nossas... debates, deliberações, reuniões e tudo mais. E a reunião da Comissão de Mulheres e tudo mais se daria na instância da Via Campesina. Então, a... como a Via Campesina tinha a... era... os movimentos tavam bastante centrados, os movimentos que estavam na luta pela terra, pela reforma agrária, nessa questão da... do enfrentamento ao neoliberalismo, e por aí. Então, assim, as posições também foram situando e a... acabamos, então... os movimentos autônomos e, aí, o movimento sindical ele dá uma recuada. (Luiza, 27/9/2016).

Em 1996, ocorreu, também, a II Conferência Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala, no México. Depois de um longo e acalorado debate sobre a adoção ou não de ações afirmativas para garantir a presença das mulheres no seu comitê internacional, sobre desenvolvimento rural, as condições de vida e de trabalho e as mulheres foi criado um comitê especial da Via Campesina para trabalhar a agenda das mulheres com um mandato para:

Examinar as necessidades, preocupações e interesses específicos das mulheres da Via Campesina; “desenvolver estratégias, mecanismos e um plano de ação para assegurar a participação e representação igualitária das mulheres em todos os níveis”; e “estabelecer

⁴⁸A ANMTR passou a integrar a recém constituída comissão de mulheres: e prosseguiu, nos congressos seguintes, como a representação das mulheres da Via Campesina Brasil.

linhas de coordenação e comunicação entre as mulheres da Via Campesina (DASMARAIS, 2013, p. 246).

A conferência designou uma única mulher para compor o comitê de coordenação internacional da Via Campesina, Nettie Wiebe, que exerceu a função de presidente desse comitê até o ano 2000.

Dasmarais (2013) relata dificuldades enfrentadas pelo comitê sobre as mulheres para desenvolver o seu trabalho - como a rotatividade das suas representantes -, mas destaca também a contribuição dada pelo grupo para a Via Campesina, por exemplo, no debate sobre o conceito de soberania alimentar, que correspondia segundo as mulheres a:

Ter o direito de produzir o nosso próprio alimento em nosso próprio território. Necessidade de práticas agrícolas sustentáveis para assegurar a sustentabilidade ambiental, e a isso as mulheres acrescentaram a dimensão da saúde humana (...). Deve incluir um movimento para a produção orgânica ou certamente uma redução drástica do uso de insumos químicos perigosos para a saúde, e a interrupção imediata da exportação de agroquímicos banidos. (...) Soberania alimentar só poderia ser alcançada por meio da sua maior participação no desenvolvimento das políticas no campo (DASMARAIS, 2013, p. 248).

No período de 1996 a 2000, o comitê de mulheres da Via Campesina concentrou o seu trabalho nas Américas, realizando oficinas e intercâmbios regionais na América Central, na América do Sul e no Caribe, com a participação das três organizações da CLOC: da *Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo* (ASOCODE) na América Central; e da EINFA no Caribe (DASMARAIS, 2013). As discussões abrangeram diversos temas - direitos humanos, reforma agrária, recursos genéticos, biodiversidade, gestão de recursos naturais e o impacto do comércio agrícola -; compartilharam experiências sobre produção alternativa e estratégias de comercialização; e discutiram estratégias para lidar com as desigualdades de gênero em suas organizações locais, nacionais e na Via Campesina (DASMARAIS, 2013).

Além destes eventos, deve-se registrar a realização, também, em 1996, em Fortaleza - CE, do I Encontro da Mulher Trabalhadora Rural da América Latina e Caribe (ENLAC), que

contou com a participação de 230 lideranças rurais de 21 países da região⁴⁹, incluindo as mulheres da Via Campesina, naquele momento como integrantes da ANMTR.

A partir de uma iniciativa do MMTR-NE durante o I Encontro da ANMTR, a AIMTR-Sul se integrou à coordenação responsável pela organização do ENLAC. Apesar de se tratar de um encontro de movimentos autônomos, que previa a participação das centrais sindicais, o MST, um movimento social misto, assumiu responsabilidades parciais na mobilização de participantes do Brasil (ANMTR, p. 29, 1996).

Além dos temas definidos como prioritários, e indicados anteriormente, foram incluídos outros, como globalização, políticas agrícolas e agrárias, comunicação, poder e autonomia e a plataforma de Beijing (REDE LAC, 2007)⁵⁰. O tema com maior destaque que segundo suas organizadoras foi o da identidade da trabalhadora rural, sobre o qual houve um conflito, pois para algumas das delegadas havia participantes que não eram agricultoras. (REDE LAC, 2007).

O I ENLAC decidiu criar a Rede LAC e constituir uma coordenação ampliada, além de outras definições organizativas relativas à comunicação, funcionamento da rede, pontos de articulação nos países e espaços de coordenação continental (REDE LAC, 2007).

Pensando nos movimentos de mulheres rurais do Brasil, a análise do I ENLAC deve se atentar para um acontecimento internacional importante que precederam a sua realização, a IV Conferência Mundial da Mulher de Beijing realizada pela ONU, em 1995. As trabalhadoras rurais integraram a delegação brasileira com três representantes de um total de 300 mulheres, sendo duas do MMTR-NE.

Uma das percepções do movimento de mulheres rurais sobre este evento pode ser ilustrada pela breve avaliação da conferência feita no I Encontro Nacional da ANMTR: “A posição mais importante é que o direito da mulher foi considerado como direito humano. A situação da mulher passou a ser um termômetro para se medir a democracia. A questão do aborto foi polêmica” (ANMTR, p. 30, 1997). Além de mencionar os temas relevantes de debate, a avaliação destacava gravidade da situação ambiental vivida por outros países, que era pior do que a do Brasil, e registrava que era comum nas delegações uma opinião crítica aos Estados Unidos.

⁴⁹O encontro estava previsto para ocorrer em 1995, mas foi adiado em função da realização da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres promovida pelas Organizações das Nações Unidas em Beijing, China.

⁵⁰A preparação do ENLAC contou com o apoio do CETRA e do SOS Corpo e envolveu várias reuniões para que ele fosse representativo e expressasse os conteúdos em debate nos países. A coordenação internacional foi ampliada e passou a contar também com representantes da Nicarágua, Bolívia, México e Peru (REDELAC, 2007).

A Conferência de Beijing foi tema, também, do I ENLAC, que indo além da construção de um balanço debateu a implementação em cada um dos países da plataforma de ação aprovada nos encaminhamentos adotados para o Brasil, o ENLAC decide:

Desenvolver lutas concretas nos estados e a nível nacional a partir das diferentes realidades sobre os temas aprovados. Elaborar um documento exigindo do governo o cumprimento dos acordos de Beijing. Que seja assinado por organizações de mulheres populares e sindicais. Que este encontro encaminhe um documento assinado por todas as delegações para os governos dos países que participam no evento exigindo o cumprimento da plataforma (REDELAC, 1996).

Alguns dos movimentos de mulheres rurais participaram no processo de preparação realizado no Brasil e na própria Conferência e decidiram monitorar a implementação da plataforma de ação adotada. Mas esse investimento não foi percebido em todos os setores já que esse evento marcou cisões no movimento de mulheres no Brasil e na América Latina e Caribe.

No Brasil essas cisões podem ser observadas pela constituição de duas articulações distintas no movimento de mulheres no momento posterior à sua realização. Por um lado, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que aportava uma visão crítica ao processo, ao conteúdo da Conferência de Beijing e à sua plataforma de ação, e que se opunha ao monitoramento da plataforma como estratégia de ação do movimento. Por outro lado, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que apostava no monitoramento das decisões adotadas na conferência e na efetivação da plataforma de ação mediante um forte investimento no trabalho institucional dado por uma relação privilegiada com o Estado:

Na volta de Beijing, a articulação de mulheres brasileiras se constituiu. Porque ficou... quer dizer... Na ida já teve um *stress* aí, com um certo racha no movimento. (...) Mas, além de visões políticas distintas... o cerne da questão de método do processo coletivo, né, eu ainda não entendi. Até hoje. Passaram tantos anos. [risos] Mas quando a gente tá de fora, né, fica difícil de entender, mas teve um certo... um certo racha, um certo atrito. (...). Bem, o fato é que, quando voltou, apenas um grupo, uma parte da AMB, fez a avaliação e decidiu que já era tempo de ter uma articulação nacional no Brasil. Não havia. Havia a Rede Nacional Feminista, que era para um tema; a rede de especialistas era outra coisa. Era uma rede especializada com pessoas que pesquisava, estudava e fazia incidência política. Não era exatamente uma coisa de movimento. Então, o pessoal que achava... que achava que precisava de uma articulação nacional que decidiu, então, criar a Articulação de Mulheres Brasileiras. (Eduarda, 12/1/2017)

As cisões provocadas nos movimentos de mulheres com inserção também urbana encontramos a Marcha Mundial de Mulheres no Brasil. Sara Ferreira que também integra a coordenação e a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), relata que nesse período marcado

pelo neoliberalismo foi necessário um reposicionamento no movimento de mulheres, e sua entidade decide alargar a sua agenda de trabalho, indo além da atuação muito focada na área de saúde que prevalecia até então:

Só que a gente estava numa situação no momento extremamente complicado. É o auge do neoliberalismo; movimento de mulheres, em geral, voltado totalmente pra as agendas das Nações Unidas; muitas disputas no campo das ONGs. (...) A gente começou com a idéia de fazer um... um debate sobre as políticas de ajuste e as mulheres. Mas quando a gente foi fazer, por uma... até pela relação que a gente começou a estabelecer na América Latina com a Rede de Mulheres Transformando a Economia, a gente fez um seminário sobre mulher e economia. E, então, (...) no seminário a gente queria olhar de forma global temas das políticas públicas e mulheres, buscando articular um conjunto dos temas, né. E, paralelo a isso, surge a proposta da Marcha Mundial das Mulheres. Então, a gente tava nesse processo nacional de organização desses seminários, quando a gente se inteirou da proposta da Marcha Mundial das Mulheres e que a gente se engaja no processo da construção da Marcha. (Sara, 6/1/2016).

Nesse momento de constituição de novas frentes de trabalho que procuravam dialogar com outras agendas para além da saúde e da violência sexista, a SOF estrutura, de forma mais sistemática, uma intervenção política junto às mulheres trabalhadoras rurais:

...da Secretaria de Formação da CUT e nós junto com a CUT, com uma outra ONG. (...) A gente também tinha um programa de gênero dentro do Instituto Cajamar (...) e nesse lugar a gente começou ter muito contato com mulheres de várias partes do Brasil. E a partir disso as companheiras do Departamento Rural da CUT nos chamou pra dar um curso. (...) Aí, foi, então, que a gente teve essa ideia de pensar um projeto que a gente trabalhasse outros temas e a relação do debate feminista desses outros temas. (...) Então, o primeiro tema que a gente pensou trabalhar foi justamente o que na época chamava de gênero e agricultura familiar. (...) E em 96 a gente fez o primeiro seminário. Nesse seminário participaram, não lembro todo mundo de cabeça, mas eu lembro que tinha as quebradeiras de coco, tinha umas companheiras da CUT, na época ainda não era muito relação com a Contag, foi nesse período que teve transição na Contag. A gente também tinha relação com... Juntou toda essa discussão e também através do Cajamar se estabeleceu uma relação com articulação de cinco estados, né. (...) E, logo em seguida, teve a formação é... da Comissão da Mulher da Contag com a entrada, quando a Contag define entrada na CUT. E aí, nós começamos a participar. No primeiro momento participamos de um seminário interno, participamos da primeira plenária e também a Contag organizou um projeto que envolvia os três Estados de Nordeste, que eram Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, dentro dessa área de saúde reprodutiva. E a gente fez essa formação (Sara, 6/1/207).

Na América Latina e Caribe, a Conferência de Beijing foi objeto de grande mobilização e despertou uma expectativa de que a igualdade poderia ser alcançada se o monitoramento da implantação da plataforma fosse efetivo.

Entretanto, uma parcela bastante representativa do movimento de mulheres da região que participou do processo da Conferência considerou que as medidas contidas na plataforma

de ação, além de serem genéricas, não incidiam sobre os aspectos estruturantes das desigualdades de gênero. Partindo de uma atitude de questionamento do neoliberalismo e de suas políticas de ajuste estrutural, este setor criticava a abordagem da Conferência que se restringia a tratar os aspectos estruturantes das desigualdades apenas no sentido da diminuição dos seus “possíveis” impactos negativos sobre a vida das mulheres.

Dessa forma, constitui-se outra estratégia concentrada no questionamento do modelo econômico e em suas implicações sobre a vida das mulheres, na atuação para o fortalecimento da organização das mulheres para dar visibilidade a essas implicações e para aumentar a capacidade de luta pela transformação do modelo, em aliança com outros setores organizados da sociedade civil, especialmente, no âmbito do Fórum Social Mundial e da Marcha Mundial de Mulheres.

O processo pós-Conferência de Beijing não reproduziu a mesma mobilização observada na sua fase preparatória, caracterizando-se por um envolvimento restrito das mulheres, que teria sido gerado pela dispersão dos setores que haviam se mobilizado anteriormente, especialmente das mulheres que não participavam de ONGs.

As tensões com o conteúdo da agenda de lutas se expressaram de distintas formas e em diferentes temas, a exemplo do direito ao aborto:

Porque no tema de saúde reprodutivo era tema onde havia muitas disputas. Embora muitas é.... veladas, né, que a gente não conseguia entender muito, mas que é. E a gente fez um projeto com essa ideia de ampliar é.... agenda e organizar uns quatros seminários temáticos, né. Assim, então, assim a gente tinha também nisso a expectativa de a gente fazer esses debates pela questão do momento crítico (...) o tema da saúde, que a saúde era um tema que a SOF já atuava. Mas a gente queria olhar a saúde desde uma perspectiva crítica do que tava acontecendo, a partir da Conferência do Cairo. É o debate que se instaurou naquele momento. Como movimento feminista estava lidando com o tema da saúde, tanto no tema do aborto, não olhando pra pauta da legalização do aborto, olhando só pra pauta de regulamentação do serviço público do aborto, já previsto no código pena. Como tema da saúde da mulher olhando só a partir do enfoque, é mais focal não da universalização tudo isso, né. (Sara, 6/1/2017).

No campo da atuação internacional vão se consolidando diferentes opções nos movimentos de mulheres rurais no Brasil. A criação ou a atuação em espaços de atuação transnacionais já existentes foram protagonizados, inicialmente, pelos movimentos regionais autônomos de mulheres rurais do Sul e do Nordeste, que se diferenciavam pelo tipo de organização envolvida e pelo debate priorizado. Na Rede LAC o foco estava no tema da identidade, embora tratasse, também, dos processos de globalização de políticas agrícolas e

agrárias. Na CLOC, fortaleciam-se as lutas contra a violência, a privatização dos serviços públicos de saúde e educação e pelo fortalecimento das decisões adotadas que envolviam as mulheres nas suas organizações.

Outra diferença importante entre os movimentos de mulheres rurais refere-se ao tratamento dado à plataforma de ação de Beijing. No caso da Rede LAC, o tema estava presente e se discutia a forma mais apropriada para o monitoramento de sua implementação, dando continuidade ao que havia se iniciado com a das suas organizadoras, incluindo o MMTR-NE, no processo preparatório e na própria conferência. Já na CLOC não foi encontrada qualquer referência à conferência ou à plataforma de ação.

Estes distintos espaços de articulação internacional influenciaram as agendas dos movimentos de mulheres rurais e as suas alianças no plano nacional e internacional, o que reforça a nossa percepção acerca na análise dos movimentos de mulheres rurais também a partir das suas distintas formas de inserção.

5.3 A DEMOCRATIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: do direito à participação à representação igualitária e o debate do desenvolvimento

A seguir, abordo a relação desta agenda nos movimentos sociais mistos no período aqui descrito, procurando indicar os desdobramentos das discussões realizadas no âmbito da ANMTR nestes espaços. Começo abordando a auto-organização das mulheres na Contag e seus impactos na representação política e nos debates sobre desenvolvimento. Em seguida, abordo o MST com foco, também, nos espaços auto-organizados, no debate sobre gênero e classe e no sujeito da luta pela reforma agrária. Aspectos que me parecem centrais para entender a interface das lutas das mulheres com as demais reivindicações desenvolvidas por esses movimentos sociais do campo.

Ao considerar as medidas voltadas para a democratização interna dos movimentos sociais mistos com referência nas relações de gênero a conquista do direito de participar no movimento sindical foi o primeiro passo das mulheres na democratização das relações de gênero nos movimentos sociais do campo. Esse direito foi conquistado no 4º Congresso da Contag, realizado em 1985, mas continuou na agenda dos movimentos sociais de mulheres rurais. Relatos das mobilizações pela sindicalização das mulheres durante o IV Encontro

Regional do MMTR-NE em 1990, assim como o lançamento da campanha de sindicalização das quebradeiras de coco na região da Baixada Ocidental Maranhense - com a presença do ex-presidente Lula -, durante o I Encontro Interestadual de Quebradeiras e Coco Babaçu um ano mais tarde, indicam como até os anos 1990 essa conquista ainda não havia sido completamente efetivada.

O segundo passo foi a luta pelo direito de se auto-organizar em movimentos sociais mistos. Um direito demandado desde os primeiros debates e articulações das mulheres, mas que só veio a se efetivar plenamente nos anos 1990. E o terceiro passo, e o mais difícil, foi da luta pela representação com igualdade de gênero, mediante ações afirmativas, simbolizado pelo estabelecimento de uma cota mínima de 30% nas instâncias diretivas e pelo investimento no apoio à participação e à representação mediante a formação política das mulheres, avanços decisivos para obter a paridade em período posterior.

A resolução do 4º Congresso da Contag que aprovou o direito à sindicalização das mulheres recomendava aos sindicatos filiados “a coordenação de atividades específicas para as mulheres e até a realização de treinamentos de lideranças femininas para que elas pudessem auxiliar no desenvolvimento da participação sindical e a realização de um levantamento e encaminhamentos das reivindicações específicas” (CONTAG, 1985).

A auto-organização das mulheres nos distintos níveis da estrutura organizativa da Contag não constava da resolução. Apesar desta ausência, as sindicalistas rurais identificadas com a luta das mulheres tomaram iniciativas para sua auto-organização apoiando-se na articulação dos movimentos sociais autônomos de mulheres, que nesse período já se expandiam do nível local para o regional, e, até, internacional, no âmbito da América Latina e Caribe.

Os primeiros processos de auto-organização das trabalhadoras rurais se confundem com os dos vários movimentos autônomos, pois, como já indiquei, tratava-se de uma dupla militância – no movimento autônomo de mulheres e no sindical.

Mas não se trata apenas de uma militância em dois espaços, pois se estabelecia uma inter-relação, denominação de uma das nossas entrevistadas, mediante a qual as mulheres se apoiavam nos sindicatos para fazer o trabalho de organização das mulheres, e, ao mesmo tempo, elas integravam o trabalho desenvolvido pelo movimento sindical:

Porque eu não posso dizer que isso foi separado. Também. Mas... porque a idéia dos grupos de mulheres, surgiu, a gente não pode negar, surgiu da cabeça de Vanete. É, a idéia (...) e o Sertão Central, foi a porta de tudo isso. Ou seja, foi... a coisa foi abortada lá, porque tinha Vanete lá dentro. Aí, a gente segurou as pontas dentro dos sindicatos. Que a gente tinha maior credibilidade (...) é muito difícil. Mas eu lembro, assim, que, aí, foi nutrindo outras mulheres, outras assessoras... nós fomos discutir, né, mais Vanete. (...) da gente introduzindo a idéia de organização das mulheres... que foram elas que foram carregando nos seus pólos, até a expansão... Que a gente queria a expansão... do primeiro encontro, do Sertão Central, a gente já trouxe mulheres referências de outros pólos (...). Então a gente foi costurando esse negócio' dentro dos pólos sindicais. Por exemplo, no Pajeú. Sei que... sei que o assessor de lá era Patriota. Mas a gente tinha outras referências que... tinha uma Dona Lia, que foi a primeira presidente sindical. Foi quem foi defender a tese... de sindicalização (...). É tanto, que no começo não avançou muito no Pajeú. Porque o assessor também era homem. Muito machista. (Eleonora, 11 e 12 de agosto, 2016).

A auto-organização das mulheres foi estimulada e fortalecida pelos movimentos sociais autônomos de mulheres rurais, começava nos municípios e se alargava para o estado e era também reforçado por meio de iniciativas regionais, conforme relata Graça Amorim, dirigente atual da Coordenação de Mulheres da Fetraf, que à época integrava a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do estado do Maranhão (Fetaema):

Na primeira vez que eu saí, que eu viajei pra fora do Maranhão, foi um encontro que a Contag chamou na Paraíba (...). Tinha pros homens e não tinha pras mulheres. Eu me lembro que fizemo um encontro em Alcântara, que eu fui escolhida... um encontro estadual, pra ir na Paraíba (...). Aí, a gente fez um encontro, me lembro tanto das mulheres contribuírem. E, assim, era colocando dinheirinho pra pagar passagem e pra gente não passar necessidade na viagem. Aí, foi uma coisa tão bonita de... assim... que arrepiava (...). O MONTRA, ele era ligado ao movimento sindical, ao sindicato de trabalhadoras rurais. Mas só que nós criamos e ficamos independentes. (...) A gente tinha o apoio do sindicato, mas só que a gente era livre pra fazer nossas viagens, pra fazer nossa... nossa agenda. Era assim, as mulheres se organizavam no interior do movimento sindical (...) como se fosse a comissão. Mas o MONTRA era um movimento... Então, esse período, Andrea, a gente construiu o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, daqui de Alcântara, que era o MONTRA. E esse movimento, então, foi que deu origem pra que é ... várias, de nós mulheres... aí eu... na linha de frente, mais... a gente fosse pra Lima, que era Federação dos trabalhadores da agricultura... (Gilda, 9/10/2016).

Em 1990 é realizada a I Plenária Nacional do MSTR em que a Contag avança na definição das bandeiras de luta e na organização interna, mas em que pese a criação de secretarias por atuação, mas não inclui a organização das mulheres, foi apenas em 1991 durante o IV Congresso que decidem incentivar a formação das comissões, departamentos e secretarias específicas de mulheres no STR, FETAG e Contag. É assim que surge a Comissão Nacional de

Mulheres Trabalhadoras Rurais sob coordenação da vice-presidência da entidade, decisão que se consolida no VI Congresso da Contag em 1995 (CONTAG, 2002, p.23).

Avançaram também na definição de um plano de lutas com foco na efetivação dos direitos conquistados na constituição de 88.

Mas o processo de auto-organização das mulheres não foi tranquilo. Várias tensões e contradições foram vivenciadas pelas mulheres que desbravaram o direito à organização e tiveram de romper também as barreiras que enfrentavam com as próprias mulheres, como o medo e o silêncio, por exemplo:

A gente... a gente tinha uma coisa muito importante, na época, que a gente queria. Era a comunicação. (...) era importante as mulheres se comunicar, e tudo... Então, aquilo era uma bandeira muito importante pra gente. A comunicação das mulheres. Pras mulheres ralarem, as mulheres... e poucas mulheres falavam. Tá entendendo? Nessa história, de organização de mulheres, uma boa parte das mulheres, muitas das organizações, muitas não falavam. Elas ficavam com vergonha de falar, porque... pra... os maridos não saber que elas diziam as sacanagens que eles faziam com as mulher, as coisa' que eles faziam com as mulher (...). Só que a gente ficava assim, porque... misturava. Uma dizia, "meu Deus, eu não faço isso, de feminismo, porque eu sou casada e tenho meu marido, não sei o quê". Aquela coisa de dizer... que feminista era mulher que não... não gostava de homem (...) aquela coisa, n'um sabe? (..) E, aí, não se identificava, muita' né. As mais atrevidas se identificava logo, né... a gente tem marido, mas... marido não manda em mim. (Gilda, 9/10/2016).

As mulheres enfrentavam também visões pré-concebidas sobre o feminismo, a hostilização por parte de homens sindicalistas quando elas demonstravam a sua capacidade autônoma de construir o movimento:

Continuei na direção e formei uma associação de mulheres (...) a Associação de Mulheres de Igarapé-Mirim. Era uma associação de caráter municipal. Ela existe até hoje. Tem um caráter mais produtivo, de articulação com temas produtivos... Mas a criação dessa associação foi um espaço de muita discussão sobre as mulheres. (..) E nós fizemos todo o processo de mobilização maior das mulheres, dentro do sindicato (...). Não, eu fiquei na associação e fui coordenar um processo na minha região (...) o Movimento de Defesa da Região Tocantina, o MODERTE. E eu fui a primeira coordenadora desse movimento na região. Então eu ficava na direção do sindicato e o sindicato me liberava pa essa ação mais regional. (...) Nós fizemos muitas brigas no sindicato pra por mulher pra dentro do sindicato. Bicha! Lembrar das confusões, na hora de montar a chapa. Sabe... foi muito difícil, mai nós dissemos que íamos eleger uma mulher. E nós elegemos uma mulher nos anos 2000. Não lembro exatamente a data, no sindicato. A gente cresceu muito enquanto organização local, como referência da mulherada lá do município, a associação. Fazendo muito debate na associação, levantávamos as questões no sindicato, melhorava um pouco da consciência. E todo... quando eles se aborreciam muito comigo eles diziam "você parece uma feminista", e eu ficava sem entender. (Isabel, 15/9/2016)

O momento de fortalecimento da comissão de mulheres na Contag coincide com o mandato, pela primeira vez, de um dirigente sindical cutista na presidência da CONTAG. Um momento de reconfiguração política interna na confederação, com a presença de um setor mais permeável às lutas das mulheres rurais.

98, 98, as primeiras mulheres na Contag foi em 98. O sétimo congresso da Contag foi início de 98, não sei precisar a data. Foi entre fevereiro e março de 98, que elege numa chapa de disputa né, que se elege, que é vitoriosa a chapa encabeçada pelo Manoel Santos. Que até então quem era presidente da Contag era o Urbano, A Contag se filia em 2000... é 95 à CUT e em 98 se tem o primeiro Presidente cutista, Manoel Jose Santos. Antes era Avelino que era vice-presidente da Contag. Isso, que aí, foi a chapa disputada....que Manoel dos Santos não era tão confiável, que a gente já tinha nossas forças internas. E as três mulheres que chegaram no Contag, foi eu do Ceará, para coordenar os trabalhos com mulheres, a Graça Amorim para trabalhar na Secretaria de Políticas Sociais e a Fatima do Piauí pra trabalhar na Secretaria de Formação e Organização sindical. E tudo se começa aí. Se começa não, se dá continuidade, que quando a gente vai avaliar nós tínhamos uma comissão de mulheres muito boa no Contag. Muito boa mesmo, que nós começamos. (Fatima, 16/8/2016).

No 6º Congresso da Contag, em 1995, as mulheres estavam determinadas a consolidar o direito de se auto-organizar e a incluir dirigentes que estivessem afinadas com as demandas das mulheres na direção da entidade. Mas essa aposta não se efetivou completamente. O congresso aprovou medidas para institucionalizar a Comissão de Mulheres e, apesar da boa articulação das mulheres, que incluiu a construção de uma unidade interna para definir uma mulher para a direção, os acordos políticos construídos em outros ambientes da Contag não permitiram que fosse conquistada essa representação das mulheres na direção:

95, foi o 6º Congresso da Contag que nós já chega na Contag. Esse foi o primeiro congresso que a gente participa mesmo, de verdade, com 13, 14 por cento, entre 13 e 16 por cento de delegadas, em que nós escolhemos uma mulher para ser diretora da Contag, que não deu certo. Foi assim, porque nós montamos uma estratégia. Só que nos esquecemos que os homens iam nos quebrar. E eles nos quebraram. Porque eles começaram a dizer que só tinham unidade, se tivesse nome do fulano, do fulano e do fulano. Acabou que ficou os nomes dos fulanos cutistas, aí, Airton Faleiro, Avelino Ganzer, Francisquinho do Ceará, é.... Guilherme de Goiás e Tião lá de Minas Gerais. E a Santiago não ficou. Nos articulamos e perdemos. Mas nesse congresso que foi o sexto, nós aprovamos... nós não tivemos mulher na direção, mas nós tivemos um avanço grande, porque nós aprovamos, criamos a Comissão Nacional de Mulheres da Contag no sexto congresso. E... bancamos que a coordenadora, que a comissão tinha uma coordenadora, e que a coordenadora ia ser liberada. E, aí, foi onde vem a Ilda. Nós escolhemos. E o congresso foi no começo do ano... nós em novembro... começo do ano, não, maio, a direção toma posse e nós elegemos a Ilda em novembro, 17 de novembro de 95. (Fatima, 16/8/2016).

Com o desfecho negativo da tentativa de incluir uma mulher na direção da Contag, elas decidem se mobilizar para aprovar a adoção de uma cota mínima de 30% de mulheres na composição da direção no 7º Congresso. Assim, o primeiro mandato da Comissão Nacional de Mulheres da Contag, teve como foco a criação e o fortalecimento das comissões de mulheres nos distintos níveis da confederação, nas federações e nos sindicatos. Por intermédio organizações de mulheres pretendiam construir a força e a unidade necessárias para conquistar o direito de uma representação política com maior igualdade.

Nesse momento, ocorrem várias iniciativas de auto-organização das mulheres no próprio movimento sindical:

Então... e... eu fui pra Federação em 96. Então, assim... Essa coisa do local, das bases, das coisas que a gente tinha. Me lembro daqueles primeiros passos que eu discuti o que era feminismo, porque a gente não tinha muita formação. Tinha que se virar. Fazer encontro com mulheres? O que era a pauta? Então danava a estudar aquelas coisas pra poder socializar com as outras. (...) E, aí, eu passei a ir nas reuniões da Federação. E lá começou essa discussão de que a gente tinha que começar a tratar das coisas das mulheres. Lembro que um Conselho da Federação nós levantamos a história de criar uma secretaria das mulheres. Ah, nunca passou pela minha cabeça que eu poderia ser uma pessoa que ia fazer esse negócio. (Isabel, 15/9/2016)

Foi no encontro estadual, quem coordenava esse encontro... [pausa, risos] era o diretor da Fetaema... Quem era o diretor? Ele era o diretor de Formação da Fetaema e acumulava o cargo de Políticas Públicas. Na verdade, juntava o segmento mulher e juventude. (...) Era tudo... era tudo só um bolo, num sabe (...). Então, nós fizemos o Encontro Estadual em São Luís, esse Encontro Estadual. Porque, nesse Encontro Estadual, a gente já trouxe mulheres... Ah, a Fetaema, na época, tinha 77 sindicatos de trabalhadores rurais (...). Nós conseguimos levar, nós conseguimos levar pra esse encontro trinta e dois municípios (...). Duas mulher pra cada município. Duas mulher pra cada município... nesse encontro. A gente já começou é... discutir se era necessária as mulher se organizar. (...) Eu me lembro que, também, tinha já, naquela época, vários companheiros nossos que já defendia que tinha que ter... um Departamento de Mulheres... Era o termo na época, um departa... em 90... é. 95 pra 96, por aí ... A discussão era organização das mulheres no movimento sindical (...) pra gente reivindicar o direito das mulheres. (Gilda, 9/10/2016)

O trabalho de fortalecimento das comissões de mulheres no seu período inicial apoiou-se no trabalho de auto-organização das mulheres que a CUT realizava, nacionalmente, por intermédio de ações de formação.

Com o surgimento do MONTRA, a gente foi descobrindo essas coisas. A gente vendo que... A gente tinha uma companheira na CUT, né... que ela fazia formação da gente... E ela tratava muito é... quando ela falava... naquela época ela já falava de feminismo pra gente. (Gilda, 9/10/2016).

A conquista do direito a auto-organização, como vimos, não foi plena, mas as já vinham ocupando espaços sem o ingresso na direção da confederação:

Quando eu, era 9 diretores. Primeiro foi aprovado no quinto congresso, no sexto congresso foi aprovado, porque a gente tava lutando. No quinto eu fui pra direção como suplente da Contag. Eu, Mario do Rio Grande de Sul, Zefinha da Bahia e a Teresa de Minas Gerais. Aí, a gente participou lá, exigindo a direção que pagasse as nossas despesas para a gente participar da reunião da coordenação. E a gente queria ser da direção e não queria ser só tapa buraco. (Sandra, 12/8/2016).

Além disso, a presença nesses espaços propiciou para as mulheres uma experiência de convivência num ambiente muito hostil, o das direções masculinas. Num espaço de representação política majoritariamente masculina as habilidades valoradas no modo de fazer política não eram praticadas pelas mulheres, especialmente a da fala pública. O que tornava a presença nos primeiros espaços de representação conquistados, por meio das comissões de mulheres, um desafio coletivo, mas também individual de grande peso:

Tem uma coisa assim. Eu acho que você percebe e todo mundo percebe. Eu não sou de fazer discurso. Eu não sei fazer discurso. Eu sou mais de conversar. Ela fazendo discurso bonito; sou mais de conversar, de articular, né, e, eu tenho dúvida disso. E, aí, quando entrei aí definiu, a Comissão definiu junto com Conselho que eu ganhei, mas que só vou assumir depois de seis meses a direção. E, parece foi janeiro. E.... eu ia ter mesmo salário como os homens, os diretores, o que diretores (...). Aí, a gente, e, aí, quando cheguei lá era como se eu pensasse assim, ele sabe de tudo, me deu um bronqueio, eu já não sou de falar. Mas eu não falava nada nas reuniões. Vinha, vinha aqueles pensamentos nas ideias, mas não conseguia. Aí, que eu fazia, sempre ia conversar os bandos. Tinha uns diretores, o Urbano eram mais difíceis e mais chatos. Mas tinha Tião, tinha Alberto, tinha o... (...) do.... Goiás, Guilherme, que a gente conversava as vezes, Chico que é de Maranhão. Aí eu chegava na sala deles pra conversar e aí só jogava uma ideia. Mas eu tive que fazer é.... fonodióloga, fonoaudióloga não, foi oratória. Fiz curso de oratória e fui também algumas seções de Psicologia. (...) A... fonoaudióloga foi da própria Contag, fonoaudióloga não, oratória, e a psicóloga foi eu. E, aí, sim pra poder me soltar. (Sandra, 12/8/2016).

A representação exercida pelas mulheres nas comissões de mulheres resultou em enfrentamentos políticos diante da resistência encontrada por elas na constituição de processos auto-organizativos em defesa dos direitos das mulheres:

Porque, assim, quando você chega no... sai do sindicato, quando você olha no fichário e vê tem mais mulheres associado do que homens. Um dia, também, quando você chega lá é.... você diz, você vai olhar os documentos tudo. Você vai olhar os homens, os trabalhadores, os trabalhadores não dê nem um documentos. Se você for olhar você vai enxergar que os documentos anteriores não parecia existir mulheres. E, aí, foi uma briga, uma briga pra convencer, principalmente, os diretores. Porque, principalmente, um assessor que tinha as pessoas, os diretores confiavam muito nele. E, aí, o Ivan dizia assim: “não tem necessidade,

não tem necessidade disso”. E, aí, eu dizia: “você respeita as mulheres, você tem, a gente tem que dar visibilidade as mulheres, porque elas quem paga teu salário”. A gente tinha que enfrentar. (Sandra, 12/8/2016)

As mulheres que desbravaram estes espaços conviveram com práticas de violência política que se expressavam em ações desqualificadoras da sua condição de militante e de desvalorização do trabalho que desenvolviam:

Ela abriu uma porta de um lugar tão difícil. E eu lembro muito pouco... de que eu vinha muito pouco em Brasília... da Ilda. Havia uma pressão, eu acho que psicológica muito forte. Sabe? Hoje a gente tem muito mais... a gente se sente muito mais empoderada. Mas naquela época, eu ouvia o que os homens falava na mesa, pra mesa, pra Ilda, eles não falam mais hoje. Acho que ela cumpriu uma tarefa extraordinária de abrir uma porta para nossa fala. Para a nossa voz. Que não tem... assim... é algo extraordinário. Eu acho que a tarefa da Ilda... eu lembro que a Ilda foi no meu Estado. Nos primeiros momentos. Essa coisa de fazer... de, iniciar... a Ilda cumpriu uma tarefa de abrir uma porta e de nos dar voz, e de iniciar uma articulação nacional das mulheres trabalhadoras rurais. Com caráter mais organizativo, mais efetivo. Então, eu acho que a Ilda cumpriu uma tarefa muito... foi muito difícil aquele período. Por tudo que eu acompanhei, porque por mais que ela assumiria essa tarefa, a gente tava meia que “de agregada” na Contag. (...) Era um apêndice. (Isabel, 15/9/2016).

A desvalorização do trabalho que passaram a desenvolver ganhava expressão, também, nas condições que dispunham para realizar o trabalho, como a ausência de assessoras, uma remuneração menor, entre outras: “Rose tava comigo, também. Mas ela... ela também era assessora da Secretaria de Formação e minha assessora. Não dava assistência. Eu não tive assistência, porque, por exemplo, as meninas têm hoje” (Sandra, 12/8/2016).

Apesar destas dificuldades, os primeiros espaços conquistados e os enfrentamentos que realizaram repercutem na Contag, o melhor exemplo, é a transformação na representação política em momento posterior.

Estas experiências foram objeto de análise na região nordestina, ao pesquisar a participação das mulheres no movimento sindical da Paraíba e de Pernambuco, Cappellin (1989) analisou a forma de inserção das mulheres nas organizações sindicais para averiguar as mudanças que ocorreram nesse ambiente onde as mulheres se engajaram na luta contra a discriminação. A autora caracteriza essa relação entre o feminismo e o movimento sindical como sendo marcada por uma confluência conflitiva, embora existisse um diálogo de demandas e reivindicações “não faltam pontos de fricção e divergentes mecanismos de controle e

cooptação”, elementos que “mantêm viva a confrontação e provocam uma permanente transformação” (CAPPELLIN, 1989, p. 262).

Ao analisar os significados da participação política das mulheres nessas organizações, Cappellin constatou uma diversidade de situações nas entidades pesquisadas:

a imagem ideológica da especificidade feminina não é uniforme, nem tampouco reconhecida, nem lhe é sempre atribuída a mesma relevância política. Cada entidade, parece oferecer, assim uma configuração original da formação, das expressões, dos conflitos que envolvem a prática sindical das dirigentes (CAPPELLIN, 1989, p. 294).

Estas ponderações mostraram várias possibilidades que se abria para construir o que Cappellin denominou por “feminismo operário” entre alguns segmentos da classe trabalhadora no Nordeste do Brasil (CAPPELLIN, 1989).

O direito de auto-organização se efetivou em meados dos anos 90 resulta da iniciativa política das mulheres da Contag e dos debates que realizaram com outros movimentos antes do VI congresso, num contexto também marcado pela constituição da ANMTR e pela sua decisão de fortalecer a participação das mulheres nos movimentos sociais mistos e autônomos, ocupar espaços nas direções com respaldo de coletivos de mulheres rurais.

5.3.1 A representação igualitária

A preocupação com a democratização interna do ponto de vista das relações de gênero nos movimentos sociais do campo, incluída aí a representação igualitária, está presente desde o surgimento do movimento de mulheres rurais, mas esta agenda adquiriu visibilidade e legitimidade apenas nos anos 1990.

A demanda por uma representação igualitária na Contag estava já inscrita na proposta articulada pelas mulheres do Sertão Central de Pernambuco que encaminharam ao IV Congresso. Segundo Abreu, a tese propunha, entre outras medidas “o incentivo a serem delegadas de base e assumirem cargos de direção” (ABREU E LIMA, 2006, p. 115).

Como podemos perceber a bandeira da representação igualitária já estava presente entre as demandas das mulheres organizadas em movimentos mistos, mas como não obtiveram esse

direito no momento inicial, essa demanda permaneceu no espectro de lutas e foi se qualificando, com o ingresso nas comissões de mulheres.

Com o fortalecimento das comissões de mulheres e a ampliação do debate com as mulheres da base o tema da representação sindical igualitária ganhou um novo impulso.

Foi um parto difícil. Até porque na luta pela cota a gente entrava, por exemplo, tinha reunião do Conselho, Conselho da Contag, que era os diretores das Federações. E, aí, a gente fazia... Antes disso, a gente, eu já tava lá, né, participando da direção. E, aí, a gente fez, criou várias comissões estaduais. E, aí, a gente criava comissões estaduais, já conversava, já conversando com as mulheres sobre a importância da cota. (Sandra, 12/8/2016).

Essas iniciativas contavam com um ambiente mais favorável devido à aprovação de medidas de democratização interna da representação em partidos de esquerda e em movimentos sociais, como a CUT e a CLOC. Em 1991, o PT e em 1993, a CUT adotaram medidas de ação afirmativa para qualificar a participação das mulheres. Como se trata de atores de forte influência entre os movimentos sociais, incluídos aí os autônomos de mulheres e os movimentos mistos, essa agenda ganhou força e se impôs como demanda legítima no interior desses movimentos.

Na Contag, a mudança ocorreu no 7º Congresso Nacional em 1998. Uma decisão que foi precedida por uma mudança qualitativa da articulação das mulheres na confederação, da construção de uma unidade entre as distintas centrais sindicais representadas na Contag (CUT e CGT) e de um processo de preparação das delegadas para a etapa estadual do processo congressual:

É... Aí, a gente já começa. Mas, aí, gente, vamos precisar fazer aliança forte com movimento autônomo já que é movimento das trabalhadoras rurais pra poder capacitar as mulheres. Porque a gente precisa ir pra direção do sindicato. Não dá pra gente ficar só fazendo discurso e os homens decidindo. A gente precisa ter essa organização também tem. Nós precisamos ocupar direção de sindicato pra poder ocupar as assembleias, pra poder ocupar as direções das instancias estaduais, pra poder chegar na Contag. (Fatima, 16/9/2016).

A aposta era conseguir uma segurança no apoio à proposta da cota e para isso houve um esforço de construção da unidade e de seleção da representação das mulheres que comporiam a direção. Depois do episódio do 6º Congresso Nacional, as integrantes da Comissão de Mulheres

já dominavam os mecanismos de exclusão que os homens poderiam acionar para breçar a conquista do direito à representação.

Além disso, elaboraram emendas ao documento base do congresso e realizaram reuniões preparatórias para qualificar a intervenção das mulheres:

Então essa plenária ela acontece exatamente para nos preparar, porque nós queríamos ter mulher na direção na Contag. (...) E nós queríamos também aprovar que todas as direções das federações tinha que ter a obrigatoriedade da cota de no mínimo 30% de mulheres nas direções. E nós ... queríamos pra passar essas proposições nossas, nós precisávamos ter mulher delegada. Porque se nós não tivéssemos delegadas, nós não tinha força (...). Então, para nós termos essa força nós tínhamos que ter muita mulher aqui. E não queria mulher aqui desavisad, nós queríamos mulher aqui defendendo as cotas. E, aí, nós fizemos essa plenária e conseguimos construir uma unidade com mulheres... da CUT, com mulheres. Então, nós queríamos mulheres do campo cutista, que éramos nós, nós queríamos consensual com mulheres (...) mais daquela região lá embaixo do mapa e metade do mapa também, né, embaixo na metade... e a gente queria consensual com as nossas camaradas, antigamente da CSC que as nossas companheiras do PCdoB que era pra nenhum homem, nem cutista, nem do campo conservador, nem do campo comunista se contra. (Fatima, 16/9/2016).

O investimento prévio não abrangeu apenas a preparação das mulheres, elas acionaram estratégias de pressão sobre dirigentes masculinos de forma a criar um fato consumado. Essas mobilizações ganharam corpo e se fortaleceram durante o congresso:

E, aí, quando chega mais próximo do congresso, antes do congresso teve uma plenária das mulheres. É que a gente fez discussão mais profunda da cota e, aí, a gente praticamente encurralou, até os próprios diretores da Contag. Porque quando a gente chegou lá com essas discussões na plenária, foi algumas mulheres, algum diretor da Federação e a gente conversou com eles. E, aí, a gente ia aprovar isso na... na plenária, aprovar a questão da cota, distribuição da cota, na plenária e pedindo apoio aos diretores da Federação. Muitos diretores ficaram do nosso lado e, aí a gente aprovou pra fazer e, foi aprovado. Aí o Urbano da... na coordenação não teve como ele ser contra. Porque só foram 300 mulheres. A gente armou um circo aí frente da piscina, onde tá a Contag hoje, pra fazer essa plenária. (...) E, aí, a gente notou lá, as mulheres, a capacidade que nós tivemos de mobilizar as mulheres e, aí ele ficou encurralado. Ele, diretor, nenhum teve coragem de ir contra. Mesmo que depois, que foi aprovado em plenária, que a gente continuo, que já tava com discussão, teve alguns... iam reunião do Conselho e tinha diretor que era contra: “E as capacidade das mulheres? Como que a mulher tem condição de assumir direção da Contag?” E, aí, a gente tinha, eu escrevi: “ Eu quero saber onde vocês mediram ou pesaram a capacidade dos homens para ser diretor da Contag? Porque a gente quer medir ou pesar das mulheres também”. (Sandra, 12/8/2016).

Como seu viu, desde o IV Congresso ocorreram uma série de conquistas: iniciou-se com o ingresso das mulheres nos sindicatos como sindicalizadas e não mais como dependentes;

depois, no V Congresso as mulheres conquistaram o direito de se auto-organizar, que se consolida no VI Congresso; e, no VII Congresso, o direito de representar:

Que elas assim, praticamente, elas fazem uma revolução na organização das mulheres. Porque veio pelo direito de se sindicalizar, 98 consegue conquistar a cota, né, discute estratégia e vão pra cima do debate. Praticamente 35 anos depois da fundação da Contag, conseguem aprovar a cota e... (...) de 98, praticamente também... Uma decisão muito importante, além desse protagonismo interno, e de pautar internamente o movimento sindical, o espaço de.. de participação das mulheres, elas vão com um processo mais forte tanto de... Inclusive nesse congresso, é uma coisa que chama a atenção, bastante atenção da gente, porque num prazo tão curto de tempo, elas conseguem chegar num congresso com 42% de participação (...) pra quem saiu, né, de 3%. [risos] (Matilde, 21/10/2016).

Estes acontecimentos mostram como uma das primeiras repercussões do processo de auto-organizativo das mulheres nos movimentos mistos foi o início das mudanças na representação política destes movimentos. Um tema que permanece até os dias atuais e se qualificou como resultado de tensões, esforços de construção de unidade entre mulheres com diferenças políticas significativas e por importantes resistências que se expressaram de distintas maneiras. A conquista desses novos espaços abriu caminho para novos desafios, especialmente para a problematização do sujeito político em construção e para o reposicionamento das mulheres nos debates programáticos em curso.

Na Contag, após a filiação à CUT e com a realização do projeto de pesquisa sobre desenvolvimento rural e organização sindical, o trabalho da comissão de mulheres foi criando as condições para incidir em debates programáticos, que, por exemplo, resultaram na definição dos eixos estruturantes da Marcha das Margaridas, e produziu um acúmulo para levar adiante a discussão interna sobre a participação e a representação das mulheres na entidade.

O referido projeto desenvolvido nos anos 1990 inicia a elaboração de uma proposta geral para o desenvolvimento rural, que denominaram Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável (PADRS), que perdura até hoje. Uma fonte importante para essa elaboração foi o projeto de pesquisa e formação sindical, desenvolvido com a CUT e que tinha o seguinte objetivo:

transformar o caráter excludente do atual modelo de desenvolvimento, (...) modernizar a estrutura e as políticas de organização sindical, tornando-as mais adequadas ao quadro atual do meio rural e às lutas do campo e a construção de uma plataforma de ação e organização sindical e discussão de planos locais de ação sindical (CUT/CONTAG, 1998).

O projeto inaugurou um debate programático entre a Contag e a CUT logo após a sua filiação a essa central sindical em abril de 1995, e se materializou na realização de um diagnóstico, na elaboração de diretrizes, ações de formação e na constituição de um fórum de valorização da agricultura familiar (CUT/CONTAG, 1998). Foram realizados eventos regionais que debateram concepções de desenvolvimento e elaborados diagnósticos específicos e propostas par uma plataforma de ação nos distintos níveis de atuação (CUT/CONTAG, 1998).

Outra coisa muito importante, que nos deu muita fortaleza, que foi debate de construção de um projeto alternativo e esse projeto alternativo ele veio oxigenado pelo um projeto chamado projeto CUT-Contag. (Fatima, 16/9/2016).

As mulheres sindicalistas rurais se engajam neste ambiente de elaboração programática e problematizaram o lugar das mulheres ao lançar a pergunta: “onde estão os sujeitos mulheres?”:

Onde foi aparecendo mais a importância de, aí com essa expressão: “e onde estão sujeitos mulheres”... se discute desenvolvimento, mas não se discute aonde estão essas mulheres. Como que se constrói um projeto alternativo sem pensar na situação de vida que vive as mulheres no campo? Claro que isso não é... será dito pelas mulheres e algumas mulheres que nos ajudava a fazer essas perguntas. Era perguntas... “vai pra encontro e faz essa pergunta e vamos escutar bem a resposta, escuta bem a resposta, Raimundinha, pra quando tu chegar aqui pra gente puder avaliar”. Então, sim, essas perguntas não eram só pra mim, eram feitas no Ceará, eram feitas aqui em Minas, essa pergunta era feita no Maranhão, era um pergunta só, que ia se espalhando pra poder criar uma ideia de que as mulheres estão querendo também discutir essa história do desenvolvimento, desse projeto alternativo. Então esse momento foi um momento rico. (Fatima, 16/9/2016).

O primeiro aspecto a ser destacado foi a problematização que fizeram do sujeito a quem se dirige o projeto de desenvolvimento e suas diferenciações internas. Embora as relações de gênero tenham ganhado uma maior centralidade, elas buscam integrar essa desigualdade a outras, como as étnico-raciais e de geração, principalmente.

Vem, então como é que vamos discutir... alternativo e solidário. Como é que constitui solidário a onde as mulheres sofrem violência dos seus maridos. Isso não é solidariedade, então, isso nós precisamos discutir que modelo. O modelo capitalista explora mulheres, explora homens, mas as mulheres são mais exploradas, porque são mulheres. Os homens são explorados e as mulheres são explorados porque são trabalhadoras camponesas e porque são mulheres. As mulheres são exploradas porque são trabalhadoras rurais, as mulheres que tem cor preta, entendeu. Eu costumava dizer, “estou lascada, porque eu sou pobre, nordestina, cearense, negra e solteira”. Porque também entrava debates das mulheres que não tem família, família é marido e os seus filhos, então sim, todo esse aparato de coisa ele vem junto. (Fatima, 16/9/2016).

O segundo aspecto foi a reflexão que promoveram sobre a própria definição da agricultura familiar, a partir do trabalho das mulheres, seja na roça, no quintal e em casa:

E, aí, nós dissemos: “não é verdade, que as mulheres não vão pra roça”. Porque as mulheres ficam de mãe em casa, encaminha o almoço, 11 horas elas estão com essa comida pronta, bota esse baião de dois na cabeça e vai passar o resto do dia na roça. Fazendo essas coisas, só que isso já... deu de comer o menino pequeno, deu de comer galinha, deu de comer porco, deu de comer pato, aviou canteiro, chamamos de roça, mas é canteiro, mas no canteiro sempre teve isso. E, no canteiro dele tem a malva, o canteiro dela tem o boldo, o canteiro dela tem erva doce, o canteiro dela tem erva cidreira, (...) O canteiro dela tem várias coisas; tem o anador muitas coisas que além de servir pra ela tem coisa pra comida, ela tem coisa pra dor de cabeça, pra febre, barriga, né, pra bucho inchado do menino, pra botar no corte de pé... o fulano de tal cortou pé no mato... tudo isso... Então, discutir desenvolvimento, nós pegamos por aí. (Fatima, 16/9/2016).

Não apenas o trabalho e a economia, mas também o acesso aos serviços públicos foi objeto de discussão, como uma dimensão necessária para alterar as relações de desigualdade no campo e as de gênero, em particular, a partir de uma reorganização desses serviços que permitisse uma maior inclusão das mulheres:

Esse projeto alternativo... Por isso, costuma, ousa dizer, que esse projeto alternativo é um projeto que nunca vai estar pronto. Vai se investir em terra, crédito e água (água cisterna) na... na educação. Então, como que é nós vamos ter uma alternativa ao modelo capitalista, se as escolas não caminha em direção ao campo, é o campo que tem que decidir jogo para cidade. E, aí, a gente volta fazer debate. E como é que essa escola... que isso não é um debate acabado, isso é um debate polêmico... como que essa escola vai abrir possibilidade para que as mulheres, que não são jovens, como eu e outras, que precisam e querem estudar? Os horários das escolas são horários que as mulheres não consegue ter tempo pra ir. (Fatima, 16/9/2016)

Todas essas ponderações indagavam o **alternativo** no projeto de desenvolvimento almejado, indicando as relações de poder que permeavam o desenvolvimento, no trabalho, na família e no movimento:

Aí, a gente diz dá pra discutir a construção de um projeto alternativo, que nos soma alternativo. Que nós queremos se colocar, se contrapor ao projeto que exclui, que explora, que tem trabalho escravo, que é violento, que é opressor. Então pra construir esse alternativo, nós temos que ter alternativa. Como que nós vamos enfrentar a opressão? Não dá pra nós termos opressor oprimindo dentro do alternativo. Quem são os projetos explorados hoje dentro da sociedade? As mulheres. Nós precisamos discutir que precisa mudar comportamento desse conjunto que se contrapõe a essa sociedade que explora mulheres. E que não reconhece mulheres, que não possibilita mulheres ter terra, que não possibilita mulher serem reconhecida. Aí, entra debate do seu quintal, seu terreno, que... não... as mulheres não têm direito a educação, que as mulheres não participam das

organizações porque elas estão nas duras tarefas; que as mulheres nos assentamentos estão cozinhando e não propondo na reunião, entendeu. (...) Um projeto alternativo se sustenta assim. Um projeto alternativo se sustenta aonde o senhor manda e eu obedeco, que é o senhor meu pai, o senhor meu irmão, senhor meu marido e o senhor meu namorado. Enfim o senhor meu parente. Esse debate todo ele ainda tá aí. (Fatima, 16/9/2016).

Não menos importante é o alternativo nas próprias práticas do movimento sindical, que podem ser exemplificadas pelas relações vivenciadas no próprio processo de formulação do PADRS como nos relata Fatima:

Isso foi muito chato. Porque aqueles homens que formulava o desenvolvimento... nossa, não me lembro... não é esse... Ele chegou a ser tão chato comigo: “essa briga de vocês é substituir A pelo O”. Meu Deus do céus diga isso... Porque você vai apanhar, vou mandar dizer pra mulheres o que você tá dizendo... Esse debate era feito nas regiões... porque projeto alternativo... para a formulação de projeto alternativo teve seminário regionais. Teve aquilo que eu te disse no início projeto CUT-Contag... porque para dar base ao projeto alternativo da Contag... é exatamente o debate do CUT-Contag, que é um projeto de desenvolvimento que tem suas... que trabalha as dinâmicas organizativa e produtiva do conjunto das região do Brasil. Então, debate das mulheres começa, entra por aí. As justificativas era essa. E quando a gente botava no debate desenvolvimento que fazendo Ricardo Abramoway... não sei quem botando debate acadêmico na mesa justificado o desenvolvimento... apenas chegava com pato, porco, cabrito: “lá vem a louca discutir o desenvolvimento, trazendo essas soluções se é agricultura familiar”. Então, a base desse desenvolvimento familiar nós começamos de discutir, papel das mulheres na agricultura familiar (Fatima, 16/9/2016).

Vários documentos: sínteses regionais, registros de experiências, incluindo uma sobre as quebradeiras de coco babaçu, além de uma síntese nacional foram produzidos. Ao analisar a síntese de regiões Norte e Nordeste, destacadas por uma das lideranças entrevistadas em função de uma maior permeabilidade ao debate proposto pelas mulheres, percebe-se que há uma referência muito genérica relativa às mulheres no desenvolvimento (CUT/CONTAG, 1999). Na discussão mais conceitual sobre desenvolvimento e, em particular, sobre o Projeto de Desenvolvimento Alternativo encontra-se uma referência ao tema sem uma diferenciar de outras desigualdades sociais e sem tratar das dimensões políticas da construção do projeto de desenvolvimento: “a democratização das relações de gênero, a participação popular na definição das políticas públicas, a valorização da juventude e das necessidades dos idosos” (CUT/CONTAG, 1999).

No diagnóstico, há referência apenas à masculinização do campo, que envolvia os fluxos de migração campo-cidade e o foco do debate sobre as mulheres recai na agenda relativa

ao sindicalismo rural. Neste tópico constam dados sobre a participação das mulheres e sobre o percentual de sindicatos que contam com comissões de mulheres; constam observações sobre a importância da participação das mulheres no movimento e a necessidade de formular políticas públicas para o desenvolvimento rural orientadas pelo enfoque de gênero⁵¹; e perguntas sobre as formas de organização das mulheres no mesmo item que indaga sobre a participação da juventude e das pessoas idosas⁵².

O caderno de resumo nacional no item relativo ao sindicalismo tem uma parte dedicada a apresentar informações sobre o que denomina “espaço das mulheres e as questões de gênero, que inclui uma caracterização das ações das mulheres como “um movimento de mulheres que se faz por dentro do movimento sindical” e que continha elementos oriundos de uma grande diversidade de grupos⁵³ (CUT/CONTAG, 1999).

Ao tratar da pauta das mulheres é registrada uma observação sobre a constante mudança da agenda em função da diversidade de situações e a adição de bandeiras de luta, no lugar da superação ou substituição de bandeiras e são indicados os principais temas: sindicalização, salários iguais, direitos específicos (saúde preventiva, licença-maternidade, saúde da mulher, corpo e sexualidade), questões relativas à cidadania (documentação e saúde alternativa) e questões específicas da agricultura familiar (documentação da assentada, acesso a políticas públicas e participação na produção) (CUT/CONTAG, 1999).

⁵¹Na elaboração da plataforma de ação e organização sindical o documento reitera as afirmações sobre a necessidade de ampliar o debate sobre o tema e sobre o fomento de políticas públicas e sindicais com essas orientações e ao debater a política sindical, refere-se à necessidade de criar espaços de debate, formação e participação na formulação de política, campanhas de sindicalização, cotas entre outras.

⁵²Na plataforma elaborada para a região Norte não há nenhuma referência ao tema; na que se refere à região nordeste constam a defesa das cotas nas instâncias de direção; orientações para um enfoque de gênero na formulação de políticas de desenvolvimento; identificação de atividades produtivas agrícolas e não agrícolas que potencialmente absorveriam a mão de obra jovem, feminina e da terceira idade; realização de campanhas para valorizar a renovação das direção, incluindo mudanças estatutárias associadas às políticas de valorização à participação desses segmentos. Apenas no diagnóstico da região Sul, aparece algo mais detalhado sobre a migração das mulheres jovens; uma reflexão sobre as suas causas e uma referência às mulheres em atividades não agrícolas em função da absorção da força de trabalho feminina no serviço público em decorrência da criação de novos municípios. A orientação para a elaboração do plano de ação local inclui o tema mulheres e juventude, como um dos eixos temáticos.

⁵³Entre outros, grupos de mulheres que resultaram da ação da assistência e extensão rural; do movimento de mulheres que se organiza por meio de redes feministas organizadas nacional e internacionalmente e; de movimentos de mulheres autônomos que resultam da intercessão entre redes religiosas progressistas e ideias advindas do movimento feminista leigo a exemplo do MMTR/NE (CUT/CONTAG, 1999)..

O documento também constata a diferença entre resoluções oficiais e as práticas existentes no sindicalismo rural e exemplifica com o tema de representação igualitária, um dos temas em destaque no desenvolvimento do projeto:

Reconhece-se que houve um aumento de mulheres nas ações, aumento de reivindicações, aumento do índice de sindicalização feminina, assim como há maior qualificação de diretorias das quais participam. No entanto, a conclusão geral é que a incorporação das mulheres nas direções sindicais é lenta. A cultura masculina, que na sociedade reserva ao homem os cargos de direção e o trânsito no espaço público, também está presente no interior do sindicalismo rural! (CUT/CONTAG, 1999, p. 40)

Ao apresentar dados sobre a representação das mulheres nos sindicatos em 1997, que mostram que as mulheres era apenas 6,7% dos dirigentes que ocupavam a presidência; 12,3% na tesouraria e 18,7% na secretaria dos sindicatos. Registra que havia uma mudança qualitativa no movimento sindical no que se refere à valorização da participação das mulheres; registra, ainda, que a percepção das mulheres era de que as conquistas haviam sido obtidas com a afirmação da identidade das mulheres e que desafio era o debate das questões econômicas e participação na direção sindical (CUT/CONTAG, 1999).

As mulheres ingressaram problematizando o projeto de desenvolvimento a ser proposto pela Contag à sociedade, mas o que ganhou corpo e acabou incorporado ao debate sobre o PADRSS foi a proposição das mulheres para a nova estrutura do movimento sindical.

Também na Contag o foco é a problematização do sujeito político do campo, com destaque para a forma distinta de inserção das mulheres na economia, da invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho das mulheres associada a uma transformação interna na Contag e da representação mais igualitária.

5.3.2 As relações de gênero e classe e a luta pela terra no MST

O direito de auto-organização no MST foi conquistado em 1989, mas, como veremos a seguir, a sua real efetivação ocorreu em 1995, quando da realização do I Encontro Nacional de Mulheres do MST. O coletivo de mulheres não tinha assento na direção do MST e nem contava

com financiamento para realizar as atividades previstas, o que não impediu que tomassem iniciativas.

Então, também, as companheiras... Então, a gente foi desenvolvendo atividades importantes que foi fortalecendo em termos de lutas e de formação, de materiais, enfim. E com isso, aí, por exemplo, esse processo importante do debate de gênero, vai casando. A partir daí nós fizemo' encontro das Mulheres Sem-Terra. (Maria Rita, 21/9/2016)

Nesse encontro debateram sobre as mulheres, o neoliberalismo e a luta de classe e gênero (MST,2010a). Um ano mais tarde, ocorreu o II Encontro Nacional de Mulheres do MST, renovam e ampliam a composição do coletivo; aprofundam também debates conceituais sobre relações de gênero; e revelaram uma preocupação com as especificidades das desigualdades vivenciadas pelas mulheres nos espaços de luta pela terra, e a necessidade de incorporar o debate das relações de gênero nas diferentes instâncias do MST (MST, 2010a).

No II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, em 1999, ocorreu um debate importante sobre a diferenciação dos sujeitos da luta pela terra e suas consequências para a dinâmica organizativa, com especial destaque para a família e para relação entre a militância e o trabalho reprodutivo e de cuidado, com a introdução do conceito de gênero (MST, 1999).

Era um momento de elaboração de uma nova abordagem das relações de gênero. O seu envolvimento na ANMTR, na CLOC e na Via Campesina repercutiu no interior do movimento e elas buscavam conceitos capazes de posicionar de forma adequada as relações de gênero no movimento. Para isso realizam ações de formação com o apoio de colaboradoras do movimento de mulheres, como as integrantes da SOF e outras ativistas dos direitos das mulheres, para aprofundar o conceito de gênero e as relações entre gênero e classe:

Então, esse debate foi importante porque foi incorporada a questão de gênero... A discussão de gênero não se limitou só a discussão de que, “são papéis sociais atribuídos a homens e mulheres... de sexo diferente”. Mas a gente pressionou pra esse debate das relações sociais, que a gente dizia: “nós só vamos avançar...”, até uma música que o Zé Pinto fez, “sem a mulher, a luta vai pela metade”. Porque a gente dizia exatamente isso. A gente avançar nos dois âmbitos, né? (...) no âmbito da política e no âmbito das relações sociais. Porque se elas não andam conjuntamente, a gente vai cair naquele rumo histórico dos processos revolucionários, que se avança na tomada de poder, mas retrocede e acaba que minando se a gente não muda também as relações sociais. Então isso foi importante pra nós. Nesse período. (Cristiane, 14/9/2016)

A partir desse acúmulo organizaram uma estratégia para o debate no MST, que se expressava na ideia de resignificar a família, e também, na proposição de outro modelo de organização para conduzir esse trabalho. Para conseguir um maior envolvimento do MST, propuseram substituir o Coletivo de Mulheres por um Setor de Gênero, que rapidamente se consolidou. Essa mudança pretendia ampliar a legitimidade da agenda das mulheres e formalizar este trabalho na estrutura organizativa do movimento para obter condições mais efetivas para realizar as ações nessa área de atuação.

Buscavam resignificar a família, argumentavam que a diferenciação do MST frente a outros movimentos sociais do campo ocorria pela inserção de todos os membros da família e não apenas de seus representantes homens e que essa condição exigia pensar um projeto de transformação que incluísse todos os seus membros e não apenas parte deles. Sendo o MST um movimento misto de luta pela terra para toda a família deveria o movimento se desafiar a pensar o sujeito com as suas diferenciações internas e necessidades específicas.

No MST, as mulheres foram se dando conta, no final da década de 90, de que o MST, quando ele surge, diferentemente do sindicato, que é essa (...) tem a história de que o homem é o chefe da família. Sempre quem se sindicalizava era os homens, os chefes de família. E a gente se deu conta de que quando o MST surge, na luta pela terra, não é só o homem que vai pro acampamento, vai toda a família. Então, essa é uma forma... foi compreendendo de um jeito diferente de lidar, é... com os sujeitos sociais dentro do processo da luta pela terra. Que já não era por adesão, mas ali, no acampamento, tava envolvida toda a família. E que o MST foi desafiado a pensar toda uma organicidade que desse conta desses diferentes sujeitos. Isso a gente foi se dar conta no final dos anos 90, assim, dessa... diferença... digamos, de que a gente... Uma das coisas que a gente tinha que pautar dentro da organicidade, que eram os... reconhecer, no caso, os diferentes sujeitos sociais que compõem a família Sem Terra, né. (Cristiane, 14/9/2016).

O debate que iniciaram sobre família foi sistematizado por um colaborador do MST, James Petras, no texto “Uma revolução dentro da revolução”, e permitiu situar em novas bases a luta das mulheres, como indica Cristine Lima, uma das coordenadoras do Setor de Gênero do MST:

Esse texto foi importante pra discussão de gênero, que a gente quis propor. Porque ele clareou, nos ajudou, assim, a pensar nessa ideia de que a gente precisava criar as condições; fazer da luta, a luta geral. As mulheres tinha que ter esse domínio, da luta contra o capital, da luta, né, contra o latifúndio, da luta política, da macro política, mas também, a gente dizia, nós só vamos avançar se a gente fizer uma revolução interna, no movimento, no seu jeito de ser. E esse texto do James, foi um texto super importante porque ele conseguiu sistematizar esse nosso debate, e fazer essa discussão de que a gente tinha que fazer a luta política, participar da luta política geral; fazer a luta pela visibilização das mulheres nessa

ofensiva como movimento social contra o latifúndio e tal, de reconhecer a importância da participação das mulheres. (Cristiane, 14/9/2016).

A importância adquirida justifica destacar alguns dos temas tratados, em especial a relação gênero e classe. Inicialmente, fazem uma diferenciação entre dois tipos de luta: “a luta violenta contra os inimigos de classe entre fazendeiros e camponeses e uma luta pacífica não violenta dentro da classe entre companheiros e companheiras na perspectiva de não homogeneizar a condição dentro da classe” (MST, 2010b, p. 16).

Essa diferenciação seria resultado das relações sociais e não do capitalismo, já que com base nas experiências de processos revolucionários era possível perceber que a opressão de gênero não se alterou automaticamente com a mudança na propriedade privada e as relações de opressão eram mais difíceis de mudar do que a propriedade privada⁵⁴.

Outro aspecto relevante é a explicitação de uma crítica ao feminismo burguês, que afirma que todas as mulheres sofrem a mesma opressão masculina e a consideração de que as camponesas enfrentam problemas que exigem outros enfoques, que levem em consideração as diferenças profundas entre as mulheres das duas classes, mas que é necessário entender que a classe subordina o gênero e não vice-versa (MST, 2010b). Nesse sentido não se poderia abordar o “problema da mulher” como um problema de classe da mesma forma e seria um equívoco considerar a combinação da luta de classes com a luta para a segmentação dentro da própria classe (MST, 2010b). Ao recusarem o essencialismo feminista, que afirma que todas as mulheres são iguais e também o reducionismo classista segundo o qual, haveria uma só classe, um interesse e uma política, propõem a combinação das duas lutas, por meio do *feminismo socialista* (MST, 2010b).

A partir desta definição as mulheres do MST definiram a sua estratégia de ação: recusar iniciativas das mulheres sem distinção de classe, já que a exclusão no modo de produção limita as possibilidades de realizar grandes transformações que beneficiam as mulheres; recusar atitudes passivas no interior da classe; e, recusar a idéia de que primeiro devem ser modificadas

⁵⁴Os motivos para isso seriam os seguintes: “1) a autoridade pessoal torna difícil ter relações afetivas dentro de um marco de desigualdade, o que torna mais complicado o processo de mudança; 2) é mais complicado fazer mudanças de relações íntimas pelos laços de dependência de uma pessoa afetivamente comprometida, que compartilha a vida com seu respeito e de repente ter uma discussão e tornar a relação conflitiva. A tendência é que a mulher evite conflitos e também homens que não queiram relações conflitivas; 3) relação do casal: há uma dupla tensão ao compartilhar idéias, mas também diferenças, a unidades e a divisão. O problema é como combinar a unidades e discutir e resolver outras dimensões da desigualdade” (MST, 2010, p. 16).

as relações de classe para depois alterar as de gênero. Nesse sentido, a melhor saída, portanto, seria:

a unidade de classe e a luta de gênero dentro da classe que significa uma organização comum e dentro delas um trabalho em torno da mulher, um grupo de mulheres como um grupo de pressão, dentro da organização de classe, o que permite gerar unidade na luta de classe, a luta pela repartição dos frutos de maneira igualitária entre os dois gêneros. Se não há uma organização que pressione de dentro, a redistribuição dos benefícios vai se concentrar no chefe de família. É preciso garantir a revolução dentro disso, a pressão das mulheres para conseguir que esta redistribuição seja igualitária entre homens e mulheres. **Isto é a revolução dentro da revolução e pode ser realizada simultaneamente**, independente do que dizem alguns homens (MST, p. 13, 2010).

Essa nova abordagem trouxe implicações em várias dimensões que envolvem a família na luta pela terra e exige transformações no modo de pensar a família a partir da divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo e de cuidados e até o próprio modelo de assentamento; nos modelos hegemônicos de casamento e nas condições da participação dos membros da família:

Que a gente também dizia, “como o movimento tem, na sua estrutura, um machismo muito forte, de que os homens representa a família... o próprio modelo de assentamento reforçava isso, a gente precisava criar condições concretas de participação das mulheres. Pra que não houvesse a justificativa de que, “não, é, mas não vão porque não querem”, como havia muitos depoimentos nesse sentido. Aí a gente dizia, “não é porque não quer, é porque as condições não são criadas”. Então, a ciranda infantil talvez tenha sido a primeira, e a principal delas, que a gente tenha garantido o aumento da participação das mulheres nas mobilizações, do MST. (Cristiane, 14/9/2016).

A revolução interna a que Cristiane se refere se materializaria mediante duas estratégias: a da problematização da divisão sexual do trabalho e, mais tarde, a representação política.

Aí, mas a gente também tinha que começar a o que a gente, na época, chamava de uma revolução do cotidiano. Como é que a gente cria as divisões de tarefas, por exemplo. E isso foi super importante, porque hoje, nas escolas e nos espaços do movimento, a gente conseguiu avançar nisso, assim, de coletivizar as tarefas, sobretudo domésticas, né. Não tem nenhum curso do movimento que a gente não tenha isso presente, hoje. Nos espaços de formação, em escolas, de que, “sujou, sua louça, lave”, né. Fazer essa divisão mais, das panelas e tal. Pra nós é considerado um grande avanço, assim, porque.. (...) a gente... essa luta das mulheres fez com que a gente colocasse os homens, por exemplo, na cozinha. Os dirigentes também tem que lavar louça e tal, né. Mas assim, a gente fez essa discussão, ali no II Encontro Nacional. Então, foi super importante pra gente avançar nessa idéia de capitalismo e patriarcado. E foi nesse período também que a gente passou a estudar, por exemplo, os processos revolucionários; porque é que muitos processos avançaram do ponto de vista de tomada de poder, mas retrocediam enormemente na discussão dos valores, por exemplo, né, das relações sociais. (Cristiane, 14/9/2016).

A transformação da família por meio da alteração da divisão sexual do trabalho, não se constituiu apenas uma orientação genérica para a sua militância do movimento, pois passou a integrar a educação para novas responsabilidades dentro da família, que envolvem trabalho reprodutivo e os movimentos sociais diretamente:

Cada etapa a gente reflete o que... que a gente quer estudar. Então, nós estudamos o tema da família, porque a gente também, com esse diferencial de que, feminismo... Nós não somos um movimento autônomo, nós temos que discutir, problematizar, e... avançar no debate da família, porque pra nós, o MST é a família sem terra E, a gente precisa entender quais são os limites, os desafios e as contradições dessa família no tempo histórico que a gente tá vivendo. Então, foi super importante o debate da família. Já fizemos debate no curso, sobre casamento e trouxemos as discussões marxistas como... o casamento como um dos pilares de sustentação (...). Como também outros temas, divisão sexual do trabalho, relações sociais. Foram muito importantes e foi nesse curso que a gente foi essa política e fazendo essa discussão. (Cristiane, 14/9/2016).

No debate da família, as militantes do MST elaboraram a estratégia de ação para dentro do movimento e buscaram amadurecer a ação política orientada por uma forma distinta de atuação do feminismo e de uma auto-organização das mulheres; um caminho distinto daquele no qual haviam depositado muita energia, a construção do movimento de mulheres em aliança com outros setores.

A abordagem do MST sobre as relações de gênero percorreu uma trajetória própria e interessante. No final dos anos 1990, as mulheres do MST problematizaram o sujeito da terra e se apoiando no conceito de gênero e de classe buscaram inserir as mulheres de outra forma no movimento. Depois, recorreram a uma discussão geral sobre esse sujeito com referência na família; indicaram as transformações necessárias com base em novos temas e conceitos, como a divisão sexual do trabalho, as condições diferenciadas da luta pela terra entre homens e mulheres e as relações de poder internas ao movimento. Dessa forma, chegaram a uma estratégia de ação interna com uma orientação mais afinada com o feminismo, que além de debater programaticamente buscaram materializar.

Neste capítulo, mostrei de que maneira iniciativas dos movimentos de mulheres autônomos regionais expandiram seu raio de atuação e consolidaram a sua estratégia inicial que previa a constituição de uma organização nacional e conseguem adentrar de forma mais efetiva nos movimentos sociais mistos do campo, além de estreitar relações nos demais movimentos de

mulheres no Brasil e abrir espaços novos de atuação em articulações na América Latina e Caribe.

Neste período, o movimento de mulheres rurais conseguiu construir uma agenda de lutas, ações unificadas de mobilização unificadas; conseguiu provocar nos movimentos sociais mistos um importante debate sobre o sujeito da luta no campo e sua relação com os direitos das mulheres; e, conseguiu a democratização da participação e representação do ponto de vista das relações de gênero e inaugurou debates sobre novas práticas de fazer movimento.

Os movimentos de mulheres rurais afirmaram sua condição de parte do movimento de mulheres no Brasil e na América Latina e Caribe, algo que se deu não sem tensões; conseguiram um reconhecimento ainda que parcial; e, com algumas organizações do movimento de mulheres definiram ações conjuntas na luta contra o neoliberalismo e suas tentativas de atração do movimento de mulheres na região.

Pode-se dizer que as mulheres rurais trouxeram fortemente um debate sobre gênero e classe e fortaleceram o caráter de esquerda existente em outros movimentos de mulheres no país.

6 O FEMINISMO E OS MODELOS DE AGRICULTURA

No período recente, o movimento de mulheres rurais ganhou mais visibilidade, especialmente, a partir dos anos 2000, com as mobilizações realizadas por dois campos distintos de articulação dos movimentos aqui investigados, o da Macha das Margaridas e o da Via Campesina. O primeiro articula movimentos sociais autônomos de mulheres do campo e da cidade, além de movimentos sociais mistos do campo, que mantém relações com o movimento sindical vinculado à Contag; o outro reúne movimentos sociais autônomos de mulheres e movimentos sociais mistos do campo afinados com a Via Campesina.

Partindo dessa distinção, abordo o debate que ganhou centralidade entre os movimentos sociais sobre o novo modelo de desenvolvimento e, depois, o feminismo nos espaços de articulação desses movimentos.

Neste capítulo faz-se uma breve contextualização das principais transformações no meio rural, com destaque para a globalização dos sistemas agroalimentares e seus impactos sobre as mulheres e os movimentos sociais do campo e a ancoragem das lutas numa plataforma programática mais ampla possibilitada por redes e espaços de atuação internacional e pelas transformações recentes no Estado. Dessa forma, analisam-se os principais acontecimentos relacionados aos movimentos sociais de mulheres rurais, no plano nacional e internacional, que incidem no debate atual dos movimentos sociais de mulheres, com destaque para o novo modelo de agricultura e o feminismo.

6.1 CONTEXTO

As transformações recentes no espaço rural brasileiro relacionam-se com a produção, da distribuição e do consumo na dinâmica dos mercados agroalimentares globalizados, com efeitos sobre as estratégias adaptativas dos produtores e a sobrevivência das unidades produtivas, além da multiocupação dos trabalhadores rurais e assalariados, da articulação subordinada de produtores não integrados às cadeias produtivas (PLOEG, 2008). No caso das mulheres observa-se certa especialização e qualificação do trabalho inseridas nesse setor e um escasso reconhecimento do trabalho das mulheres, apesar delas terem se tornado

imprescindíveis para a produção de produtos exóticos para os consumidores do hemisfério norte (BENDINI, CAVALCANTI e FLORES, 2006). O lugar que as mulheres passaram a ocupar nesses setores está fortemente associado às transformações mais amplas dos espaços rurais e das políticas de desenvolvimento dirigidas aos países do Sul (CAVALCANTI, 2004).

A expansão das fronteiras agrícolas foi acompanhada da concentração da terra em grandes propriedades e por novas pressões sobre a agricultura familiar, os territórios das comunidades tradicionais e as áreas de conservação da biodiversidade.

No caso brasileiro, o período é marcado, também, por mudanças positivas na economia e no reconhecimento de direitos de setores historicamente excluídos do acesso às políticas públicas. A intensidade desse processo no plano do governo federal, à semelhança de outros países da América Latina e Caribe, resultou da redemocratização e da pressão dos movimentos sociais, o que, como já indicado anteriormente, teria representado uma “uma virada à esquerda” (ALVAREZ, 2014).

No período de 2003 a 2015, durante os governos Lula e Dilma Rousseff, constituiu-se uma agenda democrática para o desenvolvimento rural brasileiro, com a implementação, num ambiente de intenso diálogo social, de um conjunto de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, nas áreas da reforma agrária, do apoio à produção sustentável, do desenvolvimento territorial e das políticas de promoção da igualdade e autonomia das mulheres rurais.

Essas políticas associadas a outras, como as de combate à pobreza e de garantia da segurança alimentar, resultaram em redução da pobreza rural e repercutiram de forma favorável na vida das mulheres, o que pode ser ilustrado pelo incremento de rendimento para as mulheres, o arrefecimento da migração campo-cidade e a diminuição do trabalho não-remunerado (DI SABBATTO e MELO, 2009).

Transformações que resultaram da ação coletiva das mulheres rurais e seus movimentos, difundiram suas demandas na sociedade, conquistaram o reconhecimento do Estado brasileiro num processo de consolidação e conquista de maior legitimidade, (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). Nessa dinâmica foram criadas novas instituições no governo federal voltadas para a efetivação de políticas para as mulheres, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais no Ministério do Desenvolvimento

Agrário, e, através das quais foram construídos espaços de participação social em diversos programas e políticas (BUTTO e HORA, 2010).

Demandas históricas dos movimentos sociais de mulheres foram institucionalizadas como políticas públicas, entre elas, a documentação civil e trabalhista; a titulação conjunta da terra; o crédito especial para as mulheres; a assistência técnica e extensão rural para as mulheres; e o apoio à organização econômica (BUTTO 2011). Além disso, implementaram-se medidas de ação afirmativa dirigidas a grupos produtivos de mulheres em programas públicos, como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Mas essas conquistas se deparam, ainda, com restrições para ampliar o seu alcance, e demandaram um processo contínuo de qualificação dos instrumentos e das estratégias locais adotadas para sua efetivação (BUTTO, 2011).

Nesse novo ambiente político no Estado brasileiro constitui-se um processo permanente de participação e negociação das políticas públicas para as mulheres, especialmente, em torno das pautas apresentadas pela Marcha das Margaridas e pelas jornadas de lutas de distintos movimentos vinculados à Via Campesina, como as que ocorrem tendo por referência o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Essa trajetória de transformação da relação do Estado com os movimentos sociais foi interrompida com o golpe parlamentar de 2016 e a instalação de um governo ilegítimo e o subsequente desmonte das políticas públicas para as mulheres.

Vários acontecimentos importantes ocorreram no período mais recente dos movimentos de mulheres rurais. Em março do ano 2000, ocorreu o acampamento nacional de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília, promovido pela Articulação de Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que foi tratado no capítulo anterior e que se desdobrou em acampamentos estaduais; E, a partir de 2006, as ações diretas contra empresas do agronegócio deram um novo sentido aos movimentos.

Ainda no ano 2000, ocorreu em agosto outra grande mobilização de mulheres rurais, a Marcha das Margaridas, que aglutina organizações de mulheres mais vinculadas com o movimento sindical, entre as quais, movimentos autônomos de mulheres e a Secretaria de Mulheres da Contag, que é responsável pela coordenação da Marcha. Já ocorreram cinco edições da Marcha das Margaridas e há um incipiente processo de internacionalização por intermédio de uma articulação que se denomina Margaridas em Rede, e que parece anunciar o fim da RedeLAC, que promoveu o seu último encontro em 2005.

No campo que se aglutina em torno da Marcha das Margaridas, também ocorreram mudanças em sua composição, decorrentes da criação de novas entidades sindicais rurais e de disputas entre as centrais sindicais.

Em novembro de 2005 foi criada a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fefraf Brasil)⁵⁵, filiada à CUT, com uma mulher como sua primeira coordenadora geral, cargo equivalente a presidente, e tendo por base sindicatos da agricultura familiar oriundos da transformação de sindicatos de trabalhadores rurais pré-existente e da criação de novas entidades. Sua criação resultou em uma cisão na Contag o que implicou na saída de algumas militantes mulheres e em seu afastamento da Marcha das Margaridas.

Outra mudança importante no campo sindical foi a desfiliação da Contag da CUT em 2009, durante o 10º Congresso Nacional, acompanhada da decisão de trabalhar em coordenação com duas centrais sindicais, a CUT e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Um outro acontecimento com repercussões sobre o movimento de mulheres rurais foi a constituição de um movimento agroecológico nacional, que tem como principal expressão a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002, e que, a partir de 2004, institucionaliza um trabalho de auto-organização das mulheres a partir da organização que integravam a Marcha das Margaridas, com a participação de ONGs e dos movimentos aqui investigados.

Destaco, a seguir o desenvolvimento da Marcha das Margaridas, que é reconhecida como a maior manifestação de mulheres rurais no Brasil. O foco da análise proposta recai sobre o conteúdo do tripé do que seria um novo modelo de desenvolvimento e suas relações com o feminismo que orienta a ação das militantes da Marcha das Margaridas. Esses conteúdos são abordados por intermédio de propostas contidas nas pautas de reivindicação de cada uma das cinco edições da Marcha e seus distintos significados e das experiências vivenciadas pelas organizações participantes, com foco nos movimentos analisados nesta pesquisa. Essa estratégia é adequada para analisar os conteúdos, os debates que resultaram nas propostas e a confluência das distintas trajetórias dos movimentos nos temas aqui abordados.

⁵⁵Recentemente, a Fefraf Brasil transformou-se em Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTRAF).

A seleção dos temas para análise decorreu da centralidade que têm na experiência contemporânea dos movimentos conforme indicado nos relatos das lideranças entrevistadas.

6.2 A MARCHA DAS MARGARIDAS

*Nós que viemos sempre lutando
Este país alimentando
Estamos aqui para lembrar
Este país tem que mudar!*

*Água limpa pra beber
Saúde antes de adoecer
Terra limpa pra plantar
Fome de todos acalmar...
E pra quem usa do bastão
Por ser patrão,
por seu mandão,
por ser machão
Não pode não, não pode não*

(Trecho da música “Loucas de Pedra Lilás” da Marcha das Margaridas)

A Marcha das Margaridas resultou do trabalho de toda uma primeira geração de militantes oriundas do movimento sindical e do MMTR-NE, das discussões realizadas na I Plenária Nacional das Trabalhadoras Rurais em 1997 e o desenrolar para alcançar a adoção da cota mínima de 30% nas instâncias de direção da Contag. A Marcha foi construída também com base em novas relações entre o movimento sindical e os movimentos sociais rurais e urbanos de mulheres.

Uma trajetória rica e reveladora de muita ousadia por parte das militantes feministas da Contag que decidem conquistar o reconhecimento político no plano nacional. Já não se limitavam mais à luta pelo direito à participação no sindicato, ao direito de se auto-organizar como mulheres nos distintos níveis de atuação ou de serem representadas. Partiram dessas importantes conquistas para dar um passo à frente e promover mobilizações para toda a sociedade com o suporte em alianças com feministas rurais e urbanas. Apoiando-se nessa ação, pretendiam aprofundar a democratização das relações de gênero na Contag mediante mudanças na representação política e o aprofundamento do debate sobre o desenvolvimento rural a partir da realidade das mulheres.

Sustentadas pelo trabalho de auto-organização das mulheres nos sindicatos, nas federações estaduais e pelas alianças com a CUT, o MMTR-NE e organizações

não-governamentais, especialmente do Nordeste e do Sudeste, militantes feministas da Comissão Nacional de Mulheres da Contag, lutavam - e lutam - pelo reconhecimento político no movimento sindical, no movimento feminista e na sociedade de forma mais ampla.

A Marcha das Margaridas tem outra característica importante que é a de estar articulada à construção de um movimento internacional de mulheres que reúne movimentos nacionais urbanos e rurais, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

Fazer a Marcha das Margaridas, assim... Pensar, primeiro vamos fazer uma atividade, que atividade é essa, nós vamos fazer uma atividade que ao mesmo tempo que a gente faça atividade, a gente ganhe aliados. Nós eramos inteligente que só, uma peste naquela época. Então, olha, tava no auge de debate que o crime da Margarida Alves ia prescrever ... Então, nós vamos fazer essa atividade e vamos chamar de marcha. Aí, vem aí, gente faz essa atividade. Faz um bocado de camisa, botar uma margarida grande na assim na frente e essa atividade vamos chamar Marcha das Margaridas. As mulheres estão articulando, tem lema, vieram conversara conosco sobre atividade grande que vai ter mundo. Então, nós vamos marcar que nem Lula, e aí nome bota Margarida. E, aí, nós vamos ver se a gente consegue dar um jeito para não prescrever o crime da Margarida Alves. (Fatima, 16/8/2016).

A Marcha das Margaridas significou uma ação com protagonismo das mulheres e com autonomia para reivindicar o que queriam. O Grito da Terra, a mobilização mais importante da Contag desde 1993, não incorporava todas as suas demandas e houve, inclusive, o caso de bandeiras que foram vetadas:

É, o que a gente conseguia botar a gente botava, por exemplo, por exemplo, um tema que pra nós não tinha, não tem desenvolvimento se não tiver um amplo debate sobre enfrentamento da violência contra mulheres, não tinha consenso, os homens não botavam, por que, os mesmos homens que violentam mulheres, não são só os homens de direita, os homens de esquerda também. (Fatima, 16/9/2016).

Elas não tinham um sentimento de pertencimento ao Grito da Terra, que, assim como o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, analisado anteriormente, não tratava de questões fundamentais para as mulheres rurais. Já a Marcha era o espaço para suas demandas:

Uma coisa que a gente não dizia em voz alta e que, mas a gente se preservava é pra que a pauta da marcha não se tornasse uma pauta das reivindicações do Grito e reivindicações dos homens. Porque a Marcha também, uma das avaliações e um dos argumentos político para ter a marcha foi exatamente que os homens, na pauta de Grito não era assim, não entrava as questões específicas das mulheres. (Fatima, 16/8/2016).

A Marcha das Margaridas enfrentou dois desafios iniciais importantes: convencer a Contag sobre a sua necessidade e a sua viabilidade; e construir um campo de alianças com feministas urbanas e rurais capaz de sustentar essa iniciativa dentro e fora da Contag.

As mulheres que conceberam a Marcha destacavam a situação específica das trabalhadoras rurais e os limites para a sua participação em mobilizações nacionais e estaduais organizadas pela confederação:

“Por que vocês vão fazer uma atividade, uma ação de massa? Porque na Contag tinha muito ação de massa, não precisa fazer uma ação de massa só com mulheres se a Contag já tem uma ação de massa chamada de Grito da Terra. Como que vocês vão convencer o conselho da Contag?” Não, mas nós precisamos fazer uma ação só das mulheres. Porque as mulheres são mais pobres, porque as mulheres sofrem violência, porque o Grito da Terra faz para negociar Pronaf. Nós queremos discutir outras coisas das mulheres Manoel. Não dá certo, como que vocês vão trazer só mulheres pra cá, se a Contag é de um e outro? Nós precisamos porque as mulheres vêm pouco no Grito da Terra e quando as mulheres venham não é demais, não trazem as reivindicações das mulheres. A mulher não tem direito a crédito, as mulheres não têm. Nós temos que ver o estudo que os assentados da reforma agrária que só 2% eram mulheres. As mulheres não têm acesso à terra, as mulheres não têm acesso, não tem direito. As mulheres só direito a aposentadoria e negam aposentadoria das mulheres, E vamos juntando essas coisas todas e, aí, conseguimos convencer a direção da Contag. (Fatima, 16/8/2016).

A direção da Contag, por sua vez, ponderava sobre as dificuldades que enfrentariam para realizá-la numa conjuntura difícil, especialmente no que se referia à relação do governo Fernando Henrique Cardoso com os movimentos sociais do campo, e alertava para o desafio financeiro que enfrentariam, já que não dispunham de recursos para viabilizá-la:

“Se vocês tiverem, acharem dinheiro pra trazer as mulheres pra cá, tudo bem. Agora saibam que é um perigo muito grande, porque governo Fernando Henrique Cardoso bate na organização de Contag, bate em qualquer desobediência. Mulher vai apanhar de maraque, Raimunda”. Não tem juiz não, nós vamos atrás de outros parceiros, nós vamos conversar com outras pessoas. E, daí que vem vários parceiros. (Fatima, 16/8/2016).

Dessa forma, as mulheres fortaleceram alianças já construídas no movimento de mulheres a partir de uma diversidade de movimentos em diferentes níveis. Isso ocorreu com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que integra a secretaria executiva da Marcha Mundial de Mulheres; com o movimento sindical, por meio da CUT; e com o movimento autônomo de mulheres rurais, por meio do MMTR-NE.

O arco de alianças construído não foi o mesmo ao longo da história da Marcha das Margaridas. Segundo algumas lideranças, nem todos os movimentos apostaram na Marcha por

se tratar de um movimento de natureza distinta, eram mulheres integrantes de movimentos sociais mistos.

Foi ao mesmo tempo que teve uma conferência de mulheres, que foi uma discussão feia em relação a nós mulheres da Contag... é onde dá origem a Articulação Nacional das Mulheres Brasileiras. Que eu lembro uma figura no Maranhão, que não lembro o nome dela, foi a figura que levantou debate dentro dessa conferência. Para, na organização dessa conferência... Que nós mulheres trabalhadora rurais não podemos participar do movimento chamado misto. Que nós não éramos confiáveis, porque nós se organizava dentro da Contag e das Federações que tinha homens. As pessoas nunca compreendem. Um dia desse eu disse isso recentemente. Porque me perguntaram sobre isso. Por que que na minha gestão na Contag, eu não chamava algumas entidades feministas e chamava outras? E, aí, eu expliquei para pessoa não é bom falar só assim. É importante que a pessoa que lhe desse essa informação diga que as feministas ligada as algumas organizações A, B, C e D não confiava na gente. Por isso que a primeira Marcha e a segunda Marcha das Margaridas essas organizações não estavam. Como que eu ia convidar uma organização X pra vir fazer uma ação junto conosco, quando 6 ou 8 meses anteriormente a figura tinha dito que a gente não podia ir para coordenação de uma atividade que eles iam fazer porque a gente não era confiável, porque o que nós escutasse lá nós íamos dizer aos homens, porque nós pertencia uma organização mista. (Fatima, 16/8/2016).

Desde o seu início, a Marcha das Margaridas fazia a denúncia do modelo de desenvolvimento e insistia na proposição de um modelo alternativo, no qual as mulheres se reconhecessem e fossem protagonistas. A Marcha constitui-se em um espaço de lutas, de formação e de formulação das propostas das mulheres para o PADRSS em construção no movimento sindical. O documento com a pauta de reivindicações da primeira edição da Marcha é ilustrativo dos seus objetivos:

É preciso saldar a dívida social e histórica que o Estado Brasileiro tem para com as trabalhadoras rurais. Por isso, estamos denunciando o modelo de desenvolvimento excludente que condiciona as trabalhadoras rurais a uma vida de empobrecimento, discriminação, violência e exclusão social. Estamos marchando, sobretudo, para reivindicar políticas de desenvolvimento rural que atendam às nossas necessidades específicas, respeitem nossos direitos e promovam a igualdade entre mulheres e homens no campo. Estamos marchando para fortalecer a construção e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável que se baseia nos princípios da justiça, participação social, igualdade, preservação ambiental e respeito à diversidade (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2000).

Com as conquistas alcançadas as mulheres ganharam mais legitimidade dentro e fora da Contag e a Marcha deixou de ser alvo de objeções.

Desde o seu início já foram realizadas cinco edições da Marcha: 2000, 2003, 2007, 2011, e 2015. Coordenada pela Contag, conta com o apoio de entidades parceiras que planejam

e executam conjuntamente as ações previstas. Esse grupo ampliado contou com a participação de diversos movimentos sociais e organizações⁵⁶ e a partir dele se constituiu uma coordenação, foram elaborados cadernos de textos para subsidiar os debates e proposições de demandas. Construída a partir de uma metodologia participativa que valoriza a dimensão da formação política que se concretiza na realização de eventos que se iniciam nos municípios e que vão se ampliando até chegar ao plano nacional.

Essa estratégia se mostrou muito eficaz não apenas para gerar o envolvimento das mulheres e fortalecer alianças com as entidades parceiras, mas também para assegurar que a pauta construída tivesse um conteúdo que expressasse a realidade e as demandas das mulheres das várias regiões e dos distintos segmentos e para que ela ficasse distante das pressões masculinas.

Por isso que a gente teve uma atividade, tratar especificamente do tema das mulheres, que trata-se da creche, trata-se de aborto, que trata-se de violência contra as mulheres e da pobreza das mulheres, que trata-se das coisas das mulheres. Quando a gente ia para pôr dentro da pauta do grito esse assunto a gente não levava e a gente perdia. E um momento nosso para convencê-los e convencê-los a convencer os outros que era importante ter a marcha. É exatamente porque tema, os temas das mulheres não cabiam dentro da pauta do movimento de uma forma geral. (Fatima, 16/8/2016).

Nas duas edições mais recentes (2011 e 2015) a diversidade interna da Marcha foi afirmada de forma mais enfática com a alteração, inclusive, da sua própria autodenominação: de marcha das mulheres trabalhadoras rurais passou a ser das mulheres do campo, das florestas e das águas. Essa mudança, que impactou a organização da pauta de reivindicações e a formatação do caderno de debates, foi objeto de uma análise realizada por Aguiar (2015)⁵⁷, que se debruçou sobre IV Marcha das Margaridas.

No decorrer das várias edições, alteraram-se a organização da pauta, as reflexões contidas no caderno de textos e as reivindicações⁵⁸. A análise da pauta permite perceber

⁵⁶As organizações parceiras da Marcha das Margaridas são: Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres (UBM), MMTR-NE, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Grupo de Trabalho de Mulheres da Associação Nacional de Agroecologia, UNICAFES, CTB e CUT.

⁵⁷Para essa autora, a nova denominação expressa uma unidade, mas que acolhe distinções relativas à diferença de condições sociais das mulheres envolvidas na Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2015).

⁵⁸Na Marcha de 2015, as reivindicações foram apresentadas por região e bioma com as propostas distribuídas em cada um dos eixos de atuação.

claramente as mudanças no debate realizado sobre a identidade coletiva da mobilização e sobre a elaboração de um novo modelo de agricultura, um ponto central da análise proposta nesta pesquisa.

As principais reivindicações têm eixos centrais, que a coordenação da Marcha identifica como o tripé de um novo modelo de agricultura: terra, agroecologia e água; temas que estão associados à defesa dos bens comuns e do feminismo.

6.2.1 Terra

A referência a Margarida Alves na nomeação da Marcha é a melhor expressão da centralidade que a luta pela terra ocupa nestas mobilizações. Na primeira edição da Marcha realizaram uma grande mobilização para garantir que o crime cometido contra aquela líder sindical rural não prescrevesse. Além disso, a vigília durante o julgamento e uma intensa mobilização nos estados, com a formação de comitês, deram visibilidade à denúncia da violência no campo em decorrência da concentração fundiária no país e possibilitaram associar a defesa da reforma agrária aos direitos igualitários.

A terra sempre foi o primeiro ponto da pauta na Marcha das Margaridas. Na sua primeira edição, em 2000, a demanda principal era pela titulação conjunta obrigatória da terra, de maneira que a posse e a propriedade da terra fosse emitida em nome do casal, independente do estado civil; isso fora aprovado na Constituição de 1988, mas ainda não tinha se efetivado. O governo Fernando Henrique Cardoso se comprometeu a revisar a norma de execução que regulamentava a seleção das famílias beneficiárias do programa de reforma agrária para assegurar que o cadastramento incluísse os nomes do casal ou o nome exclusivo das mulheres, quando solteiras.

Como isso não ocorreu, na edição de 2003, já no governo Lula, a reivindicação reapareceu na pauta e, resultou na Portaria 981/2003 do INCRA. Em 2007, o tema retornou às negociações desta vez como uma demanda pela universalização; e, em 2015, a reivindicação passara a ser pela revisão dos títulos expedidos no período anterior à portaria, seja para os casos dos títulos coletivos, que requeriam a inclusão das mulheres como associadas, seja para os casos individuais onde se fazia necessária uma atualização cadastral.

Ainda no tema da garantia dos direitos das mulheres à terra, outras demandas foram apresentadas. Em 2000, a Marcha propôs a capacitação sobre gênero e direitos das mulheres para os técnicos dos serviços de assistência técnica nos assentamentos; em, 2003, propuseram a readequação do Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SIPRA) para permitir a geração de dados sobre o acesso das mulheres à terra, e o acesso prioritário das mulheres chefes de famílias à terra⁵⁹. Essa reivindicação foi atendida e resultou na Instrução Normativa nº 38 de 2007 do INCRA (BUTTO e HORA, 2010).

Mas não foi apenas pela titulação conjunta obrigatória da terra que a Marcha das Margaridas lutou. Ela demandou estender os direitos igualitários à terra nas políticas de desenvolvimento dos assentamentos, lutou por crédito, infraestrutura produtiva e moradia nos assentamentos, além da prevenção e do enfrentamento da violência contra a mulher⁶⁰.

A partir da conquista de uma linha de crédito específica para as mulheres rurais, denominado Apoio Mulher e, depois, transformado em Fomento Mulher, a Marcha passou a demandar sua divulgação e sua universalização, além de medidas voltadas à ampliação e adequação de outras modalidades de crédito e ações de apoio às organizações econômicas das mulheres. Na quinta edição, a Marcha passou a demandar a garantia de serviços de assistência técnica e extensão rural de qualidade e capacitação para mulheres assentadas.

A luta pela terra e os direitos igualitários para as mulheres se relacionam com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, que incluía a realização de uma ampla e massiva reforma agrária.

Já na sua primeira edição a Marcha denunciava a política agrária contida do programa Novo Mundo Rural do governo Fernando Henrique Cardoso, que substituiu medidas voltadas para o cumprimento da função social da propriedade e de desapropriação de terras improdutivas por instrumentos de compra de terras a preço de mercado e pelo programa Cédula da Terra, um

⁵⁹ Associando essa conquista com as lutas por reconhecimento, reivindicavam o enquadramento das mulheres como trabalhadoras rurais nos cadastros de assentamentos e nas declarações do Imposto Territorial Rural (ITR).

⁶⁰ A partir de 2003, a Marcha passou a incorporar em sua pauta o estímulo ao ingresso das mulheres no Programa Crédito Fundiário (PNCF); o estabelecimento de normas específicas e a adoção de cota mínima de 30% de atendimento destinado às mulheres; serviços de assistência técnica para estimular a organização produtiva e o acesso ao crédito e às demais políticas públicas para as mulheres; a capacitação dos técnicos do programa; e a elaboração de norma para garantir que o registro das escrituras nos cartórios garantisse o título de domínio em nome da mulher e do homem (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2003).

programa em parceria com o Banco Mundial. Para a Marcha, essas políticas beneficiavam os grandes proprietários e aqueciam o mercado de terras no país, além de transferir atribuições do Estado para o mercado e descentralizar ações para os estados e municípios, que não reconheciam a participação das mulheres na reforma agrária, já que as normas desses programas restringiam os direitos das mulheres.

A segunda edição da Marcha, em 2003, ocorreu em um momento político distinto, logo no primeiro ano do governo Lula, quando pela primeira vez um trabalhador metalúrgico, sindicalista, fundador da CUT e do PT – organizações com as quais muitas militantes da Marcha mantinham relações de afinidade e pertencimento –, e que assumia o compromisso de concretizar o Programa Vida Digna no Campo, que incluía várias demandas dos movimentos sociais rurais, inclusive, a reforma agrária. Neste ambiente, as demandas ganharam um novo sentido, e se observa um deslocamento da denúncia para a proposição no posicionamento da Marcha, que pode ser ilustrado pela proposta detalhada de reforma agrária vinculada a um projeto de desenvolvimento apresentada pela Marcha:

O centro desta proposta de desenvolvimento é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária fundamentada na ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar, de forma efetiva, planejada e que esteja inserida no concreto do Desenvolvimento Rural Sustentável, aliado a uma eficiente política de assistência técnica, crédito, comercialização e recursos para infraestrutura social e produtivo, para que as famílias possam viver, trabalhar e se desenvolver com qualidade de vida. Cada assentamento ou unidade produtiva deve servir como efeito multiplicador da agricultura familiar, dinamizando o desenvolvimento local, fortalecendo a organização social, o aumento da autonomia na tomada de decisões, capacidade de reter e reinvestir capitais e regenerar e conversar o meio ambiente, considerando as formas de intervenção pública a partir da combinação de fatores que respeitem as demandas geradas, a identidade de cada região e as contribuições do zoneamento econômico e agroecológico, que orientam o ordenamento e o desenvolvimento territorial (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2003, p. 9).

A proposta defendia que os assentamentos se constituíssem em espaços democráticos de organização e de respeito às diversidades culturais, étnicas, de gênero e de geração, capazes de assegurar a participação das mulheres em todos os espaços de discussão e deliberação de ações políticas, sociais e dos projetos técnicos produtivos.

Na terceira edição, que ocorreu em 2007, observa-se uma mudança significativa no discurso sobre a reforma agrária, com a retomada de um tom de denúncia combinado com a afirmação da centralidade que ocupa a democratização da terra e da água no país a necessidade de garantir o acesso das mulheres trabalhadoras rurais, afirmando:

Não há soberania, segurança alimentar e nutricional sem reforma agrária e sem garantia de acesso à água de qualidade. Assim como não há renda, não há saúde, não há cidadania, não há dignidade, enfim não há garantia do direito humano à vida (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 8).

A diferença no tratamento dessa agenda está relacionada à vinculação da defesa do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), mas também a necessidade da reforma agrária para promover a ruptura com o modelo dominante de desenvolvimento que a Marcha caracteriza como:

excludente, concentrador da terra e da renda e comprometido com os interesse do agronegócio. Este modelo destrói o meio ambiente e concorre para o empobrecimento da agricultura familiar (...). A Marcha das Margaridas 2007 vem denunciar a aliança do agronegócio com o latifúndio, com o capital internacional e com as empresas transnacionais, especialmente as produtoras de agroquímicos, que impõem a monocultura e impedem a realização da reforma agrária (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 9).

Esse enfoque foi ampliado na edição de 2011 quando a Marcha reiterou a denúncia da concentração da terra no Brasil – que tem um dos mais altos índices – que se agravava com a crescente demanda mundial por alimentos, agroenergia e matérias primas e pelo aumento da demanda de grupos estrangeiros por terras (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011). Denunciaram a ação dos governos e dos poderes legislativo e judiciário que impediam a aplicação da função social da terra e incluíram, entre as suas demandas, o limite máximo do tamanho da propriedade da terra e a atualização dos índices de produtividade que são utilizados para avaliar uma dimensão da função social (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011).

Em 2013, esse debate foi retomado ao se analisar aspectos centrais do modelo hegemônico de desenvolvimento: a aliança entre o “latifúndio” e os setores financeiros e industriais; a mercantilização dos bens da natureza; a dependência dos pacotes tecnológicos, que produzem efeitos negativos no meio ambiente e na saúde humana, na exploração do trabalho e na super-exploração dos bens naturais. Um destaque é dado à expulsão dos povos de suas terras e à violência no campo:

A expulsão das populações provoca processos de desterritorialização, com a quebra de trajetórias, identidades culturais seculares, e ignora o saber popular, que é determinante para a construção do conhecimento. Isto afeta a realidade rural, o modo de vida e produção do campo, na floresta e nas águas, interfere na segurança alimentar e soberania alimentar dos povos e na sua relação com o território e a natureza (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 4).

Por fim, como indicado anteriormente, a terra não aparecia apenas como uma demanda pela sua democratização e como espaço para o exercício de direitos igualitários ou pelo lugar central que ocupa na contraposição ao agronegócio. A terra ganhava um sentido valorativo novo, que deve orientar o novo modelo de agricultura proposto – a dos bens comuns:

Um olhar que as mulheres tem que ele vai além do discutir a reforma agrária só da luta pela terra, enquanto espaço é... da minha propriedade. Mas a defesa do território, a defesa dos bens comuns, né. Eu acho que são termos que, inclusive, ... você olhar pra outros documentos do movimento sindical você quase não vai ver isso referenciado. Entendeu? (...) Então, ele vem com um... O debate com o olhar da terra e com mais força trazendo, também, na concepção de desenvolvimento que as mulheres defendem. E lógico, que isso tá implicitamente ligado com o acesso das mulheres à terra, também, que a gente... o que significa você discutir, no processo de desenvolvimento, o que a gente tem visto aí, principalmente, os bens que seriam de todos, né. O acesso de todos prá... minimamente garantir a vida na... a sustentabilidade no território (...). Então, quando a gente tá fazendo a concepção de bens comum, né... Não só de o acesso a recursos naturais, mas também como direito comum de construir o processo de desenvolvimento que visa sempre a vida de todos no assentamento. (Matilde, 21/10/2016).

O depoimento de acima, destaca como a defesa dos bens comuns ganhou um sentido distinto já que as mulheres demonstrariam um maior interesse na dimensão valorativa do bem comum.

A terra conquistada a partir dessa percepção deve estar associada a um processo coletivo e por isso distante de interesses e decisões individuais. A partir deste princípio valorativo e ético, a luta pela terra não se encerra com a criação de um assentamento, deve-se observar o uso sustentável e a possibilidade de exercer a capacidade de encontrar soluções coletivas para a promoção do desenvolvimento.

Olha, eu não sei. Eu acho que a gente tem muita... ela vai caminhando coletivamente. Porque você também tem um processo de ganhar (...) principalmente em 2004, 2005, um protagonismo (...) esse debate de (...) mundial, de clareza de debate, de movimentos sociais... Fazendo um debate [...] não a [...] de questões mais complexas, mas tentando entender, efetivamente, sobre as questões que estão relacionadas com a atuação das multinacionais sobre os interesses dos bens comuns. (...) Eu acho que ele vai evoluindo, também, essa... como a gente citava ainda agora, com a discussão nacional de agroecologia. (Matilde, 21/10/2016).

Entre as organizações que integram a Marcha das Margaridas há distintas condições de acesso à terra e mesmo no interior de cada organização há uma diversidade de situações. A luta pela terra não se restringia à reforma agrária, num sentido redistributivo tradicional, incluía

também a defesa dos territórios, cada vez mais pressionados pelo agronegócio. A situação das quebradeiras de coco babaçu exemplifica muito bem as novas tensões vivenciadas na luta pelos direitos territoriais num contexto de expansão do agronegócio.

A terra é uma condição para as populações rurais garantirem sua autonomia, que fica ameaçada quando os seus territórios são cerceados por grandes investimentos privados e sofrem fortes pressões dos monocultivos:

Hoje é um dos grande desafio nosso, é reforma agrária (...) e o agronegócio é a soja né, é... é o eucalipto, que vem também se estendendo a cada dia mais nessas áreas de babaçuais. Então, assim, é... é uma coisa que num tem assim, que vem acontecendo. E a nossa preocupação do agronegócio, em falar do fazendeiro, é porque, assim, a campanha é justamente pra dizer, nós queremos o babaçual livre. Nós queremos que a lei babaçu livre seja aprovada. Tanto nacional, quanto nos estados, quanto nos município. Essa é a campanha, né. Por isso que eu digo que a gente traz pra dentro dessa campanha essa discussão, né, tanto do MATOPIBA, porque o MATOPIBA a gente sabe que é o agronegócio, né. Mas existe, num é um agronegócio só, existe vários agronegócio, que aí também é a venda do coco inteiro pras empresas né. Que é pra queimar, que é pra transformar em sei lá o que, que eles querem fazer tanto. E, aí, assim, é tirar da mão da quebradeira o coco e... e vender pras empresas. E, aí, entra por outra parte, é o agronegócio porque o acesso dessas terras pra plantação de eucalipto e soja. (Elisabet, 13/9/2016).

Duas formas distintas de pressão sobre os territórios são vivenciadas pelas quebradeiras de coco babaçu. A primeira restrição é de acesso, controle e comercialização do produto; a segunda é a disputa pelo uso da terra, na qual a expansão dos monocultivos de soja e eucalipto vai acabando com os espaços para os babaçuais. Assim, a defesa da reforma agrária e dos direitos territoriais representava a possibilidade de garantir o acesso aos demais bens naturais e representava a autonomia para sobreviver e tomar decisões;

Então, a gente precisa mesmo, tá reivindicando bem forte, né. Essa questão da terra, com a água, né. (...) Porque, assim... do babaçu. Porque é isso que a gente quer. Se nós não tiver terra, nós não vamo ter água. Nós num (...) vamo ter agricultura (...) nós num vamo ter o babaçu, nós num vamo ter nada. (Elisabet, 13/9/2016).

A luta pela terra no período de constituição do movimento de mulheres rurais aparecia centralmente associado às demandas pela sua democratização por meio da reforma agrária; e, no momento de sua consolidação e afirmação nacional incorporou o direito igualitário à terra. Com a chegada de governos comprometidos com as suas demandas, suas reivindicações mudaram: passaram a exigir a expansão e universalização da titulação conjunta e o apoio às atividades produtivas das mulheres nos assentamentos; e, no período mais recente,

incorporaram na luta pela terra a noção de bem comum, alargando o valor do direito almejado e associando a luta pela terra as mobilizações contra o modelo de agricultura vigente e o feminismo.

6.2.2 Agroecologia

O segundo eixo do tripé de um novo modelo de desenvolvimento proposto pela Marcha das Margaridas é a agroecologia. Nos capítulos anteriores relativos à constituição e consolidação dos movimentos sociais de mulheres rurais, registramos de que maneira conteúdos relacionados a agroecologia estiveram presentes. Um exemplo é o debate sobre a necessidade de inibir o uso de agrotóxicos a partir da noção de agricultura alternativa. Outro exemplo, corresponde ao início do debate sobre o novo modelo de agricultura nos anos 1990 na ANMTR, então, denominado desenvolvimento ecológico.

A constituição da Marcha das Margaridas coincidiu com a formação de um movimento agroecológico no país, o que gerou um terreno fértil para essa discussão, impulsionada, também, pelas iniciativas anteriores protagonizados pelos movimentos autônomos de mulheres rurais e pelos movimentos mistos, após a constituição da ANMTR.

Os debates e demandas iniciais sobre este tema apareceram mais associados ao eixo do meio ambiente e não ao da agroecologia, como ocorreu a partir da Marcha de 2007. A sua pauta inicial, já continha proposições importantes, como a necessidade de assegurar o acesso aos serviços de comercialização e tecnologias sustentáveis para agricultoras, pescadoras e extrativistas e a realização de campanha de combate ao uso de agrotóxicos, indicando seus efeitos sobre o corpo da trabalhadora e do trabalhador rural (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2007). Algumas das organizações parceiras da Marcha estavam envolvidas na constituição do movimento agroecológico no Brasil. Segundo Siliprandi (2015), a criação da ANA, em 2002, resultou de iniciativas, ainda nos anos 1980, de ONGs que criaram a Rede PTA, um desdobramento do Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE, e de outras iniciativas no final dos anos 1990 (seminários e congressos nacionais e internacionais de agroecologia). A ANA, desde o seu início, já contava com a participação das mulheres, especialmente de ONGs, além de organizações que viriam mais tarde a compor o MMC.

A articulação de mulheres da Rede PTA do Sudeste, que reunia nove entidades e contava com a assessoria da SOF, possibilitou a troca de experiências e reflexões que deram suporte para uma participação mais articulada das mulheres no I Encontro Nacional da Agroecologia (ENA), em 2002. Em entrevista concedida à minha pesquisa Sara relata:

Na rede PTA Sudeste, na época, que tinha aquela rede de projeto sobre mudas nativas. Logo depois desse seminário nos chamou para assessorá-las, né, porque já tinha uma demanda de colocar o tema de gênero dentro do projeto da rede PTA, A gente vai fazendo um processo de formação aí com elas, que começou em 98. Nesse processo é, também dentro da rede PTA, tinha momento que juntava gente de outras regiões, que também eram pessoas que se integravam. Estavam integradas no processo de construção do ENA, que era Encontro Nacional de Agroecologia. E, aí, a gente já contribuiu no primeiro ENA como ia... trabalhar os temas das mulheres lá. Então, essas coisas foram é....se articulando né (Sara, 6/1/2017).

No I ENA as mulheres participantes do grupo de trabalho sobre gênero contestaram a concentração do tema em um grupo específico do encontro e passaram a demandar a ampliação do debate para todos os grupos de trabalho (SILIPRANDI, 2015). Dois anos depois, em um seminário do Grupo de Trabalho Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA foram avaliadas as dificuldades encontradas para a incorporação da agenda de gênero nas entidades decorrentes das relações desiguais de poder; os limites na abordagem da biodiversidade; a ausência de articulação de temas ligados à soberania alimentar como parte de uma agenda de defesa da agricultura camponesa. Além disso, as mulheres reunidas neste evento decidiram requerer à coordenação da ANA a formalização de um grupo permanente para tratar das relações de gênero. A proposta foi acolhida e isso permitiu criar as condições para que no II ENA a delegação fosse constituída com paridade. Entidades que foram decisivas para constituir o GT de Gênero, que depois passou a ser nomeado GT Mulheres, a SOF e a FASE, já eram parte das organizações parceiras da Marcha.

Isso ajuda a entender porque na segunda edição da Marcha, realizada em 2003, as mulheres apresentaram uma demanda dirigida ao movimento para que a agroecologia fosse adotada como referência para a construção do PADRSS e para que fossem incentivadas práticas agroecológicas por parte das mulheres com crédito, capacitação, tecnologia e assessoria técnica⁶¹ (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2003).

⁶¹A Marcha das Margaridas de 2003 apresentou demandas relativas à realidade das quebradeiras de coco de babaçu; a proposta de participação no programa “1 milhão de cisternas”; e a garantia da transversalidade de gênero em alguns programas governamentais, como PROAMBIENTE, PROTEGER e PDHC.

Na terceira edição da Marcha, realizada em 2007 já com o GT Mulheres da ANA constituído, a agroecologia ganhou maior densidade na pauta e se constituiu em eixo específico. As demandas apresentadas nas edições anteriores foram reproduzidas nesse período e uma boa parte também em 2011.

A partir de 2003 as experiências agroecológicas das mulheres passaram a ser incorporadas pelo movimento como referências para as políticas públicas demandadas e com as conquistas que foram obtendo, especialmente pela vinculação desta reivindicação com a proposta de um Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Produção das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que se materializou, em parte, no Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na terceira edição da Marcha em 2007 (BUTTO, 2011).

Ao analisar as mudanças na pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, Silva (2008) indica como, em 2007, os três primeiros eixos vieram a ser a terra, a água e agroecologia.

O caderno de estudo e debate da terceira edição da Marcha das Margaridas reforçou a importância da agroecologia na construção do PADRSS, algo que já constara da primeira edição da Marcha, e justifica a importância da agroecologia para as mulheres:

A agroecologia implica na adoção de práticas que respeitem a diversidade dos ecossistemas, preservem os mananciais, o patrimônio genético, produzam alimentos de qualidade, concorram para a sustentabilidade da vida humana e contribuam efetivamente para a superação das desigualdades de gênero no campo (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2007, p.8).

A partir de 2007, as reivindicações apresentadas passam a se referir aos instrumentos de políticas necessárias para dar suporte às experiências agroecológicas das mulheres. Um ano antes, em 2006, no II ENA, as militantes feministas do movimento agroecológico haviam conquistado a participação paritária entre homens e mulheres. Naquele momento, as mulheres integrantes da ANA estavam empenhadas em sistematizar as experiências das mulheres, em promover ações de formação política sobre feminismo e agroecologia, e em incidir na formulação de políticas públicas (CONTAG, 2004).

Na Marcha realizada em 2011, a agroecologia apareceu associada à crítica ao modelo de desenvolvimento, que massificava os sistemas produtivos sem considerar a diversidade regionais e as culturas locais e informando um projeto alternativo e as mudanças exigidas no modo de vida e nas relações sociais, na produção de alimentos para que fossem de qualidade e saudáveis, e para que se pudesse combinar a escolha dos plantios, o respeito à diversidade cultural e o manejo dos ecossistemas e dos padrões saudáveis de consumo (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011).

Dois aspectos ganharam destaque nas reflexões apresentadas: a relação da agroecologia com as mulheres e com os bens comuns. Essa referência aos bens comuns aparece pela primeira vez nas discussões da Marcha das Margaridas ao tratar do conteúdo que deveria orientar o debate sobre o desenvolvimento, a economia, o Estado e seus distintos sujeitos:

O desenvolvimento, para que se realize de modo sustentável, deve focalizar as pessoas e a relação com os bens comuns – terra, água e toda a biodiversidade, para o que se faz necessário um novo modo de produzir e de se relacionar na agricultura. Implica na valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres e jovens e na reivindicação de políticas públicas que integrem e apoiem seu potencial e capacidade produtiva. Somente desta perspectiva é possível transformar efetivamente o meio rural em um projeto de vida e mudança dos sistemas produtivos de modo sustentável (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011, p. 22).

O sujeito mulheres passou a ser referido a partir da atuação das mulheres na agroecologia, especialmente, a partir dos quintais, pelo manejo de uma diversidade de animais e plantas, incluindo as medicinais; pela importância das atividades de autoconsumo na economia familiar; e pela sua contribuição na produção de alimentos de qualidade e na conservação das sementes nativas/crioulas com o trabalho de seleção, armazenamento e reprodução (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011).

Da última edição da Marcha, realizada em 2015, destaco três diferenças importantes no caderno de debates: a referência aos conflitos de gênero na família pelas práticas agroecológicas adotadas pelas mulheres; a introdução do trabalho para o autoconsumo como parte de uma agenda de políticas públicas; e a inclusão dos temas da agricultura urbana e periurbana (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015).

Nessa edição as mulheres demandaram, também, ações de assistência técnica e extensão rural, de formação política sobre feminismo e agroecologia para os técnicos e a criação de um prêmio para experiências agroecológicas de mulheres experimentadoras da agricultura familiar.

Em 2012, o governo federal instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com instrumentos institucionalizados de participação e controle social e de coordenação intra-governamental, que se desdobrou em um plano, que incluía nas suas diretrizes o reconhecimento e o fortalecimento das mulheres rurais na agroecologia e na produção orgânica; e previa objetivos voltados para o reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres na produção orgânica baseada na agroecologia e o fortalecimento da sua autonomia econômica. O plano foi anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff na Marcha das Margaridas.

Ao tratar dos conflitos de gênero na família pela adoção de práticas agroecológicas as mulheres procuraram indicar as relações entre feminismo e agroecologia:

Esse trabalho muitas vezes não se dá sem conflitos na família no que se refere à escolha da variedade que vai ser guardada, pois na maioria dos casos as mulheres buscam a qualidade das sementes para garantir maior diversidade, melhor alimentação e fácil preparo do alimento, sem necessariamente buscar a maior produtividade. (...) Sem terra e sem água não há agroecologia, mas não há agroecologia se as mulheres vivem relações de subordinação e violência, se as mulheres não tem autonomia sobre seus corpos, se não têm direitos sexuais e reprodutivos assegurados e se continuam excluídas dos espaços de poder e representação política (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 41).

Esse debate parece ressoar o III ENA que conclamou que “Sem Feminismo não há Agroecologia” e fez constar na sua carta política a seguinte declaração:

Fortalecidas nos processos de auto-organização e atuando em diversos movimentos e redes, as mulheres reunidas no III ENA reafirmam o lema “sem feminismo não há agroecologia” por compreenderem que a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico, de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação da vida social e política em suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade (CONTAG, 2014).

A agroecologia sobressai no novo modelo de desenvolvimento proposto pela Marcha das Margaridas e ganha uma dimensão importante expressa pelo protagonismo das mulheres nessa discussão.

Não só com a responsabilidade, o papel das mulheres na produção agroecológica. Mas que é possível, e a gente sabe que é... a diferença que faz esse compromisso e a gente, com certeza, as mulheres fazem a grande diferença. Até por sermos as guardiãs da biodiversidade das sementes, de todo um processo que infelizmente a propriedade que geralmente sempre guarda é o quintal produtivo. (...) da agroecologia (...) inclusive né, a forma de produção que a gente considera que é possível essa relação harmônica que também tem a ver com os bens comuns. Que é essa relação harmônica com o meio ambiente, com o espaço onde você vive. Porque uma coisa envolve a outra (Matilde, 21/10/2016).

Da mesma forma que a defesa da terra como um bem comum, a agroecologia também foi destacada pela sua dimensão igualitária. Há particularidades que se referem à valorização das práticas produtivas e ao reconhecimento de uma relação distinta que as mulheres mantêm com a natureza. Seus vínculos com a agroecologia não se estabelecem apenas na contraposição ao modelo do agronegócio e suas tecnologias devastadoras dos bens naturais, mas pelas suas práticas preservacionistas:

Fazer esse debate de contribuição e também chegar na prática. Que significa essa relação harmônica com o... e, também, no caso da produção agroecológica que ela cumpre aí. Não só com a contraposição com o modelo hegemônico que vem com as suas tecnologias... são as grandes revoluções: o *terminator*, transgênico, agrotóxico, “o pacote do mal”, como a gente costuma chamar. Então, ainda mais do que tudo, é uma forma de contraposição ao modelo hegemônico imposto no próprio... com muita responsabilidade que significa defender essa soberania alimentar das pessoas, né. (...) A Marcha colocou um debate aprofundado durante esse momento de que sem feminismo também não há agroecologia. Porque não dá pra fazer esse olhar... num modelo de desenvolvimento de contraposição. Como é que pensam as mulheres de produzir agroecologicamente, mas ainda onde as mulheres têm autonomia... numa posição de violência. Então, também não dá pra simplesmente dizer que é o modo de produção. (Matilde, 21/10/2016).

A agenda da agroecologia entra de forma distinta nas organizações integrantes da Marcha e, por isso, a seguir, abordo o debate presente em dois dos movimentos sociais autônomos investigados nesta pesquisa, o MMTR-NE e o MIQCB, o que permite entender os distintos significados, pesos e investimentos realizados pelos movimentos envolvidos na Marcha das Margaridas neste tema.

Até 2007, o debate que o MMTR-NE realizava nesta área era parte das reflexões sobre as relações de gênero e o meio ambiente. O movimento ainda não assumia a agroecologia como princípio de ação.

Era meio ambiente. Das discussões que participo e de que participei e o do que a gente vê aqui. Não é assim um movimento assumido como agroecologia. Por exemplo: é o

movimento... são as mulheres, né. Não diferenciava do que era a agroecologia do orgânico, por exemplo. Entendeu? Então, porque... é... bom, mas não era produzido de forma respeitando os princípios da natureza, “não sei o quê”, de forma natural, orgânica? A gente: “não, tá”. Mas a agroecologia não é só produzir dessa forma. Mas daí a gente começa a criar uma série de questionamentos. Aí tanto o “Heife” apóia essas discussões, financia, banca financeiramente na... No programa que a gente tem com o movimento... que a gente tem, que é geração de renda, e a gente começa a discutir muito fortemente essa coisa da agroecologia. E discutindo, tipo assim, pronto, “é geração de renda. “Mas a partir de que modo de produção?” A gente começa a questionar isso muito forte. Como também pela própria pessoa da Marilene (...). Ela participa diretamente das formações e ajuda muito nesse processo. Então, é... não... não saberia dizer assim, se a “Heife”, num outro lugar teria. (Rosa, 30/8/2016).

A ação de meio ambiente era parte dos programas que haviam se constituído após a experiência de formação do MMTR-NE iniciada nos anos 1990. Havia, ainda, o programa de geração de renda, que em 2008 havia provocado discussões sobre o modo de produzir e sobre a necessidade de fortalecer uma posição de resistência à industrialização dos alimentos, um tema que era muito forte na primeira geração do movimento.

O contato com outros movimentos sociais de mulheres, especialmente a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas a partir do ano 2000, fortaleceram essas reflexões.

E aí começou com... Aí, o movimento já tinha as... O movimento já começava a discutir junto com os outros movimentos, desde a marcha de 2000, a Marcha Mundial. Já tinha a história da Marcha das Margaridas e tudo ma... E, essa coisa assim, já... vinha acontecendo. Eu acho que na construção da Marcha de 2011... foi muito forte. E, aí, a gente começou a discutir aí... muito... discutir a questão. Diria assim: de entender do feminismo e superar as discussões das relações de gênero. (Rosa, 30/8/2016).

A associação a que se refere Verônica com a agroecologia e o feminismo merece um destaque já que o MMTR-NE é parte da Marcha das Margaridas, ambiente em que esse debate ganhou muito mais força. Elas desenvolveram um trabalho importante de sistematização das suas experiências, que deu visibilidade às novas práticas que realizavam em seus territórios de atuação.

Acho que o primeiro grande desafio foi quando a gente pensou de fazer a sistematização das experiência agroecológica nossa, que foi um dos boletinhos. Foi uma experiência fantástica. (...). Então, o que foi que a gente fez? Pegou é... as mulheres, levamos pro Sertão de Alagoas... Num momento que lá tava uma seca terrível e isso tinha um propósito do aprendizado. Porque muitas mulheres, aqui no Nordeste não sabe o que é seca. Não sabe o que é falta de água de jeito nenhum. E, aí, a gente foi pra uma comunidade é... Lá na comunidade tinha um açude, mas o açude não tem água pra beber... Mas tem uma

experiência agroecológica que dependia do açude [risos]... Enfim... e foi aqui vizinha dessa comunidade só que essas mulheres criam ovelhas (...) Pedimo ajuda, o apoio do Sabiá e o Sabiá nos apoiou (...) Lau facilitou uma, facilitou uma oficina com essas mulheres de como fazer uma sistematização dessa experiência (...). E, aí, depois tinha essa outra experiência que era vizinha (...). Ou seja, a gente na prática de como era que a gente fazia isso. Como é que tirava foto. Como é que fazia não sei o quê. De tudo e tudo. A partir daí todo mundo agora vai ter que voltar pro seu estado e fazer essa mesma oficina e fazer essa sistematização de experiência no seu estado. E, aí, a ideia era termos nove experiência e aí a multiplicação disso. Resultado: saiu doze boletins e a multiplicação disso. E, aí, é... e assim, todos que participaram se achando a sistematizadora. (Rosa, 30/8/2016).

Em 2011, quando o MMTR-NE completou 25 anos, esse tema ganhou centralidade na agenda do movimento e uma publicação comemorativa divulgou as experiências registradas pelas próprias mulheres que as praticavam. Uma ação que integrava a busca de novas práticas, a valorização de saberes e que afirmava o protagonismo das mulheres:

Aí, quando vai fazer o livro do 25 anos. Como é que vamo fazer? Chamamo todo mundo e todo mundo vai fazer a partir de... de todas... Aí, que junta os boletins todos... (...) não aí já é... Cada estado a gente escolheu porque cada estado vai contar a história do estado ligado com o tema. E as próprias ... tinha que fazer, e aí tinha pessoas pra ajudar a escrever não sei o quê, a diagramar. Mas as próprias mulheres que tinham que construir. E, aí, fizemos essas cartilha também. Isso foi legal porque agora, quando a gente foi fazer o filme a gente disse: “vamo fazer do mesmo jeito”. Aí juntamo todo mundo numa oficina aqui, que foi a de comunicação. Aí, todo mundo vai aprender a lidar contudo, e depois vai fazer... e voltar pros estados. E deu super certo. (Rosa, 30/8/2016),

A agroecologia pode ser considerada uma investida clara do movimento numa agenda ampla de transformação do Brasil Rural, mas elas estavam sempre atentar ao foco de atuação do movimento, que era a construção do sujeito político a partir do feminismo.

Por exemplo, quando a gente vai falar, vai discutir nos espaços da agroecologia e blá blá blá, não sei o quê, digo: “gente pro movimento o importante não é se essa couve é sadia não, a couve é só uma coisa da gente chegar nas mulheres”. Pra nós o importante é as mulheres, não é a couve não. Então, assim, entendeu? Porque não é, mesmo na agroecologia. O sujeito não é a agroecologia, o sujeito são as mulheres. (Rosa, 30/8/2016).

Um feminismo agroecológico integra o debate da dimensão ética dos sistemas produtivos na agricultura, pois a partir da idéia da transformação do conjunto das relações sociais e das relações com a natureza inclui a mudança nas relações de gênero. Não é possível ser respeitoso com a natureza e não o ser com as pessoas.

Agroecologia, eu acho que, que dentro da ecologia que não tá a questão da soberania alimentar, questão da soberania alimentar... questão da, como posso dizer, da soberania

alimentar que inclui monte de coisas, né. Por exemplo, quando eu sou, eu moro num determinado comunidade, que eu tenho e você não tem e a gente troca, isso faz parte da soberania alimentar. E, se existe agroecologia pra mim sem isso, não é agroecologia. E, aí, essa discussão é feita no movimento. Tudo não é coisa fácil. Não é fácil entrar dentro das famílias, por exemplo, da minha família eu faço isso, mas tem sobrinha que não faz, entendeu. Deixa, deixa, por exemplo, tem uma produção lá deixa se acabar e não tirar e não dividi com a família e aí essa é grande coisa. Eu vejo a discussão bem mais profunda hoje, bem mais profunda. Agora a prática a gente sabe que tudo, né, existe a prática. Mas a gente não pode dizer que é cem por cento, nada é cem por cento. (Sandra, 12/8/2016).

O MMTR-NE considera a agroecologia, também, a partir da inserção das mulheres na economia e, em particular, nos chamados quintais produtivos. Ao destacar a necessidade de repensar a relação produção-reprodução, o espaço doméstico é considerado para além do espaço das casas/moradias e é estendido para a comunidade.

Dessa maneira, o MMTR-NE passou a articular os programas de meio ambiente e de geração de renda, e esses, por sua vez, ganharam uma dimensão mais ampla em direção à economia e ao modelo de produção.

Nesse novo ambiente de reflexão o MMTR-NE adentrou no debate feminista e na articulação de processos de construção de práticas e saberes por outro modelo de agricultura. Como esclarece a atual secretária executiva do MMTR-NE, não é a agroecologia em si, já que se trata de um tema familiar entre as mulheres da base social desse movimento, é a construção de um saber próprio protagonizado por elas a partir da identidade com o feminismo que seria responsável pelas transformações vivenciadas:

Então, assim, não vai vim mais uma pessoa que faz e que é a onda do saber... Nesse momento, a gente futuro, não sei... mas assim, mas a gente vive ainda nesse momento de que nós precisamos ser (...). O saber é nosso. Então, a gente tem que aprender a também é... registrar esse saber, sabe? Claro que isso que não é um processo tão simples e requer, inclusive, condições financeiras pra você fazer tudo isso. Mas, é... não será o financeiro também que é o determinante pra isso. É um novo aprendizado e um novo momento que a gente tá vivendo. E, aí, eu acho que esses aprendizados trouxe muito pra gente da reflexão do que é esse construção do que é esse feminismo rural. Acho que assumir como feminismo, numa pauta rural, acho que ele é muito marcante, digamos assim, pra... pra... pra história nossa recente das mulheres (...) e com agroecologia é claro, né. Com as mulheres rurais é, é... chover no molhado, né. Porque as mulheres dão um show! (Rosa, 30/8/2016).

Essa agenda permanece ativa no MMTR-NE como se pode verificar na “Carta Política do Encontro Comemorativo dos 30 anos” de existência do movimento, realizado em 2016:

Nós mulheres produzimos alimentos saudáveis, garantimos a segurança alimentar e nutricional e somos guardiãs da socioagrobiodiversidade. Atuamos em nossos territórios com práticas de reciprocidade e solidariedade e transformando o viver a partir dos princípios da economia feminista e solidaria. Queremos mudar radicalmente a divisão sexual de trabalho que sobrecarrega as mulheres, limita nossa autonomia econômica, invisibiliza nossa importância para a economia e a vida, destina a responsabilidade exclusiva do trabalho doméstico e de cuidados para nós, mulheres, e desresponsabiliza os homens. Reafirmamos a agroecologia como um modo de vida e um projeto econômico político cultural da agricultura familiar e camponesa protagonizado pelas mulheres. Defendemos a soberania dos povos, combatemos e denunciemos todo tipo de violência contra a mulher e a mercantilização dos nossos corpos, vidas e territórios (MMTR-NE, 2016).

Debate que reposiciona as mulheres a partir das relações com a economia, a natureza e os valores.

O Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é reconhecidamente o primeiro movimento de mulheres que abordou a pauta ambiental na sua defesa de preservação dos babaçuais. Por se tratar de um movimento extrativista, a produção de alimentos a partir de práticas agrícolas estava presente de maneira muito secundária em sua agenda. O trabalho do roçado em regiões onde se pratica a extração do babaçu sempre contou com a presença das mulheres, mas com um protagonismo maior dos homens, conforme abordado anteriormente.

O movimento continua tendo como foco de atuação o fortalecimento do sistema produtivo do babaçu, mas para apoiar a permanência das mulheres quebradeiras de coco na atividade investem na diversificação econômica. Faz isso para ofertar outras formas de geração de renda para as mulheres de sua base social, nos momentos que necessitam complementar o babaçu, em função do ciclo de vida do grupo familiar que integram ou em eventuais dificuldades na extração e beneficiamento do babaçu:

De todas famílias de quebradeira de coco... porque eu... eu preciso ficar em casa porque meu filho vai pra, pra escola né, eu não tenho com quem deixar. Então, marido vai pra roça no serviço mais pesado e eu tenho que ficar em casa. Enquanto to em casa que o filho está pra roça, pra escola, aí, eu vou é, cuidar da minha horta (...). Eu vou fazer o almoço e eu vou, também, as vezes na tarde quebrar o coco, né. Então, eu quebro o coco, no final de semana eu tiro o azeite, na semana eu tiro o mesocarpo no grupo. Então assim, (...) além de ter o trabalho coletivo no grupo, né, também tem a quebra do coco em casa, ou no mato, que se quebra também todo mundo junto né (...). Então, assim, o babaçu em si é o forte na nossas vidas pra o (...) A gente diz que é o complemento, mas assim, sobreviver sem ter... esse e outro questão. Por isso que a questão do... na verdade é o que a gente faz. Se não tiver o babaçu fica muito difícil. A... a gente... agroquintal também. É pra que no período de que

não teja o babaçu, não tenha, teja mais difícil, né, a mulher tá na outra, outra opção. (Aparecida, 17/8/2016).

A partir de um claro investimento do MIQCB, na diversificação das atividades produtivas, iniciam em 2010 o projeto dos agroquintais para ofertar alimentos ao programa de compras públicas e garantir renda às mulheres. A atual coordenadora regional do MIQCB, explica o projeto:

O agroquintal a gente diz, oh! O agroquintal é um projeto que é pra se trabalhar e a gente vai dizer, é galinha, é com horta, é com prantas frutíferas, é com prantas ornamentais, ou é com prantas pra... pra reflorestamento. Aí, quem vai dizer são as famílias, porque é agroquintal (...). Também tem o apoio, que também tem o técnico que vai dar todo durante dois anos assistência técnica de como se trabalhar. Tudo isso também, né, são projetos que... que a gente vem, né, fazendo voltado pra essa linha, pra que a gente consiga melhorar justamente a renda da família. Porque, assim, pra mim ter acesso a uma política pública a... as políticas, a gente precisa ter esse, ter, né. Então, assim, pra mim ter o que oferecer, e o município dizer, ahhh! não tem isso, não tem aquilo. (Elisabet, 13/9/2016).

Os resultados econômicos positivos obtidos com o projeto foram responsáveis pelo fortalecimento do MIQCB:

Quando a gente tava no projeto do ATES [assessoria técnica, social e ambiental].. é, em Condor, a gente conseguiu fazer com que, o pessoal lá, as meninas de ATES conseguiram fazer com que o pessoal de Condor produzisse e levasse pras feiras, né. Então, eles começaram, “que produzia muito timidamente”. Mas aí eles tavam lá, começaram a censurar e tudo, e as mulheres e os homens começaram a produzir e levar pra feira. Aí, depois a gente começou a ver assim, quando chegava no final da feira eles faziam um... um relatório. Escreviam tudo que tinham vendido e tudo. Aí, assim, pra gente, era saudável quando eles diziam: “na feira tal eu fiz mais de um salário”, “eu fiz o dinheiro de um salário do mês em uma feira”. Aí, a gente falava: “ah, mais isso é muito bom pro MIQCB gente, é, a gente tá satisfeita” (...) Assim, e era cada depoimento, era uma feira muito alegre. Lá o povo cantava, dançava, e o povo da cidade vinha e comprar, assim, porque sabia que aquele produto ali era um produto que não tinha agrotóxico. (Anunciada, 18/8/2016).

Com o projeto além de incrementar os seus rendimentos, passaram a discutir a necessidade de adotar práticas de preservação da natureza nas atividades que desenvolviam, como recusar o uso de venenos e agrotóxicos e conscientizar as comunidades e seus companheiros para a produção sustentável e os cuidados com a saúde.

Então, a nossa discussão sobre agroecologia no MIQCB, ela... ela começou em 2010. Como eu tô dizendo, parece que foi em 2010 (...). Nós temos que ter a nossa política da agroecologia, né. Como é que a gente vai trabalhar os nosso produto... e nós vamos oferecer no mercado o nosso produtos sem agrotóxico. E a gente conscientizar essas

famílias nas comunidades, e, principalmente os homens a não usar o... o agrotóxico, se fazer uma roça orgânica, né, o agroquintal orgânico, né, a produção orgânica, agroecológico. (Elisabet, 13/9/2016).

A agroecologia entra de maneira específica na agenda das quebradeiras de coco de babaçu. O que se inicia como uma complementação de renda se transforma numa extensão dos cuidados de preservação dos babaçuais para as práticas agrícolas nos quintais e nos roçados e realizaram um trabalho de conscientização sobre as práticas saudáveis de produção.

Tomando como ponto de partida o debate sobre agricultura alternativa e, mais tarde, sobre ecologia, os movimentos sociais envolvidos na Marcha das Margaridas foram ampliando o debate sobre a sustentabilidade da agricultura e suas conexões com as transformações mais amplas e os direitos das mulheres, incorporam novos valores, e o bem como comum e associam a esses novos conceitos um novo protagonismo das mulheres.

Esse debate está relacionado com a relação e as mulheres e seu engajamento no movimento agroecológico apresentado por Guetat-Bernard (2014), em referência aos movimentos sociais de mulheres no Norte e no Sul no mundo e a visão sistêmica das suas reivindicações:

Os movimentos sociais de mulheres, tanto no Norte como no Sul (...) lutam por uma articulação entre agricultura que as mulheres praticam e sua célula familiar, o território no qual está inscrita sua atividade, a terra cultivada, a qualidade da produção alimentícia vegetal e animal associada a uma reflexão sobre os efeitos dos modos produtivos sobre o mundo vivo animal (SALMONA, 2003) e vegetal (HOWARD, 2003; MOMSEM, 2013; PIONETE, 2005). Esse combate das mulheres não é específico delas, mas é precoce e construiu-se na articulação do conjunto dessas reivindicações segundo uma visão sistêmica, é essa vivência, transporta ao combate político e sindical, que dá uma coerência ao engajamento das mulheres (GUETAT-BERNARD, 2014, p. 287).

A autora destaca, ainda, como o engajamento ecocidadão que realizam articula mudanças morais com transformações políticas, fazendo com que a agenda ambiental passe a compor uma reivindicação de base material pela degradação registrada. (GUETAT-BERNARD, 2015).

6.2.3 Água

Para concluir a análise do tripé do novo modelo desenvolvimento, nos termos apresentados pela Marcha das Margaridas, abordo a defesa da água.

Na primeira edição da Marcha (2000) a referência a esse tema estava focada na garantia de acesso à água pela população do semiárido nordestino com a proposição de construção de poços artesianos nas comunidades rurais. Na segunda edição (2003), é perceptível uma mudança de tratamento deste tema que ganhou importância e passou a se constituir em um dos eixos prioritários da pauta, intitulado “Meio ambiente como foco na sustentabilidade do manejo das águas e agroecologia” (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2003).

Em 2007, a Marcha estabeleceu uma maior articulação das lutas por terra, água e agroecologia e assumiu a defesa da água como um bem público destinado ao consumo humano e à produção de alimentos; contrapôs-se à sua privatização e às ações de transposição de bacias; defendeu, em seu lugar, a construção de cisternas e de outras tecnologias de captação e de armazenamento de águas, a revitalização dos recursos hídricos e a gestão participativa (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2007). Nesse momento, reafirmaram as demandas por água para o semiárido, mas alargaram essa pauta para todas as regiões do país:

É necessário fortalecer a luta pela democratização e qualidade da água, preservação dos mananciais, recomposição de matas ciliares, dentre outras ações para garantir o amplo acesso à água com qualidade. Para tanto, se faz necessária a adoção de estratégias e políticas diferenciadas que garanta o acesso à água nas diversas regiões do país, atendendo à diversidade sócio ambiental, a exemplo da estratégia de convivência com a seca no semiárido (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 12).

Essa mudança estava relacionada com iniciativas dos movimentos sociais do campo, principalmente da Articulação do Semiárido Brasileiro, uma organização que reúne mais de três mil organizações da sociedade civil entre ONGs e movimentos, com o objetivo de promover a convivência com o Semiárido em 10 estados⁶², experiências que têm sido indicadas por estudiosos como práticas renovadas de extensão rural, à medida que se apoiam na participação e no associativismo (AMORIM e PIRES, 2010).

⁶²Os estados são: Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Mais informações sobre a ASA ver: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>.

Neste campo também ocorreram experiências de auto-organização das mulheres, especialmente, por meio das experiências desenvolvidas pelas mulheres na gestão de tecnologias sociais de captação e armazenamento das águas de chuvas.

A Marcha, naquele momento, exigiu medidas reparatórias dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos, como a contaminação dos recursos hídricos e do solo por agrotóxicos, o comprometimento da biodiversidade e a expulsão das populações rurais e ribeirinhas causadas pela construção de hidrelétricas e barragens, e pelo agronegócio, na monocultura em grande escala de eucalipto, soja e algodão⁶³.

Nessa edição a Marcha buscou organizar lutas relacionadas à medidas legislativas que assegurassem o livre acesso da população aos recursos hídricos, independente deles estarem em área privadas; por meio de lei federal, além de propor uma frente de atuação específica:

As mulheres trabalhadoras rurais vêm participando ativamente das estratégias de convivência com o semiárido e de ações que protegem e defendem a água de qualidade para todos nas diversas regiões do país. A Marcha das Margaridas 2007 propõe uma ampla articulação dessas ações e das organizações de mulheres trabalhadoras em defesa da água (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2007, p. 12).

Na quarta edição da Marcha (2011), além de reafirmar essas reflexões inclui, de maneira mais aprofundada, a condição distinta das mulheres nessa agenda, pela responsabilidade que tem, na maioria dos casos, para garantir o abastecimento de água das famílias e pelas práticas de proteção de nascentes e mananciais que asseguram a conservação e o uso da água (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2011, p. 21):

Não é possível construir agroecologia sem terra e sem água de qualidade, e as práticas agroecológicas preservam a terra e a água, que a agricultura tradicional, a monocultura e o agronegócio vem destruindo. Há muitas lutas no mundo em torno da questão da água e o enfrentamento dos problemas ambientais tem sido pautado, principalmente pelas mulheres, que assumem maior responsabilidades com o futuro das novas gerações. (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2011, p. 15).

⁶³A pauta da Marcha das Margaridas em 2007 incluía, também, o estímulo e a garantia da participação das mulheres nos conselhos de meio ambiente e nos comitês de bacias hidrográficas e nos espaços de formulação e gestão das políticas de manejo sustentável dos recursos hídricos; a criação de políticas de educação ambiental e sensibilização sobre a utilização adequada da água (MARÇA DAS MARGARIDAS, 2007).

A Marcha de 2015 manifestou uma grande preocupação com a mercantilização desses bens naturais e denunciou as práticas discriminatórias do Estado na concessão de uso, a contaminação das águas em função da expansão dos monocultivos e as restrições de acesso à água pela construção de açudes em terras privadas.

A outra questão é a defesa da água, que a gente sabe, né? Que as mulheres, a diferença que fazer esse debate [...] envolver não só a defesa de água como... a falta do Nordeste, diríamos assim, né? De água pro consumo, pra produção, mas também a defesa da água como parte desse bem comum que é um direito de todos. Então, desde o direito do acesso à água potável [...] como da Amazônia, né? Tem água de monte e muitas das vezes não mais pra casa, né? (...)contaminado aí, pelos (...), contaminados pelo mercúrio, contaminados por um monte de coisas [...] morar em cima da água e não ter direito de tomar a água de [curso?] saudável. Então ficou um debate mais amplo em torno da questão da água, e da defesa, também, como bem comum, mas que também preponderante pra quem né... pra agricultura familiar não adianta uma propriedade se eu não tenho água, também não tem ciclo [?] de vida... todo um processo que tá correlacionado como uma questão central... (Matilde, 21/12/2016).

Além dessas reivindicações as Margaridas se somaram à luta contra a implantação do perímetro irrigado na Chapada do Apodi, na divisa do Rio Grande do Norte e o Ceará para a produção de frutas por empresas do agronegócio.

A defesa da água apareceu vinculada ao acesso e à qualidade, alvo cada vez mais ameaçado pelo cerceamento praticado pelo agronegócio dos territórios rurais. A água, como bem natural, passava ser uma condição necessária para a afirmação da autonomia da agricultura familiar, assim como no caso da terra, e, mais uma vez, afirmava-se o lugar distinto das mulheres.

A ênfase nos bens comuns e o reconhecimento do lugar distinto das mulheres na relação com estes bens já foi destacada na literatura feminista por Federice (2014) e o papel assumido para resignificar as relações de gênero e afirmar o protagonismo das mulheres na defesa desses bens.

As reflexões apresentadas sobre a terra, a água e a agroecologia e suas especificidades para as mulheres estão relacionadas a um modo distinto de compreender as desigualdades de gênero e às lutas por sua transformação que transparecem nas organizações e movimentos nos quais se engajam, que descrevo mais a frente.

6.3 A AÇÃO COLETIVA DAS MULHERES DA VIA CAMPESINA BRASIL

Nesse tópico abordo outro espaço de articulação dos movimentos de mulheres rurais, aquele formado pelas mulheres da Via Campesina, constituída por vários movimentos sociais mistos e movimentos autônomos de mulheres rurais. Focalizo o olhar em dois movimentos investigados nesta pesquisa, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o MST. Trata-se de um campo de ação política, também, diverso internamente e que tem sido responsável por iniciativas conjuntas relevantes e por um debate sobre temas como parte de um esforço comum de elaboração programática.

Nesta análise destaco três temas que são centrais para entender esses movimentos e sua proposição feminismo camponês e popular da Via Campesina no Brasil: a luta contra o modelo capitalista de agricultura e as mulheres; o projeto de reforma agrária popular e sua relação com o feminismo camponês e popular; e, a alimentação saudável e o cuidado.

Após a realização da II Mobilização Nacional de Mulheres, em março de 2001, sob o lema “Mulheres Trabalhadoras Rurais Construindo um Novo Brasil”, e dos acampamentos estaduais de mulheres em 13 estados de distintas regiões do país⁶⁴ (MST, 2010a) as discussões prosseguiram em 2002 debatendo, principalmente, o projeto neoliberal e o projeto popular, e seus desdobramentos na agricultura do país.

Nesse período, quatro elementos devem ser destacados: a constituição do Movimento de Mulheres Camponesas; a mudança qualitativa no trabalho de auto-organização das mulheres do MST, com as ações de formação e organização que repercutiram na elaboração do projeto popular de reforma agrária e sua articulação com o feminismo; uma reconfiguração da articulação das mulheres da Via Campesina que ganhou expressão com a ação realizada na Aracruz Celulose; e um conjunto de iniciativas internacionais da Via Campesina, que repercutiram na incorporação do feminismo de um modo particular associado à elaboração do projeto de agricultura camponesa sustentado na afirmação da soberania alimentar.

⁶⁴Os acampamentos ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Maranhão, Sergipe, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Alagoas.

6.3.1 O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Olha para estas mãos
De mulher agricultora. Esforçadas mãos de semeadora
Mãos que trazem marcas do trabalho
Muitas vezes sem trato e sem carinho
Mãos que varrem e cozinham
Íntimas do semear, do arroz e do feijão
Semeiam e cultivam sementes crioulas de hortaliças
Para melhorar e qualificar a alimentação
Mãos doces...jamais ociosas
Fecundas.
Imensamente ocupadas
Mãos laboriosas
Abertas sempre para dar ajuda

(Trechos do poema Mãos de Semeadoras de Cora Coralina com adaptação de Ana Elza)

O MMC surgiu de movimentos autônomos de mulheres rurais estaduais e regionais de diversos estados e da decisão de criar uma dinâmica interna com uma autonomia maior autonomia daquela experimentada na ANMTR. Uma decisão carregada de ousadia, mas também de conflitos:

Quando a gente decide pelo movimento isso não foi tranquilo internamente na Via Campesina, porque tinha compreensão que a gente ia rachar os movimentos, que as mulheres, a gente tava, a gente ia rachar e diminuir forças, não sei o quê. Então, cada fala mais ruim que a outra e houve muito boicote internamente. A gente sofreu pra caramba. Então, quando falava uma companheira, começa a... “lá vem a fala das professorinha”... “vem a fala da comandante das mulheres”. A gente ouvia isso dos nossos companheiros. Então, assim, não foi tranquilo nem dentro da Via Campesina, não foi tranquilo (Elisa, 23/5/2006).

A sua constituição acarretou uma importante mudança político-organizativa na articulação das mulheres afinadas com a Via Campesina, pois consagra o fim da ANMTR e isso abriu passagem, poucos anos depois, para outra forma de articulação das mulheres desse campo de ação política:

2004, com a criação do MMC, é um pouco... a articulação se desfez, acabou [risos]. É porque, até 2000, a organização desse acampamento nacional era a associação nacional, né, a articulação nacional, a ANMTR, que tava protagonizando, organizando isso. Não é isso? Aí, em 2004, com a criação do MMC, aí, a articulação foi perdendo um pouco o seu... o seu sentido de ser. Porque também o MMC, um importante movimento, também tinha necessidades de se afirmar como movimento nacional. Então, eu acho que a partir daí, nós deixamos de nos articular como articulação nacional... as mulheres... e aí fomos criando esse debate de nós criar uma articulação das mulheres da Via Campesina. (Maria Rita, 21/9/2016).

O MMC emergiu no lastro de uma longa história de lutas sociais iniciadas ainda no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, especialmente, na região Sul do país, mas também em outras regiões do país, associando organizações estaduais de distintas regiões que haviam participado por meio da AIMTR-Sul e da ANMTR das lutas pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora rural (nas lutas pelo direito à previdência e à documentação), pela defesa da saúde pública e programas voltados para a saúde integral das mulheres rurais, como tratado anteriormente. Com a sua constituição como um movimento nacional autônomo, além de manter essas lutas, o MMC incorporou novos elementos em sua atuação, em especial a ênfase nos temas da alimentação e da biodiversidade e sua articulação com o feminismo camponês de popular mediante a problematização do trabalho e dos cuidados. Foi muito importante nessa agenda a valorização do trabalho de cuidados de saúde nas suas famílias com o uso de plantas medicinais e a alimentação saudável.

A partir do acúmulo do debate construído pelas mulheres da Via Campesina sobre a soberania alimentar, logo após o lançamento da campanha “Sementes: patrimônio do povo a serviço do povo” no Fórum Social Mundial de 2003, bem como da ação realizada pelas mulheres na Aracruz Celulose em 2006, materializando iniciativas da Via Campesina Internacional no país, o MMC lançou em 2007, como parte da programação do Dia Internacional da Mulher, campanha pela produção de alimentos saudáveis, sob o lema “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!”. O objetivo da campanha era:

Avançar na luta pela soberania alimentar, contribuindo no combate à fome e à miséria, tornando visível o grande potencial de produção de alimentos que a agricultura camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres neste processo e sensibilizando a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida (MMC, 2007).

A campanha foi constituída em três frentes de ação: o resgate das sementes crioulas (banco de sementes, melhoramento e troca); resgate e valorização de saberes tradicionais por meio das plantas medicinais; e a produção agroecológica (reeducação e revalorização dos hábitos alimentares, cuidado com a sustentabilidade da vida e da natureza) (JALIL, 2009). O MMC concretizou a campanha, segundo Jalil, da seguinte maneira:

As mulheres camponesas articulam diversas lutas e ações políticas. (...) a participação no acampamento nacional das mulheres pela previdência universal – Brasília, em outubro de 2007; como tema “Nenhum direito a menos: Pela manutenção da Previdência Pública

Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais” e (...) com o 8 de março de 2008, Dia Internacional de Luta das Mulheres (JALIL, 2009).

As lutas por saúde de outrora que marcaram as bandeiras da ANMTR não desaparecem da plataforma de ação do MMC como nos mostra Jalil (2009) passam agora ser direcionadas como MMC para a alimentação, a partir da defesa da soberania alimentar

O que... que vai garantir a soberania alimentar? Pra nós o que vai garantir a soberania alimentar é exatamente a agroecologia, a produção diversificada e saudável. É essa questão da garantia de que os povos tenham a suas sementes. Que eles não dependem da compra das sementes, mas que haja a capacidade de... poder manter elas... aí que entra o projeto de sociedade. (Luiza, 27/9/2016).

Uma dimensão importante do trabalho de resgate de sementes era o da formação, como ilustra o lançamento da cartilha *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas*, uma iniciativa do Movimento de Mulheres da Região Sul, na qual abordam a relação das mulheres com as sementes indicando semelhanças entre as mulheres e a natureza, a relação das sementes com o capitalismo e as ações de resistência das mulheres.

Ao destacar as relações distintas que as mulheres mantêm com a natureza o MMC identifica a existência de um poder das mulheres no trabalho de produção nos quintais, decorrente de suas práticas de preservação dos bens naturais, e considera que esse poder poderia ser alargado para o trabalho nos roçados, para a defesa da alimentação saudável e diversificada, livre, portanto, do uso de venenos e transgênicos:

Pra nós, o debate que nós estamos fazendo, o quintal não delimita um pequeno espaço. O quintal é um espaço que as mulheres detêm poder. Tem autonomia. Mas nós queremos fazer com que as mulheres consigam ali, nas suas unidades de produção, avançar pra além do quintal, né. Que elas consigam ter poder político, poder de... de contribuir na decisão de que avance no sentido da diminuição do uso de veneno, de transgênicos e tudo mais. Então, há uma estratégia ali, de avanço. Por isso que nós... nós queremos avançar com as novas relações de gênero. Nós precisamos urgentemente avançar com a diminuição... dos transgênicos, produzir mais diversificado e saudável, de sair da condição de uma produção de mono, né, ?ou soja ou milho ou gado. Nós precisamos produzir mais diversificado e a partir da realidade de cada região e tal. E nisso, precisa também, ... os saberes que as mulheres tem, desde produção, desde a... industrialização artesanal, desde, enfim. É um outro olhar e a partir dos territórios, a partir dos nossos espaços, a gente tá construindo essa autonomia. (Luiza, 27/9/2016)

O MMC incorporou em sua reflexão sobre a relação com o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico, a necessidade de socializá-lo. Ao valorizar o tema dos cuidados das pessoas buscavam uma maior solidariedade entre as pessoas na realização desse trabalho.

La dizer que uma das grandes lutas é... de que a... essa questão dos... primeiro que nós defendemos, que é fundamental essa questão da solidariedade, do cuidado e tudo mais. É que todo mundo merece ser bem cuidado, né. As crianças, os idosos, os doentes, a terra, enfim. Mas... a casa e por aí. Mas que esses cuidados, eles devem ser partilhados. Deve ser uma distribuição de tarefas entre o grupo que... tem a convivência, vamos dizer assim... Então, nós trabalhamos o valor do cuidado de uns com os outros (Luiza, 27/9/2016).

E para diminuir a carga sob responsabilidade das mulheres ele deveria adquirir um caráter público e o Estado deveria se tornar responsável e, por isso, demanda a oferta de equipamentos públicos.

Mas nós defendemos essa questão. Primeiro, de que ele seja partilhado, que ele seja distribuído e, daí, vem a questão, também, de avançar com o papel do Estado, com certos cuidados que são atribuídos individualmente às mulheres. (Luiza, 27/9/2016).

As lutas dos movimentos de mulheres rurais pelas bandeiras prioritárias ganharam um novo sentido, passando a integrar uma ampla transformação do campo.

Eram pautas que hum! [silêncio]... não era muito prioritária. Assim, você olha muito mais da nossa constituição dos nossos movimentos que era luta do crédito, era luta da reforma agrária, mas discutir modelo de agricultura....discutir venenos, essas coisas não. O que colocou em cheque tudo mais depois dessa ação, mas também que já vinha, havendo. A gente vinha tocando, né, porque nos estudos que a gente fazia, a gente já se dava conta, estuda conta da perda, de... de variedade de alimentos, por exemplo. Assim, a gente sempre reforça isso na campanha de alimentação saudável, né, que é.... hoje a gente se alimenta basicamente de 5 tipos de cereais, enquanto a gente tinha mais 30 tipos de cereais. Portanto, foi perdendo isto, né, que era por conta dessa padronização da agricultura muito homogênea, muito que estava em curso no Brasil, né. Enfim, acho o que fortaleceu junto com as outras organizações, inclusive, há bastante, foi a pauta de transgênicos (Elisa, 23/5/2016).

Percebe-se, assim, como o MMC privilegiou em sua ação política a agenda da soberania alimentar e da agroecologia a partir da alimentação saudável e ao destacar a importância da agrobiodiversidade resgatou o papel desempenhado pelas mulheres. Uma característica relevante da elaboração do MMC que se refere à relação das mulheres com a natureza e o cuidado na articulação da agroecologia e a soberania alimentar. O resgate das sementes e a defesa dos cuidados com a terra na produção de alimentos apareciam claramente associados ao

cuidado com as pessoas e à afirmação de valores como a solidariedade, mas também a um altruísmo e uma intimidade das mulheres com a natureza, como nos ilustra o poema mãos de semeadoras transcrito neste item. Esse último aspecto remete a reflexões importantes presentes na literatura acadêmica no Brasil e no mundo. Na valorização dos “saberes locais” que resultou da valorização das preocupações ambientais e da valorização dos distintos saberes, e não apenas dos científicos, haveria um perigo de reificação do local, que poderia provocar “um risco de confinamento das mulheres”, e, por isso o “termo deveria ser empregado com cuidado”(GUETAT-BERNARD, 2014, p. 289).

A seguir, passo a descrever como, nos anos 2000, as lutas contribuíram para mudanças qualitativas, no trabalho de auto-organização das mulheres do MST, que ganhou um novo impulso e mais ousada na formação política e nas mudanças organizativas e de representação, transformações que repercutiram nos debates programáticos sobre a reforma agrária e sua articulação com o feminismo.

6.3.2 As mulheres no Movimento dos Sem Terra

Segundo a classificação adotada na construção da linha do tempo da história das mulheres do MST o período que se iniciou em 2001 foi considerado como um período de qualificação da participação das mulheres no MST e de busca de um protagonismo feminino na luta contra o capital: “Feminismo e Socialismo passam a ser a base do processo de formação das lideranças femininas, conceito de gênero deixa de ser o eixo central desse processo” (MST, 2010a, p. 30).

Mudanças que estão associadas às transformações que ocorreram no plano internacional, à adoção da paridade, às transformações no conteúdo das lutas conforme já indicamos neste capítulo e uma mudança na instância responsável pela atuação nessa agenda e a instituição em caráter permanente na formação política do MST com referência no marxismo e feminismo. A seguir abordamos a adoção da paridade no MST e no as ações de formação.

A representação majoritariamente masculina foi um tema debatido com bastante peso no I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, realizado em 1996. Na ocasião elaboraram um plano de trabalho bastante abrangente que continha estratégias de

fortalecimento da participação e da organização das mulheres no MST e definiram bandeiras, estratégias e alianças, mas a representação não foi objeto de uma definição mais clara quanto aos mecanismos a serem adotados para efetivar a igualdade. Debateram a necessidade de projetar lideranças para as instâncias e dentre os objetivos específicos propunham “criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis” e “criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais, sejam distribuídos entre homens e mulheres” (MST 2010:29).

No plano internacional, um ano depois, se registram avanços nessa direção, já que em 1997, o II Congresso da CLOC, realizado em Brasília, decide pela adoção da paridade para a composição da direção. O que contribuiu para fazer o MST avançar rumo a uma representação com maior igualdade de gênero:

Então, o movimento também participa de espaços internacionais. Cê vê como que... como que na luta, essa coisa que a gente aprende, a gente ensina, a gente traz pra dentro, também, as experiências acumuladas internacionalmente... Algo importante que aconteceu foi que, no congresso da CLOC, em 97, que foi no Brasil, no processo de preparação do congresso, a gente decidiu tirar como linha política, que cinquenta por cento de parte... dos participantes do segundo congresso da CLOC, tinha que ser mulheres (...) Isso foi antes, porque 97 foi o congresso... Então, nessa preparação... e também definimo por realizar uma assembléia das mulheres, prévia ao congresso (...) De modo... se todas as organizações teriam que fazer com que seus cinquenta por cento de delegadas femininas chegasse dois dias antes de começar o congresso, né... da CLOC. Então, essas definições e esse debate, que vai madurando internacionalmente e o movimento sendo parte dessa construção, dessa ferramenta internacional que é a Coordenadora Latino-americana... a Via Campesina, então, isso também vai gerando instrumentos de pressão interna. Ora, como é que a gente decide num espaço internacional cinquenta por cento e internamente a gente não tem. Tudo isso vai somando positivamente. (Maria Rita, 21/9/2016).

Maria Rita, que já coordenou o setor de gênero e foi a segunda mulher dirigente nacional do movimento, relata um pouco do processo de transformação pela qual passou a representação política no MST:

Nesse período, vamos dizer, nós também já tínhamos um processo de encontro nacional das mulheres sem terra... nós tínhamos... 96, nós fizemos nosso primeiro encontro nacional de mulheres militantes do MST. Então todo esse debate vem sendo forte e diz, “poxa, se nós somos’ mulheres construtoras desse movimento, tomos’ ombro-a-ombro construindo”, porque a nossa direção é muito... quer dizer, que mensagem envia (né?) (...) Se temos duas mulheres e todos os demais, homens. Esse debate vai vindo pra dentro do movimento. E vai vindo de uma forma bacana. Nos espaços; nas instâncias... então o problema não é, vamos dizer assim, o problema é de fato, nós queremos que as mulheres... que as mulheres tão’ construindo, as mulheres que tem igual potencial e capacidade nessa construção. Isso foi se somando forte (Maria Rita, 21/9/2016).

Após esses acontecimentos internacionais e seus desdobramentos nas organizações da Via Campesina nos países, o debate da paridade ganha força em 2000 no processo de preparação do IV Congresso do MST, quando algumas dirigentes foram porta-vozes na direção da demanda de realização de uma assembléia das mulheres, e se depararam com uma grande resistência: “A reação foi negativa. Isso iria fragmentar a luta. Assim se as mulheres fizessem também os negros iriam fazer, os homossexuais, etc.” (MST, 2010, p. 44)

A partir desse fato, elas decidiram mudar de estratégia, mobilizaram as delegações de mulheres dos estados e confeccionam uma colcha intitulada “Retalhos da nossa História”, que foi utilizada em uma mística de apresentação do debate sobre a representação igualitária das mulheres no MST:

No congresso ocupamos um espaço fantástico de apresentação da colcha com uma mística em que trouxemos ao conjunto do congresso e a palavra de ordem: “Sem a participação igualitária das mulheres não há socialismo”. Esta tática sábia das mulheres construída nos 25 anos nos posicionando, embora com muitos conflitos marcamos nosso espaço, conquistamos respeito em todos os espaços e a nível nacional e temos uma caminhada construída de choro alegria e mais a brincar do que a chorar (MST, 2010, p. 44).

A estratégia adotada para o debate da proposta foi a de não caracterizar uma disputa de poder, por isso o mecanismo para alterar a composição da direção foi o da adição e não o da subtração da representação masculina.

A direção nacional ser composta por dois representantes por estado, sendo um dirigente homem e uma dirigente mulher. E isso foi um debate super importante no interior do movimento, entre homens e mulheres. Então assim, as vezes diziam, “então, mas dois por estado, já pensou, vai ser uma direção muito grande e aí vem o argumento financeiro, né? (...) como é que a gente garante uma reunião tão grande, três vezes ao ano [risos] (...) então são esses debates importantes, bonitos, acalorados, mas como muito conteúdo, que o conjunto do movimento (Maria Rita, 21/9/2016).

Além disso insistiam na simbologia da direção nacional para as suas bases estaduais:

E se nós queremos avançar, nós temos que mandar mensagens também, pra nós... a direção nacional tem que ter um homem e uma mulher. De modos... pra você vê como é um efeito importante, os estados têm que ter, também, é... na direção do estado, cinquenta por cento mulheres e cinquenta por cento homens. (...) Então esse foi um debate importante, tipo assim, “não, nós não queremos disputar”. Não é nem pela disputa, é porque, de fato, a gente quer firmar uma mensagem política dos cinquenta por cento em todos os espaços. Então, se não não ia ter um estado com um representante de mulheres e outros de homens. Então e o

estado... e sendo também que ter uma direção de cinquenta por cento de mulheres e sendo uma por cada estado, a gente também ia ter um espaço privilegiado de nos encontrar-nos e de nos fortalecer e de ir articulando. (Maria Rita, 21/9/2016).

Importante destacar o tipo de argumentação que as entrevistadas utilizaram para fazer valer esse direito. Elas insistiam nas contradições criadas entre a orientação do movimento em favor de uma participação igualitária, incluindo aí a composição paritária dos núcleos nos assentamentos, e a ausência dessa prática nas instâncias nacionais

É após o referido congresso, que é aprovada a paridade no MST, mais precisamente em 2005. Decisão adotada em uma reunião da coordenação nacional:

Em 2005, a coordenação nacional do MST aprova a paridade de gênero na Direção Nacional e vários estados seguem o exemplo nas direções estaduais. Atualmente, a DN está na segunda gestão com paridade de gênero e todos reconhecem como isso qualificou a direção (MST, 2010a, p. 31).

E será nos termos da decisão adotada pela Via Campesina Internacional - adição e não compartilhamento da direção que as mulheres do MST passam a compor a direção, uma proposta de ampliação que segundo justificam tinha viabilidade porque propuseram uma ampliação para “que a direção nacional fosse composta por dois representantes por estado e não apenas um. Porque nós sabia, sendo um apenas, a grande maioria...” (Maria Rita, 21/9/2016). Até 1994, o MST tinha uma única mulher em sua direção; depois daquele ano passaram a ser duas, em uma direção constituída por uma pessoa por estado.

Dentre as mudanças aprovadas também foi definida uma nova forma auto-organização. O coletivo de gênero foi transformado em setor de gênero, o que outorgava a essa instância uma maior organicidade, uma integração na direção nacional do MST e o apoio financeiro para realizar as atividades previstas da referida instância.

Após a adoção da paridade, da transformação do coletivo em setor de gênero, um outro acontecimento importante foi o debate realizado em 2006, por ocasião do IV encontro Nacional de Mulheres dirigentes do MST, momento em que analisaram a ação política das mulheres, debatem os desafios do capitalismo agrário e a ação das mulheres contra o agronegócio (MST, 2010a). Associada a esta forma de expressar publicamente as suas bandeiras, houve um grande investimento político voltado para o fortalecimento interno desse projeto, que incluía a criação

de condições favoráveis para que o feminismo fosse parte integrante da luta anticapitalista. No período recente, as lideranças entrevistadas referem-se à estratégia político-organizativa que orienta o feminismo que constroem:

O debate da ação política, ele é muito importante é... articulado com a aliança com outros grupos de mulheres. Aquilo que a gente tem dito, né: “não basta dizer que sozinha a gente dizer avançou, tem que ter o conjunto da sociedade aí nesse debatendo, pra que a gente avance com tudo”. (...) Então, eu penso que isso... fortalecer isso, como ferramenta anticapitalista tem que ter esses elementos: formação, organicidade, participação nas ações de luta e as alianças são... pra mim, são quatro grandes elementos do programa mesmo, que aí a gente tem que pensar dentro desse programa quais são as ações mais permanentes, né. Mas eu acho que elas cabem dentro desse eixo aí. (Cristiane, 14/9/2016).

No MST, a adoção do feminismo e a secundarização do uso do gênero, trouxe consequências políticas e distinções na estratégia de ação e de organização em alguns movimentos sociais. Se, antes, com o conceito de gênero elas buscavam envolver os homens na condução do trabalho e na problematização das *relações sociais de sexo*, com a incorporação do feminismo renovaram as práticas organizativas. Se, no momento anterior, elas afirmavam o gênero como a inclusão de homens e mulheres e adicionavam a essa estratégia a necessidade de manter o que denominavam de *organicidade das mulheres*, que equivalia à manutenção de espaços específicos das mulheres para debater os temas relacionados a agenda das desigualdades de gênero, com a incorporação do feminismo também em sua dimensão político-organizativa altera-se a estratégia interna:

Tem uma questão importante. Porque, assim... a gente tem até uma frase que a gente costuma dizer, no caso das mulheres Sem Terra, pra... é... pensar esses momentos, que nós vivemos, históricos, que a gente diz: “as civilizações é importante, a participação é necessária, mas o protagonismo é a condição pra mudar a realidade das mulheres. (Cristiane, 14/9/2016).

Passaram a buscar o protagonismo das mulheres na condução e implementação do trabalho, sem descuidar do envolvimento dos homens nessas discussões, já que se trata de um movimento misto, que *atua com famílias e não apenas com parte dela*, como tinha sido no passado no movimento sindical.

Em 2007 no IV Encontro de Mulheres Militantes, o Setor de Mulheres inaugurou uma escola de formação permanente sobre marxismo e feminismo para aprofundar o estudo sobre as correntes teóricas do feminismo e do marxismo, que prosseguiu, no ano seguinte, com o debate sobre conceitos básicos do marxismo e sobre o trabalho doméstico e seu valor no capitalismo;

e, em 2009, abordaram a família a partir dos modelos (burguês e camponês) do casamento e da moral sexual.

O processo formativo das mulheres é considerado pelo Setor Nacional de Gênero como um investimento fundante para a tomada de consciência, o envolvimento permanente, o aumento quantitativo e a ação qualificada das mulheres Sem Terra. A transição daquilo que se observa como participação passiva para a participação ativa e protagonista das mulheres somente se dá com a formação permanente que tenha o caráter integrador e reflexivo de formação e luta, ou seja, de formação na luta (MST, 2010a, p. 127).

Tais iniciativas estavam associadas a uma mudança conceitual, pois o conceito de gênero, que havia orientado as reflexões da ação política das mulheres do MST, foi substituído pelo de feminismo:

A gente pensou nesse curso. Porque sempre teve muita gente, nos debates, dentro da Via Campesina... por isso que já falei pra você, do que Porque um desses encontros, a gente pra poder chegar nesse nível aí, foram precisos muitos estudos. Nós criamos um curso... vixe!... agora eu tenho que me lembra a ao certo qual o ano, que eu fui pro setor de genero... a nível nacional, eu assumi o setor de gênero de dois mil e quatro a dois mil e dez...) (...) nesse período, nós criamos um curso chamado feminismo e marxismo. (...) a gente pensou uma metodologia de ser um curso aberto. Ele não tinha... ele não tem fim. Ele vai ser de acordo com a nossa temática. Nesse curso, feminismo e marxismo, que a gente... organizou, depois... isso foi depois de dois mil e seis, da ação daí movimento misto e do que é movimento autônomo, a gente sempre participou desses debates. Foi cobrada por esse debate, né? “Como é que ele avança, no movimento misto”, “essa discussão de gênero... não sabemos aonde vai dar”... “ela é muito limitada”. A gente fazia essa análise e é algo pautado nessas discussões, no movimento de mulheres, a ... teve um papel importante, nesse diálogo. A nível nacional a gente começou a participar de algumas atividades em que a temática do feminismo foi sempre presente. Qual é nossa grande questão, assim, como eu te disse, depois dessa... dessa... digamos, dessa dificuldade que nós temos, entre as mulheres que tem, a nível de militância, que participa dos grandes debates, que se articula a nível nacional e internacional, e as mulheres da base. (Cristiane, 14/9/2016)

No período recente surgiram novas questões sobre a luta pela terra. A defesa da reforma agrária é hoje apresentada como parte de soluções sustentáveis no campo da alimentação e da natureza e como uma luta de enfrentamento do modelo econômico vigente no campo, por meio do agronegócio.

O enfrentamento do agronegócio mudou a luta pela reforma agrária. As entrevistadas percebem a existência de relações de maior dependência dos insumos químicos produzidos pelas grandes empresas, a maior concentração da terra e sua estrangeirização e a violência

contra as populações do campo cometida, também, por meio do uso dos venenos que foi se ampliando nos espaços de convivência dos camponeses.

Porque nós tamo entendendo que não é possível ter um outro... se a gente não combater essa sociedade capitalista patriarcal. Então é nesse debate, vamo dizer assim, que tá as demandas nossa. E, também, se insere... insere esse debate da reforma agrária popular. Essa reforma agrária clássica, né, da distribuição da terra, de pensar a distribuição de terra, como foi em outros tempos, não... não... não... não vai acontecer mais. O sistema capitalista hoje... é... precisa... Que é o modelo do agronegócio? É uma agricultura sem gente. Então não precisa distribuir mais, ao contrário, precisa eliminar com os camponeses. Precisa eliminar com os povos indígenas, precisa eliminar com os povos afrodescendentes. (Maria Rita, 21/9/2016).

Registram, também, que a modernização da agricultura teria resultado em uma menor presença de latifúndios improdutivos, já que nas últimas décadas o agronegócio de capital nacional e estrangeiro ampliou o controle sobre posse de terra e seus investimentos na produção agrícola.

Então nós tamo dizendo, duma reforma agrária popular, baseada à uma concepção desse outro modelo da agricultura camponesa. De você, de fato, afirmar o sujeito do... os sujeitos do campo. A reforma agrária na produção do alimento saudável; combatendo o envenenamento que nós tamo sofrendo, com esse modelo através do envenenamento da água e tudo. Esse... essa outra concepção de guardiãs... guardiãs da terra. Da nossa biodiversidade... enfim. É outro modelo de pensar. Inclusive isso vai remetendo a uma nova forma de fazer a luta pela terra. Então hoje nós não temo mais que pensar nas terras improdutivas. O quê que é o improdutivo e o quê que é o produtivo? Nesse modelo destrutor que nós tamo vivendo? Hoje nossa luta tem que, muito mais forte, trabalhar a função social da terra. (...) por quê? Uma fazenda do agronegócio que tá altamente produtiva de soja, ela cumpre a sua função social? Essa é a grande pergunta. (Maria Rita, 14/9/2016).

Assim, o agronegócio é apresentado como uma versão produtivista e concentradora da terra; como expressão do capitalismo hoje no campo. E para se contrapor a esse modelo defendem a soberania alimentar que implicaria em repensar o modo de produção, repensar a produção, o consumo e a relação com a natureza e a terra:

Da sociedade como um todo. Porque isso perpassa, inclusive, o consumo. O consumo da sociedade. A forma como a sociedade é... é muito consumista. Quer respostas rápidas, né... e... então é uma coisa específica nossa né? Mas, pra nós... está muito claro que esse modelo atual, ele é... ele é altamente destrutivo e ele tem tempo finito. Porque os recursos da natureza também são finitos. Né... aquilo que você destrói e não coloca... hoje já vivemos muitos impactos dessa destruição ambiental. É a crise climática, né... é a crise do próprio abastecimento de água, é... são... essas... impactos né... tipo, aconteceu agora em Mariana, né? (Claudia, 24/5/2016).

Ao pensarem outro modelo, as reflexões das entrevistadas fazem referência a uma nova forma de organização do trabalho, a uma nova matriz de produção, que não se traduziria, apenas, em novas tecnologias, mas na inauguração de relações sustentáveis com a natureza:

Mas, a gente tem uma opção de pensar o aspecto mais geral. Da produção é... do modelo de... geral de produção. Por que... o problema não é só a não... é... nós tamo... as contradições tão posta em todo lugar né... e a forma... esse desenvolvimento tecnológico amplo que... que poderia é... e que nunca, na história da humanidade, se produziu tanto, né... com uma tecnologia que poderia resolver os problemas, ele tem sido incapaz né... de... de... de resolver os problemas da sociedade, então o problema não é de tecnologia, né... o problema é de como essas tecnologias são aplicadas e são desenvolvidas... na sociedade. (Claudia, 25/5/2016).

A agroecologia adentra ao movimento a partir da sua articulação com a proposição de um modelo alternativo, com a reforma agrária popular. Apesar disso as experiências agroecológicas do movimento aparecem ainda como um desafio, já que as novas práticas requerem mudanças. Nesse sentido, elas se mostram conscientes da necessidade de uma transição, que corresponderia a um longo período de gestão de alternativas econômicas e de novos valores, que permita dar o suporte necessário para a transformação requerida:

Bem minoritária. Em alguns projetos que já vem sendo desenvolvidos... Só que nós entendemos que isso é... necessita uma transição. Primeiro, porque há toda uma... dificuldade econômica, de respostas imediatas, que as famílias, os camponesas, onde as mulheres estão inseridas. Segundo, há toda uma herança, né,... ideológica e cultural e de disputa, né, de concepção de matriz que tem que ser enfrentada, né, na batalha das idéias. E com respostas concretas. Então, nós tamo entendendo que... que... é... nós estamos... é... num processo de resistência, né, e de construção de idéias, né. É que não vai ser de uma hora pra outra, né, esse é um processo longo, né, um processo de... de mudança, de... de base materiais, de valores, de... da subjetividade. (Claudia, 24/5/2016).

Nesse ambiente de transformação do modelo de desenvolvimento incluem a necessidade de redefinir o lugar das mulheres e da juventude. Uma dimensão importante associada a esse projeto feminista corresponde ao que elas denominam *a recriação do espaço do campo*, na sociedade como um todo, nas práticas cotidianas do movimento e na transformação da divisão sexual do trabalho, para que se incluam homens nos espaços considerados de mulheres:

Em termo de bandeiras, né... de bandeiras centrais o... Ainda se pautamo numa articulação das mulheres em torno da defesa da luta pela terra, né, e dos territórios. Não é só da terra. Da cultura. Mas a cultura, também, numa perspectiva de recriação. A cultura também traz traços de toda uma herança, né, patriarcal e herança colonial, né, principalmente do campo. Então, a gente quer reafirmar esta... esta perspectiva de território. Mas é... com sujeitos coletivos, né, com sujeitos é... que se constrói, nesse próprio movimento de luta... e... das contradições internas. Mas com uma perspectiva de novas relações humanas, novas relações sociais. E criar novas relações humanas, criar novas relações sociais num basta a conscientização ou o discurso de uma formação teórica sobre, né. É necessário recriar o espaço do campo. É necessário recriar as bases econômicas do campo, né, é necessário recriar as bases políticas, né... e as bases ideológicas, culturais e os valores, né. Tanto no espaço da micro-estrutura como da macro, né... é... o debate é, como é que nós estamos construindo novas relações de gênero no nosso territórios, né; Como se dá a participação das mulheres, né?. Quais as pautas de luta né... é... que nós estamos desenvolvendo? Como elas contemplam, né... essa dimensão, de uma perspectiva de uma maior integração né... da mulher?. Em todos... do empoderamento... das mulheres. (...) Além do empoderamento das mulheres, de que os homens, também, adentrem no espaços, né... é... que, historicamente, foram colocados como espaços de mulheres, né. (Claudia, 24/5/2016).

Outro aspecto destacado referido, em vários momentos, é o da violência. As mulheres são as maiores vítimas, já que a elas se dirige a ação violenta da repressão no campo e a ausência do Estado na vida delas tem maior peso.

As pautas de... aqui no Brasil nunca tivemos a demarcação do limite máximo de propriedade, né. Aqui não existe punição aos assassinatos no campo. É... quantos trabalhadores, né... morreram e ninguém foi punido, né. Então, não existe... essa... essa idéia de impunidade né... que... que sempre alimenta essa violência... (...) ...e prevalece né... na proteção a... ao grande latifúndio, ao grande empresário rural. É... aqui, é... não existe proteção... quer dizer, o que tá sofrendo, agora, os índios né... a retomada das terras, né... indígenas. Os enfrentamentos que estão tendo... então, são essas questões que tão colocadas hoje. Que nós mulheres nos campos somos as maiores vítimas, nesse processo. Somos vítimas dessa repressão, somos vítimas da falta dessas políticas, né... então, talvez, nesse... questão, é que, nos coloca né... como esse sujeito né... que... se erguer e colocar de pé as bandeiras necessárias (Claudia, 24/5/2016).

As lideranças do MST entrevistadas destacam que a partir da conquista da terra, as mulheres deveriam se tornar sujeito e defender as bandeiras necessárias para democratizar a terra: a bandeira do estabelecimento do limite máximo de propriedade; a da garantia constitucional da função social da propriedade da terra; a reversão do decreto que impede a desapropriação de áreas para fins de reforma agrária que estiverem em situação de conflito.

E uma analogia com o papel de guardiãs das sementes, um tema importante no debate sobre as mulheres e a agroecologia, ao assumir estas bandeiras na luta pela reforma agrária,

segundo as entrevistadas, as mulheres assumem a condição de guardiãs da terra, associam a luta pela agroecologia com a da reforma agrária e o feminismo.

Então, nós tamos dizendo uma reforma agrária popular baseada à uma concepção desse outro modelo da agricultura camponesa. De você, de fato, afirmar... os sujeitos do campo. A reforma agrária na produção do alimento saudável, combatendo o envenenamento que nós tamo sofrendo, com esse modelo através do envenenamento da água e tudo. Esse... essa outra concepção de guardiãs... guardiãs da terra, da nossa biodiversidade, enfim. É outro modelo de pensar. Inclusive, isso vai remetendo a uma nova forma de fazer a luta pela terra. Então, hoje nós não temo mais que pensar nas terras improdutivas. O quê que é o improdutivo e o quê que é o produtivo nesse modelo destrutor que nós tamo vivendo? Hoje, nossa luta tem que, muito mais forte, trabalhar a função social da terra. (Maria Rita, 21/9/2016).

Elas denunciam a reforma agrária do governo federal, considerando que não eram aplicados os instrumentos jurídicos disponíveis para realizá-la; e, ao mesmo, tempo, cientes dos limites desses instrumentos, defendem a transformação do marco jurídico a fim de prever o limite do tamanho da propriedade e das normas de execução do programa da reforma agrária, que impediriam a desapropriação de áreas de conflito, instauradas nos anos 1990, mas ainda vigentes.

A grande questão, crucial, que é a... a desapropriação das terras que tavam sendo extintas, tavam muito limitadas, não é... muito limitadas. O governo decreta que nenhuma terra em conflito será desapropriada e, se não tem conflito, também não desapropria. E nenhuma terra onde está situado o conflito... o que tá em vigor até hoje. Anteriormente, as áreas em conflito eram submetida a uma avaliação para uma posterior julgamento e decisão, sobre o destino da área. Embora a Constituição é... nós logramos – de 88 – nós logramos colocar é... a questão da função social da terra, né, como um artigo. Mas, esse decreto impossibilita questionar a... a função social da terra. Porque ninguém se antecipa. Nenhum fazendeiro, nenhum latifundiário, nenhum empresário vai dizer que sua terra não cumpre a função social. Se ela não foi denunciada, né. (Claudia, 24/5/2016).

Realizam novas formas de fazer a luta pela terra, além da ocupação de terras para garantir que as terras que não cumprem a função social sejam objeto do programa de reforma agrária, por meio da denúncia do agronegócio e de seus efeitos negativos sobre a economia, o meio ambiente e as pessoas.

Expressam a centralidade do tema da propriedade da terra ao afirmarem que a emancipação das mulheres só seria possível com a abolição, com a o fim da propriedade da terra e dos demais bens naturais e com conquista da terra. Neste sentido, afirmam que não há

feminismo sem o acesso à terra, ou ainda, que “enquanto milhares de mulheres continuarem sem terra, o feminismo ainda não se efetivou...” (Cristiane, 14/9/2016).

A luta pela terra e a defesa dos territórios ganharam centralidade, como condição para a própria emancipação das camponesas:

A gente afirma esse feminismo de classe. De que esse acúmulo, desses vinte anos, a gente tem feito um enfrentamento de que só é possível pensar a emancipação das mulheres se a gente vencer essa idéia da propriedade privada. Então, esse enfrentamento da propriedade da terra e dos bens naturais e das relações, ele tem que ser vencido pra que haja realmente essa emancipação. A gente também tem dito que nesse acúmulo, desses anos, é... as mulheres, no seu jeito de lidar com a política, já pensou, é... em tá efetivando diferentes formas de fazer política e de poder, inclusive, né, nessa coisa da sociabilidade, da coletividade... as mulheres têm dado uma grande contribuição nesse processo. (Cristiane, 14/9/2016).

A luta pela terra foi a primeira bandeira de luta das mulheres rurais e ganhou centralidade no período recente, quando se expressa de distintas formas e, em todas, conta um forte protagonismo das mulheres na participação direta nas ocupações de terra e nas mobilizações em defesa da reforma agrária.

As disputas territoriais, a ausência de infra-estrutura, a contaminação e dificuldade de acesso a água saudável para o consumo humano, definem as bandeiras de luta pela água, o acesso à terra e se articulam à necessidade de respeitar os ciclos de vida e denunciar os cerceamentos provocados pelo agronegócio.

Os temas relacionados aos bens naturais, como a terra e água, são incorporados em uma visão mais ampla sobre os bens comuns fortemente associada ao projeto de agricultura camponesa.

A construção da agroecologia pelos movimentos sociais investigados remete aos debates sobre agricultura alternativa, a ações de intercâmbio e projetos com plantas medicinais, à discussão sobre uso de agrotóxicos. Essa preocupação inicial com a preservação do meio ambiente aos poucos foi ganhando uma leitura específica para o campo e de caráter mais totalizante nos debates sobre a agroecologia e sua associação com as reflexões sobre modelos de agricultura, o campesinato e o feminismo.

Como visto, na maioria dos movimentos sociais autônomos e dos movimentos de mulheres auto-organizadas nos movimentos sociais mistos, há uma abordagem comum da

agroecologia como componente de um novo modelo de agricultura em gestação. Nestes termos, para os movimentos de mulheres rurais aqui investigados, a agroecologia não seria meramente uma maneira de produzir de forma sustentável e assumiria o lugar da utopia, seria expressão de novos valores e relações sociais integrantes de um projeto político de emancipação.

A agroecologia, que se associou a afirmação de um novo modelo de agricultura articulado à igualdade e foi fortemente assumida pelas mulheres nos movimentos sociais do campo. Embora a agroecologia seja hoje uma bandeira de todos os movimentos, muitas lideranças nos relatam a que persiste um protagonismo diferenciado por parte das mulheres nesta agenda.

6.4 O FEMINISMO E SUA ARTICULAÇÃO COM O MODELO DE AGRICULTURA

Neste tópico, abordo o segundo aspecto que parece marcar as transformações mais recentes dos movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil investigados nesta pesquisa: a adesão ao feminismo.

Para tanto, descrevo transformações nos movimentos que compõem a Via Campesina e abordo o debate feminista entre as mulheres da Via Campesina me reporto inicialmente aos espaços internacionais dessa articulação de movimentos sociais do campo, mostro suas conexões com a atuação das mulheres militantes no país com foco especial nas ações e debates sobre as mulheres e o capitalismo e o modelo de agricultura em particular.

Para discutir o feminismo na Marcha das Margaridas, me refiro às distintas percepções sobre o tema entre os movimentos aqui investigados e suas articulações com o modelo de agricultura.

Um componente importante das mudanças pela qual passaram os movimentos de mulheres (mistos e autônomos) no país, refere-se à transformação e inclusão dos movimentos nos espaços globais de articulação dos movimentos do campo. Conforme já indicado anteriormente, a agenda das mulheres na Via Campesina Internacional teve início com a entrada das mulheres nos anos 1990 e a criação de espaços auto-organizativos internacionais e nos anos 2000; elas adquirem maior protagonismo e visibilidade.

Nesse período a Via toma uma série de iniciativas internacionais que repercutem sobre a agenda das mulheres rurais. Em 2003, como indicado anteriormente, na Conferência Soberania Alimentar realizada pela Via Campesina Internacional, durante o 3º Fórum Social Mundial em Porto Alegre lançaram campanha “Sementes: Patrimônio do povo para o serviço da humanidade”. Elas iniciaram, em 2005, o debate sobre a agricultura camponesa; em 2006, denunciaram as mudanças climáticas; e como já dito, anteriormente, no debate realizado em 2006 sobre soberania alimentar as mulheres já apresentavam importantes contribuições.

Obviamente, que esse processo, ele tá fortalecido com esse debate internacional. Que nós tamo fazendo, vamo dizer assim. Desde anos 2000, a partir de 2005, especialmente, na Via Campesina e no movimento internacional, que é todo esse debate da agricultura camponesa; de todo esse debate de denúncia das mudanças climáticas. É esse debate que surge com muita força em 2006. Frente ao debate da ONU, da segurança alimentar, de debater a soberania alimentar. Então, nós estamos num momento aonde as mulheres camponesas, no MST, na CLOC e na Via, tamo num processo forte de articulação política de... lançamos a campanha “Basta de Violência”, em 2008, na Via Campesina Internacional. Então esse momento ele tá muito articulado. (Maria Rita, 21/9/2016).

O debate, a que se refere Maria Rita, relaciona-se com o Fórum Nyéleni de Soberania Alimentar realizado no Mali, em 2007, promovido pela Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional, evento antecedido por um encontro de mulheres que discutiu a situação das mulheres e os efeitos dos mercados sobre as mulheres (NOBRE, 2013).

Esses acontecimentos deram um novo impulso à organização das mulheres da Via Campesina e no Brasil, apostam em uma articulação mais fluída para definir a agenda e ações comuns. É desse novo formato organizativo que no Brasil já se configurava em 2006 momento da ação de ocupação do laboratório da empresa Aracruz Celulose, em 2006, no município de Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul. O protesto contra os monocultivos e pretendia conectar a luta contra o agronegócio com a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (CIRADR), que se realizava naquele momento em Porto Alegre, essa ação, teve uma grande repercussão, e marcou também um momento novo no ambiente das mulheres da Via Campesina.

Para materializar a mudança de estratégia diante das resistências encontradas elas, realizaram uma ação política de repercussão nacional e internacional que expressa um momento de maior densidade política alcançada e a decisão de ter um protagonismo mais

autônomo no debate sobre o modelo camponês de agricultura e sobre o que chamavam de projeto de sociedade da Via Campesina.

Houve, do ponto de vista dos movimentos sociais, uma ruptura do padrão estabelecido do papel das mulheres num processo de mudanças por ter sido uma ação coletiva, organizada e dirigida por mulheres – mulheres camponesas, no enfrentamento de uma das maiores empresas transnacionais do mundo na produção de eucalipto: a empresa Aracruz Celulose... A partir de 2006, a luta pela terra ganhou na sociedade outro caráter: a luta contra o capital estrangeiro na agricultura através das empresas transnacionais. As Mulheres Sem Terra passam então a organizar durante o mês de março, a cada ano, a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra e da Via Campesina por todo o país com o lema Mulheres Sem Terra: na luta por Soberania Alimentar e contra o Agronegócio (ESMERALDO, 104, p. 153).

A autonomia construída impressionou até os militantes homens da Via Campesina que desconfiavam da capacidade das mulheres para realizar uma ação com repercussão política tão importante:

No momento da Conferência, a Via Campesina faz reunião e diz “a Conferência vai chocar justamente no 8 e dá tarefa pra gente, né. E a gente pensar e ficar zombando ainda alguns dirigentes: “será que essas mulheres vão fazer alguma coisa mesmo”. Isso muitos dirigentes fizeram: “elas vão fazer alguma coisa, porque a tarefa é tá na mão de vocês, 8 de março tá aí, mas tem que ser algo de impacto”. E, depois ficar nos corredores... curiosos. Porque eles não sabia... se gente não participou com eles o que ia acontecer. Mas é uma tarefa, vão ter que fazer isso, isso, mas eles não sabiam o que era. Então, assim, eles tinham curiosidade. Mas eles duvidaram da capacidade, os nossos dirigentes. Então quando a ação acontece, aí, lógico foram os primeiros inclusive ir pra imprensa defender que... mas depois não foi qualquer coisa né.. e esse impacto. (Elisa, 23/5/2016).

A ação impressionou também pelo conteúdo de denúncia do agronegócio e seus efeitos. Foi um acontecimento em que as mulheres protagonizaram a luta contra o capitalismo sem a companhia dos homens.

É claro se você pegar em termo de silêncio... é muito claro isto, quem fala e tudo. E aí primeiro movimento com isto por mais que a leitura e tudo, mas pra mim ele se afirma também como um movimento de luta das mulheres. As mulheres não vieram aqui só pra fazer altas discussões, ela veio para fazer a luta de classe. Porque o movimento de mulheres camponesas tem isso como princípio, também nós vamos lutar pela libertação das mulheres, mas não pode estar descolado da luta de classe, da luta do modelo. Então, acho que a ação da Aracruz reafirma isto, e coloca em cheque também a nossa base, movimento né, todo nesse sentido. (Elisa, 23/5/2016).

Contra o modelo de agricultura, denunciaram seus efeitos sobre o meio ambiente, pois apontavam como a principal característica do agronegócio sua prática de devastação da natureza:

Porque quando se vê hoje as pessoas, os movimentos pautar a questão da soberania alimentar, questão dos agrotóxicos, as questões do monocultivos, nos discutia isso desde da concepção do movimento... nos discutia isto. Mas parece que isso não era nada central Porque se você pensar quem lutava pela reforma agrária, não... é ocupar o latifúndio e fazer reforma agrária. Isso não tem esta coisa ambiental, questão ambiental. Essas mulheres são doidos, tem que conseguir a terra. (Elisa, 23/5/2016).

A ação denunciou as distintas dimensões do agronegócio, o controle sobre os insumos por parte das empresas transnacionais química e farmacêutica:

Então, no enfrentamento, nesse sentido. Então por que que é diferente? É que teria quê... né... que aprofundar (...). Mas, por exemplo, assim, quando nós pegamos essa questão das plantas medicinais, dos conhecimentos, desse acúmulo, que avança, na verdade que é o potencial das mulheres que fazem o enfrentamento de toda essa questão da... do comércio, da doença, né. Então, é um enfrentamento importante nesse sentido. Então a... quando nós pegamos as sementes, nós... crioulas, também é outro enfrentamento a todo domínio das empresas que vendem as sementes, os insumos, os agrotóxicos, enfim. Se você vai... você vai criando toda uma... uma forma, um enfrentamento, a partir da vida das mulheres. Mas não é... por que que falamos feminismo camponês? Porque não se trata de experiências isoladas, se trata de toda uma proposta que ela está sendo construída à nível nacional e internacional. É nesse sentido do enfrentamento ao capital, ao agronegócio. (Luiza, 27/9/2016)

A ação das mulheres da Via Campesina revelou uma grande ousadia pela explicitação de conflitos de poder, exemplificados pela vigilância permanente que necessitavam exercer para garantir que suas conquistas fossem efetivadas, e nas reflexões expostas nos movimentos, sobre as mulheres, o capitalismo e o projeto de emancipação feminista.

Depois desses acontecimentos no Brasil, as mulheres da Via Campesina desdobraram a campanha internacional *Basta de Violência contra as Mulheres*, que fora lançada em 2008, e em meio a todas essas iniciativas fortaleceu-se no plano internacional o debate sobre a construção de um modelo alternativo de agricultura articulado a um projeto alternativo global de sociedade. E, não por acaso, palavras de ordem presentes nos anos 1980 voltaram à cena na década passada; “Sem Feminismo, não há Socialismo!”; ressoavam na mística das mulheres da CLOC durante o 5º Congresso da CLOC, realizado na cidade de Quito, Equador em 2010. Essas palavras de ordem expressavam a centralidade que queriam ter na agenda programática

em discussão e o protagonismo almejado na gestação das alternativas em construção a partir de uma identidade distinta da que fora construída, até então, ou seja, a partir do feminismo.

Na ocasião foi realizada a 4ª Assembleia Continental das Mulheres do Campo e do, que marcaram o início de uma nova proposta de projeto político das mulheres da Via Campesina, que prioriza quatro temas: violência contra as mulheres; justiça econômica; participação; e, racismo. Esses acontecimentos contribuíram com a construção do projeto político denominado “Feminismo Camponês e Popular, que se reforçou com a realização das Escolas de Formação na 5ª Assembleia de Mulheres na Argentina, em 2015⁶⁵.

6.4.1 Feminismo, as mulheres e o capitalismo

Uma mudança muito importante no período analisado, segundo as mulheres da Via Campesina entrevistadas, foi o avanço do agronegócio no mundo e no Brasil, em particular. Como modelo econômico, qualitativamente distinto do que fora o capitalismo no processo de modernização do campo iniciado nos anos 1960, e também, do que o neoliberal nos anos 1990.

Para poder lutar melhor nesse contexto se desafiaram a entender o agronegócio como parte do modelo econômico e os seus impactos na vida das mulheres e a atualizar as bandeiras de luta; assim analisam o cerceamento aos bens comuns (terra e água) nos territórios e a mercantilização da saúde, das plantas e das pessoas. Essas mulheres transformaram as suas estratégias de resistência. O feminismo que praticam está empenhado em promover lutas contra

⁶⁵Esse processo de elaboração passou por vários momentos. Em 2012, na Escola Continental das Mulheres do Campo realizada pela CLOC e pela Via Campesina, em Bogotá, Colômbia, as mulheres diagnosticaram dificuldades da agenda feminista em suas organizações. Em 2013, a VI Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Yakarta, Indonésia, e a IV Assembléia Internacional de Mulheres continuaram a construção do Feminismo Camponês e Popular e lançaram o Manifesto das Mulheres do Campo da Via Campesina. Em 2014, a construção desse projeto político dirigiu-se às bases territoriais de cada uma das organizações, como parte da preparação da V Assembléia Continental de Mulheres do Campo, organizado pela CLOC, na Argentina, em 2015. Nessa ocasião as mulheres da CLOC apresentaram um documento chamado “Proposta de texto para o debate na Assembléia de Mulheres” no qual discutem “o patriarcado e o feminismo com perspectiva classista e revolucionária”, reafirmam que o socialismo e o feminismo são parte do horizonte estratégico e que a concepção de feminismo que estão construindo estava fortemente ligada aos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas que mudem toda a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e, em particular, das mulheres (CORTÉS, 2015).

o capitalismo e, em especial, contra o agronegócio, por intermédio de ações contra as empresas que comercializam insumos, sementes e fármacos.

Essa estratégia de ação se distingue da adotada em outros períodos. Passaram a realizar ações que, ao mesmo tempo, impactam toda a sociedade e ganham materialidade no cotidiano de vida das mulheres. Lourdes sintetiza a estratégia da seguinte maneira:

Uma entrada das mulheres de forma mais aprofundada na pauta da macro-política. E qual o diferencial disso? Que a gente analisa que a gente conseguiu fazer um vínculo entre a macro política – essas grandes bandeiras a nível mundial – mas como é que se efetiva no nosso território. Então, quando faz a luta contra os transgênicos e quando as mulheres mapeiam as áreas a onde existe transgênico, quais são as comunidades atingidas ali, que conflitos envolvem esse processo todo... a gente tá sempre fazendo esse exercício de fazer essa ligação entre o micro e o macro. Entre o global e o local. Entre a teoria e a prática, né. (Cristiane, 14/9/2016).

As entrevistadas fazem questão de dizer claramente que não abandonaram as outras bandeiras, mas a elas acrescentaram a luta contra o agronegócio, buscaram evidenciar a sua presença nos territórios e indicar as articulações entre a atuação das empresas no plano local e o seu encadeamento até chegar à sua expressão globalizada. Dessa forma, buscaram dar materialidade à ação do capitalismo no campo e problematizar o modelo dominante: “Pra gente não ficar no discurso de que o agronegócio é o grande capital, a gente diz: “ele tem rosto, ele tem nome, ele tem lugar”. “Esse é um processo super bonito.” (Cristiane, 14/9/2016).

Com essas ações diretas, as mulheres conseguiram se reposicionar em suas organizações, conquistando um maior empoderamento; integrando-se nos debates mais gerais do movimento, por exemplo afirmam-se em condições de discutir com os homens e perceber que estão aportando contribuições ao debate.

No momento que a gente tava fazendo o conjunto do movimento dum debate mais político, né, do modelo de desenvolvimento, do agronegócio, enfim. Quando a gente faz as ações diretas, eu acho que elas... ela ressignifica o debate político e ela dá força a esse debate político é... pra entender qual que é o modelo do agronegócio, que modelo de desenvolvimento tá em marcha, enfim. Então, eu acho que as mulheres vêm nessa força com as ações. Eu acho que ela dar um novo impulso internamente, pra essa ação. (Maria Rita, 21/9/2016).

A reflexão sobre as mulheres e o capitalismo não se esgota em si mesma, pois as mulheres da Via Campesina buscam construir uma saída articulada a um projeto de agricultura camponesa, a um projeto socialista. É no decorrer desse novo investimento que as mulheres da

Via Campesina, introduziram o debate do feminismo e iniciaram a elaboração de um feminismo próprio, que passo a descrever.

6.4.2 O Feminismo Camponês e Popular

Na Via Campesina está em construção um feminismo próprio intitulado Feminismo Camponês e Popular. Segundo as lideranças entrevistadas, trata-se de uma tentativa de formular um feminismo articulado ao projeto de emancipação humana, um feminismo das mulheres da Via Campesina, a partir das contribuições acumuladas e da compreensão das distinções existentes no movimento de mulheres e das especificidades dos espaços e das relações de classe:

Então o... debate do feminismo... ele ganha muito mais força no movimento, a partir de 2005. A... apropriação por parte das mulheres do movimento do que... as lutas feministas, as contribuições do movimento feminista, da teoria feminista da emancipação, né... é... das mulheres né... e, conseqüentemente, da emancipação da sociedade, mas de uma leitura que se vincula as questões concretas, né... as especificidades da nossa leitura de América Latina, da nossa leitura de campo, da nossa leitura de Reforma Agrária. E... creio que esse tem sido uma... uma grande contribuição e o avanço que as mulheres do MST vêm aportando no debate, né... pra... organização e luta das mulheres na América Latina, né... Pensar a especificidade do que que é esse feminismo. Pensar a especificidade do que é hoje a reconstrução das instituições, né, é... políticas, da instituição família, né. Do espaço do trabalho, do espaço no campo, né. No espaço da cidade, do espaço urbano, do espaço agrário... e nós é... reconhecendo, né, as diversas contribuições do feminismo, e que e... as diferentes tendências e correntes do feminismo, nós estamos em construção do que nós chamamos de feminismo camponês e popular..." (Cristiane, 14/9/2016).

Trata-se de uma reflexão recente, que segundo informam, ainda estaria em construção, em um estágio ainda incipiente de elaboração:

Na verdade, é uma síntese do que é possível e o que tá sendo possível construir com esse campo, de articulação nossa. Que são as mulheres camponesas da Via Campesina. Há, inclusive, estudos que são polêmicos, ainda, nessa construção. E que a gente, ainda, requer avançar. Mas, o próprio conceito de feminismo tem amplas concepções né... assim, também, o popular e o camponês. (Cristiane, 14/9/2016).

A intenção das mulheres da Via Campesina foi criar uma identidade feminista baseada na realidade das mulheres e diferenciá-la das demais em relação a dois aspectos: o camponês, que resulta da reflexão sobre o espaço do campo, e suas relações. O popular que resulta da

classe e se volta para a ação contra o capital. O camponês como expressão do rural se diferenciaria do espaço urbano especialmente em três dimensões da vida social: do trabalho, da família e da relação com a natureza. As distinções no âmbito do trabalho resultariam da inserção distinta das mulheres na economia, pelo lugar privilegiado que ocupariam nas atividades voltadas para o autoconsumo e pelo trabalho de cuidados com as pessoas, algo que precisaria ser reconhecido, valorado e também redistribuído:

No feminismo camponês a gente tem que fazer esse debate da economia não capitalista ou como o movimento feminista chama, né, da economia feminista. A gente precisa avançar mais teoricamente ... nesse debate. Até pra se apropriar mais. Mas a gente acha, por exemplo, que tem que ser repensado o trabalho doméstico como valor, porque se a gente não pensa nisso, não representa as mulheres camponesas. Por que... e isso vai no duplo sentido: tanto de um reconhecimento do trabalho que tenha valor; como também socialização do trabalho. (...) De que o nosso feminismo ele tem, no caso... eu digo nosso porque no caso do feminismo camponês ele tem que pensar o papel da família; ele tem que pensar o trabalho das mulheres; da valorização do trabalho. (Cristiane, 14/9/2016).

Segundo as mulheres da Via Campesina, seria preciso reconsiderar o lugar da família no projeto de emancipação das mulheres, já que a percepção da família como o lugar da opressão das mulheres, presente nas reflexões feministas não permitiriam a valorização desse espaço e a compreensão da inserção específica das mulheres na economia, e nem a ressignificação das relações de poder. A relação com os alimentos e a natureza, elementos decisivos para materializar essa transformação:

E no tema da família, (...) isso tá muito forte na Via Campesina, não... é como a gente não pensar as dinâmicas produtivas, né. Assim... reconhecer, ao invés de achar que isso é atraso, reconhecer a... o potencial da organização familiar, na produção, na dinâmica produtiva. Isso gera inúmeros desafios aí, mas também, a gente acha... o que a gente tá pensando (falando assim, no feminismo camponês) é muito mais da gente sair só de uma crítica do que, por exemplo, a gente já tem a clareza de que já existe muitos problemas, mas a gente precisa visibilizar os espaços e os tempos das mulheres, e no caso das mulheres camponesas, visibilizar e fazer com que isso torne... referências, né. Essa idéia da gente pensar o movimento do cotidiano. Ao invés da gente dizer que, no caso pras urbanas, o feminismo urbano, “a cozinha é um espaço de opressão”, porque é uma tarefa só das mulheres... a gente tá tentando puxar um movimento contrário, de que pela cozinha perpassam os diferentes poderes, das mulheres, do ponto de vista alimentar, das sementes. De perceber as mulheres como guardiãs das sementes.... colocando uma lente diferenciada pra pensar o cotidiano das mulheres, de que esses espaços... perpassam diferentes poderes. (...) A gente tá pensando assim, de que pela cozinha, por exemplo, pelo tema ... a cozinha não é só a cozinha, ela é ligada... natureza... (...) O que eu tava dizendo, dessa ressignificação, é porque a cozinha, pras camponesas, não é só a cozinha, não é só a tarefa acumulada. Então, interliga com o quintal, interliga com essa relação com a natureza, cuidado com a água, com os animais. (Cristiane, 14/9/2016).

O feminismo camponês pretende ressignificar o espaço das mulheres e promover uma diferenciação com o *feminismo da cidade* mediante uma reflexão que privilegia o espaço da reprodução, que faz a interseção entre produção e reprodução – a cozinha.

O *popular* delimitaria o feminismo entre as mulheres na sociedade. Não se quer articular o feminismo camponês com todo o movimento feminista, o que pretendem é, a partir dele, construir um campo político de alianças no qual também a adesão às transformações das relações de classe ganha centralidade.

E... do ponto de vista da concepção de popular, né, de se articular com outros movimentos feministas... de caráter popular. Por essa compreensão, que os processos de luta do campo é uma luta e, das mulheres do campo, é uma luta que envolve a sociedade latino-americana, né... seus diferentes segmentos, também, de gênero, e de classe... de estratificações da classe trabalhadora, né. Aqui quando fala, fala estratificação da classe trabalhadora. Porque, embora nós mulheres, do ponto de vista geral, é... sofremos a opressão, a gente sabe que num projeto de classe, nem todas as mulheres comungam, né, da mesma forma. Então, nós queremos nos... nos diferenciar e, afirmando, né... que é um feminismo camponês e popular, das classes mais... mais desfavorecidas, dos grupos mais desfavorecidos da sociedade. Inclui, aí, as mulheres negras, as mulheres da periferia, as mulheres... dos movimentos quilombolas, dos movimentos sociais do campo. (Claudia, 24/9/2016).

O feminismo camponês e popular da Via Campesina resultou, portanto de um momento novo, de maior ousadia e autonomia política das mulheres afinadas com este espaço de articulação dos movimentos sociais do campo e expressou um esforço complementar à identidade feminista recém adotada – a de situar o feminismo construído como parte de uma plataforma política do projeto emancipatório, no campo de alianças com outros movimentos de mulheres necessário para a sua construção.

Esse esforço encarnava vários desafios, pois se tratava de um debate ainda em construção e permeável às tensões existentes no movimento de mulheres.

6.4.3 O sujeito feminista do espaço rural ou o feminismo no campo

O feminismo encontrou outro lugar nos movimentos sociais de mulheres rurais e, além de estar mais presente, se expressa com qualidades distintas em relação aos períodos anteriores dos movimentos. Com o propósito de entender o feminismo nos movimentos investigados na Marcha das Margaridas, apresento, a seguir, a percepção das lideranças entrevistadas sobre o tema, que ganhou uma maior densidade na atual década.

As militantes dos movimentos de mulheres rurais associaram tardiamente suas práticas políticas e seu projeto emancipatório ao feminismo, embora presente nas suas fases de constituição e consolidação. O feminismo aparecia, para a maioria delas, como algo externo, do mundo urbano, acadêmico e de classe média:

Eu mesmo, eu lembro que uma vez eu disse bem assim: “é, eu me considero uma feminista em construção”. Eu lembro até que foi Silvia Cordeiro, quando Silva Cordeiro era dos movimentos sociais: “mulher deixa de ser fresca, não existe isso não...”, bem assim: “ou você é feminista ou não é feminista”. Aí, pronto. Aí, eu... aí, comecei a refletir, porque na verdade, aí por que que eu dizia isso? Isso já tem um tempo né. Porque na verdade eu acreditava que ser feminista você tinha que dominar assim, teorias... você tinha que... Depois, aí, quando você vai (...) até a gente brincava. Por exemplo: quando a gente foi no encontro feminista no décimo segundo, acho que no décimo encontro feminista que aconteceu na Colômbia, em 2012, aí, a gente disse assim: “agora nós vamos dizer que somos feministas, porque nós vamo ter a carteirinha de que fomo pro encontro”, a gente brincava muito disso. Claro que a gente já não acreditava mais, mas a gente brincava, mas a gente dizia “agora nós temos a carteirinha de feministas porque fomo num encontro de feministas”. Mas que era muito forte dentro do movimento... que você precisava ter... é, domínio de alguma teoria... de alguma coisa assim. Você precisava ser uma pessoa estudada para dizer que era feminista (Rosa, 30/8/2016).

No período recente, o feminismo começou a ganhar um sentido distinto e particular; deixou de ser apenas um conhecimento e adquiriu um sentido político novo ao expressar uma prática de ação coletiva de natureza emancipatória:

Aí, a gente foi vendo que, na verdade, o feminismo tem muito mais a ver com a sua prática. Tem tudo a ver com a sua prática, do que com as suas... suas teorias e que... e, aí, as meninas dizia assim: “eu era feminista desde pequena e não sabia, quando eu enfrentei meu pai lá não sei da onde e não sei da onde”; “quando eu enfrentei isso porque eu não queria...e... não me conformava com essa dominação com essa mentalidade”. Então eu já... a partir das várias reflexões que vou entendendo que isso é feminismo, que eu vou assumido como isso. E, claro, que as teorias, elas são importantes pra poder a gente aprender a desconstruir, né, argumentar, ou melhorar nosso argumento. Pra gente desconstruir, saber por que que as coisas é... foram daquele jeito. (Rosa, 30/8/2016).

O feminismo passou a ser percebido como a transformação das desigualdades das mulheres, mas também de outras desigualdades sociais, na medida que esse sujeito coletivo foi reconhecido como parte integrante de uma transformação mais ampla das pessoas, da sociedade e do rural, em particular. A agroecologia aparece associada ao feminismo, também, por essa transformação mais ampla que ela encarna:

Por ser rural um modo distinto, por ser de como essa transformação, ela depende da transformação de tudo isso junto. Entendeu? Como é que... eu não me transformo, pois eu preciso transformar tudo isso ao mesmo tempo. E, aí, por isso que a... quando você dialoga com o feminismo e a agroecologia, é muito... muito rápido a gente se encontrar, né. Porque a agroecologia é transformação. É você transformar tudo isso. E o feminismo é transformação, é você transformar também tudo isso. E como você cada vez mais... você aproxima uma teoria de uma prática. Cada vez mais que você vence suas contradições: daquilo que você é, daquilo que você pensa; daquilo que você faz na sua prática. E, a prática ela é, a todo momento, a sua prática dentro de casa com seus filhos, com seu marido, com sua... com sua companheira, sei lá o quê, com sua vizinha. Mas é a sua prática com a sua galinha; é a sua prática com a sua planta. Então eu vou... na medida que eu vou me descobrindo e vou me questionando eu vou fazendo diferente. Se eu não faço isso diferente eu também não... não transformo isso. (Rosa, 30/8/2016).

Há reflexões distintas sobre o feminismo praticado no espaço rural. Algumas delas se referem apenas à realidade específica de cada espaço:

Eu acho que não tem essa especificidade não. (...) Talvez ação e luta das mulheres, como um todo, assim, né. Se há um feminista assim, esse recorte mais rural, ou mais urbano, eu acho que não. Porque os termos, questões, que, inclusive, se traz com mais força pra mesa, elas são muito comuns e inclusive fortalecem muito esses processos de olhar, de questionar, e tal (...) Então, eu acho que... não sei, as idéias em destaque, que eu tenha participado não... (...) talvez a diferença, ainda que é, muitas das vezes, de... digamos assim, de acesso à determinadas informações, acesso à políticas. Esse processo comum um todo que, talvez, pras mulheres urbanas pode até ser conseguido... não sei. Galgar um pouco mais esse processo de... um processo maior de autonomia, de liberdades, enfim, que pras mulheres rurais, talvez pela própria informação, cultural. (Matilde, 21/10/2016).

Outras fazem uma aposta na afirmação de um feminismo rural construído a partir da diversidade de ideias, das práticas vivenciadas e pelas especificidades relacionadas ao espaço, ao tempo de trabalho e a uma ética com as pessoas e com a natureza:

Eu acho que o feminismo rural é muito ligado, com o modo de viver. É... O modo de viver do rural é muito diferente do modo de viver o urbano. A sua relação com as pessoas no rural é muito diferente da sua relação com as pessoas no urbano. A sua relação com o espaço que você vive no rural é diferente do espaço que você vive no urbano. Às vezes, eu fico é... brincando aqui com as meninas que lá em casa a gente mora no quintal... toda a vida nossa

se dá no quintal. A gente só entra pra dentro de casa, assim, pá dormir e arrumas as coisas. É... aí, quando você chega, quando eu chego na cidade, e você se ver assim, preso numa casa e toda a vida se dá dentro de uma casa, é muito louco. É muito diferente de entender de como é isso no rural. Então, e aí o seu, sua relação com o espaço no rural... ele é muito diferente e... aquela relação também no rural... os vizinhos mais próximos. (Rosa, 30/8/2016).

Como tratam o rural como um espaço com um modo de vida próprio, consideram que o projeto emancipatório feminista deve ser concebido a partir desse lugar, de um espaço em que as relações sociais são marcadas por uma maior proximidade. Os espaços públicos e privados no rural não estariam separados, e o público seria parte do privado; já as relações consideradas privadas no espaço urbano são muito mais restritas, contam com uma menor sociabilidade, quando comparadas com o espaço rural, em que vizinhos partilham a vida privada de forma qualitativamente distinta, com um padrão de sociabilidade também diferenciado.

A maior integração entre esses espaços se expressaria segundo ponderam nas distintas dimensões da vida e não seria distinto na relação com a natureza, na economia, onde não haveria separação de tempo e entre trabalho produtivo e reprodutivo:

Então, assim, a relação da... sua relação com o seu ambiente, com a natureza, na verdade não tem separação. Quando você vai discutir o tempo de trabalho, num outro exemplo, o tempo do trabalho da mulher urbana e o tempo de trabalho da mulher rural, como é que você separa? Não se separa, né Como é que eu trabalho tantas hora de trabalho doméstico... não existe.. Você fazer isso, você precisa ser minuciosa no tempo. Porque as coisas elas se dão tudo ao mesmo tempo. Totalmente ao mesmo tempo. Então, como é que eu trago essa discussão desse tempo, desse espaço, dessa natureza, pra dentro desse ser meu, deu me encontrar dentro disso tudo. Então, isso já é uma diferença. De como é que eu, esse indivíduo, esse sujeito político, penso de como é que eu vou transformar esse meu espaço, essas minhas relações. Então é uma... diferença. (Rosa, 30/8/2016).

Essas reflexões referem-se a um debate acadêmico importante que trata da desconstrução das oposições entre trabalho produtivo e reprodutivo e da valoração do trabalho das mulheres com a noção de trabalho familiar e com o caráter produtivo do trabalho doméstico, identificado como caráter doméstico do trabalho agrícola. Guetat-Bernard (2014) ao tratar da separação entre o trabalho produtivo e reprodutivo afirma:

A partir de uma abordagem endógena e, portanto, do olhar que as agricultoras colocam sobre seu trabalho, da forma como elas o classificam e nomeam (...).Ao contrário, as mulheres diferenciam o dentro e o fora, uma separação que não inclui o doméstico e o profissional, mas outra classificação muitas vezes mais pertinente para elas do que aquela

que diferencia o dentro e o fora, o familiar e a vizinhança (GUETAT-BERNARD, 2014, p. 286).

Os movimentos analisados incluem em suas reflexões sobre as mulheres rurais os temas do trabalho e da economia referenciados na economia feminista, do questionamento da separação do trabalho, apoia-se nos conceitos de divisão sexual do trabalho e no reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho voltado para a reprodução humana. Um trabalho essencial para garantir a vida humana.

Rosa Oliveira, do MMTR-NE relata a baixa autoestima das mulheres pela forma de inserção na economia, e a surpresa que causa tomar consciência da importância do trabalho que realizam e o despertar para novos sentidos de seu trabalho:

O tema da autonomia econômica e feminismo... não, foi autonomia econômica e agroecologia. Nesse tema, nesse módulo da autonomia econômica e agroecologia, a gente trabalha com as questões da agroecologia, mas muito forte com a questão da divisão sexual do trabalho, a questão do corpo como nosso primeiro território. Então é... e na... e essa coisa da economia feminista, né... de não separar, né... de como... a gente trabalha separa a separação das duas economias, para poder entender. Mas depois a gente trabalha de como o feminismo não separa essas duas economias e como... as mulheres ficam assim, “passadas”! De como a gente é... é explorada e de como a gente sustenta o sistema. Isso é interessante porque nem todas as mulheres... elas estão ligadas diretamente, por exemplo, ao produtivo, né. As mulheres estão muito ligadas ao chamado reprodutivo e as mulheres se sentem uma merda, né. Porque não produzem, não trabalham. E, aí, quando as mulheres se dão conta de que esse trabalho na verdade sustenta todo mundo, né, as mulheres ficam toda poderosa. (Rosa, 30/8/2006).

Essas reflexões indicam as transformações na base social do movimento de mulheres rurais, por trazer uma nova forma de pensar e pelas novas práticas familiares que resultam do trabalho doméstico e de cuidados:

E, aí, tem depoimentos fantásticos. Teve uma senhora que... de São Caetano, que disse assim: “eu mandei meu marido tirar o prato da mesa.” Aí, todo mundo festejou...e ela chegou e disse assim: “ele não tirou, mas eu mandei.” O que é, né, o avanço disso, do que assim, ela... ela não entende mais aquilo com uma obrigação dela. Ele não tirou o prato daí, mas ela mandou ele tirar o prato. Tipo assim: “eu não sou mais sua empregada”, né. E isso já uma senhora de não sei quantos anos já descobriu isso. Coisa assim... depoimentos que eu acho... esse tema da economia eu gosto muito. (Rosa, 30/8/2016).

A literatura acadêmica aborda como essas dimensões da vida precisam ser reinventadas em consideração aos seus valores sociais, econômicos e políticos, o que Guetat-Bernard (2015),

analisa como uma dimensão do ordinário, do cotidiano e do repetitivo, denominado de espaço-tempo das mulheres, requer uma valoração por parte da ciência.

O feminismo ao ser afirmado mais claramente pela Marcha das Margaridas na década atual repercutiu nos movimentos sociais de mulheres rurais. Deixou de ser percebido apenas como um conhecimento, um saber, e adquiriu, mais claramente, o sentido de um projeto emancipatório responsável por novas práticas e por uma ação coletiva integrada a uma transformação mais ampla, que inclui as relações de gênero e outras relações sociais e dialoga com as especificidades do espaço rural. Feminismo como transformação mais ampla, articulado principalmente às transformações entre as classes sociais, mas também à raça, geração, posição sexual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delinear uma genealogia dos movimentos de mulheres rurais levamos em consideração os processos organizativos em distintas escalas de atuação e entre diferentes organizações, bem como, a transformação das plataformas de ação; situados em contextos sociais mais amplos dos movimentos no país; a análise considerou as dinâmicas internas inter-organizacionais e os conteúdos das lutas sociais empreendidas, segundo relatos das suas lideranças.

As evidências e resultados da pesquisa realizada revelam que o surgimento dos movimentos de mulheres rurais foi favorecido por algumas condições: 1) a ressignificação da participação política de mulheres nos movimentos sociais no campo e a introdução de novas formas e novos conteúdos de participação política afinadas com a transformação das desigualdades de gênero, no lastro da visibilidade da representação política de mulheres líderes sindicais, um período caracterizado como de um feminismo oculto; 2) a interação das mulheres que lutaram pela redemocratização com as distintas organizações e instituições foi decisiva na conformação de novos movimentos sociais; 3) a constituição de movimentos micro regionais e estaduais que depois viriam a constituir as primeiras experiências de movimentos em rede. Esses movimentos foram expressivos nas regiões Sul e Nordeste do país, áreas em que além de contar com uma importante presença da agricultura familiar, vivenciaram um processo de renovação do sindicalismo rural, com base na constituição das oposições sindicais, do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores e da alteração da composição das federações de trabalhadores na agricultura.

Quanto às plataformas de ação a pesquisa revelou que as primeiras organizações se constituíram por uma diversidade de lutas: a resistência à exploração do trabalho e a concentração da terra, a demanda de provimento de serviços básicos como saúde, educação, moradia e infraestrutura, refletindo as suas maiores responsabilidades com o trabalho de reprodução em seus grupos familiares. Essas lutas, à exceção da defesa do SUS, deram lugar às demandas por reconhecimento dos plenos direitos das mulheres como trabalhadoras perante o Estado, na previdência social. Essas mobilizações contribuíram para o alargamento do raio de atuação desses movimentos.

Outras lutas que demandavam reconhecimento foram realizadas no período: para serem beneficiárias e em condições distintas das praticadas com os homens na política de proteção à pobreza rural no semiárido e nas lutas pelo seu reconhecimento nas cooperativas e por políticas agrícolas (tais como, as de apoio à produção, comercialização e de organização econômica, com destaque para as demandas por preços justos e apoio para as atividades que desempenhavam em seus quintais, mas as lutas descritas acima não ganharam projeção nacional.

Demostramos como as mulheres se apoiaram em movimentos religiosos, organizações não governamentais e articulações sindicais nacionais em formação, instituições responsáveis por uma importante renovação política dos movimentos sociais do campo e através de relações de cooperação e conflito, e conquistaram o reconhecimento da sua participação política.

Evidenciamos, também, que com o reconhecimento da condição de trabalhadora pode-se, então, efetivar outro, o direito de participar dos movimentos sociais do campo e o de constituir organizações próprias com os mesmos direitos e condições que os homens. Os resultados da pesquisa nos levam a concluir que o direito de participação sindical foi uma das conquistas dos primeiros espaços de auto-organização nos movimentos rurais mistos, estimulados a partir de um agente externo - os movimentos autônomos de mulheres rurais e das mulheres do Movimento Sem Terra, movimento que deu reforço aos espaços de auto-organização das mulheres no movimento sindical como parte integrante da sua política central de alianças.

A dupla estratégia desenvolvida por esses movimentos: a da constituição dos primeiros movimentos sociais autônomos de mulheres, bem como e a da auto-organização das mulheres no movimento sindical garantiu sua autonomia frente a outras organizações, e como militantes de movimentos mistos, afirmando assim suas lutas nos ambientes internos, e fora deles, nos distintos ambientes de resistência no campo e na cidade. Para isso, combinaram as lutas por redistribuição com as por reconhecimento.

Em consequência, é possível afirmar que a primeira geração de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 - a dos direitos previdenciários e aqueles que asseguram o tratamento igualitário no programa de reforma agrária -, resultaram de processos distintos. Os direitos previdenciários foram inscritos na constituição como um fruto da ação determinada das organizações existentes à época. Os direitos igualitários à terra, embora presentes na base de

alguns movimentos, dependeram de ambientes de interlocução do governo com acadêmicas engajadas nessa transformação e organizações não governamentais feministas. Tal diferença nos ajuda a entender porque essa bandeira ganhou importância nos movimentos de mulheres apenas uma década depois da sua inscrição na constituição federal.

Os movimentos sociais de mulheres rurais se expandiram, consolidaram as organizações estaduais e regionais, mostrando como o formato de movimentos em rede estavam presentes entre os movimentos sociais de mulheres rurais nos anos 1980, já que reuniam distintos movimentos de mulheres estaduais que vieram a se aglutinar no MMTR-NE e na AIMTR-Sul e um pouco depois no MIQCB.

As primeiras tentativas de constituição de movimento em rede em âmbito nacional, os avanços obtidos no movimento sindical por meio do direito a sindicalização e incorporação das suas bandeiras por reconhecimento como trabalhadoras nos movimentos mistos (Contag, MST e CUT), garantiram a primeira geração de direitos inscritos na nova constituição do país.

As diferenças políticas existentes entre as primeiras organizações com poder de articulação nacional se expressaram, inicialmente, por meio da compreensão diversa sobre as metodologias utilizadas, linguagens e modos de vida, mais tarde ganhariam dimensão ideológica, mas isso não impediu que, em meio às adversidades que enfrentavam nos movimentos sociais mistos unificassem as lutas.

A compreensão das suas dinâmicas dos movimentos de mulheres rurais para a construção do movimento de mulheres no país como parte integrante do que a literatura acadêmica denominou de um feminismo operário em formação que emergia da ação das mulheres trabalhadoras em detrimento de um outro feminismo que gozava de reconhecimento próximo de setores de classe média ainda para poder entender diferenciações das instituições religiosas com o movimentos de mulheres no país e em especialmente com as igrejas católica e luterana.

Para compreender esses processos seria necessário também lançar um olhar mais atento à ação de partidos e organizações de esquerda, a exemplo do Partido Comunista e outras organizações se formos pretender ampliar a análise para o período que marca os primórdios da organização das mulheres, investimento que requer pesquisa histórica, mas que está fora dos limites definidos para esta tese.

Constatamos que a primeira conquista de abrangência nacional – a dos direitos previdenciários -, foi potencializada pelos movimentos não apenas pelo impacto que a sua efetivação provoca na vida das mulheres e pela visibilidade dos resultados obtidos com as suas lutas, mas também pela oportunidade que a defesa dessa bandeira outorgava à construção de um movimento de abrangência nacional.

O trabalho de campo realizado permitiu constatar que, no lastro das lutas por reconhecimento como trabalhadoras rurais, as mulheres nacionalizaram experiências regionais de mobilização por documentação civil, como registrada no Sul do país. O reconhecimento das mulheres como trabalhadora foi associado a outras formas mais básicas-primordiais de reconhecimento das mulheres: o direito à nomeação própria e não mais como esposa; o reconhecimento como agricultora nos sistemas de registros de comercialização da produção e no registro como trabalhadoras assalariadas. A campanha de documentação cumpriu, também, a função de efetivação do reconhecimento das mulheres na política previdenciária.

Prosseguindo as lutas iniciadas principalmente dos anos 1980 por serviços públicos de saúde, reforçaram a defesa do SUS que havia sido instaurada na legislação nacional há pouco tempo, em iniciativa conjunta com outros movimentos sociais. Se no momento da constituição dos movimentos investigados prevalecia a demanda pelo acesso a esses serviços, nos anos 1990 elas ampliaram o horizonte político dessa bandeira do ponto de vista das desigualdades de gênero e estavam também mobilizadas por programas de apoio à saúde integral das mulheres, uma transformação provocada pela maior aproximação com os demais movimentos de mulheres no país e na América Latina e Caribe.

Da ação articulada entre movimentos mistos e autônomos de mulheres rurais, reúnem-se as condições necessárias para fazer valer seus direitos na Constituição e para criar um terreno fértil para iniciativas organizativas de maior fôlego no plano nacional. Cientes dos desafios vivenciados, as mulheres reforçam estratégias de solidariedade que haviam sido decisivas no momento de constituição do movimento de mulheres rurais. Tendo se mostrado duradoura, as alianças foram apenas remodeladas no período recente por um maior protagonismo que os movimentos sociais mistos passaram a ter.

A transnacionalização foi experimentada por esses movimentos a partir do reconhecimento, ainda que parcial e marcado por tensões, obtido no movimento de mulheres e nos movimentos sociais no campo na América Latina e Caribe. Mesmo o alargamento da sua

atuação ter ocorrido em momento de importantes cisões nos movimentos sociais de mulheres, relacionadas aos novos desafios que a agenda neoliberal impunha, construíram novas alianças e estratégias comuns para enfrentar o neoliberalismo e suas tentativas de atração do movimento de mulheres na região.

A luta das mulheres adentra, de forma mais efetiva, nos movimentos sociais mistos do campo nos anos 1990. Esses movimentos conseguem construir uma agenda de lutas, ações de mobilização unificadas com outros movimentos sociais e provocam um importante debate sobre o sujeito de luta no campo e sua relação com os direitos das mulheres. Problematicam a representação masculina com maior centralidade no trabalho de auto-organização que realizam em tempos distintos e influenciados pela ação feminista em partidos de esquerda e no movimento sindical e de outros movimentos do campo no plano internacional, e iniciam a democratização da representação política do ponto de vista das relações de gênero

Diferente do que a literatura discute sobre a segunda fase dessa onda do feminismo - na qual a agenda de lutas por reconhecimento se firmam no movimento de mulheres e se combina com um processo de institucionalização -, o que constatamos entre os movimentos sociais de mulheres rurais é que essas tensões se registraram de modo distinto. Não apenas porque não houve um boom de ONG's especializadas no meio rural a partir das organizações sociais existentes, mas porque a agenda por reconhecimento se somou às de redistribuição por meio da denúncia do neoliberalismo e da articulação das relações de gênero e classe social. Dessa maneira fortaleceram as lutas por redistribuição realizadas em aliança com outros setores do movimento de mulheres no país, bem como os debates iniciais sobre uma visão sistêmica que alimentaria as discussões sobre o modelo de agricultura e o feminismo no período atual. Tampouco se pode dizer que no caso dos movimentos sociais investigados esse período tenha sido equivalente à experimentação de um feminismo difuso, pois, apesar de ter sido desafiado por um processo de desarticulação da unidade construída em meados dos anos 1990, o feminismo no meio rural se nacionalizou e se internacionalizou.

A análise do período recente nos permite concluir que, ao serem reconhecidas pelo Estado como legítimas demandantes de políticas públicas, as mulheres ampliaram conquistas que vieram a compor uma segunda geração de políticas públicas, com nova orientação, e de efetivação de direitos no marco do reconhecimento político conquistado frente ao Estado. Isto

repercutiu nos movimentos investigados, permitindo alargar o seu campo de ação. Um tema de pesquisa ainda por desenvolver.

A ampliação e qualificação da organização das mulheres nas redes transnacionais provocaram mudanças no conteúdo dos debates e das lutas sociais das mulheres rurais, especialmente a partir de meados nos anos 2000. Transformações relacionadas ao caráter sistêmico das suas lutas. É, nesse contexto, que o feminismo e a agroecologia são afirmados, articulando variadas demandas, e adquirem centralidade nos movimentos sociais de mulheres rurais, organizam a definição de princípios e valores do projeto emancipatório que estão empenhadas em construir.

Mostramos como a construção da agroecologia nos movimentos sociais investigados está presente desde seus primórdios, como iniciativas que ganham novas dimensões relacionadas à chamada agricultura alternativa; à medicina popular apoiada no poder de cura das plantas; à discussão sobre uso de agrotóxicos; e à preocupação com as práticas sustentáveis na agricultura. Nessa trajetória, elabora-se uma visão mais totalizante associada às reflexões sobre modelos de agricultura e o feminismo, que conquista a adesão dos distintos movimentos sociais investigados pela capacidade de dar respostas às demandas por geração de renda e, do ponto de vista político mais amplo, pela articulação da luta das mulheres contra o modelo hegemônico de agricultura. Além do reconhecimento do protagonismo das mulheres nas práticas preservacionistas e da persistência que demonstram ter nessa agenda nos movimentos em que estão envolvidas.

É, assim, que podemos entender porque a defesa da reforma agrária aparece agora associada a um novo modelo de desenvolvimento baseado no fim da propriedade privada e na adoção de práticas sustentáveis em que as mulheres assumem o lugar de asseguradoras desse direito. O protagonismo das mulheres para alguns movimentos é afirmado por serem elas as mais afetadas pelo modelo hegemônico referido como um modelo que expulsa, envenena e agride as populações do campo.

A análise e resultados obtidos levam-nos a concluir que a luta contra o modelo de agricultura envolve a afirmação entre as mulheres de uma ética do cuidado presente nas suas práticas de produção de alimentos. Com a defesa da alimentação saudável promovem a preservação da agrobiodiversidade, a manutenção e resgate dos hábitos alimentares e os cuidados com a saúde.

É, também, em contraposição ao modelo vigente responsável pelos cercamentos à água e pelo acirramento das disputas territoriais em torno desse bem, que se afirma de maneira alternativa um modelo em que o acesso e a qualidade da água para o consumo e a produção sejam assegurados.

O feminismo antes presente, mas sem a centralidade que adquire na atualidade, é parte dessa transformação global das relações sociais, que inclui mudanças nas relações de classe e, com menor peso, às relações étnico-raciais, de geração e do que denominam como posição sexual. O feminismo, reforça o espaço da transformação, da utopia, da construção de novos valores e relações sociais entre os movimentos sociais sendo assim não é percebido como uma teoria, uma possibilidade de gerar mudanças nas relações familiares, comunitárias e alargar a atuação das mulheres para além dos seus quintais. É o quintal que, para muitas, serve de referência para afirmar um feminismo rural ou camponês. É da análise da divisão sexual do trabalho, da inserção diferenciada na economia, que aproxima as mulheres da alimentação pelo preparo da comida, de um lugar que para algumas representa um espaço de poder, para outras apenas um espaço objeto de transformação das relações patriarcais contestando as separações de tempo e de espaços, e valorando do trabalho das mulheres, suas práticas e saberes.

Mas a afirmação da identidade feminista adquirida no período recente provocou uma tendência de afirmação de um feminismo próprio, que parte das distinções de experiências de vida no campo e da cidade e da valorização dos saberes das mulheres no espaço da reprodução e particularmente da alimentação que se reinventa. Nessa investida arriscam interpretações que podem dar lugar a relações reificadas de dominação, conforme alerta a literatura acadêmica, em que pese a defesa do compartilhamento do trabalho doméstico em suas famílias, nas atividades dos movimentos sociais e no esforço realizado para que por meio do Estado lhe seja atribuído um valor público.

Para algumas um feminismo próprio está em construção e deve estar afinado com a identidade das mulheres rurais e com as suas formas de fazer e pensar as lutas sociais.

A partir da afirmação do caráter anti-sistêmico e da articulação das lutas por redistribuição com as lutas por reconhecimento e representação, que no caso delas não é uma novidade, os movimentos de mulheres rurais alteram as suas estratégias de ação política e suas plataformas políticas de luta, conquistam graus distintos de legitimidade e visibilidade, que se expõem entre as conquistas e contradições de um sujeito feminista em construção nos

movimentos sociais rurais que por vezes é afirmado a partir de uma identidade própria e uma prática política distinta das demais que deve ser perseguida.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2012.
- AEGRE. Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora. In: ENAP. **Ações premiadas no 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2008**. Brasília: ENAP, 2009.
- AGARWAL, Bina. **A field of one's own: gender and land rights in south Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- ALBUQUERQUE, Lúcia de Melo; RUFINO, Isaura. Posição da mulher no processo de reforma agrária. Recife: Editora Massangana/FUNDAJ, 1990
- MELO, L. A.; FISCHER, I. A mulher no processo de reforma agrária. In: Osmil Torres Galindo (Org.). **Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos**. 1ed. Recife: Massangana, 1996.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Redescobrimos a família rural brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.
- ALVAREZ, Sonia. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 11, n. 2, 2003.
- AMARAL. Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Agriculuras Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, 2007.
- AMORIM, João Batista; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Associativismo em rede e desenvolvimento local: o Programa Um milhão de Cisternas no município alagoano de Olho D'Água do Casado. **RAÍZES**. Universidade Federal de Campina Grande, v. 30, n. 2, jul. /dez., 2010. (p. 100-110).
- AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Madrid, Anthropos, Editorial del Hombre. 1985.
- ANAMURI. Hacia la construcción del Feminismo Campesino e Popular. El Correo de las Mujeres del Campo. Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas, ANAMURI, Santiago de Chile, diciembre 2015.
- ANDRADE, Maristela de Paula. Conflitos agrários e memórias de mulheres camponesas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de

Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 15, n. 2, maio/ago., p. 445-460, 2007.

ANMTR. **1º Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Cartilha.** 19 a 24 de outubro de 1995, Jundiá-SP. 1997

ANMTR. **IV Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** 1 a 5/2/1999. Goiânia.

ANMTR. Planejamento da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. 30 de abril a 2 de maio de 1999. Brasília.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, H; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Nead Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 123-149.

AZEVEDO, Maria Theresa. **Memórias Clandestinas.** (documentário sobre Alexina Crespo). NEAD, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no maranhão. In: WOORTMANN, H; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Nead Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 35-64.

BENDINI, Mónica Isabel; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; LARA FLORES, Sara María. Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. **Tratado Latinoamericano de Sociología.** México: Anthopos Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BOLONHÊS, Alice Cristóforo; OLIVEIRA, Pedro Sonega de. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco. Relatório de Pesquisa – Projeto Conexão Local, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

_____. Ações coletivas e representação política: uma análise comparativa dos movimentos de mulheres no Brasil (1980-2014). XXV Congresso ALAS – Costa Rica. 2015.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, SC. **Revista Estudos Feministas.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Centro de Comunicação e Expressão – CCE, UFSC, v. 12 n. 1, p. 289-302. jan./abril, 2004.

BRAIDOTTI, Rosi. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada.** Barcelona: Editorial, 2004.

BRUMER, Anita. O Sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS),** v. 8, n. 3, p. 20-38, 1988.

BRUMER Anita; GIACOBBO; E. O. A mulher na pequena agricultura modernizada. **HUMANAS**. UFRGS, v.16, n.1, p.139-156, 1993

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtivas para as mulheres no meio rural*. Brasília, MDA, 2011. (p. 11-34).

BUTTO, Andrea; Hora, Karla. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A.; BUUTO, A. **Mulheres e reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p.19-38. NEAD Debate 14).

CAPELLIN, Paola Giuliani. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste 1976-1986. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989.

CASTRO, Mafalda Galdames. Hacia la construcción del Feminismo Campesino y Popular. In: ANAMURI. **Hacia la construcción del Feminismo Campesino y Popular**. Boletín El Correo de las Mujeres del Campo. Santiago, ANAMURI, diciembre, 2015. p. 63-66.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7).

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos sociais no campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CASTRO. Mary G.; LAVINAS. Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. Trabalho apresentado no grupo de trabalho “A mulher na força de trabalho”, Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981, V Encontro Anual da ANPOCS.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, CPDA/UFRRJ, 2, junho, 1994.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais – Unicamp, 2004. p. 17-32.

_____. Problemas para o estudo de gênero: Experiências do Campo da Agricultura. In: Silke Weber; Thomas Leithauser. (Org.). **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. 1ed. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2007, v. 1, p. 121-133.

CEMT/CUT-PB. **Mulheres na CUT: 10 anos de luta, resistência e conquistas**. João Pessoa: CEMT/CUT-PB, 1995.

CORTÉS, Melany. Feminismo campesino y popular. In: ANAMURI. **Hacia la construcción del Feminismo Campesino y Popular**. Boletín El Correo de las Mujeres de Campo. Santiago, ANAMURI, diciembre, 2015. p. 67-74.

COBO, Rosa Bedía. Aproximações à teoria crítica feminista. **Boletim do Programa de Formação**. Lima, Comitê Latinoamericano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – CLADEM, n.1, ano 1, junho, 2014.

CONTAG. **4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Anais. 25 a 30 de maio de 1985, Brasília-DF. Disponível em:
http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1200296967_19012017153912.pdf

_____. 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. 26 a 30 de novembro de 1991. Brasília-DF. Disponível em
http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_345336239_19012017153825.pdf

_____. **A Mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Trajetória de Lutas**. Brasília, Contag, março, 2002.

_____. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). In: CONTAG. **Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 4 a 8 de março de 2013. Disponível em:
http://www.contag.org.br/imagens/fanais-11cnttr_padrss.pdf

_____. **Mulheres e agroecologia**. Brasília, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2014.

CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. NEAD Debate 10. Recife: Editora Universitária UFPE, MDA, 2006.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; SANTOS SILVA, Lucicleide dos; SANTOS NASCIMENTO, Rebeca Ramany. Registro civil e gênero em contextos rurais. In: **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 23 a 26 de agosto de 2010.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em:
<http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uplpads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 24/8/2016.

CORRÊA, Mariza. Mulher e Família: um debate sobre a literatura recente. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n.18, 1984. São Paulo: Anpocs/Cortez, 1990.

CUT/CONTAG. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**. São Paulo/Brasília: CUT/Contag, 1998.

_____. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil – caderno de apoio aos seminários microregionais.** [Regiões Sul, Norte, Nordeste] São Paulo, CUT/Contag, março de 1999.

DASMARAIS, Annete Aurélie. Cooperação, colaboração e comunidade. In: DASMARAIS, A. A. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** São Paulo: Cultura Acadêmica, Expressão Popular, 2013. p. 243-286.

DEERE, Carmen Diana. Rural women's subsistence production in the capitalist periphery. **Review of Radical Political Economy**, v. 8, n. 1, p. 9-17, 1976.

_____. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas.** Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Centro de Comunicação e Expressão – CCE, UFSC, v. 12, n.1, p. 175-206, 2004.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. I Seminário Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural. In: DNTR. **Mulheres trabalhadoras rurais – participação e luta sindical.** São Paulo: DNTR/CUT, 1991. p. 21-27.

_____. **A organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

DELGADO, M. B.; CABRAL, S. R.; PAULINO, L.; LIMA, M. E. (colaboração de Marlene Furtado). 20 anos da Política de Gênero da CUT. In: LIMA, M. E. B.; DAU, D. M.; SILVA, R.; ALMEIDA, G.; KRIGNER, A. M. (orgs.). **Mulheres na CUT: uma história de muitas faces.** São Paulo: CUT Brasil, 2006. p. 11 a 73.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n. 17, p. 99-119, maio/ago., 2015.

DI SABBATTO, Alberto; MELO, Hildete Pereira; LOMBARDI, Maria Rosa. FARIA; Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Nead. Debate. Brasília, MDA, 2009.

DNTR. Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DNTR/CUT. **Mulheres Trabalhadoras Rurais – Participação e Luta Sindical.** São Paulo: CUT, maio 1991.

_____. **Mulheres trabalhadoras rurais – participação e luta sindical.** São Paulo: Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DNTR/CUT, 1991.

DURÁN, María Ángeles. **O valor do tempo: quantas horas te faltam por dia?** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2010.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O MST sob o signo de uma economia subjetiva. Estudo de um caso: o Assentamento José Lourenço.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2004.

_____. As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista. In: ASSIS, G. O.; MINELLA, L. S.; FUNCK, S. B. **Entrelugares e mobilidade: desafios feministas.** Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

FARIA, Nalu. El feminismo latinoamericano y caribeño: perspectivas frente al neoliberalismo. In: REMTE (Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia). **Mujeres y cambio: construir alternativas en la lucha**. São Paulo, REMTE, 2006. p. 7-32

_____. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATTO, Alberto; MELO, Hildete Pereira; LOMBARDI, Maria Rosa. FARIA; Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Nead Debate. Brasília, MDA, 2009.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FEDATO, Elis Marina Benatti. O Movimento Popular de Mulheres no Sudoeste do Paraná. Artigo apresentado no Fazendo Gênero 9 “Diásporas, diversidade, deslocamento”, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277900962_ARQUIVO_ArtigoCompleto-ElisMarinaBenattiFedato.pdf. Acesso em 6 de novembro de 2016.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014. p. 145-158.

FIGUEIREDO, Luciene Dias, Empates nos babaquais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: WOORTMANN, E. FL; LOPES, A.; BUTTO, A.; MOLINA, C. (orgs.). **Prêmio Margarida Alves – II Coletânea sobre estudos rurais**. Nead Especial 4. Brasília: MDA, 2007. p. 59-78.

FOLBRE, N. Hearts and spades: paradigms of household economics. **World Development**, 14 (2), february, p. 245-255, 1986.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 15, n. 2, maio/ago., p. 291-308, 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Dossiê Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, julho/dez. 2009.

FREIRE, Nadia Maria Schuch. **Mulher, trabalho e capital no campo - um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1984

GARCIA JR, Afrânio R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONGALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 5 (7), p. 43-55, ago./dez., 2004. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/05/4_renata_goncalves.pdf. Acesso em 07/02/2017

_____. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Dossiê Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, julho/dez., 2009.

GUETAT-BERNARD, Hélène. Agricultura familiar: o desafio do gênero França-Brasil. In: ASSIS, G. O.; MINELLA, L. S.; FUNCK, S. B. **Entrelugares e mobilidade: desafios feministas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 281-298.

_____. Travail, famille et agriculture. Enjeux de genre et de développement, perspective Nord-Sud. In: VERSCHUUR, C.; GUÉRIN, I. (eds). **Sous le développement, le genre**. Marseille: IRD Éditions, 2015. p. 279-305.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, FASE, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. V. II – Sociologia. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999. p. 183-221.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. de. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e Acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem, Ford Foundation, Cepia, 2006.

HIRATA, Helena. Por que os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; GODINHO; NOBRE, M. (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 15-30.

_____. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Nalú Faria (org.) Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2010. p. 42-56

_____. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho, 2014.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e cuidadoras: as várias fases do trabalho do care**. São Paulo: Editora Atlas, 2012

JALIL, Leticia Medeiros. **Mulheres e Soberania Alimentar: um caminho para a democratização do meio rural brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

_____. **As flores e os frutos da luta, o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural In: Estudos Sociedade e Agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA, v. 11, p. 5-25, novembro, 1998. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/jolivet11.htm.

KERGOAT, Dani le. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; GODINHO; NOBRE, M. (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as**

mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos.** CEBRAP, n. 86, São Paulo, março, 2010.

_____. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres/** Renata Moreno (org.) São Paulo: SOF: Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

LEÓN, Magdalena. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização. In: SOF. **Ações das Mulheres contra o jogo da OMC.** São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2003. p. 33-44.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Dossiê Gênero na história das ciências. **Cadernos Pagu.** Unicamp, n. 15, p. 15-38, 2000.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Marcha das Margaridas 2000 – Razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista.** Brasília: Contag, 1 de agosto de 2000.

_____. **Marcha das Margaridas 2003 – Texto base para debates.** Brasília: Coordenação Nacional, 2003.

_____. **Marcha das Margaridas 2007 – Caderno de textos para estudo e debates.** Brasília, Contag, 2007.

_____. **Marcha das Margaridas 2011 – Caderno de textos para estudo e debates.** Brasília, Contag, 2011.

_____. **Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade – Cadernos de textos para estudos e debates.** Brasília, Contag, 2015.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, v. 18, n. 35, p. 67-92, junho, 2010.

MEARS, D. J.; MCLEOD, J. A. A person-centered approach to research. In: LEVANT, R. F.; SHILEN, J. (eds.) **Client-centered therapy and the person-centered approach: new directions in theory, research and practice.** Nova York: Praeger, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Denise Mesquita. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. 2001

MENSTRUM, Francine. Las organizaciones internacionales y la lucha contra la pobreza. In: REMTE. **Mujeres y cambio: construir alternativas em la lucha.** São Paulo: REMTE, 2006.

MESQUITA DE MELO, Denise. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MIQCB. **I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MA, PI, TO, PA)**. São Luís - MA, 24 a 26 de setembro de 1991.

MMC. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas** (Cartilha). Chapecó, AMMC-Sul, sem data.

MMM. **1º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Textos de Subsídio**. Belo Horizonte, 25 a 28 de maio de 2006.

MMTR-NE. **Relatório I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste**. João Pessoa, 4 a 7 de maio de 1987.

_____. **Encontro de Articulação de Mulheres do Nordeste**. Mulheres do Nordeste – fortalecendo a articulação. João Pessoa-PB, 7 e 8 de abril 1988. (1988a).

_____. **III Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Mulheres do Nordeste – articulação e organização. Olinda-PE, 12 a 14 de agosto de 1988. (1988b)

_____. **IV Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Picos-PI, maio de 1989.

_____. **V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste**. Natal-RN, 6 a 8 de julho de 1990.

MMTR-NE. **VI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Brasil**. Caucaia-CE, 16 a 19 de julho de 1992.

MOURA, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MST. **Normas Gerais do MST**. 1989. (mimeo)

_____. **II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST**. 1999.

_____. **A linha do tempo: a história das mulheres no MST**. Setor de Gênero do MST. 2010a. (mimeo).

_____. **Mulheres Sem Terra: na luta contra a violência do Agronegócio, por Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Boletim Mulheres em Movimento**. São Paulo: Setor de Gênero do MST, 2010b.

_____. **Feminismo camponês e popular com identidade e revolucionário**. Caderno de Formação 1. São Paulo, Setor de Gênero do MST. 2015.

NOBRE, Mirian Pacheco. La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria. In: NOBRE, M. P.; FARIA, N.; MORENO, R. **En busca de la igualdad: textos para la acción feminista**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2013. p. 57-79.

OXFAM. **Las recolectoras de castañas: testimonios de precariedad**. Santiago de Chile: OXFAN, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O trabalho da mulher no meio rural**. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1976.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, jan./abril, 2004.

PETRAS, James. Uma revolução dentro da revolução. **Boletim Mulheres em Movimento**. Setor de Gênero do MST, junho, 2010.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Leonardo Barros (orgs.). **Políticas Públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: FACHIF/UFMG, 2013. p. 155-180.

_____. Identidades em trajetórias: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, H; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Nead Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 150-176.

PINTO, Céli Regina Jardim. Regina Jardim Pinto. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130.

PORTOLÉS, Asunción Oliva. Debates sobre el género. In: AMORÓS, Celia; Miguel, Ana de. (eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización** - De los debates sobre el género al multiculturalismo. Madrid: Minerva Ediciones, 2007. p. 13-60.

PULEO, Alicia. Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de. **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Madrid: Minerva Ediciones, 2007.

_____. Anjos do Sistema? **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. Nalú Faria (org.) Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2012. p. 29-50

REDE LAC. **Uma história muito linda: Perpetuando a Rede LAC** (Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe). Recife: Rede LAC, 2007.

_____. **Memória do 1º Encontro Latino-americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural**. Ceará, 1996.

SALES, Celecina da Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 7, n. 1-2, 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro

de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 2, maio/ago., p. 35-50, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Palestra proferida no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFRJ, 2007.

_____. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1 n. 1, jan./jul., 2013.

_____, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abril, 2006.

_____, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais. UNISINOS**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abril, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Parry Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações; In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. NEAD Debate 10. Recife: Editora Universitária UFPE, MDA, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série, n. 52, maio, 1985.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas: resistência e permanências**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS**. Revista do Centro de Estudos Rurais – Unicamp, v. 4, n. 2, setembro, p.13-43, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Greve na Fazenda. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, vol. 1: formas tuteladas de condição camponesa NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Orgs.) São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008 – (História Social do Campesinato).

SPIVAK, Gayatri C. **In other words. Essay in Cultural Politics**. Nueva York: Methuen, 1986.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, Tatau. (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-38.

STOLKE, Verena. Los trabajos de las Mujeres. In: LEON, M. **Sociedad, subordinación y feminismo**. Bogotá: Asociación Colombiana para el Estudio de la Población, 1982.

THAYER, Millie. **Making transnational feminism: rural women, NGO activists, and northern donors in Brazil**. New York, Routledge, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

APÊNDICE A - Lista de entrevistas

Matilde Andrade: 44 anos; Rondônia; Contag, Secretária Nacional de Mulheres (2013-2017).

Coordenadora da Marcha das Margaridas. Branca. Entrevistas realizadas nos dias 10 de maio de 2016 em Brasília e 21 de outubro de 2016, teleconferência.

Eleonora Silva: 68 anos; Pernambuco; MMTR-NE, secretária executiva (1994-1999). Branca.

Entrevistas realizadas nos dias 11 e 12 de agosto de 2016 na sede do MST em Caruaru-PE.

Isabel Miranda: 50 anos; Pará; Contag, ex-Secretária Nacional de Mulheres (2005-2009 e 2009-2013);

atual vice-presidente da CUT Nacional. Coordenadora da Marcha das Margaridas. Negra. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2016, na sede CUT Nacional em Brasília-DF.

Claudia Lima: 48 anos; Piauí/Bahia; MST, Coletivo do Setor de Gênero do MST; atualmente é

coordenadora da Escola Florestan Fernandes. Negra. Entrevista feita na sede da Escola, em Guararema-SP, no dia 24 de maio de 2016.

Elisabet Cruz: 35 anos; Piauí; MIQCB, coordenadora regional (2014 - atual). Negra. Entrevista

realizada em 13 de setembro de 2016 por teleconferência.

Maria Rita Anselmo: 53 anos; Espírito Santo; MST; ex-coordenadora do Coletivo de Mulheres do MST

(1994-2004); dirigente nacional do MST. Branca. Entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2016 por teleconferência.

Luiza Santos: 60 anos; Santa Catarina; MMC, coordenação (2004-atual); coordenadora da AIMTR-Sul

(1992-atual). Branca. Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2016, teleconferência.

Cristina Cardoso: 59 anos; Rio Grande do Sul; MMC, coordenação (2004-2006). Branca. Entrevista

realizada em 22 de setembro de 2016 por teleconferência.

Sandra Ribeiro: 69 anos; Pernambuco; MMTR, secretária executiva (2001- 2010); primeira

coordenadora da Comissão de Mulheres da Contag, 1995-1998; Coordenadora Internacional da RedeLAC. Negra. Entrevistas realizadas em 12 de agosto de 2016 no Centro de Formação do MST em Caruaru-PE.

Gilda Cruz: 57 anos; Maranhão; Contraf Brasil (ex-Fetraf Brasil), Secretária Nacional de Mulheres;

integrou a primeira Comissão de Mulheres da Contag. Negra. Entrevista realizada em 9 de outubro de 2016 por teleconferência.

Anunciada Silva: 69 anos; Maranhão; MIQCB, coordenadora regional (2009-2014). Negra. Entrevista

realizada no dia 18 de agosto de 2016 em Bacabal-MA.

Cristiane Lima: 42 anos; Ceará; MST, coordenadora do Setor de Gênero (2005-2010). Negra. Entrevista realizada em 14 de setembro de 2016 por teleconferência.

Sara Ferreira: 58 anos; São Paulo; MMM, coordenadora; coordenadora da Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Branca. Entrevista realizada no dia 6 de janeiro de 2017 por teleconferência.

Fatima Araujo: 51 anos; Ceará/Brasília-DF; Contag, ex-Secretária Nacional de Mulheres (1998-2001; 2001-2005); coordenadora da Marcha das Margaridas. Negra. Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2016 na sede da CUT Nacional em Brasília-DF.

Elisa Rodrigues: 54 anos; Roraima/Brasília-DF; MMC, coordenação (2004-2017). Branca. Entrevista realizada em 23 de maio de 2016 na sede da Fundação Perseu Abramo em São Paulo-SP.

Eduarda Gonçalves: 59 anos; Pernambuco; AMB, secretária executiva; coordenadora do SOS Corpo. Branca. Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2017 local na sede do SOS Corpo em Recife-PE.

Aparecida Cardoso: 57 anos; Maranhão; MIQCB, integrante do Grupo “Encantadeiras”. Negra. Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2016 na sede do MIQCB em São Luiz-MA.

Rosa Oliveira: 49 anos; Sergipe; MMTR-NE, coordenadora regional (2011-2016). Branca. Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2016 na sede do MMTR-NE em Caruaru-Pe.

Conceição Santiago: 37 anos; Pará; Contraf Brasil (ex-Fetraf), coordenadora da Secretaria Nacional de Mulheres (2010 a 2012). Branca. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2016 por teleconferência.

Maria do Carmo da Luz: Maranhão; MIQCB, coordenadora regional (1991-2002), negra. Entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2016 na sede do MIQCB em São Luiz-MA.